

TRABAJO Y SUBJETIVIDAD INTERSECCIONES ENTRE LA PROPUESTA ONTOLÓGICA DE G. LUKÁCS Y LA FILOSOFÍA DEL LENGUAJE DE M. BAJTÍN.

Manuel W. Mallardi*

RESUMO

Recuperando a análise ontológica desenvolvida por G. Lukács da centralidade do trabalho, este texto procura avançar na reflexão das particularidades que o mesmo possui nas sociedades capitalistas e procura estabelecer mediações das características da subjetividade na vida cotidiana dos sujeitos. Recorremos á significativa contribuição da proposta filosófica de M. Bajtín, que desenvolve sua análise marxista da linguagem em aberto confronto com o objetivismo abstrato e subjetivismo individualista, ambos hegemônicos na sua época.

A relação proposto de ambas análises permite superar os reducionismos das visões postmodernas sobre a subjetividade e pensar em diretrizes analíticas para reflexões e estratégias da ação em situações concretas.

Palavras-Chave: Trabalho – Subjetividade - Vida Cotidiana - Complexos Sociais

INTRODUCCIÓN

Tanto en la segunda mitad del siglo XX como en los escasos años de este que estamos comenzando a transitar, las ciencias sociales han presentado en su interior un profundo debate en torno a los marcos teóricos que sustentan sus fundamentos. Realizar un recorrido de dicho debate escapa a los fines y posibilidades del presente trabajo, pues además de basarse en un análisis particularmente descriptivo, el desafío que se nos presenta consiste en retomar uno a uno los elementos que han estado en el centro de tal heteroglosia teórica, para avanzar en una toma de posición que retomando los fundamentos teóricos considerados oportunos posibilite una aproximación a la esencia de los procesos sociales.

En ciencias sociales las teorías coexisten, se vinculan, se rechazan, posibilitan el eclecticismo de unos y el pluralismo de otros, mas también permiten la aprehensión de nuevos objetos de conocimientos partiendo de los fundamentos de cada una con avances teóricos contemporáneos coherentes con los primeros. Por ello, la rigidez no es y no será nunca una

* Maestrando en Trabajo Social por la Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de La Plata

RESENHA

**SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA:
UM CONVITE AO DEBATE.**

Cristina Bezerra*

A publicação do livro “Sociedade civil e democracia; um debate necessário”, de Maria Lúcia Duriguetto representa, no contexto contemporâneo, um importante “acerto de contas” com os termos que compõem o título do trabalho. Numa perspectiva crítica e totalizante, que perpassa toda a obra, a autora responde perfeitamente ao desafio proposto por um de seus principais autores.

O fundamento de toda atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as diferenças por baixo de toda superficial e aparente uniformidade, bem como a unidade essencial por baixo de qualquer aparente e superficial contraste e diferenciação.”(GRAMSCI, 1978, p. 36)

Produto da tese de doutorado defendida em 2003, nos marcos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, o livro se propõe, partindo da recuperação da diversidade de acepções dos termos “sociedade civil” e “democracia” no interior das tradições liberal e marxista, a compreender o debate ideológico e político-prático que se desenha na contemporaneidade e a alcançar a apropriação desta discussão na realidade brasileira. Na verdade, o resultado supera em muito esta proposta. Ao longo da construção da autora, vai-se fortalecendo a perspectiva de que os diferentes projetos societários em luta são, na verdade, resultado de inúmeras mediações entre a construção teórica e as perspectivas prático-políticas.

Estamos, portanto, diante de dois termos, “sociedade civil” e “democracia”, que foram alcançando, sobretudo no século XX, um uso tão intenso e, ao mesmo tempo, tão diversificado que, contraditoriamente, gerou um esvaziamento de seus conteúdos, beirando a banalização. Em outras palavras, ficou “fácil” falar de democracia e

* Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Política e Ação do Serviço Social/FSS/UFJF.

sociedade civil, assim como de cidadania e justiça social, pois em torno destes termos todos os projetos *parecem* se unificar. A autora se coloca veementemente contrária a esta perspectiva, e nos convida a compreender que a dimensão cultural, compreendida aqui como capacidade historicamente construída de reflexão e crítica, constitui também uma esfera de enfrentamento e de disputa. Nesta “batalha de idéias”, como afirma¹ Carlos Nelson Coutinho, faz-se tarefa indispensável problematizar a compreensão de determinados termos.

Assim é que, na primeira parte do livro, Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em situar os dois termos no interior das tradições liberal e marxista, através da apropriação de diferentes autores. Quanto ao debate sobre democracia, vale a observação de que foi um termo tardiamente incorporado ao pensamento liberal como “algo positivo” e que, nesta tradição, foi usado, primeiramente, como objeto de crítica ao modelo soviético de socialismo, anunciado bravamente como antidemocrático. Como contraponto e para fundamentar uma ilusória dimensão democrática do capitalismo, esta mesma tradição foi historicamente construindo aquilo que BORON (1995) chamou de uma “concepção minimalista e facilista de democracia”, identificada como um jogo de regras claras e resultado incerto. Em suma, o liberalismo se caracterizou por esvaziar o conteúdo político do termo, através de sua formalização.

A partir desta constatação, a autora deixa claro que a compreensão da questão democrática na tradição e na contemporaneidade do pensamento liberal é verdadeiramente oposta àquela construída a partir das perspectivas marxiana e marxista. Nesta direção, democracia tem, verdadeiramente, um conteúdo substantivo, de igualdade e de soberania populares, problematizado primeiramente por Rousseau, passando por Hegel e alcançando as dimensões dialética e histórica no conjunto da obra de Marx e de seus principais continuadores. Na produção destes autores, percebe-se com clareza a crítica aos limites da “democracia política” permitida pelo capital e a certeza de que “as conquistas democráticas formais não devem ser meta final das lutas dos trabalhadores, mas estas devem ser impulsionadas até que se atinja a tomada do

1

poder político (...) e, com ele, a erradicação das relações capitalistas de produção” (DURIGUETTO, 2007, 50-51)

Este enfrentamento teórico e político-prático no interior das diferentes matrizes do pensamento social ganha contornos ainda mais ricos e questionadores na obra aqui apresentada quando se concretiza o “casamento perfeito” entre democracia e sociedade civil. A autora analisa enfaticamente a apropriação que o pensamento neoconservador faz desta segunda expressão. Assim, sociedade civil é um termo que vivencia um confronto vital. De um lado, uma compreensão dialético-crítica, construída sobretudo a partir de Antonio Gramsci, onde esta designa a esfera intermediária de organização e de enfrentamento das diferentes classes sociais em luta e de construção de diferentes projetos societários. De outro, a perspectiva neoliberal, onde esta esfera passa a configurar quase um “substituto do Estado”, identificado exclusivamente com um “terceiro setor” asséptico e a-político, construído sob a égide da (re)filantropização da questão social.

Este rico e instigante debate é levado adiante pela autora, que o atualiza e contextualiza diante dos enfrentamentos presentes no cenário contemporâneo da “ordem do capital”. Este é o foco de análise do segundo capítulo do livro, onde Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em demonstrar que, neste cenário, permanece e se intensifica uma contradição substancial entre as perspectivas (neo) liberal e marxista de democracia e de sociedade civil, reconfigurando o cenário de lutas sociais e de embates políticos da contemporaneidade. De forma clara e comprometida, a autora descortina as reais diferenças ocultas na “suavidade” de termos como “regras do jogo”, “consensos de direitos”, “esfera pública”, direito à diferença” e tantos outros que compõem o debate político em nossos dias.

Toda esta discussão empreendida pela autora fica ainda mais complexa quando a mesma, no terceiro capítulo, se aproxima da realidade brasileira, construindo a trajetória de apropriação histórica dos termos pelo debate político em nosso país e de fundamentação dos diferentes projetos societários que aqui se debateram. A dinâmica societária de um país de capitalismo periférico, como o Brasil, imprime novas determinações a este enfrentamento ideo-político e, dentre elas, a autora destaca as inúmeras experiências, por nós vivenciadas, do que Antonio Gramsci chamou de

“revolução passiva”, ou seja, de transformações “pelo alto”, levadas adiante pelas classes dominantes, com o objetivo de restaurar o poder esporadicamente ameaçado. Segundo DURIGUETTO, estas experiências enfraqueceram tanto as concepções quanto as práticas políticas de fortalecimento da sociedade civil e da democracia, construindo uma história de golpes, de cooptação e de primazia da figura do Estado.

Em vista deste contexto, construíram-se diferentes abordagens acerca da “construção democrática” no Brasil a partir dos interesses e projetos das classes subalternas. Dentre elas, a obra destaca as produções de COUTINHO, WEFFORT e CHAUI, autores que, a partir de diferentes inserções, contribuíram para introduzir, no debate nacional, a discussão da sociedade civil como esfera de representação e de defesa das demandas das classes populares. Mais uma vez, a autora não deixa de criar o contraponto e de problematizar que no discurso e na prática política dominantes no Brasil, construíram-se diferentes perspectivas acerca da democracia e da sociedade civil, alcançando, no final do século XX, a compreensão da sociedade civil como um mero apêndice do Estado, pronta a assumir aquilo que nem ele nem o mercado conseguem abarcar.

Neste sentido, acreditamos que este primeiro livro da autora já demonstra todo o seu inegociável compromisso com a tradição marxista, sobretudo com a herança gramsciana, presente em sua trajetória como docente, pesquisadora e, principalmente, militante. A autora consegue, ao concluir sua obra, marcar posição com relação a questões inalienáveis desta tradição. Reforça a perspectiva de que sociedade civil e democracia são termos que só se unificam, verdadeiramente, na perspectiva socialista, onde uma vontade coletiva das classes subalternas dará o tom de seu projeto emancipatório e revolucionário. Por isso, reafirma que a democracia, em todas as suas dimensões, é o caminho para a construção do socialismo, o que só se concretizará a partir da defesa da sociedade civil como campo de diferenças e de divergências, muito distante da perspectiva neutra e a-política pregada pelo neoliberalismo. Este é o espaço de disputas, de lutas políticas firmes e decisivas, onde o que está em questão é a conquista do poder, mas também, e sobretudo, da hegemonia. Assim, Maria Lúcia Duriguetho se une, neste livro, àqueles que, ao longo da história, nos convidam a construir um novo projeto para o Brasil, potencializando-nos a compreender, mas

também a transformar nossa realidade. Tal convite nos parece, mais uma vez, irrecusável.

Notas:

¹ Cf. GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² Boron, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) . **Pós-neoliberalismo**; as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TRABAJO Y SUBJETIVIDAD INTERSECCIONES ENTRE LA PROPUESTA ONTOLÓGICA DE G. LUKÁCS Y LA FILOSOFÍA DEL LENGUAJE DE M. BAJTÍN.

Manuel W. Mallardi*

RESUMO

Recuperando a análise ontológica desenvolvida por G. Lukács da centralidade do trabalho, este texto procura avançar na reflexão das particularidades que o mesmo possui nas sociedades capitalistas e procura estabelecer mediações das características da subjetividade na vida cotidiana dos sujeitos. Recorremos á significativa contribuição da proposta filosófica de M. Bajtín, que desenvolve sua análise marxista da linguagem em aberto confronto com o objetivismo abstrato e subjetivismo individualista, ambos hegemônicos na sua época.

A relação proposto de ambas análises permite superar os reducionismos das visões postmodernas sobre a subjetividade e pensar em diretrizes analíticas para reflexões e estratégias da ação em situações concretas.

Palavras-Chave: Trabalho – Subjetividade - Vida Cotidiana - Complexos Sociais

INTRODUCCIÓN

Tanto en la segunda mitad del siglo XX como en los escasos años de este que estamos comenzando a transitar, las ciencias sociales han presentado en su interior un profundo debate en torno a los marcos teóricos que sustentan sus fundamentos. Realizar un recorrido de dicho debate escapa a los fines y posibilidades del presente trabajo, pues además de basarse en un análisis particularmente descriptivo, el desafío que se nos presenta consiste en retomar uno a uno los elementos que han estado en el centro de tal heteroglosia teórica, para avanzar en una toma de posición que retomando los fundamentos teóricos considerados oportunos posibilite una aproximación a la esencia de los procesos sociales.

En ciencias sociales las teorías coexisten, se vinculan, se rechazan, posibilitan el eclecticismo de unos y el pluralismo de otros, mas también permiten la aprehensión de nuevos objetos de conocimientos partiendo de los fundamentos de cada una con avances teóricos contemporáneos coherentes con los primeros. Por ello, la rigidez no es y no será nunca una

* Maestrando en Trabajo Social por la Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de La Plata

característica de las teorías sociales, pues en tanto históricamente situada deberá desarrollarse en concordancia con el acontecer social.

Ejes de discusión como el trabajo, el sujeto, la permanencia o no de las clases sociales en la estructura social, son sólo algunos de estos elementos controversiales. En este marco, se ha considerado oportuno plantear algunos interrogantes y aportes en torno a la subjetividad. Pero, a partir de sustentar el análisis realizado en la propuesta marxista, se hace necesario reconocer que este elemento interactúa con otros, por lo cual es imposible no incluir, al menos someramente, otros complejos sociales como son, por ejemplo, el trabajo y las clases sociales.

La importancia de procurar discutir la subjetividad radica en la embestida realizada por los distintos autores que pueden ubicarse dentro de lo que José Paulo Netto denomina Campo Postmoderno, según los cuales, por ejemplo, la ciencia se reduce a una cuestión de discurso, a juegos del lenguaje, donde el estatuto de verdad se encuentra en la misma retórica. Reduccionismo según el cual la realidad objetiva se transforma en algo minimalista para la cultura postmoderna, en tanto que su objetividad se reduce a aspectos simbólicos, ocurriendo una *semiologización* inclusive de sus niveles materiales, mientras que, paralelamente se produce la *entificación* de la razón moderna, ‘culpándola’ por las supuestas falacias de las promesas de la Modernidad (NETTO, 2004; Cf. LYOTARD, 1993; CASULLO, 1993).

Por otro lado, puede decirse que así como parte del debate actual dentro de las ciencias sociales incluye la reducción o no de la realidad al lenguaje/discurso/subjetividad, encontramos inaugurada esta disputa en Marx y Engels (1968), la cual es emprendida por los autores en oposición a los filósofos neohegelianos, en tanto estos últimos basaban sus afirmaciones en la certeza de que las ideas, los pensamientos, en síntesis, los productos de la conciencia se encuentran independizados de las condiciones materiales de existencia de los hombres.

Tomando estas consideraciones, el objetivo al que aquí se pretende aproximar consiste en establecer los elementos que caracterizan la subjetividad en la vida cotidiana de los individuos en los contextos actuales. Se trata sólo de una aproximación teórica, por lo cual aquí se esbozan los puntos centrales, mientras que se hará necesario en situaciones concretas avanzar en el establecimiento de las mediaciones que den especificidad a las mismas.

La presente aproximación a la subjetividad se realizará a partir de las propuestas teóricas de G. Lukács y M. Bajtín, las cuales contemporáneas entre sí, nos permiten efectuar

dicho intento dentro de la corriente teórica marxista. Para ello, en un principio se desarrollan los principales elementos ontológicos desarrollados por Lukács, luego se incluirán aportes de Agnes Heller en relación a la vida cotidiana, para finalizar con la inclusión de los enunciados filosóficos del lenguaje bajtinianos. Vale aclarar que la relación que se propone entra ambas categorías no se efectúa forzando elementos que en la realidad se encuentran desvinculados, en tanto ambos constituyen aspectos ontológicos del ser social, ya que trabajo y lenguaje son las actividades del hombre que lo distinguen del animal (Cf. INFRANCIA, 2005).

Finalmente, se considera pertinente señalar que adoptando la postura ontológica propuesta por el marxismo, el estudio de la subjetividad, que aquí se plantea de modo introductorio, implica pensar al objeto desde dos miradas complementarias: por un lado, como *totalidad compleja*, pues esta es una característica intrínseca del objeto y, por lo tanto, el proceso de conocimiento debe incorporar a la totalidad como una de sus categorías decisivas; mientras que, por el otro, recuperando la historicidad del objeto se requiere un *abordaje genético*, capaz de elucidar el fundamento original, insuprimible del mismo (LUKÁCS, 2004b; LESSA, 1999, 2000b).

LO SUBJETIVO EN LOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DEL MARXISMO

*No es la conciencia la que determina la vida,
sino la vida la que determina la conciencia.*
Marx y Engels, *La Ideología Alemana*

Si bien no avanzaremos en un desarrollo profundo acerca de las consideraciones de la corriente marxista respecto de la dimensión subjetiva, se considera oportuno incluir algunos elementos desarrollados principalmente por quienes iniciaron dicha corriente, específicamente C. Marx y F. Engels, en tanto los aportes de Lukács y Bajtín se encuentran estrechamente relacionados con los mismos.

En principio, puede mencionarse que este tema centralmente es tratado en el texto *La ideología alemana*, escrito conjuntamente por dichos autores, aunque *Miseria de la Filosofía*, escrito únicamente por el primero, también brinda elementos importantes al debate.

En concordancia con una visión materialista de la historia en dicho trabajo Marx y Engels desarrollan, lo que a nuestro entender, constituyen los lineamientos generales para una

reconstrucción analítica de la subjetividad desde la perspectiva marxiana, la cual no debe reducirse a la ya clásica afirmación según la cual la subjetividad es igual a falsa conciencia. En el primer texto mencionado los autores analizan el tema de la conciencia en la sociedad burguesa a partir de las relaciones materiales. Para tal análisis, y oponiéndose a las visiones idealistas, parten de *individuos concretos* inmersos en una sociedad particular, en cuyo seno las condiciones materiales de producción y la división del trabajo existente determinan las relaciones que establecen entre sí.

Partiendo de considerar a los individuos reales, su acción y sus condiciones materiales de vida, los autores sostienen que:

la observación empírica tiene necesariamente que poner en relieve en cada caso concreto, empíricamente y sin ninguna clase de falsificación, la trabazón existente entre la organización social y política y la producción” es decir “tal y como actúan y como producen materialmente y, por lo tanto, tal y como desarrollan sus actividades bajo determinados límites, premisas y condiciones materiales, independientes de su voluntad (MARX, y ENGELS, 1968: 19-25) .

De este modo las ideas, las representaciones, la conciencia se encuentran asociadas con la actividad material, es decir como emanación directa de su comportamiento material ya que los hombres son los responsables de la producción de sus representaciones e ideas; hombres que se encuentran condicionados por un determinado desarrollo de sus fuerzas productivas (MARX, y ENGELS, 1968).

Esta postura claramente sostiene que las ideas, conciencia, ideología, subjetividad, no poseen en si misma una historia y un desarrollo particular, pues en el desarrollo histórico de los hombres, de sus formas de producción, de relacionarse entre sí y con la naturaleza cambian consecuentemente sus visiones acerca de la realidad, es decir su subjetividad.

Por ello, los autores avanzan en análisis históricos manteniéndose siempre en el *terreno* histórico-real, no explicando la práctica a partir de la idea, sino a la inversa, es decir, explicar las formaciones ideológicas sobre la base de la práctica material. Sobre esta base, tal como sostiene Gonzaga Mattos Monteiro (1995) es necesario recordar que en *La ideología alemana*, los autores mencionan cuatro momentos que anteceden de manera sincrónica a la conciencia de los hombres. Los mismos comprenden: la producción de los medios indispensables para la satisfacción de las necesidades vitales (beber, comer, vestirse, etc.); el

surgimiento de nuevas necesidades, a partir de la satisfacción de las mencionadas anteriormente, y de la adquisición del instrumento necesario para ello; la reproducción de nuevos hombres; y, finalmente, a partir de los tres momentos anteriores, la cooperación entre los individuos de cualquier modo y para cualquier fin. Posteriormente, los autores si comienzan a hablar de la conciencia propiamente dicha (MARX, y ENGELS, 1968).

Siguiendo a Gonzaga Mattos Monteiro (1995), puede decirse que tres conceptos adquieren relevancia al momento de pensar al individuo y a su subjetividad: la alienación, la ideología y la conciencia. Conceptos que implican complejidad, no sólo en si mismos, sino también por el tratamiento asistemático dado a los mismos por el propio Marx. Aquí no profundizaremos el significado atribuido a los conceptos, en tanto que serán recuperados a lo largo del trabajo.

Las premisas materialistas y ontológicas para el estudio de la historia brindadas en la *Ideología Alemana* nos permiten recuperar la centralidad del trabajo destinado a la satisfacción de necesidades, no sólo, como acertadamente sostiene Lukács, como ontología del ser social, sino, por extensión, como fundamento de la conciencia.

EL TRABAJO: APROXIMACIONES A LA CONCEPCIÓN DE G. LUKÁCS.

La obra de Lukács ha tenido distintos puntos de interés a lo largo de su trayectoria, estando notablemente mediatizada por los eventos históricos de los cuales fue un protagonista activo. Así, es posible sostener, por ejemplo, que el desarrollo de su obra durante el periodo comprendido entre los años '30 y finales de los '50 se constituye en un combate, por un lado, contra el dogmatismo del *marxismo oficial* del periodo estalinista, mientras que, por el otro, se opone a las tendencias tanto positivistas como irracionistas imperantes en la filosofía occidental (NETTO, 2004; INFRANCA, 2005; LESSA, 1999).

El tratamiento dado por el autor a un aspecto tan central como el *trabajo*, ha estado, consecuentemente, influenciado por dichos cambios, pero nunca ha dejado de ser una de sus preocupaciones centrales. Siguiendo a Infranca, podemos aseverar que mientras que en el texto de la vejez del pensador húngaro, *Ontología del Ser Social: el trabajo*, el trato es eminentemente ontológico, a fin de elucidarlo como fundamento y esencia de toda praxis social, en el texto de la juventud, *Historia y Conciencia de Clase*, el tratamiento dado es

particularmente fenomenológico, tratando de aproximarse a las características del trabajo en el contexto capitalista (INFRANCA, 2005).

Antes de avanzar en una sucinta aproximación a dichas obras, con el fin de no caer en equívocos ni sobre o subestimaciones de alguna de las dos obras en detrimento de la otra, rescatamos el planteo de Sergio Lessa, en donde claramente distingue la esencia del fenómeno, como dos elementos dialécticamente unidos y de igual importancia, en donde:

la esencia es el campo de posibilidades de consubstanciación del fenómeno, y éste es la mediación por la cual la esencia se particulariza en cada momento del proceso histórico. Sin la mediación de los fenómenos la esencia no podría desprender su inmanente procesualidad; a su vez, sin las determinaciones esenciales el fenómeno no tendría lo que particularizar. (LESSA, 2000b.: 221)

1. La Propuesta ontológica sobre el trabajo

A partir de recuperar los presupuestos generales de la ontología marxiana, Lukács inicia su reflexión ontológica considerando que todo lo existente debe poseer siempre un carácter objetivo, lo cual lo lleva a sostener, por un lado que el entero ser es un proceso histórico, mientras que, por el otro, las categorías constituyen formas motoras y móviles de la materia misma: ‘formas del ser, determinaciones de la existencia’. Sobre esta base, el filósofo húngaro logra plantear, desde un claro punto de vista marxista, que el hecho que la conciencia reproduzca la realidad y, a partir de ello, haga posible la elaboración modificadora de esta, implica un poder concreto, que constituye el *trabajo*, actividad que lo diferencia rotundamente de los animales¹.

Antes de avanzar en el análisis del proceso de trabajo, cabe resaltar que el mismo se desarrolla teniendo en cuenta la mediación de dos complejos sociales fundamentales: las relaciones sociales y el lenguaje. En tanto que el proceso de trabajo sólo puede ocurrir en el interior de relaciones sociales, en donde el desarrollo de la individualidad se encuentra históricamente determinado, y, además, la previa ideación que presupone el proceso teleológico exige la existencia del lenguaje. Así, sociedad, lenguaje y trabajo se constituyen en categorías primordiales, identificando en el trabajo el momento predominante del desarrollo del hombre (LESSA, 1996; LUKÁCS, 2004b). Consecuentemente, el trabajo es el

principio del desarrollo de la humanidad, y al mismo tiempo el fundamento de tal desarrollo (INFRANCA, 2005; ANTUNES, 2005).

Infranca manifiesta que en :

la base del discurso lukacsiano reside siempre el devenir del hombre como reflejo de la constitución del ser social a través del trabajo y su historia. El devenir del hombre como ser social, y, al mismo tiempo, como individuo, como ser genérico y ser particular, se halla completamente fundado sobre el trabajo como principio y motor del devenir en dirección hacia la consecución del ser en-sí-y para-sí del hombre. (INFRANCA, 2005:36)

Avanzando en la aproximación a la propuesta ontológica de Lukács, cuyo análisis acabado excede los límites del presente trabajo, puede decirse que recuperando el papel central atribuido a la necesidad², como motivadora del proceso de trabajo, a fin de generar la satisfacción de las mismas, la conciencia deja de ser un mero epifenómeno de la reproducción biológica, en tanto que en ella se construye la posición teleológica, es decir la proyección de una idea, los fines y del proceso causal necesario para el surgimiento de una nueva objetividad. En palabras del autor, se define a la teleología como

una categoría puesta: todo proceso teleológico implica la posición de un fin y, con ello, una conciencia que pone fines, en donde poner no significa un mero elevar-a-conciencia, como en otras categorías –ante todo, en la de causalidad-, sino que la conciencia inicia, a través del acto de posición, un proceso real, precisamente el proceso teleológico. (LUKÁCS, 2004b: 63)³

De este modo, reafirma el autor, en el trabajo, en la posición del fin y de sus medios, consigue la conciencia, a través de un acto conducido por ella misma, mediante la posición teleológica, ir más allá de la mera adaptación al ambiente y efectuar en la naturaleza cambios que para ella resultan imposibles e impensables. Así, como se dijo anteriormente, el pensamiento/la conciencia ya no tiene un carácter epifenoménico, en tanto que el proceso de trabajo se encuentra constituido por el reflejo preciso posible de la realidad en cuestión y por la posición de aquellas cadenas causales imprescindibles para la realización de la posición teleológica⁴. Este punto se constituye en uno de los aspectos claves de la separación de la ontología lukacsiana de las perspectivas idealistas, en tanto que en el reflejo de la realidad se

realiza una separación del hombre respecto de su entorno, ya que en el reflejo la reproducción, como ‘realidad’ dentro de la conciencia, se distancia de la realidad reproducida, nunca alcanzando, en términos ontológicos, a ser ni semejante ni idéntico a lo que reproduce (LUKÁCS, 2004b) Consecuentemente sujeto y objeto existen independientes unos de otros, cabiéndole al primero la posibilidad de reflejar al segundo, por medio de la conciencia, con una aproximación más o menos adecuada, a partir de las modalidades subjetivas del proceso de conocimiento. (INFRANCA, A. 2005) Además, este reflejo, se vincula ontológicamente a fin de constituir el complejo del trabajo, con la posición de las cadenas causales imprescindibles para la realización de la posición teleológica. Por ello, “la investigación de los medios para la realización del fin puesto debe contener un conocimiento objetivo acerca de la creación de aquellas objetividades y procesos cuya puesta en marcha está en condiciones de realizar el fin puesto” (LUKÁCS, 2004b: 70; Cf. ANTUNES, 2005). Así, la investigación tiene, para Lukács, una doble función, revela lo que se halla presente en-sí en los objetos en cuestión, independientemente de toda conciencia; y descubre en los objetos nuevas combinaciones, que posibilitan la implementación del fin teleológicamente puesto. En este momento adquiere relevancia la elección de las *alternativas* que el sujeto encuentra para llevar adelante su proceso de trabajo, las cuales son condicionadas por el grado de desarrollo de la sociedad, más precisamente, por el desarrollo de las fuerzas productivas y de las relaciones sociales (INFRANCA, 2005; LUKÁCS, 2004b)⁵.

Por otro lado, siguiendo a Lukács, Infranca sostiene que el trabajo es “**arjé**, ‘principio’ (en alemán Anfang), ‘comienzo’, ‘inicio’, ‘primera causa’, pero también ‘fundamento’ y ‘dominio’, ‘potencia’, es decir algo a partir de lo cual un ser llega a existir” (INFRANCA, 2005: 27) De esta manera, introducimos otro elemento central de la propuesta teórica de Lukács, según el cual el trabajo se constituye en modelo y fundamento de toda la praxis social, pues en esta siempre se realiza una posición teleológica. Sostiene el autor:

el mero hecho de que el trabajo es la realización de una posición teleológica, es una vivencia elemental en la vida cotidiana de todos los hombres, por lo cual también este hecho se ha convertido en componente imprescindible de todo pensamiento, desde las conversaciones cotidianas hasta la economía y la filosofía. (LUKÁCS, 2004b: 62).

Sintetizando el análisis lukacsiano sobre el trabajo, Lessa (1996) sostiene que tanto para el pensador húngaro como para Marx, además de la teleología, tres son los momentos decisivos del proceso de trabajo: la objetivación, la exteriorización y la alienación.

- La *objetivación* es el complejo de actos que transforma la ideación previa, la finalidad previamente construida en la conciencia, en un producto objetivo. La objetivación articula la teleología con el surgimiento de un nuevo ente, ontológicamente diferente de la idea previa, en tanto que nunca el hombre alcanza a producir lo teleológicamente puesto.
- Por otro lado, además del proceso de objetivación previamente descrito, en el proceso de trabajo se produce la *exteriorización* del sujeto, a partir del desarrollo de su individualidad históricamente determinada. El sujeto, consecuentemente, al exteriorizar por medio de la objetivación su ideación previa, adquiere nuevos conocimientos y habilidades, lo que lleva a afirmar que al cambiar la realidad el sujeto se transforma a si mismo. En la misma línea, Infranca sostiene que el reflejo permite recrear la realidad externa, anticipar la acción futura, calcular su alcance y responsabilidad, por lo cual, en dicho proceso se transforma también el interior del hombre, porque lo lleva a una disciplina de si mismo, de su interioridad, con el fin de subordinar la acción dirigida hacia la exterioridad (INFRANCA, 2005).
- Finalmente, considerando que en determinadas situaciones históricas, algunos complejos sociales y mediaciones, pueden ejercer un papel inverso al original, frenando o dificultando el desarrollo humano, el autor incluye el proceso, denominado *alienación*. Como ejemplo, Lukács caracteriza el papel de la religión en tanto que impide a los hombres tomar conciencia de que son los únicos verdaderos demiurgos de su destino⁶.

De esta manera podemos observar como en el proceso del complejo objetivación-exteriorización el hombre al transformar mediante el proceso de trabajo a la naturaleza, se transforma a sí mismo, por lo cual la conciencia domina al instinto. Mediante la posición teleológica, la conciencia pasa a ocupar un rol activo en la transformación del mundo y en la

determinación de la actividad hacia la exterioridad, por lo cual la misma no puede ser pensada, como sostienen algunas interpretaciones de la propuesta marxista, como mero reflejo, reproducción mecánica de la realidad (INFRANCA, 2005).

3.2 El trabajo en el mundo de producción capitalista

Antes de pasar al punto de la subjetividad, consideramos importante incluir, al menos brevemente, elementos analíticos de la otra obra importante de Lukács, *Historia y Conciencia de Clase*, en la cual el autor supera el análisis ontológico del trabajo para adentrarse en las características que el proceso de trabajo adquiere en el modo de producción capitalista, es decir, retomando nuevamente a Infranca, realiza un estudio fenomenológico sobre el trabajo.

En dicha obra, el autor sostiene que en el capitalismo el ser social aparece dominado en su esencia por la forma fetichista de la mercancía, que no sólo transforma al sujeto en cosa, sino que modifica todo el proceso de reproducción social. El proceso de reificación, en donde el hombre se transforma en cosa, se extiende a extremos en donde la cosificación gobierna la apariencia fenoménica del mundo y de la conciencia (Infranca, A. 2005). En palabras del autor húngaro, la esencia de la estructura de la mercancía se basa:

en que una relación entre personas cobra el carácter de una coseidad y, de este modo, una 'objetividad fantasmal' que con sus leyes propias rígidas, aparentemente conclusas del todo y racionales, esconde toda huella de su naturaleza esencial, el ser una relación entre hombres. (LUKÁCS, 1985: 5-6)

A partir de la visualización del problema del fetichismo de la mercancía como específico del capitalismo moderno, en donde alcanza a penetrar en todas las relaciones sociales, la *cosificación* producida por la relación mercantil, adquiere un carácter decisivo, tanto en los aspectos objetivos, como en la subjetividad, en la actitud que los hombres toman frente a lo objetivo (LUKÁCS, G. 1985).

Retomando el planteo de Marx, según el cual, el misterio de la mercancía se basa en que presenta a los hombres los caracteres sociales de su propio trabajo como caracteres objetivos de los productos mismos del trabajo, y, consecuentemente, la relación social entre los productores como una relación entre objetos que existirían al margen de ellos, sostiene que en el capitalismo el hombre se enfrenta con su propia actividad, con su trabajo, como si

fuera algo objetivo que, independiente de él, lo domina por una legalidad propia, a cuyas leyes, sostiene Lukács, tiene que someterse sin voluntad.

Paulatinamente, en un proceso analizado minuciosamente por Lukács, las “leyes naturales” de la producción capitalistas, sustentadas en la cosificación, abarcan todas las manifestaciones de la sociedad, las encubren, en tanto que el sistema capitalista al producirse y reproducirse constantemente en lo económico, su estructura cosificadora penetra en la consciencia de los hombres (LUKÁCS, 1985). Por ello, afirma el autor, sólo en la referencia a la sociedad como un todo “aparece con todas sus determinaciones esenciales la consciencia que en cada momento tienen de su existencia los hombres” (LUKÁCS, 1985: 94-95).

A partir de dichas premisas, se considera que en el capitalismo la forma fetichista de la mercancía, a través de la cosificación antes mencionada envuelve al todo social, lo cual provoca que dicha totalidad social se presente ante el individuo de modo parcializado y fragmentado. Consecuentemente, el individuo cree interactuar con partes aisladas y no con todo el complejo social en su conjunto.

Por otro lado, aunque en estrecha relación con el punto anterior, la universalización del carácter de mercancía a todas las relaciones sociales, provoca que las formas originales del trabajo, sintetizadas en el título anterior, sean paulatinamente reemplazadas por formas racionalizadas y cosificadas. Inevitablemente, en el desarrollo de todo este proceso, los sujetos también reciben una nueva objetividad, la *reificación*, pues al tener que vender su fuerza de trabajo asumen un valor de uso que los asimila a la mercancía (INFRANCA, 2005).

Para finalizar este punto, cuyas ideas centrales serán retomadas a continuación, se considera pertinente incluir un fragmento de la obra de Lukács, el cual sintetiza los distintos elementos trabajados, haciendo especial referencia a los procesos subjetivos en el contexto capitalista:

la referencia a la totalidad concreta y a las resultantes determinaciones dialécticas apunta más allá de la mera descripción y arroja la categoría de la posibilidad objetiva. Al referir la consciencia al todo de la sociedad se descubren las ideas, los sentimientos, etc., que **tendrían** los hombres en una determinada situación vital **si fueran capaces de captar completamente** esa situación y los intereses resultantes de ella, tanto respecto de la acción inmediata cuanto respecto de la estructura de la entera sociedad, coherente con esos intereses (LUKÁCS, 1985: 95. Resaltado nuestro).

COMPLEJOS SOCIALES Y RELACIONES SOCIALES

Anteriormente hemos intentado aproximarnos exploratoriamente al complejo social del trabajo, el cual adquiere un fundamento ontológico en la praxis humana. Sin embargo, dicho complejo coexiste en su origen con las relaciones sociales y el lenguaje⁷. Avanzando, podemos decir que, siendo fieles a un análisis desde la perspectiva de totalidad histórica, se torna imprescindible en cada reconstrucción analítica aproximarnos a los complejos sociales existentes que se relacionan tanto directa como indirectamente al trabajo en el proceso de reproducción social.

Considerar que durante todo el proceso de reproducción social, el surgimiento de nuevas necesidades, su satisfacción mediante el trabajo, y, consecuentemente, la transformación de la naturaleza, de los hombres y de sus relaciones sociales, producen estos complejos sociales que ordenan el desarrollo de los hombres, claramente, permite ver como para esta perspectiva analítica la sociedad no se reduce al trabajo, aunque el mismo siga sosteniendo su carácter de fundamento ontológico.

A partir de esta propuesta teórica-ontológica, surgen interrogantes que se constituyen en directrices analíticas para aproximarnos a la subjetividad en los contextos actuales: ¿De qué manera el carácter ontológico del trabajo se relaciona con la subjetividad de los hombres? ¿Qué complejos sociales contemporáneos deben ser identificados para efectuar una aproximación a la subjetividad considerándola como totalidad históricamente construida?

En consonancia con el desarrollo de las fuerzas productivas, sostiene Lessa (2000), el proceso reproductivo de las sociedades se complejiza y en sociedades divididas en clases sociales antagónicas adquieren relevancia complejos como el Estado, la política, el Derecho, los medios de comunicación, etc. Dichos complejos sociales, siguiendo con el mismo autor, se diferencian del trabajo en que, mientras que éste implica la relación de los hombres con la naturaleza, los otros buscan garantizar una determinada organización de las relaciones sociales. Sin embargo, siempre hay que tener presente que “el carácter de principio y modelo del trabajo se encuentra confirmado por la posibilidad que nos ofrece de explicar la génesis” de dichos complejos (INFRANCA, 2005; ANTUNES, 2005).

En términos concretos, avanzando en el análisis de la relación del proceso de trabajo con la subjetividad, si nos circunscribimos a la clase trabajadora, o como sostiene Antunes la clase-que-vive-del-trabajo⁸, es posible sostener que dentro del sistema capitalista contemporáneo los procesos de *alienación* y de *reificación*, repercuten directamente sobre las visiones y representaciones que poseen los trabajadores acerca de sí mismos y su entorno inmediato.

La división social del trabajo posibilita la conformación de complejos de posiciones teleológicas en donde, en lugar de buscar transformar a la naturaleza, se procura manipular las conciencias de otros sujetos a fin de que realicen fines que ellos mismos no han puesto. (INFRANCA, 2005) De este modo, las transformaciones que sufre el complejo de objetivación-exteriorización, mediante el cual, como sostuvimos anteriormente, se modifica tanto a la naturaleza como al propio sujeto trabajador, repercuten en la subjetividad de este último.

A partir de que el trabajo se utiliza para el enriquecimiento de la clase dominante, y no para la satisfacción de las necesidades del trabajador, quien además se convierte en mercancía al tener que vender su fuerza de trabajo, se produce, siempre siguiendo el análisis de Lessa, a partir de la propuesta ontológica de Lukács, una ruptura en su propio interior. La teleología, como ideación previa por el trabajador, es reemplazada por un proceso fragmentado en donde al patrón le corresponde la ideación previa, y al trabajador desarrollar el proceso causal para la producción de un nuevo objeto.

Paralelamente, como se ha mencionado anteriormente, al mismo tiempo que el trabajo se constituye en trabajo alienado y la reificación atraviesa la vida cotidiana del trabajador, la reproducción social se equipara con la reproducción del capital, por lo cual la satisfacción de las necesidades socialmente determinadas deja de ser prioridad del trabajo, en favor de un aumento de la ganancia del capitalista. Extensivamente, podemos aseverar, la identificación de la reproducción social con la reproducción del capital, permea a la totalidad del resto de los complejos sociales existentes: el Estado, la política, el derecho, la familia, la educación, los medios de comunicación, etc., reproducen tensiones en relación a organizar/direccionar o no su accionar a fin de garantizar la reproducción ampliada del capital.

Recuperando el papel activo de la conciencia en el establecimiento de posiciones, en la construcción de fines y de la causalidad necesaria para alcanzarlos, y extendiendo dicho papel teleológico a otras esferas de la praxis social, como la política, la economía, entre otros complejos, se torna evidente la causa por la cual la subjetividad, el papel de la conciencia, se constituye en punto de embestida de los otros complejos sociales alineados a la lógica del capital.

VIDA COTIDIANA Y SUBJETIVIDAD

Los interrogantes arriba enunciados exigen poder avanzar en el análisis de la subjetividad desde una perspectiva histórica, procurando identificar las características que adquiere la misma en relación con los complejos sociales coexistentes, en tanto que el surgimiento de estos complejos y la instrumentalidad⁹ adquirida por los mismos en el proceso de reproducción de la sociedad capitalista, exigen establecer las mediaciones necesarias para poder explicar la subjetividad, no sólo en términos teóricos sino también prácticos y empíricos.

Siempre a partir del papel del trabajo como fundamento de toda praxis social, la propuesta marxista considera que la reproducción de las relaciones sociales, abarca, además de la reproducción de la vida material y del modo de producción, también la reproducción espiritual de la sociedad y de las formas de conciencia social a través de las cuales el hombre se posiciona en la vida social. De esta forma, la reproducción de las relaciones sociales es la reproducción de determinado modo de vida, del cotidiano, de valores, de prácticas culturales y políticas y del modo como se producen las ideas en esa sociedad, ideas que acaban por atravesar toda la trama de relaciones de la sociedad (YAZBEK, 2003; IAMAMOTO, 1997).

Esta vida cotidiana inserta en el proceso de reproducción social dentro de la sociedad capitalista se caracteriza por la objetivación de las refracciones de la cuestión social, la cual conforma el “conjunto de problemas económicos, sociales, políticos, culturales e ideológicos que delimitan la emergencia de la clase obrera como sujeto socio-político en el marco de la

sociedad burguesa” (NETTO, 2003a: 154), siendo su existencia y sus manifestaciones indisociables del desarrollo del capitalismo (NETTO, 2003b: 62).¹⁰

A partir de estos planteos, es necesario, entonces poder reconstruir las mediaciones (PONTES, 2003) que nos permitan aproximarnos a la subjetividad en la vida cotidiana de los individuos. Mediaciones que nos posibiliten comprender que a partir de considerar a todo objeto como “síntesis de múltiples determinaciones”, en tanto implica determinaciones universales y singulares, el individuo se constituye en parte singular de una totalidad, la humanidad, la cual a su vez es la universalidad de singulares, los individuos. Entre la singularidad y la universalidad encontramos mediaciones, como la clase social, que constituyen la particularidad. De este modo, la singularidad del individuo sólo puede ser construida dentro de las determinaciones particulares de su época (LESSA, 2000b).

Los planteos arriba enunciados adquieren una complejidad que la reconstrucción de las mediaciones a fin de aproximarnos a cómo los mismos se reproducen en la vida cotidiana de los individuos requiere de una absoluta coherencia, permitiendo que elementos tanto ontológicos como fenomenológicos confluyan en una perspectiva que responda a las características del objeto, y no que este último sea forzado, encorsetado, prisionero de marcos clasificatorios apriorísticos y ahistóricos.

Dicho avance es logrado por Agnes Heller, quien elabora una visión sobre la vida cotidiana que, aunque sumamente compleja, permite esclarecer las vías de acceso a la identificación de las mediaciones entre los procesos universales y particulares, a fin de aproximarnos a la subjetividad de los hombres en la vida cotidiana.

Los hombres particulares, según esta autora, desarrollan en su historia un conjunto de actividades a fin de garantizar su reproducción que constituyen su vida cotidiana, y a su vez, posibilitan la reproducción social. De este modo, cada hombre particular concreto se reproduce de un modo distinto que sus semejantes, aunque en el marco de su inserción en la división social del trabajo, lo cual hace que dichas actividades (comer, dormir, etc.) sean idénticas sólo en planos elevadamente abstractos. Consecuentemente, la autorreproducción es un momento de la reproducción de la sociedad (HELLER, 1977).

Cotidianamente, el hombre particular debe apropiarse de las condiciones sociales concretas que le posibiliten reproducirse, apropiaciones que se producen en diferentes ámbitos y esferas, por lo cual debe ser capaz de desarrollar comportamientos acordes a cada uno. Claramente retomando los planteos de Lukács, Heller sostiene que el hombre se objetiva de distintas maneras, y esas objetivaciones, que hacen su mundo, su entorno inmediato, su cotidiano, lo modifican a él mismo¹¹.

En este proceso de reproducción del hombre particular, de su mundo cotidiano directo y de la reproducción social de modo indirecto, el modo de producción capitalista también instauro su impronta. Por ello, en sociedades complejas, caracterizadas por la división social del trabajo, la coexistencia de clases sociales se torna necesario analizar los procesos de alienación. (GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995) En estos contextos, la alienación, que como hemos visto alcanza a la totalidad social, hace que los hombres particulares se apropien sólo de algunos aspectos de las capacidades genéricas de ese momento histórico, mientras que ante otras se presentan como ante un *mundo extraño*. Por ello, sostiene Heller, al apropiarse y “madurar para el mundo dado, significa, por lo tanto, no solamente interiorizar y desarrollar las capacidades humanas, sino también y al mismo tiempo –teniendo en cuenta la sociedad en su conjunto– **apropiarse de la alienación**” (HELLER, 1977: 29. Resaltado nuestro). Sobre esta base, los autores sostienen que en el marco de la división social del trabajo en este tipo de sociedades, *nacer es estar alienado* (GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995).

Siguiendo estas reflexiones, Barroco (2004) sostiene que la vida cotidiana es inextinguible, en la medida en que en esta el individuo al socializarse, aprende a responder a las necesidades inmediatas, y asimila hábitos, costumbres, etc. Es el espacio donde el individuo y la sociedad mantienen una relación espontánea, pragmática, sin crítica. La autora manifiesta que “el ‘nosotros’ es generalmente aprendido como aquél por el cual el ‘yo’ existe, o sea, a través de una identificación inmediata”. De este modo, los individuos sólo son capaces de responder a las necesidades sin “aprehender las mediaciones presentes en ellas; por eso, es característico del modo de ser cotidiano, el vínculo inmediato entre pensamiento y acción” (BARROCO, 2004: 54- 63). Por ello, al igual que Heller, Barroco considera que la

cotidianidad es el campo privilegiado de la reproducción de la alienación, en donde se produce la repetición acrítica de los valores, pues el pensamiento cotidiano se fundamenta en juicios provisionales, por la unidad inmediata entre el pensamiento y la acción. Es entonces, el espacio en el cual la reproducción social se realiza a través de los individuos, espacio donde, según J. P. Netto, encontramos tres características: la *heterogeneidad* o *diferencialidad*, donde coexisten distintas actividades en las cuales el sujeto se objetiva y dirige su atención hacia demandas muy diferentes entre sí en el intento de resolverlas; la *inmediaticidad*, ya que ante las diversas demandas se responde con una relación directa entre pensamiento y acción; y la *superficialidad extensiva*, pues considerando que las demandas del cotidiano son amplias, difusas e inmediatas, los sujetos responden a ellas de manera superficial, dado que la prioridad se centra en responder a los fenómenos por su extensividad y no en su intensividad (GUERRA, 2007; BARROCO, 2004; OLIVA, 2007)¹².

De este modo, se sostiene que la vida cotidiana de los individuos se constituye en relación recíproca con el conjunto de complejos sociales con los cuales se relacionan, no preguntándose sobre la correspondencia existente entre los distintos complejos, los cuales, *heterogéneos, diferentes*, participan en la atribución de significados a los procesos sociales que se objetivan en la vida cotidiana de los propios individuos. Como mencionamos, las refracciones de la cuestión social se presentan fragmentadas y parcializadas, por lo cual los individuos se enfrentan a ‘problemas sociales’ en apariencia desvinculados unos con otros, no avanzando en la dilucidación de los significados de los mismos.

Sobre esta base es posible sostener que la *subjetividad* se va construyendo en la cotidianeidad de los individuos reproduciendo una visión sobre ellos mismos y su contexto caracterizada por la superficialidad, la inmediaticidad, la fragmentación. Se recupera así la postura que sostiene que para entender al hombre particular es necesario considerar que se trata de un ser singular con características innatas, socializadas en tanto que los hombres deben ser considerados en el contexto del desarrollo social. (HELLER, 1977; GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995) Dicha subjetividad adquiere la característica de un *discurso ajeno*, el cual es entendido como “**discurso en el discurso, enunciado dentro de otro enunciado**, pero al mismo tiempo es **discurso sobre otro discurso, enunciado acerca de otro enunciado.**”

(VOLOSHINOV, V., 1992: 155. Resaltado nuestro). Esta definición implica, por un lado, que todo discurso surge en una relación dialógica con otros enunciados, a los cuales refuta, acepta, completa, etc., y en cuya producción se manifiesta la relación del sujeto hablante con la del sujeto del discurso referido, mientras que, por el otro, establece una visión polilógica del discurso de un sujeto, en el cual se manifiesta la historia singular de ese sujeto en relación con los sujetos con los cuales dialoga. Se percibe aquí, como las objetivaciones que el hombre desarrolla a través del lenguaje, recuperan activamente la aprehensión de las habilidades que el mundo inmediato le exige (HELLER, 1977).

En oposición a intentos ahistóricos y asociales de analizar la subjetividad y superando su explicación a partir de la retórica misma, tal como intentan distintos autores postmodernos, Bajtín¹³ visualiza a la subjetividad no como un interior que se exterioriza, sino de un exterior que se interioriza de forma especial, en relación con el desarrollo de las fuerzas productivas y con las relaciones sociales de producción. De este modo, Bajtín sienta las bases de una filosofía del lenguaje que permite entender al mismo de manera histórica y en directa relación con el contexto social en el cual se desarrolla (PONZIO, 1999; VOLOSHINOV, 1992 y 1999).

Consecuentemente es posible sostener que la subjetividad posee un carácter social e ideológico siendo portado de una *significación*: representa, reproduce, sustituye algo que se encuentra fuera de la misma, esto es, aparece como *signo*. Desde esta postura, reiteramos, siguiendo un análisis que concibe al signo como producto material de la experiencia externa de individuos organizados, concibe a la subjetividad como el fenómeno ideológico por excelencia ya que la realidad de la misma se disuelve en su función de ser signo, pues “en la palabra no hay nada que sea indiferente a tal función y que no fuese generado por ella. La palabra es el medio más puro y genuino de la comunicación social” (VOLOSHINOV, V.: 1992: 37).

Considerando que toda manifestación verbal :

expresa la interrelación entre los hablantes y el complejo conjunto total de las circunstancias sociales en las cuales tiene lugar el intercambio de palabras (...) para comprender ese ‘guión’ es esencial reconstruir todas las complejas interrelaciones sociales de las cuales la manifestación verbal de la que se trata es una refracción ideológica (VOLOSHINOV, 1999: 149).

De este modo, los enunciados como complejos sociales, se corresponden con las relaciones de producción y la formación político-social condicionada directamente por aquéllas. Consecuentemente, si consideramos el carácter contradictorio de las relaciones sociales, en donde la sociedad se estructura a partir de la oposición de clases sociales, es posible afirmar que así como las distintas clases sociales usan una misma lengua, *en cada signo ideológico se cruzan los acentos de orientaciones diversas*, es decir, el signo llega a ser la arena de la lucha de clases (VOLOSHINOV, 1992)¹⁴.

La organización y direccionalidad atribuida a los complejos sociales, conlleva directamente una visión sobre la realidad concreta en la cual se inscriben, por lo cual los individuos al relacionarse con los mismos, no sólo lo hacen desde un punto de vista objetivo, sino también subjetivo, a partir de la interrelación con las representaciones y visiones que estos transmiten. Frente a este proceso, una aproximación ontológica a la subjetividad debe permitir comprender que los individuos al apropiarse de los significados de la realidad no lo hacen en un colectivo semiótico neutral, en la medida que al elegir una :

palabra en el proceso de estructuración de un enunciado, muy pocas veces las tomamos del sistema de la lengua en su forma neutra, **de diccionario**. Las solemos tomar de **otros enunciados**, y ante todo de los enunciados afines genéricamente al nuestro, es decir, parecidos por su tema, estructura, estilo; por consiguiente, escogemos palabras según su especificación genérica. (BAJTÍN, 1997: 277. Resaltado nuestro).

Esta postura se corresponde con el carácter puramente social del enunciado, ya que el mismo se produce en el marco de un contexto histórico determinado, en donde el enunciadador, a partir de su relación particular con los otros sujetos, con otros complejos sociales y con los medios de producción, retoma las palabras con un significado determinado por su posicionamiento en la heteroglosia social¹⁵:

Dicha palabra ajena que el hablante toma de su contexto más inmediato, se encuentra cargada de valoraciones acerca de dicho mundo, expresan ideológicamente una visión del mismo, por lo que al tomar palabras de otros tomamos también ideologías ajenas, así un enunciado está lleno de *matices dialógicos*, y sin tomarlos en cuenta es imposible comprenderlo, pues todo pensamiento se forma en el proceso de interacción y lucha con

pensamientos ajenos, lo cual no puede dejar de reflejarse en la forma de la expresión verbal de cada individuo particular (BAJTÍN, 1997).

Este proceso de construcción de la subjetividad, puede ser caracterizado, entonces como un proceso de *asimilación* (más o menos creativa) de palabras *ajenas* donde dicha subjetividad se encuentra cargada de palabras/subjetividades ajenas de diferente grado de “alteridad” o de asimilación, de diferente grado de concientización y de manifestación (BAJTIN, 1997: 279).

Estas visiones, exigen una postura metodológica, según la cual la :

comprensión del signo ideológico tiene que proceder introduciendo el objeto de estudio en totalidades siempre más amplias, a partir de la totalidad de la forma ideológica con la que directamente está vinculado, y sin perder de vista el proceso global de reproducción social (...) al que dicha forma ideológica pertenece, como forma de la comunicación social, como forma de signos (PONZIO, 1999: 106).

En el espacio de la vida cotidiana, adquiere relevancia la aproximación a cómo es *vivida* la situación por los sujetos, es decir, qué representaciones, deseos, frustraciones presentan en cada momento singular. Como un *continuum*, entre procesos universales y singulares, Bajtín propone analizar dichas vivencias a partir de la existencia de dos polos, entre los cuales la vivencia puede tomar forma y ser objeto de una toma de conciencia, denominadas *vivencia-yo* y *vivencia-nosotros*. Sintéticamente podemos decir que mientras que la primera

tiende hacia la aniquilación; en cuanto se aproxima al límite, pierde su articulación ideológica y por tanto deja de ser objeto de una toma de conciencia, acercándose a la reacción fisiológica de un animal. Al tender hacia este límite, la vivencia va perdiendo todas las potencialidades, todos los brotes de una orientación social, y por tanto se despoja de su formulación verbal...” la vivencia-nosotros es “la diferenciación ideológica, (en donde) el crecimiento de la conciencia es directamente proporcional a la firmeza y la solidez de una orientación social (VOLOSHINOV, 1992: 123-124).

En esta última es posible encontrar, según el autor, diferentes grados de vivencia nosotros, a partir de la ubicación de los sujetos en los procesos sociales y en las luchas sociales e ideológicas.

En síntesis, podemos aseverar que no perdiendo el sentido de totalidad debemos comprender que los enunciados que circulan en un momento socio-histórico determinado se

explican a partir de la correlación de fuerzas vigente entre las dos clases sociales antagónicas, lo cual implica que en cada uno se crucen las distintas orientaciones ideológicas vigentes, en donde la clase dominante buscará “adjudicar al signo ideológico un carácter eterno por encima de las clases sociales, (ya que) pretende apagar y reducir al interior la lucha de valoraciones sociales que se verifica en él, trata de convertirlo en signo monoacentual” (VOLOSHINOV, 1992: 49-50), mientras que la orientación que la clase-que-vive-del-trabajo le adjudique a los signos podrá presentar las características de *falsa conciencia* o de expresión de la realidad objetiva de la situación en la cual se encuentran, dependiendo de la conciencia de clase ‘en si’ o ‘para si’ desarrollada por la clase en cuestión (MARX, C. 1970)¹⁶, o, dicho en términos de Heller, en relación con el desarrollo alcanzado del particular hacia la individualidad (HELLER, 1977; GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995).

CONCLUSIÓN

A partir de la articulación teórica de las contribuciones de distintos autores que dentro del marxismo reflexionan tanto directa como indirectamente en torno a las características de la subjetividad, se ha intentado aportar a las discusiones sobre la misma en oposición a los avances de semiologización de la realidad que se efectúan desde el campo postmoderno.

En términos generales, es posible afirmar que encontramos en la vida cotidiana de los individuos la conjunción de un mundo caótico del discurso interior y exterior desordenado y no asentado, mundo que confiere un sentido a toda práctica social y condiciona las visiones sobre la realidad exterior. La tendencia hegemónica dentro del capitalismo, implica que el individuo mismo y las relaciones sociales sean identificados como cosas, donde todo es susceptible de transformarse en mercancía. La parcialización de la totalidad social con la cual el individuo se enfrenta en su cotidianeidad hace que las actividades con las cuales se objetiva sean alienadas, los fines separados de los medios trastocan el proceso de reproducción social, por lo que las representaciones y respuestas dadas por los individuos a las necesidades socialmente determinadas no sobrepasan lo inmediato, lo superficial. Así, la relación con las distintas las refracciones de la cuestión social que se objetivan y adquieren singularidad en la

vida cotidiana, se caracteriza por la aproximación inmediata, superficial, presentándose ante los ojos de los individuos como problemas parciales, fragmentados, negando su relación con la esencia de la cuestión social capitalista. Por ello, los procesos sociales, ontológicamente históricos, como complejos de una totalidad, producidos por los hombres y, a partir de la síntesis de los anteriores, intrínsecamente sociales, se encuentran recubiertos desde un punto de vista fenomenológico, a partir de los procesos de *reificación* y *alienación*, exteriorizándose a los individuos como ahistóricos, fragmentados, cosificados, naturales e individuales¹⁷.

Consecuentemente, sobresale en un momento histórico como el actual, la exigencia de recuperar los procesos sociales que dan sentido a la subjetividad, tanto en aquellas personas que se encuentran insertas en el mercado de trabajo, como en quienes han sido expulsadas del mismo. Las vivencias, la subjetividad de aquellos sujetos que se encuentran desempleados o precarizados, tienen en las formas de *alienación* y *reificación* características diferenciadas, al decir de Antunes (2005), más deshumanizadas y brutales: violencia, rechazo a la vida social, apatía, aislamiento, etc., son algunos posibles resultados que tales procesos de exclusión y segregación pueden ocasionar en los sujetos.

Por ello, adquiere relevancia para la comprensión de la subjetividad de los individuos, que la misma sea introducida en la relación cotidiana con los complejos sociales con los cuales cada individuo interactúa, posibilitando la reconstrucción de todas las complejas interrelaciones sociales de las cuales la subjetividad es una refracción ideológica, inserta en la heteroglosia social.

El carácter puramente social de la subjetividad, exige una aproximación al contexto histórico inmediato, en el cual la misma se objetiviza, identificando la relación particular con los otros sujetos, con otros complejos sociales y con los medios de producción. Los *matices dialógicos*, hacen de la subjetividad en la vida cotidiana un mundo caótico, en apariencia carente de coherencia. Sin embargo, una aproximación a la esencia de la misma, debe permitirnos comprender, en perspectiva de totalidad concreta, los aspectos objetivos y subjetivos, y, en relación con estos últimos, es necesario no sólo reconstruir la subjetividad existente, sino también la posible, si los individuos tuviesen plena conciencia de la realidad y de ellos mismos.

En términos concretos, los procesos subjetivos, además de la identificación de la inserción de los individuos en la estructura social, y, en aquellos casos, en las fracciones de la clase-que-vive-del-trabajo, es preciso avanzar en la individualización de los complejos sociales que han intervenido en el desarrollo personal: la familia, la escuela, las religiones, los espacios ocupacionales, las organizaciones sociales, los discursos que acompañan a las políticas públicas, los medios de comunicación, convergen y tensionan las representaciones, visiones, deseos que los individuos poseen en un momento determinado.

Es a partir de la reconstrucción de la subjetividad en la vida cotidiana de las personas que se puede pensar en recuperar los distintos acentos y orientaciones de la misma, donde la esencia contradictoria de los complejos sociales permite superar una visión ahistórica y determinista que sostiene que la *alienación* y *reificación* constituyen el horizonte *determinado* de los sujetos sociales, incluyendo, en oposición, una definición de la misma como expresión de contradicción y posibles formas de resistencia y desalienación (Antunes, R. 2005).

ABSTRACT:

By revisiting the ontological analysis developed by G. Lukács on the centrality of work, this paper aims at moving forward in the reflection on the particularities work acquires in capitalist societies. It also intends to establish the mediations of the characteristics of subjectivity in subjects' everyday life. We turn to the significant contribution of M. Bakhtin's philosophical proposal. He develops his Marxist analysis of the language in an open confrontation with the abstract objectivism and the individual subjectivism, both hegemonic in his time.

The relationship proposed in both analyses permits us not only to overcome the reductionisms of the postmodern views about subjectivity but also to think about analytical guidelines for reflections and action strategies in concrete situations.

Key words

Work - Subjectivity - Everyday Life - Social complexes.

Notas:

¹ Aceptando estas premisas marxianas, el autor manifiesta que “la esencia del trabajo consiste, justamente, en la capacidad de rebasar la fijación del ser viviente en la relación biológica con su ambiente. El momento esencialmente distintivo no está dado por la perfección de los productos, sino por el papel de la conciencia, que precisamente aquí cesa de ser un mero epifenómeno de la reproducción biológica: el producto es, dice Marx, un resultado que al comienzo del proceso estaba presente ‘ya en la mente del obrero’, es decir, de un modo ideal.” (2004a: 38-39)

² En este punto, Lukács expresa: “la necesidad material, en cuanto motor del proceso de reproducción individual y social, es la que realmente pone en movimiento el complejo de trabajo, y todas las mediaciones, de acuerdo con el ser, están presentes solo para satisfacer dicha necesidad.” (2004a: 39) Por su parte Lessa refuerza esta postura en tanto que “la previa ideación es siempre una respuesta, entre otras posibles, a una necesidad concreta. Por lo tanto, ella posee un fundamento material último que no puede ser ignorado: ninguna previa ideación brota de la nada, ella es siempre una respuesta a una determinada necesidad que surge en una determinada situación. Ella es siempre determinada por la historia humana” (LESSA, S. 2000)

³ Analizando este proceso Lessa asevera que según Lukács “los hombres apenas pueden vivir si efectivizan una continua transformación de la naturaleza. Diferentemente de lo que ocurre en la esfera biológica, esa transformación de la naturaleza es teleológicamente puesta; su resultado final es previamente construido en la subjetividad sobre la forma de una finalidad que orientará todas las acciones que irán a seguir.” (LESSA, S. 1996: 9) En igual sentido, Infranca escribe que “el fin puesto en el trabajo es para Marx, así como para Lukács, el momento en que el ideal se convierte en un elemento fundamental de la realidad social-material, en cuanto determina la serie causal de las determinaciones del ser. Es el momento en que Marx retoma el momento ideal y lo recupera al interior de su perspectiva materialista.” (INFRANCA, A., 2005: 39)

⁴ En relación a este punto Lukács, sostiene que cuando Marx delimita “el ámbito de la teleología al trabajo (a la praxis social) no hace que la teleología pierda importancia, sino que aumente, pues el nivel del ser más alto conocido por nosotros –el ser social– solo llega a constituirse como un nivel específico gracias al efecto real que en él ejerce lo teleológico; solo gracias a dicho efecto se eleva lo social por encima del nivel en se basa su existencia –el de la vida orgánica– y se convierte en un nuevo modo de ser independiente.” (LUKÁCS, G., 2004b: 67-68)

⁵ Otro ejemplo brindado es el del capital, en cual con carácter revolucionario en un principio ante la sociedad feudal, alcanza una intensificación de la reproducción ampliada de deshumanidades, ampliando, en oposición de potenciar las capacidades humanas, las miserias y tragedias humanas. (LESSA, S. 1996) Analizando el proceso de trabajo, el mismo autor sostiene “con la **alienación** del trabajo, la reproducción social pasa a conocer una nueva categoría, que no conocía anteriormente (por lo menos en esta forma más desarrollada). El hombre pasa a producir relaciones sociales de explotación, la vida social es cada vez más basada en la violencia que posibilita que una clase vida del trabajo (y de la miseria, por lo tanto) de la otra; en síntesis, los hombres pasan a producir su propia deshumanización” (LESSA, S. 2000) Este último aspecto será retomado en la continuidad del trabajo.

⁶ Desde una perspectiva teórica y genética, Lukács visualiza “que, una vez que las necesidades del trabajo han impulsado el surgimiento del lenguaje y el pensamiento conceptual, la evolución de estos tiene que mostrar una interrelación ininterrumpida, indisoluble, y el hecho de que el trabajo también constituye de ahí en más el factor dominante, no anula la permanencia de tales interrelaciones, sino que las refuerza e intensifica. De esto se sigue necesariamente que dentro de un complejo tal, debe tener lugar una influencia ininterrumpida del trabajo sobre el lenguaje y el pensamiento conceptual y viceversa.” (LUKÁCS, G. 2004b: 106) En este sentido, Infranca afirma que trabajo y lenguaje son las actividades del hombre que lo distinguen netamente del animal. Así, mientras que el trabajo posibilita el surgimiento de un uso específico de las palabras y del lenguaje, este último adquiere una relevancia en el proceso de socialización superior al primero, aunque mantiene la misma estructura teleológica que el trabajo. (INFRANCA, A. 2005)

⁷ Ricardo Antunes (2001 y 2005), plantea la centralidad de la categoría trabajo para analizar la sociedad actual, por lo cual, aproximándose al estudio del proletariado contemporáneo plantea la necesidad de pensar la clase trabajadora más allá de los trabajadores industriales, e incluye la categoría clase-que vive-del-trabajo, circunscribiendo en la misma a todos aquellos seres humanos que viven de la venta de su fuerza de trabajo. Dentro de esta amplia gama de trabajadores asalariados el autor diferencia a los denominados trabajadores productivos, que “producen directamente plusvalía y que participan también directamente del proceso de trabajadores al importante número de asalariados que trabajan en el sector de los servicios, que se caracterizan por no producir valorización del capital, y presentar condiciones de trabajo precarizadas, como ser trabajar part-time y/o temporariamente, etc.

⁸ Podemos definir a las instrumentalidad como propiedad social atribuida por los hombres a las cosas en el proceso de trabajo, al convertirlas en medios/instrumentos para la satisfacción de necesidades y el alcance de sus objetivos/finalidades. (GUERRA, Y.: 2003)

⁹ En dicho texto, además, el autor nos plantea que la expresión “cuestión social” comienza a usarse a partir del último cuarto del siglo XVIII, cuando en Europa Occidental se visualizaban los impactos de la primera onda industrializante. Fenómeno sin precedentes, la polarización entre ricos y pobres había llegado entonces a niveles deshumanos. Por su parte, Potyara Pereyra agrega que “cuestión social” no es “sinónimo de la contradicción entre capital y trabajo y entre fuerzas productivas y relaciones de producción – que generan desigualdades, pobreza, desempleo y necesidades sociales – sino de conflicto político, determinado por esas contradicciones” (PEREYRA, P.: 2003: 76)

¹⁰ Como sus predecesores, Heller, recupera en este proceso de reproducción y apropiación de habilidades el papel de las necesidades, ante las cuales debe actuar para satisfacerlas. Este objetivo de conservarse implica que el hombre particular ponga teleológicamente su autoconsciencia en el centro, por lo cual sus objetivaciones constituyen autoexpresiones, únicas e irrepetibles.

¹² En la misma línea, Lessa escribe que en la vida cotidiana, la aprehensión de la realidad comienza y acaba en su conocimiento inmediato, por lo cual permite visualizar una representación caótica de la misma, sin necesidad de construir mediaciones. (LESSA, S. 2000b) De este modo, se produce una escisión entre los medios y los fines, en tanto que por las propias características del cotidiano, los hombres no se preguntan, tanto por los fines, como por los valores implicados en las acciones desencadenadas para responder de modo inmediato e instrumental al mismo. (GUERRA, Y. 2007) Por su parte, Gonzaga Mattos Monteiro sintetizando la propuesta de Heller, considera que el “pensamiento cotidiano es heterogéneo, pues la heterogeneidad de las actividades cotidianas, que deben realizarse recíproca y brevemente, da origen a la estructura del pensamiento cotidiano.” (1995: 65)

¹³ Dicho autor vivió en Rusia entre los años 1895-1975, enfrente en el campo de la filosofía del lenguaje un duro debate con las posturas stalinistas vigentes y con lo que el mismo denomina objetivismo abstracto y subjetivismo individualista, cuyos principales exponentes teóricos son Ferdinand De Saussure y W. von Humlbot y Karl Vossler respectivamente. (VOLOSHINOV, V., 1992)

¹⁴ En este sentido, Ponzio sostiene que “en una realidad social que presente contradicciones de clase, las ideologías responden a intereses diferentes y contrastantes. Los signos ideológicos reflejan –“refractan”- la realidad según proyecciones de clase diferentes, y en contraste entre ellas, que intentan mantener las relaciones de producción, incluso cuando las mismas se han convertido en un obstáculo para el desarrollo de las fuerzas productivas, o al contrario, proponerse como instrumentos de lucha y de crítica al sistema” (PONZIO, A.: 1999: 109)

¹⁵ En palabras del propio autor, este punto es expresado de la siguiente manera: “los significados neutros (de diccionario) de las palabras de la lengua aseguran su carácter y la intercomprensión de todos los que la hablan, que no pertenece a nadie; como palabra ajena, llena de ecos, de los enunciados de otros, que pertenece a otras personas; y, finalmente, como mi palabra, porque, puesto que yo la uso en una situación determinada y con una intención discursiva determinada, la palabra está compenetrada de mi expresividad” (BAJTÍN, M. 1997: 278)

¹⁶ En la **Ideología Alemana**, Marx y Engels sostienen que “las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; o, dicho en otros términos, la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante. La clase que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual, o que hace que se le sometan, al propio tiempo, por término medio, las ideas de quienes carecen de los medios necesarios para producir espiritualmente.” (1968: 50-51) Por ello, las ideas dominantes son pensadas como la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes, visión que lleva a pensar a la ideología como falsa conciencia existente en la clase trabajadora, en tanto la clase dominante le imprime a las relaciones sociales vigentes un conjunto de ideas que les permita continuar con su dominación.

¹⁷ Netto plantea “la incorporación del carácter público de la ‘cuestión social’ viene acompañada de un refuerzo de la apariencia de la naturaleza privada de sus manifestaciones individuales. (...) En la escala en que se implementan medidas públicas para enfrentar las refracciones de la ‘cuestión social’, la permanencia de sus secuelas es dislocada para el espacio de la responsabilidad de los sujetos individuales que la experimentan,” logrando “**psicologizar los problemas sociales**, transfiriendo su atenuación o propuesta de resolución para la modificación y/o redefinición de características personales del individuo.” (1997: 26 y ss.)

BIBLIOGRAFÍA

ANTUNES, R. *¿Adiós al Trabajo?, Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. San Pablo: Cortez Editora, 2001

ANTUNES, R. *Los sentidos del Trabajo. Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo*. Bs. As.: Taller de Estudios Laborales (TEL) – Herramientas Ediciones, 2005.

BAJTÍN, M. M. “El problema de los géneros discursivos”; en: *Estética de la Creación Verbal*. Bs. As.: Siglo XXI editores, 1997.

BARROCO, M. L. *Ética y Servicio Social: Fundamentos Ontológicos*. San Pablo: Cortes Editora, 2004.

CASULLO, N. (org.). *El debate modernidad/posmodernidad*. Bs. As.: El Cielo por Asalto, 1993.

GONZAGA MATTOS MONTEIRO, L. *Neomarxismo: individuo e subjetividade*. San Pablo: EDUC – Editora da PUC-SP, 1995.

GUERRA, Y. “Instrumentalidad del proceso de trabajo y Servicio Social”; en: BORGIANNI, E.; GUERRA, Y. y MONTAÑO, C. (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003:

GUERRA, Y. *O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional*. En: **Serviço Social & Sociedade** N° 91. San Pablo: Cortez Editora, 2007.

HELLER, A. *Sociología de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

IAMAMOTO, M. V. *Servicio Social y División del Trabajo*. San Pablo: Cortez, 1997.

INFRANCA, A. *Trabajo, Individuo, Historia. El concepto de trabajo en Lukács*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2005.

INFRANCA, A. y M. VEDDA. “Introducción”; en: LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004.

LESSA, S. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. En: **Serviço social & sociedade** N° 52. San Pablo: Cortez Editora, 1996.

LESSA, S. *Lukács, ontología e método: em busca de un(a) pesquisador(a) interessado (a)*. En: **Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. Volumen 1, N° 2. Río de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 1999.

LESSA, S. *O processo de produção social: trabalho e sociabilidade*. Capacitação em Serviço Social e Política Social; Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 2000.

LESSA, S. “Lukács: El método y su fundamento ontológico”; en: BORGIANNI, E. y MONTAÑO, C. *Metodología y Servicio Social. Hoy en debate*. San Pablo: Cortez Editora, 2000b.

LUKÁCS, G. *Historia y Conciencia de Clase*. Madrid: Ediciones Orbis, S.A., 1985.

LUKÁCS, G. “Los Fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos”; en LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004a.

LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004b.

LYOTARD, J. F. *La Condición Postmoderna. Informe sobre el saber*. Barcelona: Planeta – Agostini, 1993.

MARX, C. *Miseria de la Filosofía*. Bs. As.: Siglo XXI, 1970.

MARX, C. y F. ENGELS, (1845) *La ideología Alemana*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1968.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista y Servicio Social*. San Pablo: Cortez Editora, 1997.

NETTO, J. P. “El Servicio Social y la tradición marxista”. En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003a.

NETTO, J. P. “Cinco notas a propósito de la “Cuestión Social”. En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003b.

NETTO, J. P. *Marxismo impenitente. Contribución a la historia de las ideas marxistas*. San Pablo: Cortez Editora, 2004.

OLIVA, A. A. *Trabajo Social y lucha de clases. Análisis histórico de las modalidades de intervención en Argentina*. Bs. As.: Imago Mundi, 2007.

PEREYRA, P. A. P. “Cuestión Social, Servicio Social y Derechos de Ciudadanía”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

PONTES, R. “Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

PONZIO, A. *La Revolución Bajtiniana. El pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea*. Madrid: Editorial Cátedra, 1999.

VOLOSHINOV, V. N. *El Marxismo y la filosofía del lenguaje*. España: Alianza Universidad, 1992.

VOLOSHINOV, V. N. *Freudismo, Un bosquejo crítico*. Bs. As.: Paidós, 1999.

YAZBEK, M. C. “El Servicio Social como especialización del trabajo colectivo”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

ZAVALA, I. M. “Prologo”. En: VOLOSHINOV, V. N.: *El Marxismo y la filosofía del lenguaje*. España: Alianza Universidad, 1992.

ZAVALA I. M. (coord.) *Bajtín y sus apócrifos*. México: Anthropos, 1996.

RESGATE DE UMA DÉCADA: A CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA DOS ANOS 80

Frederico José Falcão*

RESUMO

Muitos dos analistas que se debruçaram sobre os anos 80 trataram-nos como uma “década perdida”, dadas as condições da economia brasileira desse período. Este trabalho busca discutir aquela época considerando outros fatores, em especial, o aparecimento de uma forte mobilização política e social, intentando a queda do regime ditatorial vigente e a construção de uma sociedade mais democrática e com maior participação das camadas mais exploradas da população. Em destaque aparecem as lutas operárias, a reorganização do movimento sindical e partidário e os organismos político-sindicais mais representativos naquele período, com seus avanços e limites. E aí, ganha relevância a inserção dos assistentes sociais nesse processo, em luta contra a sua tradição conservadora e pela construção de uma profissão articulada aos interesses da maioria da população.

Palavras-Chave: Movimentos Populares, Movimento Sindical, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores e Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Diversos analistas econômicos, debruçados sobre o penúltimo decênio do século XX no Brasil, não tiveram dúvidas em afirmá-lo como a “década perdida”. A quebra da economia brasileira, as baixas taxas de crescimento da produção e a dependência do país frente aos organismos de controle financeiro mundial, levaram aqueles estudiosos a conclusões especialmente negativas. Levando-se em consideração a trajetória histórica dos indicadores de crescimento econômico no período pós-2ª Guerra Mundial (1939/45), a comparação com os dados mais recentes apresentava um quadro lamentável.

Teriam, então, razão em seus exames esses críticos da vida nacional? Teria o Brasil perdido o rumo, sendo pouco o que se poderia aproveitar daqueles anos? Ou seria esta uma visão limitada da realidade, na qual a mediocridade dos índices econômicos tendia a esconder um rico processo político e social com amplos setores da população assumindo um papel de partícipe que o regime militar usurpara?

Este texto procura discutir o Brasil dos anos 80, articulando aspectos da conjuntura internacional às vicissitudes de um país em crise sócio-econômica e em transição de uma ditadura decadente para um regime ainda por se definir. O centro da investigação passa por

* Doutorando do programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

discutir como se deu a inserção do Brasil na reordenação da dominância do capital em nível planetário e as relações entre as classes sociais em conflito. E, a partir daí, concluir sobre as perdas e ganhos ocorridos naquele período.

A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL E O BRASIL DOS ANOS 80

Aquilo que se convencionou denominar de neoliberalismo tem sua certidão de nascimento datada ainda da década de 1940, a partir das formulações de Friedrich Hayek. Sua preocupação, para além do anticomunismo, era discutir o papel do Estado interventor no modelo do Bem-Estar Social, denunciando-o como incapaz de incentivar o desenvolvimento das sociedades, estabelecendo barreiras ao verdadeiro responsável pelo progresso humano, o mercado, no qual a capacidade dos homens se potencializaria (HAYEK, 1972).

O pensamento de Hayek estaria parcialmente adormecido até os anos 70, quando os problemas no mundo capitalista acabariam por trazê-lo de volta à arena dos debates. Na parcela do mundo na qual reinavam os Estados Unidos da América, elementos de crise surgiram a partir dos desdobramentos da Guerra do Vietnã, do maio de 1968 na França e da falência do sistema acordado em Bretton-Woods, agravados pela elevação do preço do petróleo. Para os defensores do pensamento liberal havia que se procurar respostas para conter o poder dos sindicatos bem como do movimento operário e que aproveitassem a ocasião para recolocar as economias abaladas pela “crise do petróleo” de volta ao leito da centralidade do mercado (ANDERSON, 1995).

Neste momento, o receituário de Hayek começava a ser resgatado, de início, em um Chile que passava por uma “limpeza política” por intermédio de uma brutal ditadura militar. Foi, porém, a partir do final daquela década que os princípios neoliberais puderam ser levados a efeito de maneira mais ampla e eficaz, de início na Inglaterra e Estados Unidos da América.

Apesar da reação de entidades trabalhistas e de setores de esquerda, a idéia de que só haveria a saída neoliberal para os problemas que o mundo enfrentava se espalhou como praga daninha. A senilidade do socialismo soviético auxiliou a construção dessa hegemonia. A decadência econômica tornava a União Soviética e os países do Leste Europeu excelentes exemplos, na propaganda burguesa, de como o gigantismo estatal era impotente frente aos desafios colocados para a humanidade. Acrescia-se a isso a falta de liberdades nessa parte do

globo contribuindo para a vulgarização da idéia de “mundo livre” do capitalismo. A queda do Muro de Berlim tornou-se símbolo do fim de uma era.

As promessas de “Brasil, grande potência” realizadas pelo regime ditatorial no primeiro lustro dos anos 70, desfaziam-se poucos anos depois. A crise capitalista atingiu diretamente o “milagre brasileiro”, expondo a dura realidade de uma dívida externa crescente e sem alternativa de soluções. O resultado geral desse processo foi a incapacidade do Brasil em honrar os compromissos externos, assumida em 1982. A economia brasileira buscava se recuperar com o concurso de organismos financeiros internacionais, através de acordos que, em troca de empréstimos, permitiam a interferência desses organismos na formulação das políticas econômicas. O endividamento tornava-se o instrumento de ingerência do grande capital nas economias de inúmeros países, funcionando como sorvedouro de recursos deslocados dessas nações para o sustento de economias superendividadas, em especial a estadunidense.¹ E, ainda, monitorando economias periféricas, garantindo a ampliação da dependência (GOMES, 2003).

O aspecto central da dominação imperialista, via expansão do endividamento das nações subdesenvolvidas, dizia respeito ao fato de que tal domínio permitia impor um conjunto de determinações que apontavam para o “norte” neoliberal. A contínua desqualificação do Estado nacional como indutor de políticas de caráter desenvolvimentista, o aumento da desigualdade econômico-social e a volta das taxas de remuneração do capital anteriores à crise dos anos 70, eram alguns de seus objetivos. Para chegar a tanto se fez mister um processo de destruição da economia desses países. Crescimento medíocre, às vezes negativo, do PIB, inflação galopante e a queda na geração de empregos, foram alguns desses mecanismos, resultantes de seguidos planos econômicos justificados pelo descontrole inflacionário. Porém, pode-se afirmar que a suposta “década perdida”, da fala dos “agentes do mercado”, foi capaz de apresentar mecanismos, através, principalmente, de muitos de seus agentes sociais, que serviram de anteparo parcial, por algum tempo, à avalanche neoliberal.

A agonizante ditadura, dirigida, a partir de 1979, pelo general João Figueiredo, buscou encontrar saídas para as crises que se avolumavam, sem correr o risco de perda do controle do poder. Assim se deu logo no início do seu mandato com a anistia limitada e conexa e a permissão de ampliação do quadro partidário sem a abrangência que muitos reivindicavam.² Porém, própria eleição direta para governadores dos estados, em fins de 1982, demonstrou a

fraqueza do regime. A escolha popular de candidatos com posições oposicionistas acuava os detentores do poder. As reações contra o sucesso de Leonel Brizola no pleito do Rio de Janeiro foram frustradas pela pressão popular sobre um governo preocupado em evitar o aprofundamento da sua desmoralização.

O resultado obtido por Brizola não foi acompanhado de um mesmo êxito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu “batismo de fogo” eleitoral. O partido, surgido das lutas operárias e populares, apresentava, época, um perfil que o destacava-o dos demais. Não contava em seus quadros com lideranças do período anterior à ditadura e defendia um rompimento radical com a ditadura militar. Se havia muita esperança no sucesso da legenda por parte de sua direção e militância, fruto do crescimento das lutas operárias e populares, o resultado das urnas funcionou como uma ducha de água fria. O esquerdismo de algumas propostas, o não-enraizamento de um pensamento de esquerda em amplas parcelas da população, a falta de experiência e de recursos financeiros podem explicar, em boa parte, esse resultado frustrante.

A superação, ao menos parcial, da crise causada por esses resultados em sua estréia nas eleições parece ter ocorrido pelo recrudescimento dos problemas que afetavam a sociedade brasileira. Atingido por uma brutal ausência de liquidez, o Brasil abria, em 1982, a primeira de uma série negociações com o FMI. O governo brasileiro, acuado pelas dimensões da crise, tomava um conjunto de medidas, alterando profundamente a política salarial. Expurgos nos índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base de cálculo para os reajustes salariais, foram tornados realidade. A reação dos trabalhadores ocorreu através de manifestações que culminaram com uma greve geral.

Em relação ao comando da sua sucessão, o general ditador jogara a toalha. Paulo Maluf, político destacado durante a ditadura, trabalhava sua indicação como candidato oficial à eleição presidencial. A apreensão de amplas parcelas da população de que esta opção fosse vitoriosa diminuiu a pressão contrária de setores conservadores em relação à campanha das Diretas Já, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, bloqueara, o máximo possível, a realização de comícios no Estado. Porém, dentro de uma estratégia de desgaste de Maluf e da união dos que temiam o avanço do movimento popular, acabou por realizar uma adesão envergonhada, anódina e formal.

Na direção do movimento pelas Diretas-já, os petistas reencontram as massas populares que não tinham sufragado o Partido nas urnas no ano anterior. Lá estavam, ainda, o PMDB procurando legitimar uma candidatura alternativa à dos arranjos conservadores daquele Partido. A não aprovação da emenda constitucional “Dante de Oliveira” foi o clímax da manobra dos que pretendiam mudanças “sem voto”. Inúmeros parlamentares críticos da candidatura Maluf acabariam por formar a Frente Liberal, que se aliaria ao PMDB, dando o retoque final para a formação da “Aliança Democrática”, rumo ao Colégio Eleitoral.

A decomposição do bloco de poder e a formação de um novo bloco conservador-conciliador permitiram a eleição da chapa Tancredo-Sarney. A morte de Tancredo Neves, logo após sua eleição, revelou aos liberais e setores da esquerda aderentes à Frente as amarras políticas criadas contra eles próprios. A “Nova República” nascia com nome e sobrenome da ditadura: José Sarney.

As lutas operárias do final dos anos 70 trouxeram à tona toda uma gama de novos elementos que repercutiriam, a partir de então, durante todo o processo agônico do regime ditatorial. A existência, no seio dessas lutas, de diferentes agentes e projetos sindicais e políticos, marcou aquela conjuntura, caracterizada pela mobilização contra a crise econômica e pela construção de alternativas organizativas.

Os representantes do “novo sindicalismo”, ou “autênticos”, líderes dos movimentos grevistas do ABCD paulista, atuavam em sindicatos atrelados à estrutura tradicional do varguismo, em relação a qual apresentavam um questionamento profundo, em especial, à existência do imposto sindical e a falta de liberdade de organização sindical. Desde cedo surgiram desacordos entre estes sindicalistas e os representantes da Unidade Sindical, composta especialmente por trabalhadores vinculados ao PCB, ao MR-8 e pelo PCdoB. Estes setores apontavam a centralidade da luta para a manutenção de uma frente antiditatorial manifestada político-partidariamente no MDB.

Um outro setor que começava a se destacar na época, era o das Oposições Sindicais (OS). Composta por militantes da esquerda revolucionária e de sindicalistas ligados à esquerda católica, as OS vão atuar através das comissões de fábrica, apresentando uma plataforma crítica da estrutura corporativa vigente. A aproximação das OS com os “autênticos” consolidou-se no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura

Sindical (ENTOES), em 1980, marcando uma unificação de propósitos quanto ao encaminhamento de projetos ligados à representação dos trabalhadores (SANTANA, 2001).

Nesta época houve uma demarcação dos projetos em disputa: de um lado os que questionavam radicalmente a estrutura sindical e propunham uma ação mais contundente dos sindicatos e, de outro, aqueles mais “cautelosos”, voltados à aproximação de setores sindicais conservadores e, até, dos históricos pelegos aferrados à velha estrutura sindical.

O ascenso operário colocou na ordem do dia a discussão sobre a criação de uma central sindical. Esta passaria pela organização da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), que se realizou em agosto de 1981, em Praia Grande (SP). As decisões da I CONCLAT se deram através de soluções de compromisso, o que não conseguiu, porém, obnubilar as divisões que rapidamente se manifestariam.

Na preparação da II CONCLAT as divergências cresceram em relação à participação das oposições. Estas e os “autênticos” convocaram, então, a CONCLAT para agosto, em São Bernardo (SP), enquanto a Unidade Sindical chamava um outro para novembro, em Praia Grande. O I Congresso das Classes Trabalhadoras (assim se denominou o CONCLAT diferenciando-se do anterior) acabou por criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dava-se aí um passo decisivo, divisor de águas dentro do movimento sindical brasileiro.

A “opção conservadora” capitaneada pelo PCB colocou-o, desde o início, em difícil situação frente ao objetivo de liderar a classe trabalhadora, ao subordinar sua linha sindical ao reforço da frente peemedebista de transição da ditadura. Se de um lado, afastava-se do “novo sindicalismo” e entregava para este a direção do que havia de mais combativo na classe operária, de outro, sofria com as dificuldades de adaptação ao pólo escolhido para se abrigar. O sindicalismo pelego nunca teve a intenção de receber os pecebistas de braços abertos.

Enquanto isso, o seu antípoda não diminuía o seu crescimento no conjunto da sociedade. O PT conseguiu suportar as pressões e, mesmo sem resultados eleitorais brilhantes, obteve no pleito de 1985 uma votação superior à de 1982, além de vencer a disputa pela prefeitura de Fortaleza. E, ao contrário do PCB, os petistas mantiveram-se, mesmo em conjuntura difícil diante da opinião pública, com um viés crítico frente ao Plano Cruzado:

(...) que buscava enganar os trabalhadores, com medidas populistas e insustentáveis, entre elas o congelamento geral dos preços e a redução brusca da inflação. O PT entendeu o engodo. Criticou-o nas suas raízes

antipopulares e antidemocráticas embutidas nos cálculos ou dissimuladas pela euforia. (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 255).

A ação governamental ao lançar o Plano Cruzado II, quando os votos da eleição de 1986 nem haviam sido escrutinados, representou um duro golpe nos setores que se tinham postado como sustentáculos da demagogia sarneysista. Tanto mais que estava montado o quadro congressual a partir do qual surgiria a nova Constituição. De uma Assembléia Nacional Constituinte proposta por liberais e partes da esquerda nos anos mais negros da ditadura, eis que o que subsistia era um Congresso Constituinte dominado por setores conservadores, eleitos através de uma enganação. A Constituinte ganhava, com Sarney, o sentido de sua própria eleição no Colégio Eleitoral: a montanha paria um rato.

O papel do PT e dias forças de esquerda, foi de grande valia para estabelecer anteparos aos conservadores no processo constituinte. O Partido propôs um projeto de Constituição com o direito de insurgência popular contra governos que violassem os princípios constitucionais, direito de propriedade subordinado ao interesse social, Congresso unicameral e voto facultativo (GADOTTI e PEREIRA, 1989). Além disso, apresentou dezenas de emendas, sem se curvar às pressões governamentais e dos militares. A resposta do PT ao texto final votado em outubro de 1988 e às manobras realizadas pelos setores conservadores, materializou-se no voto contrário à sua aprovação, tendo, porém, assinado formalmente a Carta como reconhecimento de sua participação na sua elaboração.

A atuação dos setores conservadores contra o crescimento do PT e de sua influência social não era uma novidade. O cerco ao PT durante o ano eleitoral de 1986 demonstrou até quanto a burguesia poderia “jogar pesado”. Um assalto a banco, naquele ano, foi “denunciado” pela mídia como ação petista, mesmo após o repúdio à ação pela direção partidária. A pressão só aumentou quando da greve geral “puxada” pela CUT em agosto daquele ano. Apesar disso, o PT dobrou sua votação nacional em relação ao pleito de 1982.

Ao bancar a realização do CONCLAT,³ os criadores da CUT assumiram o conflito aberto pela hegemonia do sindicalismo no Brasil. A CUT, em seus primeiros anos de vida, conseguiu, mais e mais, representar os anseios de conquistas para os trabalhadores. A direção combativa, as propostas de organização e luta contra o patronato deram aos “cutistas” uma crescente autoridade.

E enquanto a CUT passava por um período de intenso fortalecimento nos anos 80⁴, o PCB aferrava-se à sua política de aliança com os conservadores. Em março de 1986, frente à impossibilidade da unidade entre setores combativos e pelegos do sindicalismo brasileiro, os pecebistas participariam da criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto isso, a CUT realizava seu 2º Congresso, com a aprovação de uma Campanha Nacional de Luta que previa que o desgaste popular do Plano Cruzado abriria espaços para o avanço do movimento sindical. Apontava a unificação das campanhas salariais e as lutas neste primeiro semestre como base para a construção de uma greve geral, apesar de considerar prematura a marcação da data de sua efetivação (CUT, 1986b).

A falência do Plano Cruzado e o agravamento da crise econômica levaram o governo Sarney a editar um segundo projeto de estabilização inflacionária no final de 1986. A CUT reagiu às novas medidas, que causavam grandes perdas salariais, por meio de uma greve geral, realizada em 12 de dezembro de 1986. E, apesar do sucesso da paralisação, com milhões de trabalhadores cruzando os braços em todo o país, as condições de vida e trabalho destes só se agravariam daí em diante. Em junho de 1987, Sarney baixaria um novo “pacote”, com novo congelamento de preços e salários e fim dos “gatilhos” salariais, além de outras perdas para os trabalhadores. A Central chamou nova greve geral para o mês de agosto (CUT, 1987a). Segundo Jair Meneghelli, presidente nacional da CUT, essa greve articulava-se com a campanha pelas eleições diretas para presidente em 1988 e com a de arrecadação de assinaturas para as emendas populares à Constituinte e não se encerrava em si mesma, o que fazia prever a ocorrência de novas greves gerais (CUT, 1987b).

A realidade, porém, diferiu das afirmativas do presidente da entidade. Se a greve de dezembro de 1986 sofrera considerável repressão, a de agosto do ano seguinte acusou um quadro mais alarmante, com centenas de prisões e espancamento de grevistas. Além disso, o crescimento da recessão e do desemprego agiu contra a ação grevista, assim como o refluxo de greves específicas nos meses de julho e agosto. E, apesar do crescimento das greves até junho de 1987, em comparação com o ano anterior, uma parcela destacada delas foi realizada por funcionários públicos (75% do total de trabalhadores parados em junho) motivados pela deterioração de sua remuneração (CUT, 1987c).

Outro elemento deve ser destacado na avaliação daquele momento. Despontava, então, uma opção para interromper o crescimento cutista no movimento dos trabalhadores. A partir

da CGT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, surgiria o chamado “sindicalismo de resultados”. Seus principais responsáveis seriam Antonio Rogério Magri e Luiz Antonio Medeiros. O primeiro, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e membro da executiva nacional da CGT na sua fundação, era coordenador do Instituto Cultural do Trabalho, surgido em 1963⁵, e vinculado à central sindical estadunidense AFL-CIO. O segundo, com passagem pelo PCB se tornara secretário do eterno pelego Joaquim dos Santos Andrade, em 1981, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Rompido com o PCB, ascendeu à vice-presidência do Sindicato em 1984 e à sua presidência três anos depois⁶. Neste período ocorreu o crescimento da oposição a “Joaquinzão” e diversas greves em sua base, construídas sob a liderança das comissões de fábrica. O aparecimento da dupla Medeiros-Magri funcionaria como bálsamo para as tensões vividas pelo governo e a burguesia frente ao crescimento das lutas operárias.

A trajetória da CUT apresentou, na segunda metade dos anos 80, como já exposto acima, uma série de dificuldades. A pressão governamental, patronal e da “mídia”, acompanhada do quadro econômico-social adverso às grandes mobilizações e à obtenção de resultados de vulto a partir delas. Esses elementos da conjuntura abriram espaço para mudanças na ação e nas propostas de lideranças cutistas identificadas com os “autênticos”. Acompanhando a inflexão política já iniciada no PT, a CUT sai do seu III Congresso, em 1988, com uma linha mais cautelosa, “propositiva” e “responsável”. A CUT-instituição se afirmava perante a CUT-movimento (SANTANA, 2001).

O SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA DOS ANOS 80

Uma análise geral do Serviço Social no Brasil permite perceber, no período estudado, como as transformações na história do país nele rebateram seguidamente e como tais processos contribuíram para análises e práticas dos agentes neles envolvidos.

Quando da crise terminal do regime ditatorial, o Serviço Social seria pressionado para garantir a reprodução do capital, minorando, com políticas assistencialistas, os efeitos da questão social. De outro lado, o crescimento das demandas do movimento social cobrava do Serviço Social uma postura de combate por mudanças na sociedade brasileira. Nessa conjuntura, a vanguarda da categoria assumiria proposições críticas ao conservadorismo e ao

tecnicismo e se lançaria à construção de uma ação profissional assumidamente política, ao lado de setores que se batiam contra a ditadura e o capital.

O processo de reorganização das entidades de assistentes sociais tomaria corpo, em 1979, com um Encontro (III ENEAS) em São Paulo, quando se avolumariam as discussões sobre as lutas econômicas, além da criação de uma Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), voltado a iniciar a reorganização sindical da categoria. O encontro acabaria por ter destaque na organização da intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS - 1979). Este Congresso transformou-se em um fórum de debates sobre os rumos do Serviço Social no Brasil, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo⁷.

Em 1979, a Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) aprovaria uma nova proposta curricular para a formação acadêmica dos profissionais da área. Surgiria, ainda, a Revista Serviço Social & Sociedade, suprimindo a lacuna de um espaço para a produção intelectual de assistentes sociais brasileiros.

Os anos 80 começariam com uma forte mobilização de setores do Serviço Social em seus diversos campos de atuação. O questionamento de uma pretensa neutralidade profissional abriria espaço para a assunção da dimensão político-ideológica da profissão e seu vínculo a um projeto de classe não-dominante. Isso colocava para o assistente social, por exemplo, uma participação direta na luta pela transformação social junto aos explorados, uma ação profissional crítica de preceitos moldadores da clientela em um processo de adaptação/aceitação da situação vigente. A legitimação da profissão dar-se-ia a partir do compromisso com as classes populares, rompendo-se qualquer visão tecnicista e/ou assistencialista voltadas a reduzir a pobreza/miséria sem atacar as bases geradoras desses problemas. A clientela deveria abandonar o papel de paciente e o assistente social a postura “superior”, criando-se vínculos entre profissional e cliente no embate da questão social em sua origem. Essa aliança seria buscada, ainda, com os movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores, nos quais o assistente social agiria no apoio às lutas e no estímulo à participação e organização coletivas, na formação de uma consciência e identidade de classe. Neste sentido, práticas como assessoria aos movimentos populares e educação popular, nas quais funcionavam como co-participantes de uma construção coletiva de conhecimento da realidade, formavam as bases viabilizadoras do projeto profissional de ruptura.

Para levar adiante este projeto a vanguarda do Serviço Social brasileiro precisou encarar algumas questões que serviam de entraves à sua consecução. A primeira delas dizia respeito à negação, em um primeiro momento, da prática da assistência, vista como ação realizada no âmbito do Estado, instrumento da classe dominante, logo garantidor dos interesses daquela no bojo da luta de classes. Uma nova visão se colocaria, então, no Serviço Social, incorporando a idéia gramsciana de Estado como espaço de luta social no qual o assistente social rompia seu papel de agente acomodador, procurando ampliar a participação popular, estabelecendo um novo papel para a assistência, dentro de uma perspectiva de direito da população, como conquista (SILVA, 1995).

A segunda questão a ser superada referia-se à necessidade de uma base teórico-metodológica voltada a dar sustentação ao projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. No final dos anos 70 começou a tomar vulto uma produção acadêmica voltada à formação profissional fundamentada em autores marxistas e na própria obra marxiana. Essa base teórica se tornaria hegemônica no discurso formativo de assistentes sociais a partir dos anos 80, e ajudaria a solidificar uma nova visão da relação deles com a clientela, com os movimentos populares e com as instituições do Estado. Além disso, este esmero no campo da teoria colocaria o Serviço Social na linha de frente da produção acadêmica de viés marxista. Tal fato, acompanhado, pela participação dos assistentes sociais nas lutas da sociedade brasileira, abriu espaços para que o Serviço Social fosse notado como de vital importância pelos que se referenciavam na ótica da transformação social, colocando em xeque o velho estereótipo das profissões voltadas ao assistencialismo.

Outro entrave fundamental ao desenvolvimento do projeto profissional de ruptura era a manutenção de uma mentalidade conservadora nos organismos de regulamentação/fiscalização da profissão e a desarticulação de seus órgãos representativos. As mudanças no interior da ABESS permitiram a criação de uma nova proposta curricular que acabou por ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, fixando as bases teóricas e os compromissos políticos da profissão. Neste período, esforços foram efetivados para a implementação do novo currículo em todos os cursos existentes no país, acompanhados de uma pesquisa acerca da formação profissional. A formação ganharia novos impulsos com o surgimento da primeira turma do curso de doutorado em Serviço Social no Brasil (e na América Latina), implementado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

além do reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Também o CFAS e diversos CRAS sofreram o impacto dos novos ventos que sopravam na direção da renovação. Os choques ocorridos no III CBAS deixaram resultados imediatos: a realização de eventos, nos quais passaram a ser debatidos o papel fiscalizador dessas entidades e o Código de Ética da profissão. Em relação a este último, faz-se necessário um comentário: surgido no bojo de uma conjuntura de mobilização social na luta por direitos em uma sociedade marcada por 20 anos de ditadura, o Código, em seu conteúdo, refletiu este momento de radicalização e de impulso de setores do Serviço Social em participar ativamente deste momento histórico (fim da ditadura). Neste sentido, a formulação do Código de 1986, pelo qual o assistente social deveria estar a serviço de uma classe social (os trabalhadores), refletia esta situação de embate pela qual passava a sociedade brasileira. O voluntarismo da proposição, logo abandonada por uma formulação mais ampla do papel dos assistentes sociais (1993), ao mesmo tempo em que deve sofrer as necessárias correções, precisa ser compreendido dentro do contexto daquele período. Analisado fora do seu contexto, abre espaço para críticas fáceis às suas asserções, em um sentido de desqualificação da obra daqueles que se lançavam à luta voltada ao rompimento com a tradição concentradora de poder e disseminadora de miséria existente desde sempre no Brasil.

Os anos 80 marcariam, ainda, um forte movimento em prol da criação/reorganização das entidades representativas dos assistentes sociais. A partir das primeiras experiências, seguiram-se sistemáticas que aproximavam os assistentes sociais brasileiros das práticas mais avançadas existentes, então, no campo sindical. Dando conseqüência às propostas do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de 1979, de transformação das associações profissionais em sindicatos, de barrar, na base, a construção de uma federação sem a participação da categoria e de uma CENEAS como entidade com representação por região e coordenação geral nacional, os assistentes sociais utilizariam diferentes fóruns para debater e deliberar sobre seus rumos. O IV CBAS (outubro de 1982) colocou a organização da categoria como prioridade em seu temário, juntamente com a análise da conjuntura e a situação do movimento popular e sindical. Não se deve esquecer que aquele momento marcava um profundo debate sobre o futuro dos sindicatos brasileiros, que gerariam sua divisão, personificadas no surgimento da CUT e, posteriormente, da CGT.

O reflexo desses conflitos de interesses dentro do Serviço Social manifestar-se-ia no ano seguinte, 1983, quando da I Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais. Nela deliberou-se criar a Associação Nacional pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS), organismo dirigente nacional das demandas sindicais da categoria. Esta proposta representava as aspirações do chamado Pólo Combativo, setor que se manifestara pela criação da CUT. O setor ligado à Unidade Sindical defendia a proposta, derrotada, de manter a CENEAS. A proposição vencedora veio acompanhada de outra, sobre o encaminhamento imediato do pedido de legalização da nova Federação.

A Assembléia de Salvador elegeu, ainda, a primeira diretoria da ANAS e abriu o debate na categoria sobre a filiação à CUT. Esta acabaria por se formalizar na II Assembléia Nacional, realizada em 1985. A assunção das bandeiras da CUT, a luta pelo rompimento da estrutura sindical vigente, a oposição ao pacto social proposto pelo presidente da “Nova República”, José Sarney, foram outras de suas deliberações. No campo da organização interna da Associação, deliberou-se por eleições de suas diretorias baseadas nos programas aprovados nas assembleias nacionais, inviabilizando qualquer composição com a Unidade Sindical. Além disso, as eleições para a diretoria seguinte (gestão 1987/89) deveriam ser diretas, e não em Congresso como até então ocorria. Isso pode ser explicado pelo contexto da época, quando a CUT estimulava um processo de democratização das federações a ela filiadas, em contraposição à ausência de participação e influência das bases em entidades desse tipo referenciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A III Assembléia Nacional (1987) reafirmou a ANAS como entidade sindical legítima dos assistentes sociais em resposta ao indeferimento da carta sindical pelo governo. Além disso, iniciou-se, então, uma discussão que mudaria os rumos da organização da categoria. A CUT tinha como princípio a estruturação dos trabalhadores por ramo de atividade produtiva (CUT, 1986a) e, partindo dessa premissa, a Assembléia deliberou a abertura do debate sobre o tema para toda a categoria, como perspectiva de adaptação do formato existente (sindicatos de assistentes sociais) àquele propugnado pela Central⁸. Esta Assembléia decidiu, ainda, que a ANAS deveria participar de uma recém-criada associação para profissionais liberais da CUT, apesar de uma atitude crítica frente ao enquadramento dos assistentes sociais como tal tipo de profissional. A reunião julgou importante fortalecer a participação dos assistentes sociais nas formas organizativas conjuntas dos servidores públicos, dado o peso da categoria no setor e a

influência que nele poderia exercer. Abriu-se também um espaço de deliberação sobre a articulação com entidades sindicais ou gremiais latino-americanas, em busca de seu fortalecimento, pela solidariedade nas lutas e a construção desejada de um projeto profissional comum. Se a vinculação ao Serviço Social latino-americano, em suas diversas vertentes, já vinha em um crescente desde os anos 70, as iniciativas, à época, permitiram um fortalecimento desse processo no subcontinente. Os encontros de entidades e de grêmios do Cone Sul no segundo lustro dos anos 80, seriam determinantes para a ampliação das discussões, que iam desde a formalização de um projeto alternativo do Serviço Social para a América Latina à construção de formas ativas de solidariedade às lutas continentais. Neste contexto, o fortalecimento da organização e atuação dos assistentes sociais brasileiros indicava um claro rompimento com a tradição do Serviço Social no país e a possibilidade de construir novos rumos, no bojo da luta pela transformação social, através de uma base organizativa consolidada e reconhecida pela categoria.

FIM DA DÉCADA

Os últimos anos da década de 80 poderiam dar a um observador pouco atento a impressão de que o ascenso do movimento popular, malgrado a crise econômica vivida naquela conjuntura, tinha solidez e apresentava condições de representar um suporte a políticas alternativas à transição/transação “por cima” da Nova República. As vitórias eleitorais do PT em 1988, em especial, em grandes capitais como São Paulo e Porto Alegre, apontavam para a solidificação e expansão do partido como opção real de governo para milhões de brasileiros

A resistência dos trabalhadores se fazia sentir em um número incontável de greves, apesar da pesada ação repressiva. Em resposta ao novo plano de “estabilização” do início de 1989, foi realizada a maior greve geral da História do Brasil até então, quando por volta de 15 milhões de trabalhadores, cruzaram os braços, sustentando as palavras de ordem “contra o arrocho” e “fora Sarney” (GIANNOTTI, 2007). A CUT se consolidaria como a maior central sindical brasileira, tendo realizado seu III Congresso em setembro de 1988, quando foram aprovadas críticas às políticas econômicas vigentes e à Constituição recém-aprovada.

Infelizmente, o quadro conjuntural brasileiro apresentava uma série de questões que tendiam a modificar o panorama da luta de classes no país, influenciando diretamente no desvio de rota que ganharia corpo na década seguinte.

De início, deve-se assinalar a existência de um panorama internacional profundamente negativo para as lutas dos trabalhadores. A via stalinista-brejnevista na União Soviética encontrava o seu canto de cisne. Naquele contexto de luta ideológica em nível mundial, os arautos do capital cantavam vitória e decretavam a morte do socialismo e do comunismo. O fim inglório da União Soviética teria, a partir daí, o papel de garantir a implantação da ideologia do “pensamento único” e do “fim da História”. Enquanto isso, as resistências ao modelo neoliberal eram derrotadas, fazendo com que os governos social-democratas acabassem por implementar propostas nele baseadas.

O sindicalismo sofreria diretamente com esse processo, com dessindicalização, aumento expressivo do trabalho precário e incapacidade de incorporação dessa parcela da força de trabalho às lutas e à organização sindical. O enfraquecimento dos sindicatos restringiu a sua influência social e seu papel na luta de classes. Reduziram-se as greves e manifestações operárias nos países do capitalismo avançado, além de terem se ampliado, em contrapartida, as práticas corporativas, xenófobas e racistas no seio da própria classe (ANTUNES, 1993).

Esse conjunto de questões alcançaria o Brasil não só através das medidas adotadas pelos planos econômicos, sob a justificativa de combate à inflação e à desorganização econômica a ela inerente. Iniciava-se, também todo um processo de mudanças tecnológicas e novos padrões de gestão (“reengenharia”) que afetariam profundamente o “mundo do trabalho”, das áreas cêntricas do capitalismo até a periferia.

Atacado pelo governo Sarney que lhe cobrava adesão ao “pacto social”, pela crise econômica e pelo “sindicalismo de resultados” da CGT de Medeiros-Magri, o setor do sindicalismo classista representado pela CUT começaria a apresentar sinais de mudança de rumos em direção a uma prática centrada na negociação e na institucionalidade. Além do mais, ocorria, então, um processo de centralização e burocratização do poder no interior da Central do qual ela não mais se livraria.

Desde 1986 (II Congresso) as transformações internas na Central se deram no campo da montagem de uma estrutura que pudesse sustentar seu crescimento e no maior poder dado

às direções em detrimento das bases. A essa característica, que se agravaria até o IV Congresso, já nos anos 90, acrescia-se o fato de a CUT ter-se acomodado à estrutura sindical varguista, a qual, por princípio, deveria ser combatida de forma incessante. “(...) a CUT não só não mudou a estrutura sindical oficial, como, depois de 1988, aderiu integralmente a ela. Abdicou da luta pela liberdade e autonomia sindical e passou a lutar apenas pela regulamentação do artigo 8º da Constituição”. (ARAÚJO, 1993, p. 112).

Dos anos 90 em diante esta situação agravou-se, inclusive nos campos político e de autonomia sindical, quando as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram a ser a grande base de sustentação financeira das ações cutistas. A Central, apesar das manifestações em contrário de suas lideranças e de resoluções congressuais, não rompeu com o Imposto Sindical, do qual a maioria dos seus sindicatos permaneceu fortemente dependente, mesmo com casos isolados de devolução dos valores aos trabalhadores que assim o solicitassem.

Se a democracia interna da CUT começara a sofrer seus primeiros impactos em meados da década, o seu III Congresso (1988) marcou a tentativa de seu setor majoritário de criar uma nova estrutura para a Central. Por ela, seria reduzida a participação das bases nos Congressos, destacando às direções e rompendo com a idéia de Central do conjunto dos trabalhadores, restringindo a CUT de falar em nome dos sindicatos filiados, abrindo mão da crítica à velha estrutura sindical que passava a ser à base de sustentação da Central (CARVALHO, 1993).

Apesar das tentativas dos setores minoritários em barrar essa tendência, o processo tornou-se irreversível naquele fim de década. A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), por decisão de uma Plenária Nacional em 1992, demonstraria tal inclinação. O IV Congresso da Central, além de ampliar as medidas restritivas aprovadas no anterior, foi marcado por episódios lamentáveis de fraudes e golpes para garantir o poder à Articulação Sindical. (GIANNOTTI E NETO, 1993, p. 43).

O mesmo quadro de confronto entre transformação e acomodação à ordem acompanhava os destinos do PT naquele final dos anos 80, não só pelas condições objetivas dos cenários nacional e internacional, como, também, pelas condições internas e das forças políticas em luta tanto no Partido quanto na Central. Não seria mera coincidência que a corrente petista quase sempre dominante no PT fosse a da Articulação.

A radicalização do movimento popular, em 1988, teve como desaguadouro a primeira grande vitória do PT nas eleições municipais. Confirmar-se-ia, inclusive, o importante papel da militância do Serviço Social, com a eleição de uma liderança da categoria (Luiza Erundina) para a prefeitura de São Paulo (SP). A vitória petista em capitais e cidades de destaque pelo país permitiria, enfim, que se levasse à prática um conjunto de proposições até ali relegadas ao papel, o “modo petista de governar”.

Colocadas na conjuntura de afirmação internacional do projeto neoliberal e grave crise econômica no país, o Partido conquistou postos no aparelho de Estado sob pressão para gerir a crise, tendo as opções de gestão, em geral, pouco impacto em termos de mudanças profundas. Ao contrário, optou-se, freqüentemente, pelo possibilismo, a busca do se governar realizando alterações, mas sempre dentro da lógica do poder vigente. Os conflitos entre administrações petistas e setores do movimento popular foram criticados pelas cúpulas petista e cutista. Tendeu-se, quase sempre, ao enfraquecimento das lutas, à acomodação dos administradores à ordem burguesa e o fortalecimento das cúpulas partidárias a eles articulados.

O ano de 1989 nasceu sob a égide das vitórias eleitorais petistas e as greves dos petroleiros e dos operários da CSN, além do assassinato do sindicalista rural Chico Mendes. Neste quadro se desenvolveu a campanha para a Presidência da República, vital para os setores do grande capital infligirem uma derrota ao movimento popular e escancarar as portas para a implantação das políticas neoliberais. A esquerda e seus aliados consideravam-na, também, fundamental, a ponto de o PT definir que a “(...) Campanha de Lula é o centro tático do PT este ano”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.386).

As forças conservadoras optariam por Collor de Mello que, aproveitando-se da onda neoliberal que varria o mundo e da crise do Leste Europeu, usou e abusou do tradicional pânico da pequeno-burguesia frente às crises econômicas e à ascensão da esquerda. O candidato teve, ainda, a ajuda inesperada da repressão do governo chinês aos estudantes em Pequim, cujas imagens até hoje, são usadas para denunciar a “violência do comunismo”.

Por seu lado, o movimento operário e popular seria responsável por uma ampla campanha de massas, nas ruas de todo o país, aglutinando, principalmente no segundo turno, toda uma gama de segmentos sociais críticos do capital. A bandeira vermelha (com a estrela

petista) inundava as praças e os corações de uma militância que acreditava em mudanças profundas no modelo de sociedade até então dominante.

O programa de governo petista estimulava essas expectativas: medidas que davam fim aos resquícios do regime ditatorial, subordinação da propriedade privada aos objetivos sociais da atividade econômica, recuperação do papel do Estado na vida econômica, controle do capital estrangeiro, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa e reforma agrária, dentre outras proposições (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

A derrota de Lula, frustrante e traumática, poderia, ainda assim, ter funcionado como alavanca da resistência contra o governo Collor. Não foi, porém, o que se viu: apesar de situações pontuais, o furor de medidas neoliberais viria acompanhado pela falta de respostas concretas por parte do PT e da CUT. No caso desta, a nova década já demonstrava os estragos que os desvios dos rumos originais causavam em sua linha política. A participação no “entendimento nacional” proposto pelo governo era demonstrativo desses câmbios.

O PT, mesmo que em um quadro inicial de maior resistência frente ao desarme das lutas anticapitalistas (resoluções do 7º Encontro Nacional, em 1990), não demoraria a expor à luz, pelas mãos da Articulação e de setores parlamentares, uma política de diluição do classismo, além do cerceamento aos grupos internos que se opunham a essa “modernização” do Partido. O I Congresso do PT, em 1991, confirmou a virada rumo à social-democracia. A imprensa estampava manchetes, à época, do tipo “PT confirma tendência social-democrata”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/12/1991). A ampliação da política de alianças a todos que lutavam contra o governo Collor, o entendimento da democracia como valor universal, acima das classes sociais e a abertura de debate interno sobre a posição dos petistas em quanto à filiação da CUT à CIOSL foram pontos que deram a tônica das resoluções do Congresso (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Enquanto setores da esquerda petista, extremamente divididos e fragilizados, denunciavam os caminhos social-democratizantes assumidos pelo PT no Congresso, o líder da “direita” partidária, o ex-guerrilheiro do PCdoB e deputado federal José Genoíno (PT-SP), declarava que o Partido deveria assumir uma visão “moderna” que fizesse alianças não com seu ex-partido, para evitar que os petistas entrassem na História “como peça de museu, na qualidade de os últimos comunistas do mundo”. (*Id.*). O futuro mostraria que papel na História estava reservado para Genoíno e parte da cúpula da Articulação.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, ficou patente que a idéia lançada por diferentes analistas, sobre a década de 80 ter sido “perdida”, só pode ser levada em conta enquanto carregada de um cariz ideológico marcadamente de classe, burguês e neoliberal. O quadro que aqui foi apresentado mostra o Brasil, em diferentes aspectos, na contracorrente de modificações profundas que ocorreriam nos países cêntricos do capitalismo mundial. Cabem aqui dois alertas: o primeiro, diz respeito ao fato de que tal constatação não se dá por estar o Brasil na linha de frente de uma reação generalizada, consciente e organizada às transformações capitalistas em curso. Pode-se afirmar que o processo político que aqui se desenvolveu respondia a uma conjuntura de crise do regime ditatorial e do destampar de reivindicações reprimidas por décadas. Em segundo lugar, e articulado ao anterior, o Brasil não era uma ilha isolada da maré-montante neoliberal. Ao contrário, a crise econômica, que perpassou boa parte do período aqui estudado, abria portas para uma vinculação/incorporação das políticas econômico-financeiras dos governos da época às lógicas que paulatinamente tornavam-se hegemônicas. Se a década de 80 foi perdida, na visão dos áulicos do mercado, isso se deu, em grande parte pela ação dos lutadores, especialmente no campo sindical, que frearam, ao menos por um tempo, a implantação do modelo que fazia sucesso nas rodas do grande capital internacional. Não foi a situação lamentável das finanças, da inflação galopante, dos seguidos planos de “estabilização” fracassados que “nos perderam” para o neoliberalismo. Foram, precisamente, estes os instrumentos utilizados pelos agentes do capital para quebrar com a resistência dos trabalhadores e da população pobre. Neste sentido, fica claro ter existido a necessidade (aliás, sempiterna) de se derrocar os instrumentos de luta dos trabalhadores para reduzir/impedir a contestação aos “remédios”, cujo amargor nem a cobertura edulcorada da modernidade conseguia ocultar.

Lastimaram-se estes agentes da ordem burguesa pelo tempo gasto em levar milhões ao desemprego e à miséria, em comprar lealdades políticas e sindicais para que se rendessem às novidades, ao menos calando, senão defendendo sua implantação. Ou no tanto que se perdeu em destruir empresas estatais lucrativas, vendidas, posteriormente, “a preço de banana” ao capital nacional e/ou imperialista. Ou em derrogar direitos tão duramente conquistados pelos

trabalhadores. Queriam o quê? A vitória sem luta, sem resistência dos setores mais organizados do movimento popular? Ao contrário, a derrota, profunda, mas não definitiva, destes, parece vir sempre acompanhada de um lembrete aos que advogam as causas do capital, parafraseado de uma expressão já hoje famosa: “É a luta de classes, idiota.”

ABSTRACT

Many analysts who dedicated their studies to the 1980s refer to these years as a “lost decade” in Brazil, due to the economic situation at the time. The aim of this paper is to discuss such period by considering other factors, such as the appearance of a strong political and social mobilization that attempted to defeat the dictatorial political system and to construct a more democratic society, with larger participation of the more explored classes. I focus on the struggles of the working class, the reorganization of the political movement of the union and of the working party and the importance of the political-union organizations at that period, considering their promotions and limitations. I point out that social work becomes very relevant in this context, as it confronts the conservative tradition and struggles for the construction of a profession which is articulated with the interests of the majority of the population.

Keywords: Popular Movements, Union Movement, Workers Party, Central Workers Union, Social Work

Notas:

¹ A dívida externa dos EUA já ultrapassava 1,5 trilhões de dólares em 1984.

² Um quadro detalhado dessas questões pode ser encontrado em Alves (1989, p. 268/278).

³ A sigla CONCLAT teve, à época, cinco significados distintos, a saber: a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada na Praia Grande (SP) em 1981; o Congresso de fundação da CUT, em agosto de 1983; o bloco sindical que não participou dessa fundação e realizou, em novembro de 1983, um outro congresso com o mesmo nome; a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, ciranda nesse congresso de novembro de 1983 e o congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em março de 1986 (ALMANAQUE DA CUT, junho de 1986a).

⁴ Um estudo detalhado da Central, nesse período, pode ser encontrado em (RODRIGUES, 1997).

⁵ Sobre a criação e atuação do ICT, ver Dreifuss (1981, p.317/318).

⁶ Em relação à trajetória de Medeiros, ver Nogueira (1997) e Giannotti (2002).

⁷ As referências ao processo de reorganização dos assistentes sociais têm por base, em geral, as informações contidas em Abramides e Cabral (1995, capítulo 3).

⁸ Tal encaminhamento não se deu sem a existência posterior de grandes dificuldades e resistências, causadoras, inclusive, de alguma desorganização no seio da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER. Emir (org.) *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p 85 – 94, 1993.

ARAÚJO, José Prata de. Destruição ou Aceitação da Estrutura Sindical Oficial. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 111 – 124, 1993.

CARVALHO, Durval de. CUT. Democracia, Solidariedade, Socialismo. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 150 – 164, 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Almanaque*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho de 1986a.

_____. *Boletim Nacional nº 9*, Suplemento, São Paulo, Cia Editora Joruês, agosto/setembro de 1986b.

_____. *Boletim Nacional nº 13*, São Paulo, Cia Editora Joruês, maio/junho de 1987a.

_____. *Boletim Nacional nº 14*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho/agosto de 1987b.

_____. *Boletim Nacional nº 15*, São Paulo, Cia Editora Joruês, setembro de 1987c.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*, 3º ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, SP, 02/12/1991.

GADOTTI e PEREIRA. *Pra que PT*, São Paulo, Cortez, 1989.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical, a Central Neoliberal*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

_____. *História da Luta dos Trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

GIANOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, 1993.

GOMES, José Menezes. A Trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas Relações com o Brasil, *Universidade e Sociedade*, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Brasília, nº 31, p. 32 - 49, 2003.

HAYEK, Fredrich. *O Caminho da Servidão*, Porto Alegre, Globo, 1977.

NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro*, São Paulo, EDUC/FAPESPE, 1997.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979 – 1998)*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, I. Jácome. *Sindicalismo e Política; a Trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da S. e (coord.). *O Serviço Social e o Popular*, São Paulo, Cortez, 1995.

A FUNCIONALIDADE DO TERCEIRO SETOR E DAS ONGS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O DEBATE SOBRE SOCIEDADE CIVIL E FUNÇÃO SOCIAL¹

Janáína Lopes do Nascimento Duarte*

RESUMO

A dinâmica de reordenamento capitalista impõe estratégias de consenso que consolidam as modificações sócio-históricas de interesse do capital pós-1970. Tais modificações redefinem um padrão de respostas às expressões da questão social que interfere no acesso aos direitos e ratifica a intervenção do terceiro setor e das ONGs no campo social. O discurso ideológico que fundamenta tais alterações aponta para o incentivo à participação da sociedade civil e para a “crise” do Estado. Numa perspectiva crítica e dialética, o presente artigo busca debater: a) as tendências do terceiro setor, particularizando sua identificação com a categoria sociedade civil; e b) a alteração da função social das ONGs no processo de desresponsabilização do Estado com as expressões da questão social.

Palavras-Chave: Contra-reforma do Estado, terceiro setor, ONGs, sociedade civil.

O ENFRENTAMENTO CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO SOCIAL

A conjuntura mundial contemporânea configura-se a partir de um conjunto de alterações ocorridas nas sociedades capitalistas conduzidas pelo projeto neoliberal, as quais resultam da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e da reprodução social, em países de capitalismo central e periférico, incluindo nestes últimos o Brasil.

A partir de 1970 o padrão de produção e acumulação capitalista entra em crise, visto que não mais responde às necessidades e aos interesses do capital de altas taxas de lucro e manutenção de sua hegemonia¹. Como alternativa, o capital inicia um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e acumulativo, utilizando-se de estratégias em três dimensões que se articulam: a reestruturação produtiva, as transformações na órbita do trabalho e a reforma ou contra-reforma do Estado.

Tais estratégias engendram um conjunto de transformações sócio-históricas que incidem de modo particular na relação Estado e Sociedade. Sobre esta relação, destaca-se a transferência de responsabilidades com o enfrentamento das expressões da questão social para o mercado e o chamado terceiro setor em detrimento do Estado, acarretando um processo de profundas modificações nas respostas contemporâneas às seqüelas sociais.

* Mestre em Serviço Social pela UFRN.

A reforma ou contra-reforma caracteriza-se por um processo de reordenamento do Estado, a partir dos interesses do capital, em oposição à garantia de direitos sociais via políticas sociais públicas. No Brasil, o Estado, parceiro do capital, implementa ações políticas, econômicas e sociais sem alterar a essência da sociedade burguesa capitalista, uma vez que vai contra as conquistas sociais da classe trabalhadora (BEHRING, 2003). A contra-reforma, segundo Behring (2003), tem impacto regressivo e destrutivo, bem como obstaculiza a agenda radicalmente progressista e democrática demarcada pelos movimentos sociais e dos trabalhadores desde 1980. Portanto, a contra-reforma do Estado significa a materialização de alterações regressivas nos direitos da classe trabalhadora; isto porque:

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2003, p. 59).

De forma mais contundente, a partir da década de 1990, a política neoliberal minimiza consideravelmente a intervenção do Estado na área social, apela para a participação da chamada sociedade civil na execução de políticas sociais e abre espaço para o capital financeiro internacional, além de estimular um discurso ideológico de “ineficiência, corrupção, desperdício” em torno de tudo o que é estatal, enquanto o privado aparece como sinônimo de “eficiência, probidade, austeridade” (BORÓN, 1995). É um processo que desconsidera direitos e minimiza o Estado para as necessidades do trabalho e maximiza para os interesses do capital, ou seja, subordina os direitos sociais à lógica do mercado e da solidariedade transclassista², inaugurando um novo quadro de respostas às expressões da questão social: a **precarização** das políticas sociais de responsabilidade do Estado e a **privatização**, esta última através da re-mercantilização e da re-filantropização dos serviços sociais. Este processo é o que Montañó (2003, p. 185) caracteriza como:

[...] alteração de um padrão de resposta social à questão social (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função.

As políticas sociais (universais) inseridas na concepção de direito social são acusadas de gerarem a crise dos fundos públicos e constituírem-se em “mau-investimento”, em atividades burocráticas e sem retorno. Vale salientar que o que fundamenta tal postura é a “cultura da crise”, na qual “a burguesia internacional necessita reciclar e alargar o seu domínio, mediante a construção de uma cultura política capaz de reelaborar as bases da sua hegemonia” (MOTA, 2000, p. 96).

Esse é o discurso colocado para legitimar a **precarização** das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado. Como uma das soluções à crise capitalista, o neoliberalismo aponta o retorno ao mercado, reduzindo a intervenção estatal em áreas e atividades voltadas para o social.

A estratégia dos governos neoliberais, como o do Brasil, é alterar a orientação das políticas sociais, subordinando-as aos interesses econômicos e políticos, através da: a) privatização via mercado ou sociedade, representada, esta última, pelo terceiro setor; b) focalização, com políticas dirigidas exclusivamente aos grupos com carências pontuais (os mais “pobres” entre os mais “pobres”); e c) descentralização administrativa, ou seja, desconcentração financeira e executiva, mantendo o poder decisório centralizado. Este quadro define uma estratégia precária de enfrentamento da questão social por parte do Estado, em que se busca a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, já que tais concepções não atendem aos interesses contemporâneos do capital mundializado.

Há uma tendência de naturalizar a questão social, transformando suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de combate à pobreza³ ou em expressões da impossibilidade dos indivíduos de superar seus desafios, isto é, a culpabilização do trabalhador. As respostas à questão social, via políticas sociais públicas, deixam de ser objeto de uma ação sistemática do Estado com ações universais que garantam direitos sociais, sendo nas palavras de Yamamoto (2001, p. 16), “transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda”.

As propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são propostas reducionistas, onde a Assistência passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres, através de uma ação humanitária coletiva [...] Ou seja: é uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se

conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade (YAZBEK, 1996, p. 42).

Essas orientações conduzem a um processo de precarização das políticas sociais estatais, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade, qualidade e variabilidade. Tal processo permite que amplos segmentos da população sejam precariamente atendidos, expandindo o quadro de pobreza e miséria, bem como aprofundando a desigualdade social⁴, uma vez que a demanda amplia em proporções gigantescas e as respostas são cada vez mais pontuais e seletivas.

Ao mesmo tempo, como já foi assinalado, há um movimento de **privatização** das respostas às expressões da questão social que se caracteriza, por um lado, na “progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 24), como por exemplo, nos serviços de saúde, nos planos de previdência social privados e na educação universitária, assim como, por outro, na re-filantropização do social.

Na lógica da mercantilização, conforme Montaño (2003), os serviços são de qualidade para quem pode pagar e, por isso, são lucrativos para o capital, ou seja, constituem-se em um novo espaço de acumulação. No projeto neoliberal é necessário transformar o social em “espaço mercantil”, com destaque para a previdência, a saúde e a educação, para o financiamento da acumulação capitalista em mais um de seus momentos de crise.

A outra via de privatização das políticas sociais, mais precisamente com a política de Assistência Social (não rentável para o capital), é a re-filantropização a partir da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social para as organizações do chamado terceiro setor.

Para Yazbek (2004), a filantropia no Brasil não é uma novidade na trajetória das políticas sociais. Contudo, nos últimos anos, esta, “além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país” (YAZBEK, 2004, p. 17). A re-filantropização, mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade.

Não por acaso isso acontece. Constitui estratégia hegemônica do capital, uma vez que tal prática contemporânea retrata a desconstrução de direitos sociais e fundamenta-se na ideologia da solidariedade e na proposta de aliança entre as classes, sem distinção de interesses sócio-políticos. Materializa-se na expansão do terceiro setor e na lógica de um conjunto de organizações e iniciativas privadas atuando em benefício público (a “publicização”⁵); ações políticas e ideológicas que desconsideram direitos sociais e ocultam o conflito histórico entre capital e trabalho.

Segundo Montaño (2003), a privatização das políticas sociais (re-mercantilização e re-filantropização) caracteriza um trato descoordenado, pontual e pulverizado das expressões da questão social e não uma concepção de direito e de universalidade de acesso. Entende-se que a privatização das políticas sociais é um dos caminhos de reordenamento do capital para superação da sua crise de acumulação. Isto porque em tempos de “Reforma do Estado”, há a transferência das políticas sociais para a esfera privada, privatizando o acesso e o serviço, muito distante da concepção de políticas sociais como direito social para “cobrir” parte do que é retirado como mais-valia da classe trabalhadora. Por isso, este momento sócio-histórico alarga os limites da desigualdade social, o que se expressa, tanto pela dificuldade de acesso aos serviços sociais, como pela ampliação da pobreza e da miséria.

Assim, o tratamento contemporâneo da questão social despolitiza seu reconhecimento na realidade brasileira como expressão das relações de classe nesta sociabilidade, visto que retira do Estado a responsabilidade histórica com as seqüelas sociais originárias do modo de produção capitalista. Constituem-se em “ações minimalistas para enfrentar uma questão social maximizada” (NETTO, 2006 , p. 45). É neste cenário que o terceiro setor e as ONGs se proliferam e assumem posição estratégica no enfrentamento da questão social, com ênfase na década de 1990.

TERCEIRO SETOR E SOCIEDADE CIVIL: DESAFIOS À REFLEXÃO CRÍTICA E DIALÉTICA

Na atualidade, o debate sobre o fenômeno terceiro setor é bastante polêmico, gerando entendimentos divergentes que interferem nas estratégias de enfrentamento da questão social. Há duas tendências que prevalecem na contemporaneidade, cujas direções se distinguem e se articulam

a projetos societários diferentes: uma tendência dominante ou conservadora e outra tendência crítica e de totalidade, que busca a essência do fenômeno a partir das múltiplas determinações que o envolvem⁶.

Na **tendência dominante ou conservadora** o terceiro setor seria formado pela sociedade civil organizada para responder/intervir no contexto das expressões da questão social. O discurso apresentado é que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais crescentes da atualidade, sendo a sociedade civil forçada a intervir no social, apresentando como princípios os valores do voluntarismo e da solidariedade.

De acordo com Fernandes (1994b), um dos autores mais significativos da tendência dominante/conservadora, o terceiro setor seria uma alternativa de resposta à questão social, uma terceira via ou “uma terceira possibilidade”. Fernandes (1994b, p. 19) explica:

Surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não-governamental’ e ‘não-lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias.

Ainda segundo Fernandes (1994b, p. 21), “o conceito (terceiro setor) denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; ou seja, inúmeras ações de indivíduos, grupos e instituições que têm como fim suprir necessidades coletivas. Na verdade, Fernandes (1994b, p. 127) afirma que “a idéia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo” (respectivamente o Estado e o mercado), no qual o terceiro setor assumiria responsabilidades sociais que estariam, na lógica dominante, fora da competência dos outros “setores”, caracterizando-se como “sociedade civil organizada”. Por isso, Fernandes (1994a, p. 3) define o terceiro setor como um:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Percebe-se, nesta tendência, que há uma identificação entre os entendimentos de sociedade civil e terceiro setor, como se fossem sinônimos.

No Brasil, a Lei 9.790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta as organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 1º desta lei, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Tal regulamentação brasileira exemplifica como o fenômeno do terceiro setor é reconhecido e legitimado no país, percebido com certa positividade e estimulado legalmente.

Por outro lado, o artigo 2º dessa mesma lei desqualifica como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: as sociedades comerciais; os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as Organizações Sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

O artigo 2º supracitado demonstra certa controvérsia na identificação de sociedade civil e terceiro setor, visto que esse último legalmente não abrange todas as organizações da sociedade. Portanto, a real caracterização da sociedade civil é bem mais ampla, complexa e contraditória que o entendimento de terceiro setor na tendência dominante/conservadora.

Como afirma Tonet (1997), o conceito atual de sociedade civil remete a uma polarização entre interesses conservadores e interesses progressistas, em que a considerada “nova sociedade civil

torna-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis e políticos [...]” (TONET, 1997, p.34), no qual estão presentes as concepções de participação e de oposição ao Estado. Há nessa “versão liberal de sociedade civil” uma “desarticulação dos nexos mais profundos do todo social” (TONET, 1997, p. 37). Vale lembrar que as contradições da sociabilidade capitalista são o solo privilegiado no qual se compõe e se sustenta a sociedade civil. Por isso, é necessário situar a sociedade civil no cerne da luta de classes da atualidade e considerar que o “momento político”, a democracia, a cidadania isolados das outras dimensões da totalidade sócio-histórica não se constituem como central no debate; o essencial é a perspectiva da luta pela emancipação humana, ou seja, pela liberdade do homem para além das amarras do capital, numa vida plena de sentidos e realizações.

É certo que em determinados momentos, em determinadas situações concretas, a luta pela democracia, pelos direitos civis, pode ser um passo importante na transformação da sociedade. Mas aí é preciso ver, em cada caso, como esta luta pela democracia pode se articular efetivamente com a emancipação da humanidade (TONET, 1997, p. 39).

Assim, a tendência dominante/conservadora desconsidera as condições sócio-históricas contemporâneas de crise do capital e de busca de sua hegemonia, mistificando a realidade a partir de um debate não crítico que valoriza uma possível união entre as classes e um discurso de democracia e cidadania nos limites do capitalismo. O conflito, as diferenças de interesses, a heterogeneidade fundantes da sociedade civil/burguesa, composta por classes que divergem social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertas pelo discurso atraente da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo mundializado. De acordo com Gusmão (2000, p. 108), o discurso dominante tem uma motivação:

Na perspectiva neoliberal de Reforma do Estado, a solidariedade da sociedade civil é fundamental, pois graças a ela o Estado e o governo podem livrar-se das pressões e do ônus de agirem historicamente de forma deficiente no espaço gigantesco das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que seus compromissos se estruturam cada vez mais com os da acumulação.

A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na atualidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura de reordenamento

capitalista, uma vez que obscurece os conflitos e imobiliza a luta de classes. No discurso neoliberal, segundo Petras (1999, p. 19), “o Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social, sendo que em seu lugar a ‘sociedade civil’ é a protagonista da democracia e da melhoria social”. Para desvendar o discurso dominante e fazer a crítica, é necessária a reflexão da categoria sociedade civil.

O momento sócio-histórico presente está repleto de “velhos” conceitos/categorias que são retomados em função dos interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas determinações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses. Para Netto (2004b, p. 61) “nos últimos vinte anos, também no Brasil, observa-se um nítido processo de diluição da carga semântica das categorias teóricas empregadas na análise social [...]”. É um “quadro de frouxidão categórica e conceptual e confusão” (NETTO, 2004b, p. 62) que nos parece funcional ao capital. Na atualidade, como exemplos de tais categorias podem ser citados: a solidariedade, a caridade, a reciprocidade, a filantropia, o voluntariado, bem como o conceito clássico de sociedade civil.

Em relação à categoria solidariedade é interessante para o capital descaracterizá-la na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos. Segundo Petras (1999), a palavra solidariedade tem sido utilizada de forma tão indiscriminada que, em vários contextos, já perdeu o seu significado. Historicamente, a palavra tem relação com a solidariedade interna de classe; no caso particular da classe trabalhadora refere-se à união e à luta contra a exploração e a dominação. Petras (1999, p. 39) esclarece:

O conceito marxista de solidariedade dá ênfase à solidariedade interna da própria classe, à solidariedade dos grupos oprimidos contra os seus exploradores externos e internos. O ponto mais importante do conceito marxista de solidariedade consiste na ação comum dos mesmos membros de classe que compartilham as mesmas dificuldades econômicas lutando pela melhoria das condições da coletividade.

A solidariedade na atualidade, segundo Gusmão (2000), tem a conotação de uma categoria apolítica e unificadora da sociedade, isenta de interesses e sem ideologias; ou seja, “sob a aparência da convivência pacífica e da colaboração entre ricos e pobres, a solidariedade neoliberal procura a colaboração dos trabalhadores com os donos do capital, pela via do consentimento na fratura de sua solidariedade e união” (GUSMÃO, 2000, p. 104).

Quanto à categoria sociedade civil, para Netto (2004b), poucas categorias teóricas foram tão desqualificadas, pois sob uma mesma embalagem encontram-se significados diferentes e até mesmo

conflitantes. De acordo com o autor, a diluição teórica da categoria sociedade civil compromete a análise social e inviabiliza a compreensão de um feixe de relações nucleares na nossa época: as relações entre sociedade civil e Estado, ou seja, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, fato que contribui para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital. Pode-se inferir que obscurece as relações e os conflitos de classe na contemporaneidade, dificultando a articulação dos trabalhadores na luta por uma sociabilidade para além do capital.

Na busca pelas origens históricas da categoria, retoma-se as reflexões de Karl Marx sobre sociedade civil. Para Marx (1978, p. 129), a sociedade civil constitui-se “na totalidade das relações materiais de vida”:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1978, p. 130)⁷.

Nessa passagem, Marx desvenda a complexa relação Estado e sociedade civil: “a sociedade civil é a estrutura sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte o Estado” (NETTO, 2004b, p. 66), ou seja, o Estado é uma expressão da sociedade civil. É indispensável o conhecimento rigoroso desta sociedade, visto que as lutas que têm por cenário a sociedade civil/burguesa rebatem diretamente no Estado. Tal relação (Estado/sociedade civil) compõe uma totalidade complexa, porque, segundo Netto (2004b, p. 67), “as contradições existentes na sociedade civil, em que operam interesses antagônicos, tensionam mediatamente a totalidade em causa e ativam formas de ação social” quando aqueles interesses são tomados como objeto passível de intervenção.

Os interesses contraditórios das classes perpassam o universo da sociedade civil, os quais determinam e conformam as ações do Estado. A relação sociedade civil e Estado é perpassada pelas

⁷ Este trecho compõe o prefácio da obra “Para a crítica da economia política”, datado de 1859. Nesta passagem, Marx afirma que tal resultado geral das suas reflexões serviu-lhe de fio condutor para os estudos sobre o capitalismo.

contradições de classe que constituem a sociedade capitalista. O que quer dizer que a sociedade civil é espaço de contradições e antagonismo; é espaço de luta de classes; “estas lutas se efetivam e se direcionam através de condutos específicos, geralmente expressos em agências (instituições e organizações)”;

mas é também espaço “em que as lutas de classes se travam sob ‘formas sociais de consciência’ que correspondem aos interesses sociais que são dominantes na mesma sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 67).

A sociedade civil expressa as complexidades e contradições da sociedade capitalista contemporânea. Por isso, compreende-se tal categoria não como homogeneidade, mas como complexidade, diversidade, antagonismo. Montaño (2003, p. 274-277) afirma que a “sociedade civil é espaço/arena de lutas”, é conformada por setores de diversos interesses particulares (“fundamentalmente de classe”), representando antagonismo e disparidade no seu interior. Desta forma, “pensar na sociedade civil como uno resulta em um erro grosseiro de interpretação histórica” (MONTAÑO, 2003, p. 275).

O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria sociedade civil, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social⁸.

A noção de sociedade civil, utilizada como sinônimo do terceiro setor, cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde a trama de relações e conflitos de classe presentes na sociabilidade do capital. Não parece coincidência que “na segunda metade dos anos noventa (século XX), o ataque aos direitos sociais próprio da era FHC recorreu ampla e demagogicamente ao mote da defesa da autonomia da sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 63).

Diante dessas reflexões e em radical divergência com a tendência anterior, a **tendência crítica e de totalidade** sobre o terceiro setor o compreende como um fenômeno fluído e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia.

Segundo Landim (2003), o terceiro setor é mais um termo importado que recentemente (década de 1990) começa a ser utilizado no Brasil para designar fenômenos e questões referidas a um universo de organizações da sociedade civil. Para a referida autora, o terceiro setor não é um termo neutro, tem procedência norte-americana, “contexto onde o associativismo e o voluntariado fazem parte da cultura política e cívica baseada no individualismo liberal [...]” (LANDIM, 2003, p. 109).

O termo surge nos Estados Unidos, em 1978, por iniciativa do empresário John D. Rockefeller III e chega ao Brasil por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Montañó (2003, p. 53) ratifica as idéias de Landim (2003) e afirma que “o conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”.

O termo terceiro setor está fundamentado na fragmentação da realidade em setores (“primeiro setor” o Estado, “segundo setor” o mercado e “terceiro setor” a sociedade civil), isolando e autonomizando cada um deles, não apresentando uma visão de totalidade social, como se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais não tivessem uma íntima inter-relação e imbricamento no conjunto da sociedade. Essa compreensão identifica-se com uma visão liberal e funcionalista da sociedade que retira as reflexões econômicas do Estado e despolitiza o mercado e a sociedade civil; como se fosse possível fragmentar a realidade social. Tal fragmentação da realidade é necessária para o momento atual de reestruturação do capital e das suas premissas político-ideológicas, pois “[...] separa os homens de suas determinações e decompõe a totalidade em esferas particulares e cindidas [...] Homens e relações sociais são tomados como coisas” (DIAS, 1997, p. 29); perde-se a historicidade, a totalidade e a perspectiva de contradição para que o terceiro setor possa assumir funcionalidade no cenário de reestruturação do capital.

Com o apoio da mídia e do Estado, o terceiro setor se expande em áreas variadas: arte e cultura, educação, saúde, assistência social, lazer, ambientalismo, defesa de direitos específicos, constituindo-se como ação voluntária e mercado de trabalho (muitas vezes precário) engloba entidades de natureza distinta e origem diversa, tais como: instituições filantrópicas, ONGs, fundações, voluntariado, “empresas cidadãs”, mas com exclusão de órgãos de natureza política, como sindicatos e movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terra – MST), com o objetivo de ocultar a luta e os interesses de classes que tecem as relações na sociedade civil.

Na verdade, a idéia de conflito, de contradição, de campo de forças em luta por hegemonia ou de outras questões que suponham diversificação de interesses e projetos estão razoavelmente ausentes nesses debates, assim como as concepções que questionam um corte radical entre sociedade civil e Estado (LANDIM, 2003, p. 117).

Nas palavras de Montañó (2003, p. 22), o terceiro setor não expressaria um setor que homogeneiza e minimiza diferenças e sim “[...] um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de dar respostas às expressões da questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua, em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social gerada pelo capitalismo.

O que ocorre hoje é que o terceiro setor é utilizado para produzir a idéia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é uma espécie de “panacéia” que substitui o Estado no enfrentamento das expressões da questão social. É ainda incorporado ao senso comum, enquanto termo neutro, indicando apenas um “campo plural de associações e interações” (LANDIM, 2003, p. 110).

Na verdade, conforme Paniago (2001), tal fenômeno social busca a socialização dos custos sociais do capitalismo mundializado.

No fundo o que aparece mais provável é que hoje haja uma dupla exploração da classe trabalhadora. Além de ser a produtora da riqueza que gera os recursos do Estado, ainda tem de se envolver diretamente, através dos recursos da ‘comunidade’ na satisfação de suas necessidades (PANIAGO, 2001, p. 12).

Dessa forma, compartilhando da concepção dos autores críticos, corrobora-se que o terceiro setor tem funcionalidade diante da conjuntura de reestruturação do capital que se desdobra em duas dimensões: a) na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões da questão social; e b) na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade.

ONGS E ALTERAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL PÓS-1990⁹

Nessa conjuntura as ONGs se encontram como expressões do terceiro setor e inseridas na sua lógica e contradição. Tais organizações destacam-se, na atualidade, como respostas privadas às expressões da questão social, aparecendo como:

[...] referência no campo das práticas emergentes proliferando-se e também fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida, surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo (MOTA, 2000, p. 102).

Cabe ressaltar que o termo Organização Não-Governamental, mais conhecido como ONG, não existe no dicionário e não é definido juridicamente. Segundo Pessoa e Rocha (2003, p. 156), “o que existe é uma compreensão coletiva, inclusive na doutrina, jurídica, de que ONGs são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal e/ou profissional”, expressando a idéia geral de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com interesse público, tendo como possibilidades no ordenamento jurídico as associações e as fundações¹⁰. Para o senso comum, o termo surge para identificar um conjunto de instituições que se encontravam fora do âmbito das entidades estatais, mas que trabalhavam com algum tipo de projeto na área social.

Outro elemento a considerar no debate sobre as Organizações Não-Governamentais é que a sua função social se altera diante da conjuntura de reestruturação, passando a serem nitidamente úteis aos interesses do capital, na medida em que, especialmente na década de 1990, ocupam um espaço de destaque no enfrentamento da questão social.

Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, com o suporte financeiro da “cooperação internacional”¹¹, as ONGs iniciaram o seu processo de expansão, intervindo diretamente no campo político, visto que se gestam em pleno regime militar, num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceira dos movimentos sociais, embora recebessem financiamentos de agências internacionais, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuía para a organização interna e articulação de tais movimentos.

Nesse período não eram as ONGs, mas os movimentos sociais que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos como alimentação para creches, cooperativas de consumo, iluminação, saneamento, direitos da mulher, da criança e do adolescente, etc. As ONGs aqui tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros (MONTAÑO, 2003, p.270-271).

É principalmente a partir de meados de 1980, com maior ênfase na década de 90 do século XX¹², que no Brasil o termo ONG ganha maior visibilidade social com efetiva proliferação das suas organizações, o que coincide com o momento de inserção de tais organizações na lógica do terceiro setor. Landim (1998) destaca que a partir de 1980 os organismos de cooperação multilateral, como o Banco Mundial, intensificam programas de colaboração com as ONGs, tendo como uma das justificativas explicitadas a sua confiabilidade e eficácia.

Ocorre que nesse período (fins dos anos 1980 e década de 1990), tais organizações concentram-se no reordenamento da sua gestão e das suas ações em função da procura de financiamentos de projetos. A busca pela sobrevivência da organização via alternativa de fundos públicos e adequação aos critérios de financiamento das agências internacionais parece ter certa articulação com o momento sócio-histórico de reestruturação capitalista, uma vez que tais organizações passam a assumir maior parcela da responsabilidade com a questão social. Sem articular tal reordenamento das ONGs à totalidade da realidade social, como se tais organizações estivessem isentas dos interesses de classe contemporâneos, Gohn (1998, p. 14-15) afirma que:

As ONGs tiveram que realizar reengenharias internas e externas para sobreviver. As pressões sociais e as atividades de militância passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs.

É incontestável a necessidade de profissionalização das ONGs nesse contexto. Entretanto, não apenas por motivo de sobrevivência de tais organizações, mas devido a dinâmica de reestruturação do capital que se apropria das ONGs e altera sua função social em prol dos interesses do capital mundializado, ainda que estas reflexões não estejam presentes no discurso oficial. Tais organizações adequaram-se à lógica do mercado e às exigências das transformações do mundo do

trabalho para assumirem, com qualidade, função estratégica no enfrentamento da questão social.

Por isso, em fins de 1980 e durante a década de 1990, as ONGs têm como condição de existência e funcionamento a execução de projetos sociais que se mantêm com verba e apoio financeiro de agências de cooperação internacional, do Estado ou de outras organizações. Ainda que sem articular com o processo de reestruturação do capital e suas conseqüentes alterações na relação Estado e sociedade na atualidade, Gohn (2003) destaca uma informação relevante: a partir de 1990, o Banco Mundial adota uma postura de diálogo e privilegiamento de ações e parcerias com ONGs, sendo a maioria dos empréstimos do banco voltados para as parcerias com tais organizações.

Enquanto entre 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo banco envolviam ONGs, em 1993 o percentual eleva-se para 1/3 dos financiamentos e logo a seguir em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovados pelo Banco Mundial envolviam ONGs de diferentes tipos e objetivos (GOHN, 2003, p. 16).

É impossível não fazer relação entre o financiamento dos projetos pela cooperação internacional e os interesses envolvidos, uma vez que os critérios e as exigências para o financiamento, por parte das instituições da cooperação, interferem nas ações, dinâmica e lógica das ONGs, comprometendo a autonomia e o critério de não representatividade de interesses. As Organizações Não-Governamentais tendem (seus integrantes tendo consciência, ou não) a não ser tão espontâneas e desvinculadas de utilidades para o capital.

É através das “parcerias” que as ONGs firmam e garantem sua intervenção na questão social, bem como o Estado viabiliza sua proposta de redução com o social via publicização¹³. Na proposta de contra-reforma do Estado a publicização é o caminho legal que possibilita a parceria entre Estado e organizações sociais (representadas pelas entidades do terceiro setor e pelas ONGs). Isto, porém, não ocorreu por acaso, há um sentido político e ideológico de sedimentação das mudanças necessárias à ordem do capital e de “amortecedor” dos rebatimentos sociais.

À medida que cresceu a oposição ao neoliberalismo, no início dos anos oitenta, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs (PETRAS, 1999, p. 45).

Nessa lógica, Montaño (2003) contesta a fidelidade do termo “Organizações Não-Governamentais”, visto que passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental (nacionais ou internacionais), por meio das citadas parcerias ou da contratação pelo Estado (federal, estadual, municipal) para desempenhar, de maneira terceirizada, as atividades e funções estatais. Pode-se dizer, portanto, que não são tão não-governamentais. O autor vai mais além e questiona a seletividade dos governos na “escolha” dos projetos e das ONGs aos quais destinará os reduzidos recursos:

O Estado, ao estabelecer ‘parceria’ com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros - aqueles selecionados pelo(s) governo(s) - (MONTAÑO, 2003, p. 57, grifos do autor).

Esse contexto sinaliza certa funcionalidade de tais organizações à conjuntura de transformações societárias, inclusive com incentivo e apoio das instituições do capital financeiro. Parece que o capital mundializado se apropria das organizações a seu favor e, assim, resolve investir como mais uma estratégia para eximir o Estado da responsabilidade histórica com as manifestações da profunda desigualdade entre burguesia e trabalhadores.

É por tudo isso que a partir de 1990 as ONGs, determinadas pelo neoliberalismo, alteram sua função na sociedade e inserem-se na lógica do terceiro setor, uma vez que são chamadas a intervir diretamente na resposta à questão social, modificando radicalmente a relação até então consolidada com os movimentos sociais e aparecendo como “entidades parceiras”. Ocorre o deslocamento das responsabilidades com as expressões da questão social do Estado para o terceiro setor e para as ONGs¹⁴, sem radical contestação e nítido movimento de resistência.

Segundo Montaño (2003, p. 272), “a ONG, com maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população”. Tais organizações passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e credibilidade, contando inclusive com a população na condição de voluntário; instala-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da

garantia de políticas sociais públicas. Isso se explica porque na década de 1990 ocorre uma significativa alteração na relação entre Estado e movimento social, caracterizada por Montañó (2003) como uma “terceirização dos movimentos sociais”, ou seja, uma relação indireta entre Estado e movimento, intermediada pelas ONGs.

Nesse sentido, avaliando a relação ONGs e movimento social, pode-se afirmar que a intervenção dessas organizações está limitada pela execução de projetos e pela funcionalidade que assumem na realidade contemporânea, o que as diferencia do significado sócio-político dos movimentos sociais¹⁵. Vale ressaltar que o alvo das ações nas ONGs não é ultrapassar a ordem do capital e os seus pilares de sustentação, como o fim da propriedade privada, o controle dos meios de produção pela classe trabalhadora, a luta pelo trabalho emancipado¹⁶ e o fim da exploração do capital sobre o trabalho.

As ONGs dão ênfase a projetos e não aos movimentos; ‘mobilizam’ as pessoas para que produzam à margem, e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e de riqueza; elas concentram-se na assistência técnico-financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas.[...] estão ligadas à estrutura de colaboração com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento (PETRAS, 1999, p. 48).

No cerne da reflexão crítica também está o discurso da “crise do Estado” e da eficiência das ONGs no tratamento das expressões da questão social, constituindo terreno fértil para ampliar a credibilidade e as ações das organizações no campo das desigualdades sociais.

Há todo um movimento ideológico e cultural que alicerça a função social das ONGs na atualidade. As condições materiais da “crise”¹⁷ estrutural do capital condicionam à alternativa burguesa da deflagração da “cultura da crise”, cultura esta que sustenta a contra-reforma do Estado e viabiliza a funcionalidade das ONGs ao processo de reestruturação do capital. Na análise de Mota (2000, p. 101):

[...] o traço predominante dessa cultura (da crise) é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade independentemente da classe a que estão agregados os

sujeitos sociais e, portanto, concluindo-se que a crise exigia consensos e sacrifícios de todos.

No bojo da “cultura da crise” fundamenta-se a lógica da solidariedade, do voluntariado, da filantropia empresarial em que todos, indistintamente, precisam contribuir, dar a sua parte para a resolução dos problemas sociais. Nessa lógica os movimentos sociais nos anos 1990 também se inserem, aparecendo como de natureza policlassistas, despolitizando a resistência da classe trabalhadora, em prol de um suposto interesse geral da sociedade de “combater a pauperização” no Brasil. Como se não existissem interesses de classe e como se tal ideologia não fizesse parte das estratégias do capital para garantir a sua reestruturação. Mota (2000, p. 102) assegura que “na prática essa dinâmica propõem uma aliança de classes, amparada na ideologia da solidariedade entre classes antagônicas, no primado da ética e no distributivismo dos excessos”. Na verdade, os movimentos sociais também são atingidos pelas transformações sócio-históricas contemporâneas.

Vale salientar, como elemento importante desse contexto, que há uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora, a partir de 1980/1990, resultado das metamorfoses no mundo do trabalho. As condições objetivas e subjetivas do trabalho (ANTUNES, 2005) fragilizam os trabalhadores, dificultando sua organização política (sindicatos, movimentos sociais e outros), a resistência e a análise crítica dos processos sociais em curso. Tudo isso contribui para o processo de desarticulação dos movimentos sociais, promovendo perda de espaço político diante do cenário de reestruturação capitalista.

Compreende-se que as explicações são mais profundas e que têm relação estreita com a luta de classes nas últimas décadas do século XX, sendo assim, primordial buscar as raízes das reflexões sobre as ONGs, a partir do lugar que as mesmas ocupam na atualidade, principalmente em sintonia com a conjuntura de transformações sócio-históricas.

É imprescindível ressaltar que as ONGs exprimem um espaço de contradição, assim como toda a realidade social é contraditória e complexa, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social. O que se enfatiza neste artigo não são as organizações em si, mas a função social que exercem no contexto de reestruturação capitalista. O principal no debate é desvelar as relações, os nexos e as mediações entre o universo

das ONGs e a conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora com perda de direitos sociais e trabalhistas e os discursos político e ideológico que fundamentam as modificações necessárias ao capital para manter seus padrões de acumulação e hegemonia.

As estratégias de consenso legitimam as alterações necessárias ao momento sócio-histórico de reestruturação geral capitalista. Para garantir as mudanças políticas, sociais e econômicas é fundamental convencer e fragilizar a classe trabalhadora em torno das reformas de interesse do capital e não do trabalho. Por isso, o discurso de crise do Estado, solidariedade e participação da sociedade civil precisa ser desvelado através do terceiro setor.

Considera-se essencial refletir criticamente sobre a funcionalidade do conjunto terceiro setor e ONGs na conjuntura do século XXI e sobre os seus alicerces ideológicos, como a identificação com a concepção a-crítica de sociedade civil e a noção de solidariedade transclassista, a fim de contribuir no processo de luta e resistência da classe trabalhadora às reformas do capital.

ABSTRACT

The dynamics of the capitalist reordering imposes consensual strategies that consolidate the socio-historical changes in the interest in capital after the 1970s. Such changes redefine a pattern of responses to the expressions of the social issues. This pattern affects the access to social rights and confirms the strength of the third sector and the NGOs to interfere in the social area. The ideological speech that sustains such modifications incites the participation of the civil society and points out a period of “crisis” of the State. Within a critical and dialectic perspective, this article aims to discuss: a) the tendencies of the third sector, especially its identification with the civil society; b) the change of the social function of the NGOs in the process of evasion of the social matters by the State.

Keywords: State reform, third sector, NGOs, civil society.

Notas:

¹ No ensaio sobre a questão meridional, Gramsci realiza uma análise histórica sobre a diferenciação entre as sociedades do oriente e do ocidente, considerando que as ocidentais detêm articulações mais complexas no seu interior. A discussão sobre hegemonia surge na distinção entre a guerra de movimento nas sociedades orientais e a guerra de posição nas sociedades ocidentais, sendo que esta última (posição) encerra em si um processo de luta para a conquista da direção

político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população como caminho para a conquista e conservação do poder. Na realidade, o autor discute nas sociedades ocidentais a forma como as classes se relacionam e exercem suas funções no interior do “bloco histórico”, indicando a dialética relação entre estas na busca da dominação (SIMIONATTO, 2004).

² Não resultante de uma solidariedade interna de classe, mas externa, ou seja, entre classes distintas, com interesses conflitantes; como se isso fosse possível no mundo capitalista.

³ Pode-se perceber que no governo Luís Inácio Lula da Silva (gestão 2003-2006 e gestão em curso) há uma efetivação de respostas às manifestações da questão social através de programas de transferência de renda que seguem os critérios rígidos de seletividade de acesso, sendo apenas incluídos os setores “mais pobres entre os mais pobres”, com forte apoio dos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

⁴ Netto (2006, p. 8) afirma que “no Brasil, em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres. [...] apenas 5.000 famílias, num país de 180 milhões de habitantes, apropriam-se de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pela sociedade no período de um ano. Tais famílias embolsam o equivalente a 3% da renda nacional total, com o seu patrimônio representando cerca de 40% do PIB brasileiro”.

⁵ A publicização, conforme Pereira (1997), significa a transferência das atividades sociais e científicas para o campo das entidades públicas não-estatais, chamadas de organizações sociais. As entidades “[...] públicas não-estatais são entidades do terceiro setor, sem fins lucrativos, são organizações não-governamentais, organizações voluntárias” (PEREIRA, 1997, p. 26).

⁶ Cabe ressaltar que ambas as tendências são atravessadas pelo movimento contraditório do real; todavia, conforme o lugar que o terceiro setor ocupa na sociedade contemporânea, são visíveis as particularidades que diferenciam uma e outra tendência, sendo assim apresentadas para efeito de exposição.

⁷ Este trecho compõe o prefácio da obra “Para a crítica da economia política”, datado de 1859. Nesta passagem, Marx afirma que tal resultado geral das suas reflexões serviu-lhe de fio condutor para os estudos sobre o capitalismo.

⁸ A idéia de “sociedade civil homogênea” garante um duplo movimento funcional ao capital: econômico, com redirecionamento dos recursos do Estado para o financiamento dos projetos de interesse da burguesia; e ideológico, pois obscurece a luta de classes e, assim, fragiliza a resistência da classe trabalhadora.

⁹ Entende-se aqui função social no sentido da funcionalidade/utilidade que as ONGs assumem na sociabilidade, conforme as determinações de um dado momento sócio-histórico.

¹⁰ Segundo Landim (1998, p. 57), as ONGs preferem a primeira forma (associações), a qual “não implica na existência de um patrimônio prévio, nem de um instituidor [...]”.

¹¹ Corresponde a toda uma rede de bancos (por exemplo, o BIRD) e organizações não governamentais (igrejas, instituições, associações, dentre outras) que investem em projetos sociais nos países de capitalismo periférico.

¹² Conforme pesquisa realizada pela ABONG (2002), constata-se que o maior número de ONGs surge entre 1980 e 1990, com 49%, seguida de 32,6% no período de 1991 a 2000. Estes dados caracterizam a expansão das organizações na conjuntura de reestruturação do capital, cuja condução está sob o comando do projeto neoliberal; e indicam que o enfrentamento da questão social tem se expandido junto às ONGs brasileiras em detrimento da ação estatal.

¹³ Neste artigo, partilha-se da concepção de Montañó (2003) de que a publicização é a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (incluindo-se as ONGs) e ao repasse de recursos públicos para âmbito privado.

¹⁴ Na tendência dominante/conservadora as ONGs são reconhecidas como entidades de suporte do Estado no atendimento da questão social, distanciando-se do debate crítico que busca as explicações para os fenômenos sociais na totalidade da realidade social.

¹⁵ Embora os movimentos sociais também sejam perpassados por contradições, aqui a referência é aos segmentos que apresentam vínculo com os interesses da classe trabalhadora.

¹⁶ Trabalho livre das “amarras do capital”, sem a exploração dos homens sobre outros homens, trabalho no sentido de criação e recriação da natureza, voltado para o valor de uso e não direcionado pelo valor de troca na sociedade capitalista, ou seja, trabalho concreto e emancipado, na concepção de Karl Marx (1978).

¹⁷ Crise no sentido das repercussões geradas pela “necessidade” do capital de reestruturar-se para manter a hegemonia e aumentar as taxas de lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABONG. *ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à Abong*. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BÓRON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 63-137, 1995.

BRASIL. *Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a Qualificação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 mar. 1999.

DIAS, E. F. *A liberdade impossível na ordem do capital*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Textos didáticos, n. 29.

DUARTE, J. L. N. *O Serviço Social e nas Organizações Não-Governamentais: tendências e particularidades*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

FERNANDES, R. C. *O que é Terceiro Setor?* 1994a. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em 06 mar. 2006.

_____. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

GOHN, M. G. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 58, p. 9-23, nov., 1998.

_____. *Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 62, p. 93-112, mar., 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan. a jun., 2001.

LANDIM, L. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: NAU, p. 23-87, 1998.

_____. As ONG's são Terceiro Setor? In: *ONG's no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 107-133, 2003.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOCHETTI, Ivanete (Org.). *Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. (Política Social 2). Brasília, DF: UNB, p. 61-83, 2004b.

_____. *A ordem social contemporânea é o desafio central*. Santiago/Chile, 2006. Mimeografado. Palestra realizada na 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social.

PANIAGO, M. C. S. *A incontrolabilidade ontológica do capital: um estudo obre Beyond Capital de Mézáros*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeografado.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: *CADERNOS MARE da Reforma do Estado*. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. vol. 1, p.7-57, 1997.

PESSOA, G. P.; ROCHA, M. G. Aspectos jurídicos das ONGs. In: *ONG's no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 153-217, 2003.

PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. Coleção sociedade e ambiente.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TONET, I. Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, p. 23-50, 1997.

YASBECK, M. C. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

_____. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 77, p. 11-29, mar., 2004.

ENTIDADES RELIGIOSAS E POLÍTICA DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DE EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE¹

Mirella Loterio Siqueira*

RESUMO

Este artigo aborda a participação das entidades religiosas na política pública destinada a crianças e adolescentes, no período posterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de uma experiência em Juiz de Fora. Objetiva compreender os desafios que se colocam na atualidade para efetivação do Estatuto num contexto de revalorização da atuação religiosa no espaço público e de permanência da tradição conservadora do assistencialismo, do paternalismo e do clientelismo como mecanismos para o enfrentamento da questão social.

Palavras-chaves: entidades religiosas, política de atendimento para a infância e a adolescência, Estatuto da Criança e do Adolescente

INTRODUÇÃO

Os anos 90 configuraram no Brasil uma nova experiência em relação às políticas sociais consideradas direito do cidadão e dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para essas transformações, com o desenho de uma ordem social baseada na primazia da atuação do Estado na implementação das políticas, reforçando a sua efetivação como direito de cidadania e estabelecendo a descentralização político-administrativa e a participação popular como diretrizes democráticas de atuação.

Posteriormente, leis específicas referentes às políticas sociais foram implementadas corroborando com as diretrizes da Constituição e estabelecendo mecanismos de efetivação das mesmas. Na área da infância e adolescência destaca-se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que se tornou um marco na área.

A origem do atendimento à crianças e adolescentes no Brasil provém da intervenção de instituições religiosas, desde o século XVI. Entretanto, a atual participação dessas entidades na prestação de serviços sociais deve reforçar ainda mais a responsabilidade

* Mestre em Serviço Social.

do Estado, em suas três instâncias, no cumprimento de seu papel de implementação da Política conforme preconizada no ECA, assim como na garantia do apoio técnico e financeiro necessário às ações realizadas pela sociedade civil.

É neste contexto, de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, que se insere nossa reflexão. Tendo como objeto as entidades religiosas de atendimento, busca-se contribuir, através da preocupação com a natureza, objetivos e resultado da participação destas entidades na política de atendimento à infância e adolescência, para compreensão dos desafios de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de uma experiência em Juiz de Fora.

Nossa inquietação inicial derivou da constatação da presença significativa de entidades religiosas atuantes com o segmento infanto-juvenil no município² e da inexistência do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora – CMDCA/JF de 45% delas³. Tal fato nos levou a questionar a efetividade da Política Pública destinada à crianças e adolescentes haja vista o não cumprimento inicial ao funcionamento das entidades⁴. Sendo este nosso ponto de partida, outros questionamentos foram levantados:

1 – Sabendo-se que o CMDCA/JF tem ciência da existência de entidades sem registro, que providências são tomadas? Como são acompanhadas as entidades? Há diferenças entre as que estão registradas no Conselho de Direito das que não estão? Estar registrada no Conselho é garantia de efetivação da Política de atendimento à infância e adolescência e, portanto, do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente?

2 – Sabendo-se que as entidades religiosas representam a origem do atendimento nessa área, e, portanto, muito anterior à perspectiva balizada pelo ECA, será que ainda reforçam o padrão tradicional de atendimento? Estarão atuando na perspectiva da implementação dos direitos de cidadania ou reforçando a lógica caritativa, filantrópica, assistencialista, inerente à sua origem?

3 – Se o atendimento é baseado na crença religiosa, de que modo estes valores não entram em confronto com o Estatuto da Criança e do Adolescente? É um impeditivo para a adequação aos princípios e diretrizes da Política de Atendimento estabelecidos pelo CMDCA/JF?

4 – Qual a relação dessas entidades com o Poder Público Municipal? De que forma as entidades são acionadas pelo Poder Público para execução da política? Quais as

parcerias e convênios realizados? De que forma são acompanhadas, monitoradas e avaliadas? Sobrepõem ao papel do Estado numa conjuntura de desresponsabilização do mesmo?

O impasse, contudo, parece ser mais grave, pois, na contramão desse processo que fortaleceu as políticas sociais como dever do Estado e direito do cidadão, ocorreu o ajuste neoliberal no país, abrindo espaço ao retorno da filantropia em substituição à atuação do Estado.

Soma-se a esse aspecto conjuntural a herança de uma cultura política em nosso país que privilegiou e conformou relações patrimonialistas, clientelistas, de tutela e favor entre o Estado e a sociedade civil, tão presentes nas práticas e concepções das políticas sociais, conflitando com uma cultura política baseada no direito, na cidadania e nas relações democráticas.

Tendo em vista o objeto de estudo em questão, é imprescindível também considerar a cultura religiosa das entidades de atendimento, já que a atuação no social, além de estar na base doutrinária das religiões que as entidades vinculam-se e não se restringindo a isso, coloca-se como um recurso de legitimação das mesmas na sociedade.

A existência de um crescente número de experiências locais de inserção de grupos religiosos nas ações sociais de enfrentamento a questão social contrasta com o que efetivamente sabemos sobre eles, suas práticas e contribuição efetiva. Assim, revela-se imprescindível estudar tais contextos onde estes fatores confluem contribuindo desta maneira, aos gestores públicos e atores sociais nos desafios da efetivação da cidadania.

POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E A INTERFACE COM O SETOR FILANTRÓPICO

A filantropia⁵ marcou a atuação privada no campo das políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente no país. Tradicionalmente este campo foi dominado pela Igreja Católica, que por intermédio das congregações religiosas originou o quadro de organizações sociais no país em meios do século XVI e conformou os espaços de atuação na área até a metade do século XIX⁶. A Santa Casa de Misericórdia “foi o exemplo expressivo da ação social das ordens religiosas, sendo o atendimento predominante nesse período” (MESTRINER, 2005, p.41) e constituiu-se em um “modelo abrangente de intervenção social

que teve na caridade cristã, seu operador de legitimação, mas cuja estruturação e âmbito de ação extrapolou em muito os limites de uma perspectiva religiosa ou assistencial” (QUIROGA, 2001, p.46).

A partir de 1930 inicia-se uma atuação efetiva do Estado brasileiro nas políticas sociais, num período de politização da questão social no país. Entretanto, o maior investimento ocorreu nas áreas da previdência, saúde, e educação, permanecendo a área assistencial⁷ relegada pelo Estado. Conforme indicam Landim (1993) e Mestriner (2005), esta situação evidenciou o pacto costurado pelo Estado com igrejas e outras organizações da sociedade civil⁸, “na medida em que permaneceram mecanismos facilitadores do acesso ao fundo público de organizações privadas, por meio da regulamentação do instrumento de utilidade pública” (RAICHELIS, 2005, p.236).

A intervenção do Estado nas políticas sociais não eliminou o papel do setor privado nesta área, ao contrário, através da criação de mecanismos de coordenação e fiscalização da filantropia⁹, que perduram nos dias atuais, o Estado reservou um papel importante às entidades sem fins lucrativos no campo das políticas públicas, principalmente na área assistencial (MESTRINER, 2005). Desta forma, conformou-se a particularidade dada pelo Estado ao campo sócio-assistencial brasileiro: política relegada ao setor privado, com ênfase na atuação de instituições religiosas e realizada através de investimento público.

Em relação às políticas destinadas a crianças e adolescentes, prevaleceu a Política de Menorização (RIZZINI, 1997) estabelecida no período republicano, que voltada à criança pobre, juridicamente chamada menor, conjugava assistência e repressão. O Código de Menores, instituído em 1927, foi o marco desta política regulamentando as ações dirigidas ao público infanto-juvenil até os anos 90. O Serviço de Assistência ao Menor – SAM, o Departamento Nacional da Criança – DNCR¹⁰, a Legião Brasileira de Assistência – LBA – e a FEBEM foram órgãos componentes desta estrutura cujas atuações reforçaram práticas que conformam a cultura política brasileira e determinam os padrões de relação entre o Estado e a sociedade civil em nosso país: patrimonialismo, clientelismo, benesse, tutela e favor, primeiro-damismo, e autoritarismo do Estado¹¹.

Os anos 80 e 90 representaram um divisor de águas na área social no Brasil posto que o processo de redemocratização do país desempenhou um importante papel na formatação legal dos direitos sociais no Brasil, constituindo-se numa tentativa de construção da esfera

pública. Como fruto deste processo, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a defesa da democracia com propostas de descentralização político-administrativa, autonomia municipal e participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas públicas, nos quais se destacam os Conselhos. Estes são importantes canais para a viabilização de uma perspectiva publicista e a produção de uma nova cultura política, embora não sejam suficientes para a garantia da gestão das políticas sociais como públicas (RAICHELIS, 2005).

Na área da infância e adolescência várias iniciativas da sociedade civil e de movimentos de âmbito nacional se articularam na defesa de um sistema universal dos direitos e exerceram forte pressão sobre os resultados da Constituição de 1988. A partir de então crianças e adolescentes foram considerados sujeitos de direitos, logo, cidadãos, com absoluta prioridade no atendimento sendo dever da família, do Estado e da sociedade a garantia de concretização de seus direitos.

Os dispositivos assegurados na Constituição foram regulamentados como Doutrina de Proteção Integral às crianças e aos adolescentes, que em oposição à Doutrina da Situação Irregular do antigo Código de Menores, constitui-se na base do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069, promulgada em 13 de Julho de 1990.

O ECA introduziu um importante conjunto de mudanças na política de atendimento à infância e a adolescência o Estatuto da Criança e do Adolescente, com destaque para a criação dos Conselhos tutelares e de direito.

A instalação dos Conselhos de Direitos assume um papel fundamental para a garantia do cumprimento dos direitos assegurados no Estatuto, pois são canais de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, cabendo-lhes a coordenação, articulação e controle das ações procedentes dos serviços públicos e da iniciativa privada. Se considerarmos o atendimento nesta área, historicamente associado à filantropia, este espaço assume uma grande importância.

Outra mudança significativa diz respeito à atuação das organizações não governamentais, pois ao incluí-las no bojo da política de atendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente reserva-lhes um papel estratégico na política (SABINO, F.; SEIXAS, R.; SIQUEIRA, M., 2005, p.77).

Em seu artigo 90, o ECA as responsabiliza pela manutenção das suas unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas sócio-educativos e de proteção

destinados a crianças e adolescentes demonstrando que as entidades não-governamentais são atores relevantes na implementação das políticas de proteção especial à infância e à adolescência.

Contudo, as novas práticas desenhadas na Constituição Federal não representaram a anulação das velhas práticas no campo das políticas sociais, pois, a própria Constituição reafirmou vantagens a filantropia, por meio de uma relação cartorial do Estado com as instituições, em que os certificados de utilidade pública e de fins filantrópicos funcionam como passaportes para acúmulo de vantagens (MESTRINER, 2005).

Além disso, na contramão do movimento de implantação da Constituição e suas leis complementares ocorreu o ajuste neoliberal no país com a proposta de desmonte do Estado e, portanto, de reforço do caráter privado das políticas sociais.

Este processo, além de redefinir o lugar do Estado na condução das políticas públicas e as relações entre o Estado e a sociedade, implicou em maiores oportunidades de ação social à margem da ação estatal recolocando na agenda a relevância das ações filantrópicas, revalorizando a atuação religiosa no campo das políticas sociais, estimulando, inclusive, o seu crescimento (BURITY, 2000).

As mudanças na esfera do Estado e suas políticas levam a emersão e ao retorno na arena pública de entidades da sociedade civil que passam a assumir a responsabilidade na execução das políticas sociais. Isto porque a questão social agrava-se cada vez mais e as ações do governo são insuficientes para minimizá-las, caracterizando uma revalorização do campo da filantropia onde novas alianças e contornos na ação das entidades sem fins lucrativos são realizados com mobilização dos recursos públicos e também empresariais (MOTA, 2000). Entretanto, como afirma Sposati (1995, p.136) “as manifestações pró-filantropia crescem e não significam, em absoluto, redução de desigualdades sociais e econômicas”.

Assim, nesta conjuntura vivencia-se uma transformação na cultura política em que as estratégias descentralizadoras e participativas da sociedade civil têm sido utilizadas como mecanismos substitutivos e não complementares às ações do Estado para com as políticas sociais fazendo com que ao invés de promoverem a cidadania, estimulem a filantropia (SOARES, 2000; MONTAÑO, 2003; MESTRINER, 2005).

Com esta “nova velha” lógica as políticas públicas para a criança e o adolescente instituídas nos anos 90, ao mesmo tempo em que se propõem promover proteção como um

direito de cidadania, criando condições legais de efetivação de políticas sociais, abrem espaço para o ressurgimento e valorização de organizações voltadas para a filantropia com práticas e valores tradicionais numa complexa tensão entre o quadro legal e a realidade cotidiana das práticas sociais¹².

A PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES RELIGIOSAS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JUIZ DE FORA¹³

O primeiro registro de atendimento a crianças e adolescentes em Juiz de Fora data de 1855, com a criação da Santa Casa de Misericórdia, embora o atendimento não fosse restrito a esse público.

Mais tarde, registram-se também iniciativas de outros grupos religiosos tais como os protestantes e espíritas. Em 1984 foi instalada na Igreja Metodista Central uma Comissão de Ação Social que oferecia assistência alimentar, material (distribuição de roupas, calçados, cobertores, material escolar e medicamentos), e serviço médico sem restrição de idade para o atendimento. Em 1890, destaca-se a criação do Instituto *Granbery* também da Igreja Metodista.

A presença da religião espírita no atendimento com crianças e adolescentes, iniciou-se no ano de 1901, através da criação do Centro Espírita União, Humildade e Caridade que além de assistência alimentar, material, serviço dentário e médico, assistência habitacional e pagamento de conta de energia, oferecia serviço de albergue a menores desde que “acompanhado por um responsável ou com licença da polícia” (SILVEIRA, 1968). Em 1903, foi criado o Albergue dos pobres com o objetivo de amparo à viúvas; em 1919 o Abrigo João de Freitas para velhos desamparados e viúvas com filhos pequenos e em 1921 criou-se a Escola Primária João Lustosa destinada a crianças pobres.

A atuação destas religiões em atividades sócio-assistenciais representou uma atuação para além da simples caridade, posto que foi imprescindível para a penetração, legitimidade e visibilidade na sociedade juiz-forana¹⁴.

Até 1930, as ações dirigidas ao público infanto-juvenil no município eram exclusivamente de caráter privado e com ênfase na atuação de instituições religiosas. As ações centravam-se nas atividades assistenciais e educacionais.

A partir deste momento inicia-se o investimento estatal na área, embora sua presença mais ativa ocorresse no período ditatorial, tendo na FEBEM a sua marca de atuação. Notam-se algumas tentativas esparsas na área de saúde, através dos Postos de Assistência Médica e Dentária da Divisão de Saúde e Assistência da Prefeitura. Em alguns postos eram disponibilizados assistência alimentar a lactentes e serviço de enfermagem, além dos serviços médicos e dentários, básicos a todas as unidades.

Prevaleceu, entretanto, a atuação filantrópica¹⁵ com incentivo estatal. O mecanismo de subsidiariedade foi enfatizado por meio da LBA, do Departamento Social do Menor¹⁶ e da FEBEM. No seu conjunto, a política destinada à infância e adolescência combinou assistência (oferecida pela sociedade civil) e repressão (do Estado). Assim, pode-se afirmar que em Juiz de Fora esta política evidencia o cenário nacional onde as organizações da filantropia tradicional, principalmente as confessionais, são enfatizadas pelo Estado, através de parcerias e convênios, no enfrentamento da questão social.

A partir dos anos 80, em virtude da conjuntura de redemocratização do país e de mobilização da sociedade civil, diversos encontros foram realizados em Juiz de Fora na tentativa de formulação de diretrizes básicas para uma Política de Bem-Estar Social em contraposição as práticas da FEBEM.

Em 1985 foi criado pelo Poder Público a Associação Comunitária de Apoio Comunitário – AMAC, órgão executor da política de assistência social no município que marcou a atenção à infância e adolescência. Contudo, a relação desta instituição com o Poder Público local, tem reforçado práticas características da cultura política conservadora do nosso país¹⁷.

A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente na cidade, nos anos 90, trouxe mudanças significativas à política destinada ao público infanto-juvenil, através da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1992, dos Conselhos Tutelares, em 1995, e da realização das Conferências. A partir de então, novas demandas foram colocadas aos órgãos formuladores, executores e fiscalizadores da política de atendimento, exigindo um esforço de reordenamento dos mesmos e de sensibilização não somente destes órgãos, mas de toda sociedade, quanto à novas diretrizes demarcadas pelo ECA.

Neste contexto significativo para a política da infância e adolescência no município que se inseriu a pesquisa empírica que embasou a dissertação. A análise da participação das entidades religiosas de atendimento na política destinada a crianças e adolescentes em Juiz de Fora exigiu-nos um esforço de compreensão do lugar social que estas entidades ocupam nesta política, da relação que estabelecem com o Poder Público e com o CMDCA/JF e também da sua contribuição ao campo dos direitos e da cidadania¹⁸.

Assim, a pesquisa buscou analisar a relação das entidades religiosas com a política de atendimento destinada a crianças e adolescentes no município através da adequação das mesmas aos princípios e diretrizes desta política, em consonância ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e também da relação estabelecida com o CMDCA/JF, com o Poder Público Municipal no seu órgão gestor (SPS) e “executor” (AMAC), e com o próprio Estatuto.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com dirigentes das entidades de atendimento¹⁹, com conselheiros de direito²⁰ e com a coordenadora da Equipe de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Política Social, órgão responsável pelo monitoramento das entidades registradas no CMDCA/JF²¹. Também foi utilizada a observação participante no Conselho de Direito num período de quatro meses, buscando apreender a dinâmica de funcionamento do mesmo e o jogo de correlação de forças nesse espaço, que supúnhamos ter um peso significativo nas discussões e encaminhamentos à política, além do levantamento e análise documental referente à política municipal de atendimento a infância e adolescência em Juiz de Fora, às entidades de atendimento e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A pesquisa com os dirigentes das entidades dividiu-se em dois momentos: o primeiro buscou verificar a adequação das entidades aos critérios e indicadores de qualidade da política de atendimento à infância e adolescência estabelecidos pelo CMDCA/JF²²; num segundo momento buscou-se apreender a motivação, os objetivos e os valores das entidades com o intuito de perceber a influência do ideário religioso nas atividades desenvolvidas e também a percepção das entidades quanto ao Estatuto, ao CMDCA/JF e à Política pública para a infância e adolescência em Juiz de Fora, além das relações estabelecidas com estes atores.

A pesquisa empírica relacionada aos critérios e indicadores de qualidade da Política estruturou-se em dois eixos: 1- Critérios Gerais e 2- Critérios específicos por regime de atendimento. A partir da organização e análise dos dados foi possível observar que as entidades apresentaram uma participação insatisfatória²³ na política de atendimento à criança e ao adolescente, haja vista o não cumprimento dos critérios e indicadores de qualidade desta política.

Verificamos que, em sua maioria, as entidades não dispunham de uma equipe interdisciplinar necessária ao atendimento de qualidade e nas entidades que a possuíam, em alguns casos os vínculos de trabalho eram frágeis comprometendo a qualidade do serviço.

A utilização do trabalho voluntário pelas entidades foi significativa. Em alguns casos, este tipo de trabalho sustentou-se no ideário religioso da entidade, posto que a ação caritativa, inerente ao corpo doutrinário, apresentou-se como motivação dos voluntários. Em grande parte dos casos, a dificuldade financeira da instituição e conseqüente incapacidade de contratação de pessoal, colocaram-se como justificativa para a utilização do voluntariado.

Verificamos que as atividades desenvolvidas para o segmento familiar eram pontuais, assistencialistas e numa lógica de extensão do trabalho da igreja. No regime de Apoio Sócio-educativo verificamos que, além do não cumprimento dos quesitos avaliados, as ações desenvolvidas nos Programas de iniciação, formação profissional ou colocação no mercado de trabalho, em sua maioria, eram descontínuas, com oferecimento de cursos e oficinas que não se apresentavam na perspectiva de profissionalização. Sendo assim, tais ações distanciavam-se de uma perspectiva cidadã.

Em relação aos recursos das entidades, a grande parte das suas receitas derivou de doações dos próprios membros. Entretanto, outras ações foram acionadas, tais como realização de eventos, locação de imóveis e também convênios e parcerias com ONGs e com o poder público federal e local, através da SPS e da AMAC.

A parceria com o poder público local através da AMAC ocorre mediante a cessão de profissionais, recebimento de doações em alimentos, parcerias em assessoria nutricional e doações em cesta básica²⁴. Das entidades pesquisadas, 28% (4) possuem este tipo de parceria. Importante registrar que a entidade que desenvolve o programa de cesta básica, quando solicitou a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, foi visitada pela Equipe de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Política Social, que verificou um trabalho

pautado na caridade²⁵. Ainda assim esta entidade continua sendo acionada pelo Poder Público local para execução do programa. A entidade que possui parceria através de recebimento de alimentos a conseguiu através de relações de vínculo pessoal e clientela com pessoas atuantes na Prefeitura. Deste modo, pudemos constatar que o estabelecimento destes convênios e parcerias reforçou práticas clientelistas e de desresponsabilização da Prefeitura quanto à execução da política social, nos moldes de descentralização de tipo neoliberal, posto que inexistiu a contrapartida do controle social da entidade parceira.

Em relação à participação das entidades no espaço do controle social da política de atendimento, percebemos um descrédito das entidades quanto à atuação do CMDCA/JF e um desconhecimento deste espaço. Observamos também que a maioria das entidades estabelece uma relação formal-utilitária com o Conselho de Direito: formal no cumprimento do registro da instituição para realização de parcerias que exigem este registro, e utilitária, posto que concebem o Conselho como fonte de acesso ao recurso público, o que de fato também é, mas não representa sua função primordial. Das entidades registradas no CMDCA/JF apenas 1 participa da composição do Conselho com a representação do seu dirigente atuando como conselheiro de direito e outras 2 entidades participam com frequência das reuniões plenárias, embora não tenham assento na composição do Conselho. Constatamos então, que a participação das entidades no CMDCA/JF não se concretiza em participação política.

Como já previa nossa amostra, das entidades pesquisadas, 43% (6) não possuem o registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. No entanto, a ausência de registro não impede que elas sejam acionadas para encaminhamentos, atendimentos e realização de parcerias com a Prefeitura compondo, desta maneira, uma “rede não oficial” de atendimento. Além disso, estas entidades não são acompanhadas/monitoradas pelos órgãos competentes²⁶. Deste modo, constata-se uma fragilidade no controle social da política de atendimento à infância e adolescência em Juiz de Fora.

A relação das entidades com o Estatuto da Criança e do Adolescente também foi um dado surpreendente e preocupante. Apenas 50% das entidades o conhecem e o adotam nas ações desenvolvidas, o que constata que entidades registradas no CMDCA/JF também não conhecem o ECA. Deste modo, podemos afirmar que o registro das entidades no Conselho de Direito não é garantia da implementação e efetivação do Estatuto.

No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades religiosas voltadas ao público infanto-juvenil, os dirigentes das entidades apresentaram um discurso de respeito às religiões dos usuários através de atividades que poderiam ser realizadas por todos, independentes da crença professada por eles. Entretanto, pudemos verificar, no decorrer das entrevistas, práticas diferentes do discurso, tais como o controle do usuário sobre a atividade prestada, atitudes proselitistas, e desenvolvimento de rituais muito particulares ao universo das religiões nas quais as entidades vinculam-se.

Através da investigação dos motivos, valores e objetivos das entidades no atendimento ao público infanto-juvenil procuramos averiguar se o ideário religioso mantinha relação com as inadequações apresentadas. Verificamos que esta relação é pertinente, pois, as entidades que apresentaram índices insatisfatórios foram as que, em suas respostas, afirmaram ter o ideário religioso como motivação para o atendimento, a ajuda como objetivo da instituição (neste caso com um sentido proselitista), e valores cristãos, caritativos e morais como orientadores das ações da entidade. Valores estes que reforçam a lógica filantrópica, contrária à perspectiva da cidadania.

Observamos também que as entidades que se desprenderam mais do ideário religioso, ou seja, que investiram na profissionalização dos funcionários, que possuíam uma estrutura organizacional mais definida (coordenação, equipe técnica, demais funcionários), e cujos membros tinham uma militância política, foram as que melhor se apresentaram diante do cumprimento das diretrizes da política, corroborando assim para uma atuação baseada na lógica do direito. Esse “desprendimento” não impediu, entretanto, que atividades religiosas continuassem a serem oferecidas pelas instituições.

A pesquisa desenvolvida com os conselheiros de direito confirmou as questões levantadas com as entidades religiosas.

Verificamos que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora ainda não se apresenta como o espaço articulador da política de atendimento à infância e adolescência no município, principalmente pela relação desarticulada com os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente²⁷ e pela dificuldade de reconhecimento, respeito e valorização pelos órgãos públicos. Foi ressaltado, por exemplo, que em outras instâncias não é exigido à entidade que ela possua o registro no Conselho de Direito, de forma a fortalecer as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando abordamos as questões referentes às irregularidades das entidades religiosas, tal como a ausência de registro e o desconhecimento do Estatuto, as respostas dos conselheiros foram unânimes. Os entrevistados destacaram a logística e a infra-estrutura do CMDCA/JF como obstáculos para a realização de um trabalho mais direto com as entidades.

Os entrevistados destacaram também que é preciso um maior investimento do Poder Público na questão da infra-estrutura do Conselho de Direito, principalmente em relação à assessoria técnica. Neste caso, a presença de profissionais da área fixos no Conselho facilitaria o trabalho das comissões internas tendo em vista a rotatividade de conselheiros inerente ao processo de eleição dos mesmos.

Ressaltaram como estratégia de enfrentamento as irregularidades das entidades a realização de uma capacitação, prevista no Plano de Ação do Conselho. Entretanto, observamos que esta ação está direcionada a capacitação das entidades quanto à elaboração de projetos para o acesso ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aliás, verificamos que o CMDCA/JF utiliza-se do FUMECAD como mecanismo de obtenção de legitimidade com as entidades, o que reforça a concepção que estas possuem do Conselho.

CONCLUSÃO

É indiscutível o significado do Estatuto da Criança e do Adolescente para a área da infância e adolescência em nosso país. Entretanto, 17 anos de existência do ECA ainda não foram suficientes para sua efetiva incorporação e concretização na sociedade brasileira.

Os desafios apresentados na experiência de Juiz de Fora, certamente, são retratos da realidade experienciada cotidianamente nos diversos municípios em nosso país.

A política de atendimento a infância e adolescência ainda enfrenta dificuldades para sua implementação. Talvez a maior delas seja o exercício de diálogo entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que conseqüentemente dificulta o acompanhamento, a fiscalização e a própria execução da política.

O enfrentamento das irregularidades das entidades religiosas (e não somente elas) extrapola o esforço de atuação do Conselho de Direito, pois esbarra na cultura política brasileira que sempre valorizou a atuação privada sem a contrapartida de critérios públicos, e

é reforçado pela conjuntura neoliberal, que as coloca em evidência, e pela cultura religiosa das próprias entidades.

Embora as dificuldades apresentadas envolvam mudança de paradigma de cultura, a fórmula está dada e arregaçar as mangas é preciso pra fazer valer os direitos de nossas crianças e adolescentes. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente é um exercício em construção, pois como destaca VIERA (2004, p.61), “na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presa da letra da lei irrealizada”.

ABSTRACT

This article discusses the participation of religious organizations in the public policy for children and adolescents in the period after the creation of the Statute of the Child and Adolescent and from an experience in the city of Juiz de Fora. It is about understanding the challenges currently faced to implement the Statute, given the place the religious organizations have been occupying in the public space and the permanence of the conservative traditions of welfarism, paternalism and patronage as mechanisms for confronting the social issue.

Keywords: religious organizations, assistance policy for children and adolescents, Statute of the Child and Adolescent

Notas:

¹ As reflexões apresentadas neste artigo representam uma síntese da Dissertação de Mestrado intitulada “Filantropia ou cidadania: um estudo da participação de entidades religiosas de atendimento na política para a infância e a adolescência em Juiz de Fora pós anos 90”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em novembro de 2007, sob a orientação da professora Dr^a. Carina Berta Moljo.

² Segundo os dados pesquisados existem em Juiz de Fora 120 entidades de atendimento que prestam serviços para crianças e adolescentes. Destas, 39% (47) são religiosas. É também perceptível um aumento das entidades de atendimento no município após a regulamentação do ECA, em 1990. Considerando as entidades registradas no CMDCA/JF, percebe-se um crescimento de 40% de entidades religiosas atuantes na política para a infância e adolescência após este período. Se tomarmos como referência os anos 80 – marcados pela mobilização em prol do Estatuto no município – o crescimento de entidades religiosas é ainda maior, chegando a 75%.

³ Pesquisa realizada em dezembro de 2005 e fevereiro de 2006 nas pastas de registro das entidades no CMDCA/JF e no Guia de Instituições e Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Juiz de Fora realizado pela AMAC e Prefeitura de Juiz de Fora no ano de 2005.

⁴ Conforme o artigo 91 do ECA as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁵ Consideramos filantropia a ação de doação, de dinheiro, bens e/ou tempo, em favor de instituições ou pessoas com vistas ao bem comum. Neste campo, inserem-se diversas instituições dentre as quais as confessionais. Deste modo, a filantropia congrega e extrapola a ação meramente religiosa. A caridade por sua vez refere-se a um valor, sentimento (de compaixão) de ordem religiosa. Optou-se por usar a discussão sobre a filantropia para

demarcar a ação privada no campo das políticas sociais voltadas à infância e adolescência, tendo em vista que este setor predominou no atendimento ao público infanto-juvenil.

⁶ Registram-se também, neste intervalo de tempo, iniciativas na prestação de serviços sociais de Igrejas Protestantes, em desenvolvimento no país, e de grupos menos visíveis como Espíritas e Afro-brasileiros (LANDIM, 1993).

⁷ Importante sinalizar que a análise do atendimento à infância e a adolescência pretendida aqui, está intimamente ligada à análise da política de assistência social. Afinal, a área assistencial sempre se propôs a atender setores mais vulneráveis, nos quais crianças, adolescentes e suas famílias constituem-se públicos-alvos.

⁸ Apesar da separação *strictu sensu* entre Igreja Católica e Estado ocasionada pela instauração da República, ambos mantiveram um pacto onde a igreja “reivindicando-se a religião da nação, buscou articular um arranjo como o Estado em que este lhe concedesse o controle dos aparatos mantenedores de sua hegemonia na sociedade - área de educação e assistência social - exercida desde a época colonial” (CAMURÇA, 2001, p.135).

⁹ Aqui falamos das diversas formas criadas pelo Estado para beneficiar as instituições filantrópicas: criação de organismos e instituições cuja função primordial era o repasse de verbas as entidades filantrópicas (na área da infância, por exemplo, destacam-se o SAM, a LBA e a FUNABEM); e criação de leis que facilitavam convênios e parcerias público-privado. Neste caso, citamos a Constituição Federal de 1934 que permitiu ao Estado o financiamento de escolas da Igreja, seminários, hospitais, e outras atividades de instituições designadas como legalmente de “interesse coletivo” (CAMURÇA, 2001, p.136); a Constituição Federal de 1946 que garantiu benefícios fiscais às instituições; e o decreto obrigatório de registro geral das instituições no CNSS, em 1951, permitindo a certificação do caráter de “fins filantrópicos”, instrumento importante no acesso ao fundo público (MESTRINER, 2005).

¹⁰ O DNCr era um órgão federal subordinado ao ministério da Educação e da Saúde com o objetivo de coordenar atividades relativas à política de proteção à maternidade, infância e adolescência. Para tanto, devia estudar e divulgar o problema social desse público e conceder auxílios e subvenções a instituições privadas, bem como fiscalizá-las.

¹¹ A LBA, por exemplo, criada pela esposa do presidente Getúlio Vargas, em 1942, instituiu o primeiro-damismo, um dos elementos da cultura política brasileira.

¹² Sobre a contradição das políticas sociais nos anos 90 consultar Mota (2000); Soares (2000); Momtanö (2003); Behring e Boschetti (2007).

¹³ As informações contidas neste tópico sintetizam os principais resultados obtidos na pesquisa empírica que embasou a dissertação de mestrado, constituindo-se assim, em seu terceiro capítulo.

¹⁴ A inserção das religiões católica, espírita e protestante na cidade relacionou-se com o contexto sócio-político vivenciado por estas no mundo, no país e principalmente na cidade. O catolicismo, por exemplo, esteve imbricado ao surgimento da cidade, na devoção a Santo Antônio. No período de surgimento de outras religiões na cidade, o investimento em obras educacionais e assistenciais foi um recurso importante utilizado pela Igreja Católica para manutenção de sua hegemonia (PEREIRA, 2003). Foi através da prática caritativa que o protestantismo, no caso o movimento metodista, e o espiritismo, se inseriram na cidade na busca de legitimidade, estabelecendo, inclusive um ambiente de competição religiosa com a Igreja Católica, até então hegemônica na cidade (CAMURÇA, 2001). Para um aprofundamento do tema ver TAVARES e CAMURÇA (2003).

¹⁵ Das 416 instituições existentes na cidade em 1968, (incluindo obras sociais e assistenciais, serviços de saúde, educação, culturais, jurídico-sociais, previdência, casas recolhimento, cooperativas, sindicatos e SPMs) 62,3% eram privadas. Em relação aos serviços públicos, 75,2% relacionavam-se a atividades educacionais. (SILVEIRA, 1968).

¹⁶ O Departamento Social do Menor, criado em todo o Estado de Minas Gerais no ano de 1957, era um órgão diretamente subordinado à Secretaria do Interior cuja finalidade era “coordenar, organizar, dirigir e executar a assistência e proteção aos menores transviados e abandonados, material e moralmente, visando sua integração na vida social” (SILVA, 1963, p.1). Seu chefe era nomeado pelo governador do Estado e o Departamento era composto por um órgão técnico que dispunha dos serviços médicos, educacionais e sociais.

¹⁷ Diferentemente das prefeituras brasileiras de médio e grande porte, a política de Assistência Social em Juiz de Fora não está alocada numa secretaria específica responsável por sua gestão, financiamento, monitoramento e avaliação. É a AMAC, Associação Municipal de Apoio Comunitário, responsável pela execução da política de assistência social desenvolvida em Juiz de Fora. Embora não vinculada diretamente à administração municipal, na prática ela se caracteriza como um órgão de governo, inclusive financiada com recursos públicos e seu superintendente (cargo máximo no organograma da instituição) indicado diretamente pelo prefeito (na época de

realização da pesquisa era ocupado pela primeira-dama). A associação executa projetos e programas de âmbito federal e estadual, estabelecendo inclusive convênios e parcerias com outras entidades da sociedade civil para a execução dos mesmos. Fica sob responsabilidade da administração direta, através da Secretaria de Política Social – SPS, a promoção, implantação, e manutenção da política de Assistência Social por meio de financiamento. É importante destacar que o que se coloca em discussão não é a qualidade e eficiência dos serviços disponibilizados pela AMAC, haja vista que a associação dispõe de boa estrutura organizacional, uma rede ampla de serviços, grande quadro de profissionais, sendo inclusive o grande empregador de assistentes sociais no município. O que está posto é a utilização patrimonialista dessa estrutura, pelo poder executivo, como espaço de realização da política sócio-assistencial.

¹⁸ Consideramos o princípio da primazia do Estado na condução de políticas públicas, sem, no entanto, excluir a participação da sociedade civil na sua formulação, controle e execução, desde que com critérios (públicos) que norteiem esta relação e estabeleçam os papéis definidos a cada um deles.

¹⁹ Nossa amostra foi composta de 30% das entidades religiosas de atendimento, ou seja, 14 entidades, conforme os seguintes critérios: entidades registradas e não registradas no CMDCA/JF, e entidades pertencentes a vinculações religiosas diversas de modo que abarcássemos todos os credos religiosos.

²⁰ Foram entrevistados 3 conselheiros de direito, dentre eles o presidente do Conselho, considerando o papel político desempenhado por este conselheiro como representante deste espaço.

²¹ A Equipe de Monitoramento e Avaliação – EMA, está alocada no Setor de Monitoramento, Avaliação e Convênios – SEMAC, da SPS. Cabe ao SEMAC monitorar e avaliar as instituições inscritas no CMAS e no CMDCA, através de levantamento dos aspectos físicos, humanos, administrativos e atendimento aos usuários, assim como realizar a emissão de pareceres técnicos das visitas a essas entidades para celebração de convênios. Cabe a EMA a realização das visitas efetuadas às instituições.

²² Importante salientar que não utilizamos todos os critérios e indicadores de qualidade da política de atendimento à infância e adolescência em Juiz de Fora. Elencamos aqueles que mantinham referência com as indagações deste trabalho e adensando com outras questões, elaboramos um questionário próprio de avaliação das entidades.

²³ A avaliação da participação das entidades de atendimento em satisfatória ou insatisfatória considerou a seguinte metodologia: para cada eixo foram elaboradas categorias de análise com indicadores e descritores a serem observados. Utilizamos o termo adequado quando os *descritores* em análise foram atendidos, e inadequado quando ocorreu o contrário. Para cada *indicador* analisado utilizamos o termo satisfatório quando acima de 70% de seus descritores foram atendidos e apontamos como insatisfatório quando os descritores atendidos foram inferiores a 70%. A partir da definição dos indicadores em S, e I, seguimos a mesma lógica para qualificar a *categoria* como satisfatória quando acima de 70% de seus indicadores foram atendidos e insatisfatória quando estes indicadores foram inferiores a 70%. O mesmo procedimento foi utilizado para a classificação dos eixos e posteriormente a classificação da participação das entidades individualmente e no conjunto das entidades.

²⁴ A AMAC desenvolve o Programa de Cesta Básica do município de forma descentralizada. Assim, a associação estabelece parcerias com as entidades para distribuição das cestas básicas nos bairros.

²⁵ Segundo entrevista realizada com a coordenadora da Equipe de Monitoramento e Avaliação concedida no dia 02 de março de 2007.

²⁶ O acompanhamento/monitoramento das entidades é realizado pela Equipe de Monitoramento e Avaliação da SPS e somente disponibilizado às entidades registradas no CMDCA e em situações específicas (quando as entidades solicitam registro no Conselho ou renovação do mesmo, quando enviam projeto para captação de recurso no CMDCA via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou quando há denúncias de irregularidade das entidades), e às que possuem convênio em espécie com a Prefeitura.

²⁷ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente envolve todas as instâncias legais instituídas de exigibilidade de direitos para enfrentar as sistemáticas violações sofridas por crianças e adolescentes, sobretudo aquelas em situação particularmente difíceis e vulneráveis. Compõem o Sistema os seguintes órgãos: Conselhos de Direitos (criança e adolescente, idosos, portador de deficiência, mulheres) Conselhos tutelares, Fundos, Órgãos operadores de justiça, Fóruns da sociedade civil e Organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. v.2, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca do Serviço Social)

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. In: *Coletânea de leis*. 4.ed. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, p.245-294, 2006.

BURITY, J. A. Redes Sociais e o Lugar da Religião no Enfrentamento de Situações de Pobreza: um acercamento preliminar. In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v.16, n.1, p. 29-53, 2000.

CAMURÇA, M. A. Fora da caridade não há religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora: EDUFJF, v.7, n.1, p.131-154, 2001.

GIUMBELLI, E. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, L. (org.). *Ações em sociedade: militância, caridade e assistência*. Rio de Janeiro: NAU, p. 123 – 171, 1998.

JUIZ DE FORA. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Resoluções nº05/01, 06/01, 07/01, 08/01, 09/01, 15/06, 16/06*.

LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO. C. *Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. M. *Cultura da Crise e Seguridade Social – Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, M. S. A presença do catolicismo romanizado em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado. In: TAVARES, F. R. G; CAMURÇA, M. A. (Orgs.) *Minas das Devoções*. Diversidade Religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPGIR, p.15-28, 2003.

QUIROGA, A. M. Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social. In: *Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n.5, 2001.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social - Caminhos da construção democrática*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZINI, I. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás – Brasil/Ministério da Cultura/Universitária, 1997.

SABINO, F.; SEIXAS, R.; SIQUEIRA, M. *A política pública de abrigo à criança e ao adolescente: um estudo do atendimento nos abrigos em Juiz de Fora*. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 2005.

SILVA, D. B. R. G da. *O departamento social do menor e sua ação comunitária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 1963.

SILVEIRA, E. C. T. *Catálogo e análise dos recursos sociais e assistenciais do município de Juiz de Fora*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 1968

SOARES, L. T. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. v.78. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da nossa época).

SPOSATI, A. Cidadania e comunidade solidária. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.48, p.124-147, ago, 1995.

TAVARES, F. R. G.; CAMURÇA, M. (Orgs.) *Minas das Devoções*. Diversidade Religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPGIR, 2003.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE: UM OLHAR SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Rubiane de Souza Ribeiro*

RESUMO

Este artigo representa um esforço de desvendar as determinações do trabalho do assistente social e de sua atuação na Atenção Primária e na Estratégia Saúde da Família. Trata-se de uma revisão teórico-conceitual do estudo “Serviço Social e Saúde: o trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família” - o qual integra a pesquisa “A integralidade na atenção primária no município de Juiz de Fora”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Cidadania da FSS/UFJF. Evidencia-se a potencialidade da atuação profissional no campo da saúde, pois a questão social é determinante no processo saúde-doença da população. Para a superação de traços de subalternidade da profissão, faz-se necessário o reconhecimento do trabalho coletivo e investigações sobre a realidade, visando captar novas possibilidades de atuação e apresentar respostas mais condizentes com as demandas dos usuários.

Palavras-chave: Trabalho, Serviço Social, Estratégia Saúde da Família.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo foi desenvolvido a partir da revisão teórica que precedeu e perpassou a realização da pesquisa “Serviço Social e Saúde: o trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família”, vinculada ao projeto de pesquisa “A integralidade na atenção primária no município de Juiz de Fora: as variações de aplicabilidade do modelo tecno-assistencial na operacionalização do SUS”, direcionado pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Cidadania da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O presente artigo resulta de uma reflexão teórica em torno, principalmente, das produções de Marilda Vilela Yamamoto (2001, 2002, 2006, 2007), José Paulo Netto (1995, 2001, 2004, 2006), Maria Carmelita Yazbek (1999, 2001) e Yolanda Guerra (1995, 2000, 2003) acerca das configurações do trabalho do assistente social na atualidade. No tocante à área da saúde, recorreremos a algumas elaborações de Maria Inês Souza Bravo (1996, 2006), Maurílio Castro de Matos (2003, 2006), Ana Maria de Vasconcelos (2000, 2002), Regina Célia Tamasso Miotto (2006, 2007) e Maria Dalva Horácio da Costa (2000), autores que se

* Mestranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF.

debruçam sobre a temática alargando o entendimento sobre a inserção do assistente social na referida área.

Privilegiamos neste artigo, o estudo das particularidades que perpassam o trabalho do assistente social na área de saúde, em especial na Atenção Primária e na Estratégia Saúde da Família (ESF), visto que consideramos a ESF um campo rico para a atuação do assistente social, sendo este um profissional que possui sua formação voltada para o trabalho junto à comunidade e para perspectiva que concebe o processo saúde-doença enquanto um processo social.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA

Ao vislumbrar o Serviço Social como um ramo de especialização do trabalho coletivo e traçar reflexões sobre o trabalho do assistente social inserido na divisão social e técnica do trabalho, devemos, inicialmente, nos deter acerca das transmutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho advindas do perverso processo de flexibilização da produção fortalecida pela globalização mundial.

Netto (1995) ao analisar as transformações societárias no capitalismo tardio, aponta como conseqüências da acumulação flexível a mobilização espaço temporal, a produção segmentada, a fábrica difusa, a desterritorialização ou mobilidade dos pólos produtivos, sendo estes elementos determinantes para o estabelecimento de novos padrões de produzir e de gerir o trabalho.

Presenciamos a precarização das condições de trabalho frente ao avanço da revolução técnico-científica de base microeletrônica, a qual promove uma redução da demanda de trabalho gerando o chamado “desemprego estrutural”, refletindo no agravamento da exclusão social. Iamamoto (2006) discorre sobre esse fenômeno que vem sendo alvo de diversas pesquisas científicas e esclarece que:

A crescente potenciação do trabalho vivo possibilitada pelo avanço científico e tecnológico, em que a ciência torna-se uma força produtiva por excelência, patenteia o papel essencial que o trabalho cumpre na reprodução da sociedade contemporânea, como substância mesma da riqueza. Contraditoriamente, é o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que torna o trabalho de muitos descartável à medida que reduz a demanda de trabalho vivo, repelindo um crescente excedente de força de trabalho, que passa a viver um cotidiano pleno de incertezas e

inseguranças(IAMAMOTO, 2006: 88).

Antunes (1995), ao tecer ponderações acerca das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, vai de encontro a autores como Kurz (1992), Habermas (1987) e Offe (1989), os quais afirmam a perda da centralidade do trabalho baseados em argumentos como a intelectualização do trabalho fabril com redução do trabalho manual direto, o incremento do trabalho qualificado, a subproletarização e a redução quantitativa do mundo produtivo através do aumento crescente do capital constante (tecnologias) em detrimento da contratação de trabalhadores e da ampliação do setor de serviços.

Coadunamos com Antunes que descortina esta tese de perda da centralidade do trabalho ao revelar que este é o próprio centro da estruturação capitalista, na medida em que, a geração de riquezas ainda ocorre pela extração de mais-valia através do trabalho abstrato (criador de valores de troca). Além disso, mesmo que o capitalismo fosse superado, o trabalho concreto (criador de valores de uso, trabalho útil) seria central na vida do homem, pois é por meio de sua atividade criadora que o homem realiza-se e distingue-se da natureza pela sua capacidade teleológica de projetar suas ações.

Iamamoto (2006) confirma a tese de Antunes sinalizando que, na realidade, o que ocorre na conjuntura atual do capitalismo em que há a sobreposição do valor é um:

... estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade realizada sob controle alheio, em que o trabalho remunerado é mero meio de obtenção do equivalente de seus meios de vida, pois o que produz para si é o salário ou equivalente monetário dos meios de sobrevivência (IAMAMOTO, 2006:90).

Neste contexto, Iamamoto (2006) sinaliza para o acirramento das diversas expressões da questão social que consiste na base sócio-histórica da requisição social da profissão. Desta forma, faz-se necessário investigações acerca do trabalho do assistente social para que possamos traçar estratégias de enfrentamento desta realidade.

Nos termos de Iamamoto (2006: 93), o trabalho do assistente social configura-se enquanto “um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho”, que variam segundo os diversos espaços sócio-ocupacionais, desmistificando a existência de um único processo de trabalho do assistente social.

No exercício de suas atribuições, o assistente social possui uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na definição de prioridades, na organização de seu trabalho e mediante o atendimento aos usuários, interferindo indiretamente na reprodução da classe trabalhadora nos aspectos materiais e sociais.

O trabalho centra-se primordialmente no campo político-ideológico, havendo a presença de um complexo e contraditório jogo de forças balizado pelos interesses do empregador e da classe subalterna que é o público alvo predominante da ação profissional. Esta dimensão política que perpassa o trabalho do Serviço Social possui um rico potencial de promover uma transposição da alienação do trabalhador, sendo fundamental refletir sobre as demandas postas pelo capital e mobilizar a classe que vive do trabalho para lutar pela conquista de direitos.

Iamamoto (2006) reitera que o assistente social deve ser sujeito de sua ação, alterando o direcionamento social de seu trabalho:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2006: 20).

Para ter o controle de suas ações e previsão de suas influências nos processos sociais, faz-se imprescindível que o profissional tenha maior conhecimento acerca da matéria-prima ou objeto de seu trabalho, que consiste na questão social.

Na literatura especializada autores como Iamamoto (2001), Netto (2001) e Yazbek (2001) tecem considerações sobre a questão social, expressão cunhada em 1830, sendo visualizada, na época, como ameaça do protagonismo da classe operária à ordem burguesa e naturalizada para preservar os fundamentos da ordem econômico-social estabelecida.

Há duas tendências no trato da questão social que incorrem ao erro de análise. A primeira diz respeito à sua pulverização, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por sua situação sócio-econômica-cultural, mistificando o caráter coletivo da questão social e a transfigurando em diversas questões isoladas. A segunda consiste em uma visão genérica da questão social, descaracterizando suas múltiplas expressões.

Iamamoto (2001) entende a questão social como resultante do processo de acumulação do capital e dos rebatimentos deste sobre a classe que vive do trabalho, devendo ser alvo de políticas sociais públicas. A gênese da questão social concentra-se no caráter coletivo da produção, a qual é apropriada de forma privada pelos detentores do poder econômico.

Na cena contemporânea, a questão social sofre metamorfoses como menciona Iamamoto (2001) indo ao encontro das ponderações de Yazbek (2001), que atenta para transformações nas relações de trabalho e para perdas de padrões de proteção social. Este panorama reflete nas expressões da questão social, resultando em altos índices de desemprego e condições aviltantes de trabalho. A exploração de classes é fortalecida, sendo visível uma despolitização da questão social, para a qual não é direcionada devida atenção nos fóruns democráticos, que contam com uma frágil representação das camadas populares.

Iamamoto (2007:193) afirma que as estratégias de enfrentamento à questão social vêm sofrendo influências de projetos político-institucionais conflitantes (projeto universalista e o projeto privatista de viés neoliberal) que estão em pauta desde o final da década de 80, surtindo implicações no trabalho do assistente social.

Tendo em vista esta conjuntura, Guerra (2002: 10) pondera sobre a racionalidade formal-abstrata, predominante na sociedade capitalista, que concorda com os ideais neoliberais de manutenção do *status quo*, favorecendo uma interpretação imediatista dos fatos, fenômenos e processos sociais, concomitante com uma alienação/abstração das condições e relações que os produzem.

Em oposição à racionalidade que guia a ordem capitalista nos deparamos com a racionalidade crítico-dialética que embasa a formação acadêmica e o trabalho do assistente social na contemporaneidade. Guerra (2002: 18) enfatiza o papel da análise da realidade no pensamento, utilizando a capacidade teleológica de projetar ações e prever resultados, concluindo que “pela consciência os assistentes sociais podem conhecer e acionar as mediações cognitivas, reflexivas, intelectuais para nelas intervir visando transformar a realidade dada”.

O assistente social adquire um papel relevante para a defesa do projeto democrático, ao trabalhar cotidianamente com as interfaces da questão social, sendo muito importante sua atuação junto à classe trabalhadora incentivando/assessorando iniciativas de mobilização social e reconhecendo as implicações ético-políticas de seu fazer profissional.

Iamamoto (2007:200) convoca a categoria profissional a “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais subalternos”, trabalho que encontra-se enfraquecido em virtude das prerrogativas neoliberais que provocaram intencionalmente o recuo dos movimentos de luta social, política e sindical.

Yazbek (1999) considera como um desafio para os assistentes sociais a reinvenção de mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas, alijadas de poder, trabalho e informação, com o mundo público dos direitos e cidadania. Iamamoto (2001: 30) reafirma a assertiva de Yazbek, informando que “o horizonte é a construção de uma ‘democracia de base’ que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura”.

Para a consecução de tal proposta, é primordial o fortalecimento no interior da categoria dos assistentes sociais do projeto ético-político do Serviço Social, que conquistou hegemonia no Brasil na década de 90 do século XX, o qual converge para o projeto societário de emancipação humana.

Com isso, Iamamoto (2006: 110) direciona um caminho para a superação dos obstáculos impostos ao projeto ético-político da categoria dos assistentes sociais, que pode ser traçado a partir de um olhar criterioso para as novas possibilidades e exigências de atuação, negando o fatalismo/acomodação e o messianismo/visão heróica com relação ao papel do assistente social. Todavia, as novas alternativas de atuação não estão prontamente formuladas, necessitam ser decifradas em meio aos processos sociais e repensadas no formato de projetos e frentes de trabalho.

Neste sentido, nos variados espaços ocupacionais do assistente social, mostra-se de significativa relevância a elaboração de pesquisas e subseqüentes projetos de intervenção, que levem a uma aproximação gradual da realidade vivenciada pela população atendida, propiciando o conhecimento dos usuários enquanto sujeitos e das manifestações da questão social às quais são submetidos.

Neste sentido, para seguirmos os preceitos do projeto profissional hegemônico, o profissional deve investir em sua formação cultural e crítica, ter competência teórico-crítica, compromissos ético-políticos e ainda ter domínio de bases técnico-instrumentais para

transcender as demandas solicitadas pelo mercado. Estas são as três dimensões constitutivas da intervenção profissional do Serviço Social, as quais de acordo com Santos (2003) possuem uma unidade, mas devem ser estudadas em suas particularidades.

Neste ensaio, ao discorrer sobre o trabalho do assistente social, refletimos brevemente sobre aspectos referentes às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, partindo neste momento a direcionar o olhar para a dimensão técnico-operativa.

O instrumental técnico-operativo deve ser apreendido na concepção de Trindade (2001: 21) “como parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada”. O assistente social utiliza diversos instrumentos e técnicas que contribuem para a efetivação de sua ação interferindo tanto na reprodução das forças produtivas e das formas de relação entre os homens. Atuando nas diversas faces da questão social, o assistente social lança mão de instrumentais técnico-operativos cujo sentido sofre interferências contextuais e são balizados pela direção teórico-política da prática profissional.

Cabe ressaltar, como assegura Iamamoto (2006:97), que o assistente social atua no campo político-ideológico possuindo como instrumento básico a linguagem. No mesmo sentido Trindade (2001: 38) enfatiza que o papel de educador social é exercido no trabalho profissional, visto que este pode resultar em mudanças na visão de mundo dos usuários. Isto porque atua com divulgação de informações que podem desencadear duas tendências descritas por Trindade: “difusão de idéias dominantes que procuram omitir a direção de classe que está contida nas políticas sociais, ou reforçar o poder de reivindicação da classe trabalhadora em relação à ampliação da oferta de bens e serviços necessários à sua reprodução”.

A possibilidade de atingir os objetivos contidos na intervenção profissional é mediada pela instrumentalidade, que se traduz, nas investigações de Guerra (2002), enquanto uma propriedade sócio-histórica da profissão, que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa do Serviço Social.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que, para a manutenção da hegemonia do projeto ético-político profissional contemporâneo é preciso fortalecer a formação acadêmica e investir na capacitação permanente da categoria atuante nos diversos processos de trabalho que a requisita, com respaldo de um aguçado referencial teórico-metodológico crítico.

A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

Bravo (1996: 259) sinaliza que a expansão do Serviço Social no Brasil ocorreu a partir de 1945, ocasionada pela necessidade de aprofundamento do capitalismo e pelo contexto histórico do término da 2ª Guerra Mundial.

A atuação dos assistentes sociais adquire viés burocrático e concentra-se nos ambientes hospitalares, não havendo participação significativa nos movimentos progressistas da saúde e nas discussões travadas no âmbito da saúde pública.

Durante a década de 60, o Serviço Social não questiona a origem da questão social nas instituições tendo como meta o controle sobre o comportamento do trabalhador, responsabilizando-o pelo seu estado de saúde. O surgimento da vertente “intenção de ruptura”¹, proveniente do movimento de renovação do Serviço Social ocorrido entre 1965-1975 após o processo de laicização da profissão, não abala durante a década de 70 a vertente “modernizadora”² que norteia as ações na saúde. Bravo (1996) ressalta que as ações permanecem rotineiras, burocratizadas, empiricistas e baseadas na racionalidade e seletividade.

Apesar do aprofundamento teórico e da maturação da vertente “intenção de ruptura” até meados dos anos 80, os assistentes sociais lotados na saúde continuam desempenhando apenas funções relativas à execução terminal das políticas de saúde, ficando à margem da intensa discussão política sobre a saúde no Brasil desencadeada desde a década de 70 com o movimento sanitário.

Em seus estudos, Matos (2003: 86) explicita que a preocupação com a saúde enquanto uma questão política desponta na categoria na virada da década de 80 para 90, momento em que há a aprovação democrática da Constituição Federal em 1988 que vigora até os dias atuais.

Com a Constituição a saúde passou a ser “... direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (CF/1998-Art. 196). As pressões populares aliadas ao movimento sanitário também proporcionaram a garantia legal dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS que consistem na universalidade, igualdade, equidade, resolutividade, integralidade, descentralização e participação da

comunidade. E em 19 de setembro de 1990, é aprovada a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8080, que reconhece a interferência dos determinantes sociais na saúde.

Nesta conjuntura de avanços da democracia e da universalização do SUS, o assistente social redefine seu trabalho no setor saúde adotando uma postura crítica frente às demandas institucionais, aproximando-se da nova direção estratégica hegemônica da categoria de defesa da classe trabalhadora.

Não obstante, durante a década de 90, emerge o projeto neoliberal que representa uma estratégia de reorganização do capital a nível internacional, confrontando-se rispidamente com o projeto de ampliação da democracia e, por conseguinte, com o projeto ético-político do Serviço Social.

A partir das considerações apresentadas, podemos inferir que o trabalho do assistente social na saúde evoluiu durante a década de 90, havendo a adoção de uma postura crítica frente às demandas institucionais e avanços na organização da categoria e regulamentação da profissão, entretanto, continua sendo desafiado após a virada para o século XXI, já que seu projeto profissional hegemônico vem sofrendo retaliações com a ofensiva neoliberal e a maré da pós-modernidade.

UM OLHAR SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Bravo (1996: 258) reitera que a área da saúde ainda vem absorvendo um quantitativo significativo de assistentes sociais, este dado pode ser esclarecido, pela estreita vinculação da saúde com a produção e reprodução do capital, sendo delegada ao assistente social, na divisão sócio-técnica do trabalho, a árdua tarefa de “administrar a tensão existente entre as demandas dos trabalhadores e os insuficientes recursos para a prestação dos serviços requeridos”.

Há uma crescente solicitação da população por serviços de saúde, um déficit de oferta destes ocasionado pela falta de investimentos públicos, aliada a uma frágil interferência dos usuários na definição da política de saúde não havendo um efetivo controle social como previsto na legislação.

Há uma ampliação horizontal das subunidades de serviços que integram o cuidado em saúde a partir da implementação do SUS em virtude da descentralização e da interligação

entre os níveis primário, secundário e terciário. Todavia, Costa (2000) sinaliza para a permanência das contradições na saúde traduzidas em serviços precários, exclusão, burocratização e ênfase na assistência médica curativa.

Neste sentido, o prevalecimento do aspecto curativista em detrimento da concepção preventiva e coletiva na saúde, gera uma tendência de fortalecimento do modelo clínico-assistencial com priorização dos serviços nos níveis terciário e secundário, com sucateamento das unidades de atenção primária. Essa realidade reflete na absorção do assistente social, havendo uma histórica concentração em hospitais e uma parca contratação do profissional para atuar na porta de entrada do sistema de saúde.

Não obstante, o assistente social vem desenvolvendo trabalhos na Atenção Primária à Saúde, tendo este estudo o propósito de refletir sobre a atuação profissional neste nível de atenção. Atualmente, o Ministério da Saúde (2006: 10), ao valorizar a Atenção Primária define-a como “um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde”, recuperando as propostas do modelo de atenção formulado no interior do movimento da reforma sanitária.

Em consonância com os princípios do SUS, o Programa Saúde da Família (PSF) foi concebido em 1994 sendo proposto pelo Ministério da Saúde com o objetivo de reorganizar a rede de assistência à saúde, a partir de uma política que valorizasse a universalização do acesso à atenção primária e proporcionasse o avanço do processo de descentralização. Andrade, Barreto e Bezerra (2006) sinalizam que é mais adequado nos referirmos ao PSF como uma estratégia de saúde e não apenas como um programa setorial de saúde já que, foi elaborado para “estruturar esse sistema público de saúde uma vez que houve redirecionamento das prioridades de ação em saúde, reafirmação de uma nova filosofia de atenção à saúde e consolidação dos princípios organizativos do SUS” (ANDRADE, BARRETO & BEZERRA, 2006: 802).

Alguns estudos vêm sendo desenvolvidos com a finalidade de desvendar as determinações do trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família – ESF. A pesquisa de Miotto (2007: 107) considera a ESF como um novo campo de trabalho do assistente social, apesar de não integrar a equipe mínima³ e de sua inserção se efetivar

principalmente por intermédio de projetos de extensão nas Universidades, campos de estágio, supervisão acadêmica e especialização multiprofissional.

Indo ao encontro do paradigma de determinação social da doença, o trabalho do assistente social na ESF recai sobre as multifacetadas expressões da questão social que influenciam a saúde da população atendida nos serviços. A saúde é concebida em seu conceito ampliado, não sendo conquistada através de um único setor ou responsabilidade exclusiva do setor saúde, visto que consiste no produto da conjunção dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. A saúde é defendida enquanto um direito dos usuários, que deve ser alcançado mediante a existência de políticas públicas de qualidade.

A ESF valoriza a família como locus e alvo de intervenção, que deve ser visualizada enquanto sujeito que interfere no processo saúde-doença, e não enquanto objeto de ação dos profissionais. O conceito de família adotado pelo Governo Federal e que norteia a ESF consiste na formulação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, qual seja, família enquanto conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade de moradia.

Entretanto, Miotto (2007: 98) verifica, através de sua pesquisa, que o atendimento às famílias no âmbito da ESF ocorre de forma fragmentada e residual. A autonomia da família, muitas vezes, não é preservada em virtude da sobreposição do poder do profissional que é visto como detentor do saber, restando ao usuário ouvir atentamente as recomendações e acatá-las.

Constata-se que, são produzidos estudos restritos sobre a temática família, prevalecendo a ideia da família nuclear (conforme logomarca do Ministério da Saúde – com a figura de um homem, uma mulher e uma criança) e a classificação entre famílias funcionais/disfuncionais e estruturadas/desestruturadas, o que nos remete à inexistência de uma análise crítica acerca da desigualdade social que assola o país, havendo um discurso dominante que prega uma igualdade de oportunidades, em detrimento de uma igualdade de condições.

Bravo (2006), ao realizar uma leitura da realidade vivenciada nos serviços de saúde, disserta que o trabalho do assistente social é tensionado por dois projetos em disputa que apresentam requisições divergentes para o profissional, quais sejam: o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária. O primeiro projeto possui como pressuposto a

desresponsabilização do governo perante a saúde, exigindo que o assistente social desenvolva ações imediatas e esvaziadas de postura crítica. Em contrapartida, o projeto de reforma sanitária requisita ao profissional um trabalho convergente aos princípios do SUS.

No entanto, Vasconcelos (2002) argumenta - a partir de pesquisas sobre a atuação dos assistentes sociais na saúde - que há um distanciamento evidente entre o discurso e as reais intervenções dos profissionais, persistindo traços conservadores.

Isso demonstra que as idéias predominantes no debate teórico não necessariamente estão guiando o trabalho profissional. Como fatores determinantes para o desenvolvimento de intervenções convergentes com a direção social estratégica da profissão e que superem o tradicionalismo recorrente no Serviço Social na saúde, Vasconcelos (2002: 28) elenca a qualificação da graduação e capacitação permanente. Assim, deve ser perseguida uma articulação entre as discussões tecidas no meio acadêmico e os profissionais inseridos nos espaços de atuação profissional.

Aliado a essa necessidade de articulação academia/intervenção, faz-se proeminente a análise da realidade, das formas em que as expressões da questão social atingem o cotidiano dos usuários, de suas famílias e das comunidades em que vivem. Mediante essa percepção do profissional são identificadas as reais necessidades de atuação, extrapolando as demandas institucionais e alargando as possibilidades de criação de projetos que sejam potencializadores da autonomia dos usuários para interferirem na efetivação e construção de direitos.

Não obstante, a precarização dos serviços de saúde - resultante das reformas de ajuste neoliberal - rebate nas condições de trabalho dos assistentes sociais, limitando os recursos e cerceando a realização de levantamentos, estudos, pesquisas, planejamento e avaliação crítica do trabalho. Como consequência desse processo, observamos a partir das ponderações de Vasconcelos (2002: 87) que “calam-se e imobilizam-se os profissionais de saúde, que, enclausurados nos seus espaços de trabalho, colocam na complexidade da realidade a ser trabalhada o seu obstáculo”.

Para propiciar um maior entendimento do trabalho do assistente social na saúde, Miotto e Nogueira (2006: 282-285) esboçam três eixos norteadores das ações profissionais que se configuram enquanto processos sócio-assistenciais, processos de planejamento e gestão e processos político-organizativos.

Os processos sócio-assistenciais são desencadeados na intervenção direta com os usuários, geralmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis, que apresentam demandas urgentes, sendo objetivada a construção de sua autonomia em relação à instituição e à sociedade. Estes processos são desenvolvidos no âmbito institucional classificando-se como ações periciais, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e sócio-educativas.

Os processos de Planejamento e Gestão correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas em nível de gestão, no âmbito das instituições e serviços e no nível de planejamento e gestão de serviços sociais em instituições. Envolvem formulação, monitoramento e avaliação de projetos/programas e sistematização das ações profissionais com análise de demandas (através de pesquisas, levantamentos e diagnósticos sociais). Contemplam ações relativas à gestão e avaliação institucional, de serviços, de políticas públicas e das ações profissionais que visem à gestão da informação e a consolidação de informações a partir de documentação do processo interventivo do assistente social (diário de campo, fichas, estudos, relatórios).

E os processos Político-Organizativos que correspondem a ações de assessoria, mobilização e consultoria aos movimentos sociais e instituições da sociedade civil norteadas pela universalização do acesso e pela efetivação e conquista dos direitos sociais. Este consiste em espaço privilegiado de atuação dos assistentes sociais guiados pelos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, havendo compromisso com ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; bem como com a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Assim, os processos Político-Organizativos contribuem para a politização e ampliação da representatividade da população frente aos diversos espaços de poder. Vale ressaltar que a atuação no âmbito do incentivo ao controle social deve recair sobre a participação nos Conselhos, mas deve também ser ampliada na perspectiva de maior interação com a comunidade, na identificação de novas lideranças e na articulação com outros movimentos de participação popular que devem ser valorizados.

Mioto (2007) sinaliza para a importância dos três eixos de atuação profissional ressaltando que:

as ações profissionais devem ser pensadas de forma a organizar a prática profissional e de forma que se reconheçam, além das demandas individuais, demandas coletivas. [...] demandas de segmentos majoritários da classe trabalhadora e que além de serem comuns à grande parte dos trabalhadores, também só poderão ser enfrentadas coletivamente (MIOTO, 2007: 114).

Iamamoto (2006: 107) destaca que, ao atuar na área da saúde, o assistente social participa de um processo de trabalho coletivo cujo produto é fruto de um trabalho cooperativo, forjado com a contribuição das diversas especializações do trabalho. O reconhecimento do caráter coletivo do trabalho proporciona uma ampliação da visão do profissional, retirando o foco de análise da relação estritamente interindividual entre assistente social e usuário, visto que, o produto do trabalho não depende exclusivamente da competência do assistente social.

Este entendimento pode nortear a superação do mito da “indefinição da profissão”, a partir da apreensão das tendências dos processos sociais com a identificação de novas possibilidades e requisições postas para o assistente social. O trabalho coletivo, na óptica de Iamamoto (2002: 41), “não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto”.

O trabalho em equipe configura-se enquanto um elemento indispensável do trabalho na ESF, com incentivo à troca de experiências e conhecimentos entre as categorias profissionais. Neste contexto, o assistente social diferencia-se por obter em sua formação acadêmica subsídios para o desenvolvimento de ações interdisciplinares, agindo nos ambientes de trabalho como um articulador das equipes e fomentando propostas de trabalho que transcendam o consultório e a cura.

Na perspectiva de horizontalização das relações de poder entre as disciplinas e da superação da mera justaposição de especialidades, a interdisciplinaridade representa uma recombinação de elementos pertencentes a cada uma delas, evoluindo para a criação de novos campos de saber. Neste sentido, o trabalho interdisciplinar pode ser evidenciado no interior do trabalho em equipe desde que, além de objetivos comuns, haja integração entre conceitos e metodologias caminhando rumo à produção de novos conhecimentos.

Melo e Almeida (2000: 235) ao discorrerem sobre a interdisciplinaridade comparam a interação inter-profissional com um pêndulo e observam que “da oscilação do pêndulo, o profissional volta fertilizado; como a margem de um rio, periodicamente inundada, torna-se boa para novos plantios, significando aquele exercício de uma abertura ao debate plural e com o diferente”.

Assim, a ocorrência de experiências interdisciplinares prescinde de alguns elementos que favoreçam sua efetivação como compatibilidades de tempo entre os profissionais; recursos materiais e humanos suficientes; tempo reservado para autocrítica, discussão de intervenções e estudo/elaboraões a nível teórico e reunião de informações sobre os sujeitos envolvidos nos casos. Além disso, são determinantes a especialização (disciplinaridade), convergência ético-política e intercorrências do processo histórico.

Mediante este estudo sobre a efetivação do trabalho do assistente social na saúde, enfocando a Atenção Primária e a ESF temos convicção da potencialidade da atuação profissional neste espaço sócio-ocupacional, a qual pode segundo Costa (2000: 69) “reestabelecer o elo orgânico entre setores, profissões e instituições, quebrado pela burocratização e verticalização das ações que se revelam tanto nas relações internas às subunidades do SUS, quanto entre este e as demais políticas e instituições sociais”, tendo como pressuposto o conceito ampliado de saúde.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este artigo, podemos apontar que, frente às transformações societárias recentes, o assistente social, independente de seu campo de atuação, deve investir em sua formação permanente, perseguir uma competência teórico-crítica, respeitar os compromissos ético-políticos e ainda aprofundar seus conhecimentos acerca de bases técnico-instrumentais visando transcender as demandas solicitadas pelo mercado e aplicar os preceitos do projeto profissional hegemônico. Estas três dimensões constitutivas da intervenção profissional do Serviço Social possuem uma unidade, no entanto, merecem ser estudadas em suas particularidades para evitar sobreposições e prejuízos para o desempenho profissional.

Com relação à inserção do assistente social no espaço sócio-ocupacional da saúde, podemos verificar que ainda é preciso avançar neste processo, visto que, apesar deste ser um espaço que absorve de forma significativa o profissional, ainda persistem traços de

subalternidade deste, fato explicado por Vasconcelos (2002: 113-114) como fruto da “incapacidade, da maioria dos assistentes sociais, de captar as tendências e possibilidades contidas na realidade, ou seja, respostas concretas para o nosso tempo, respostas que só caminham na direção pela teoria”.

Ajustando o foco na efetividade do trabalho do assistente social na Atenção Primária, especificamente na ESF, é perceptível a potencialidade da atuação profissional neste ambiente, visto que, a questão social – designada enquanto matéria-prima da intervenção do Serviço Social – é determinante no processo saúde-doença da população. Assim, são imprescindíveis propostas de trabalho que consigam detectar e atendam demandas coletivas apresentadas de forma individualizada pelos usuários, sendo o assistente social um intelectual capaz de desmistificar essas necessidades, fomentar o trabalho interdisciplinar e construir coletivamente estratégias de ação para o enfrentamento da realidade.

ABSTRACT

This article aims to disclose the job of the social worker and his/her role in the Primary Care and in the Family Health Strategy. It is a theoretical-conceptual review of the study entitled “Social Work and Health: the place of the social worker in the Family Health Strategy”, which is part of the research named: “The integrality in primary care in the city of Juiz de Fora”, developed by the Research Group on Public Policies, Management and Citizenship of the Faculty of Social Work of the Federal University of Juiz de Fora – FSS/UFJF. The potentiality of the social worker in the field of health programs is evidenced as the relation health-sickness is seen as determined by social matters. The social recognition of the profession depends on the proper consideration of the collective work and on the development of further investigations about the social reality. Such investigations would expand the working field of the social worker and enable him/her to provide more adequate responses to people’s needs.

Keywords: Work, Social Work, Family Health Strategy.

Notas:

¹ Vertente que expressa comprometimento com os interesses da massa da população, preocupação com a qualificação acadêmica, com a interlocução com as ciências sociais e com o investimento em pesquisa na direção de crítica ao Serviço Social Tradicional.

² Segundo Santos (2003, p. 27) a perspectiva modernizadora reafirmou a diretriz tradicional, voltando-se para a integração social, orientada pelo programa político de cunho desenvolvimentista. Com o respaldo da concepção sistêmica, consolida-se o serviço social de caso, grupo e comunidade, reforçando-se o estudo, diagnóstico e tratamento.

⁴ As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de cerca de 3 mil a 4 mil e 500 pessoas ou de mil famílias de uma determinada área. Disponível em: <<http://dtr2004.saúde.gov.Br/dab/atençaobasica.php>>. Acesso em 26/02/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, S. Participação Social na Saúde: Revisitando Sentidos, Reafirmando Propostas. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A.de. (orgs). *Construção Social da Demanda*. Rio de Janeiro: CNPQ, FAPERJ, IMS/UERJ, 2005.
- ANDRADE, L. O.de; BARRETO, I.C.de H. C.; BEZERRA, R. C. Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora HUCITEC E FIOCRUZ, 2006.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Título VIII. Capítulo II. Seção II. Da Saúde. Lex: Legislação Federal, Brasília, 1988.
- BRASIL. *Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lex: legislação federal, Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde*. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.
- BRAVO, M. I. S. *Serviço Social e Reforma Sanitária – Lutas Sociais e Práticas profissionais*. Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1996.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, A . E. et al. *Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 62. São Paulo: Ed. Cortez, março/2000.
- GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. In: *Libertas/UFJF*, Faculdade de Serviço Social, v. 2, ano 2, jul/dez/2002; v. 3, ano 1 e ano 2, jan/dez/2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002 a 2003.
- _____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.
- _____. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

HEIMANN, L. S.; MENDONÇA, M. H. A Trajetória da Atenção Básica em Saúde e do Programa de Saúde da Família no SUS: uma busca de identidade. In: LIMA, Nísia Trindade et al. *Saúde e Democracia-História e Perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

_____. *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social – Em Questão*. CFESS, 2002.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MATOS, M. C. de. O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Saúde, qualidade de vida e direitos. Nº 74. São Paulo: Editora Cortez, julho de 2003.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIOTO, R. C. T. et al. *Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2007.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, A. E. et al. *Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *Serviço Social e Saúde - Formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. “A Conjuntura Brasileira: o Serviço Social posto à prova”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, no. 79, São Paulo, Cortez, 2004.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº 50, p. 87- 132. SP: Cortez, 1995.

SANTOS, C. M. de. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. In: *Libertas/UFJF/FSS*, v. 2. jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: *Revista Temporalis*, ano 2, nº 4, jul/dez, 2001.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: *Cadernos de Saúde Pública*. V.14. supl. 2. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>> Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

VASCONCELOS, A. M.. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.

_____. *A prática do Serviço Social – Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 02. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 1999.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

QUANDO A EDUCAÇÃO ALIA-SE À SAÚDE: O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS AÇÕES DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À CRIANÇA ESCOLAR – NEACE/LESTE¹

Daniely Alvim de Oliveira*

Heloísa Helena da Silva Guedes**

RESUMO

Tendo como objeto de estudo o “Desenvolvimento da Educação em Saúde nas ações do Núcleo Especializado de Atendimento à Criança Escolar – NEACE/LESTE –JF”, o presente artigo aborda as Políticas de Educação e Saúde desenvolvidas no contexto brasileiro e a interface entre esses saberes. O principal objetivo gira em torno de realizar uma reflexão crítica acerca da Educação em Saúde e como esta pode contribuir para o reforço da promoção da Saúde no espaço educacional.

Palavras-Chave: Educação, Saúde, Educação em Saúde, Saúde Escolar, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O NEACE/LESTE configura-se em um núcleo de atendimento especializado às crianças e jovens que enfrentam dificuldades reais ou circunstanciais no processo de aprendizagem escolar. Está vinculado à Secretaria de Educação de Juiz de Fora - MG, no Departamento de Apoio Pedagógico, na Divisão de Atenção à Educação na Diversidade, fazendo interlocução com os programas nas áreas da educação, saúde e assistência social. Dentre suas ações estão as de atenção às crianças e jovens com necessidades especiais (estimulação essencial, oficinas pedagógicas, atendimentos psicológicos e de fonoaudiologia e atividades de socialização); visando sua inclusão nos espaços educacionais, sociais e o trabalho com as famílias dos usuários.

A partir dessas frentes pode-se perceber claramente a interface entre a Educação e a Saúde, ambas compreendidas como parte integrante da formação do indivíduo, o que reforça o processo de promoção da qualidade de vida do público atendido e suas famílias. Ainda que,

* Graduada na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

** Mestranda em Serviço Social pela UFJF.

como aponta a abordagem com os profissionais, sejam identificados além das possibilidades, muitos limites.

Para transformar o espaço educacional em uma arena de produção da saúde, faz-se necessário o envolvimento de todos os profissionais da educação e saúde que percebem o ambiente escolar como locus pro¹ficuo para as práticas do cuidado. Diante disso, optou-se em abordar os profissionais que atuam no NEACE/LESTE, pois desenvolvem ações pautadas na Educação em Saúde tendo por objetivo promover a qualidade de vida, enfatizando o trabalho coletivo e as ações preventivas.

Percebendo a necessidade de se debater as nuances do universo escolar, especialmente no que concerne à Educação em Saúde, o presente artigo desenvolve uma reflexão teórico-prática, com o intuito de contribuir com a Faculdade de Serviço Social, visto que se trata de um assunto relevante para a atuação profissional do Assistente Social.

A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL

A Educação é compreendida como um processo constitutivo do ser social, articulando a relação entre as esferas pública (perfazendo as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos) e privada (envolvendo a instância familiar, individual e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade). Logo, se aprender configura-se um processo, a Educação é fundamental para a formação do indivíduo, sendo responsabilidade de diversos atores: a família, as esferas governamentais, as instituições de educação e ensino e a sociedade como um todo. Entretanto, na sociedade brasileira, a definição do papel desses atores frente à Política de Educação foi lento, marcado pelo caráter de classe e pelo assistencialismo das ações do Estado.

Inicialmente, a educação regular era privilégio da classe burguesa que, pela sua própria condição social, investia e custeava o aprendizado de seus filhos com a intenção de garantir prestígio e ascensão social. Em relação às classes menos favorecidas, o acesso à educação básica era restrito, sendo mantido e financiado por instituições filantrópicas e assistenciais, pois o Estado investia pouco no sistema de ensino e aprendizado. Para Santos (2000) já no período do Império configurava-se a dicotomia existente no sistema de ensino, o

que espelhava a realidade da sociedade brasileira: para as elites o ensino “propedêutico” (referente ao ensino superior) e, o ensino profissional para as classes pobres.

Conforme sublinha Coutinho (1990), a tomada de decisões em diversas áreas, incluindo o campo educacional, sempre considerou prioritariamente a esfera da produção, deixando em segundo plano os interesses e necessidades da sociedade como um todo. Na década de 20 do século XX, o acesso à educação era possível somente à burguesia industrial, aos grandes latifundiários e a classe média emergente.

O analfabetismo quase que totalizava os brasileiros, chegando a 91 % da população. Nessa época o processo educativo não era considerado importante para o desenvolvimento da sociedade, dando lugar a iniciativa privada e o acesso a Educação, como apontado, era restrito aos que tinham recursos para mantê-la.

Nos anos 30 do mesmo século, para dar respostas a consolidação do capitalismo, a Educação passou a ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle e para evitar desordens sociais, sendo justificada pela necessidade de divisão do trabalho. Os trabalhadores deveriam saber, ainda que de forma rudimentar, ler, escrever, contar e ter noções de geometria e mecânica.

Buscava-se formar um novo tipo de trabalhador que atendesse as exigências do processo de industrialização que ocorria nos principais centros urbanos e para atender a essa demanda, o Estado implementou reformas estruturais da educação em âmbito nacional. Dessa forma, em 1931, o governo provisório sancionou decretos que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes, sendo estes Decretos conhecidos como "Reforma Francisco Campos"².

A partir da década de 40 do século XX, iniciou-se uma nova tendência: o ciclo da industrialização, que ampliou a procura por trabalhadores com qualificação técnica, tendo como consequência a emergência de grandes instituições formadoras e qualificadoras de mão-de-obra especializada: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o objetivo de atender à demanda do setor industrial em ascensão, através de ações inovadoras no campo educacional técnico. Nesse

período, o Estado estabeleceu várias reformas no campo educacional, que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino³, e que favoreceram o processo de industrialização do país.

No processo evolutivo de prestação do ensino na realidade brasileira, nos anos 60 e 70 do século XX desenvolveu-se a fase tecnocrata que impôs reformas educacionais nos níveis do ensino técnico, profissionalizante e superior, atendendo novamente às demandas produtivas do novo modelo de acumulação associado ao capital internacional.

A educação funcionou durante a ditadura militar como uma estratégia de hegemonia. O regime procurou difundir seus ideais através da escola, buscando o apoio de setores da sociedade para seu projeto de desenvolvimento, simultaneamente ao alargamento controlado das possibilidades de acesso ao ensino pelas camadas mais pobres.

As mudanças efetivas ocorreram a partir da década de 80 do mesmo século, devido à insatisfação popular com a realidade brasileira caracterizada pela crise econômica, política, social e pela ditadura militar. A contribuição dos movimentos populares foi de grande relevância para o processo da Constituinte, pois esses se organizaram na luta em defesa de várias causas de cunho social, dentre elas: saúde, educação, moradia e urbanização, contribuindo para o fim do regime ditatorial e abertura do processo de redemocratização da sociedade. Assim, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, denominada “Constituição Cidadã” que definiu os direitos sociais e quanto à Educação apregoa, em seu artigo 205 que:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Constituição Federal 1988. 2005, p.66).

Com isso, tornou-se dever do Estado e de suas instâncias governamentais garantir a efetivação dos direitos sociais, entre eles o da Educação, à sociedade. Uma educação visando à emancipação da pessoa humana e não apenas a esfera da produção e do trabalho.

Na década de 90 do século XX, em nível mundial, três declarações especificamente relacionadas à educação foram aprovadas, reafirmando-a como direito de todos, a *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos* (1990 – Jomtiem/Tailândia), a

Declaração de Salamanca sobre Princípios e Práticas em Educação Especial (1994 – Espanha) e a *Declaração sobre a Educação de Jovens e Adultos* (1997 – Hamburgo/Alemanha⁴).

Para a regulação da Política de Educação, o Brasil passou a dispor, a partir de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB5, lei nº 9.394/96, estabelecendo que o ato de educar:

[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, Lei nº 9.394/96, artigo I, 2005, p.296).

Logo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional busca garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, a inclusão social, o desenvolvimento de ações e projetos educacionais direcionados à comunidade escolar, estabelecendo a formação do aluno em aspecto amplo: social, emocional, físico e mental.

No que tange à perspectiva da inclusão social, esta conquista teve expressão no cenário nacional ao longo dos anos 1990, sendo incorporada pelo aparato normativo nacional, dentre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e, em particular, nas normatizações que se referem à Educação Especial. Em 2001, o Conselho Nacional de Educação, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, cuja implementação foi obrigatória a partir do ano de 2002, as quais reafirmam todo o ideário presente na legislação nacional. O documento definiu, em seu artigo 3, a Educação Especial como:

[...] um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL. Legislação Educação Especial. Resolução nº 2, artigo 3, 2001).

Ainda que encontre obstáculos para sua plena efetivação enquanto direito social, ao longo das décadas, a Política de Educação brasileira foi, ganhando e aglutinando conquistas. Pode-se afirmar que a década de 1990 foi um momento de ruptura, representando um período crucial na trajetória da Educação, principalmente no que se refere à Educação Especial. Além da emergência de um aparato legal que buscou romper com a visão tradicionalista de educação como ação assistencial e terapêutica, estas regulamentações incorporam a noção de educação como um direito que deve atender às necessidades especiais de cada um, explicitando o respeito às diferenças.

Ao procurar atender as necessidades especiais de cada um, explorando o respeito às diferenças, o ato de educar aponta para a necessidade de se trabalhar as diversas nuances do indivíduo, como os aspectos intelectuais, sociais, físicos, e, porque não, de saúde. Pode-se afirmar a experiência da interface entre a Educação e a Saúde, principalmente quando se trata das especificidades da Educação Especial ou Educação Inclusiva. Ambas as Políticas são compreendidas como um direito social universal e como componentes essenciais para a formação educativa, intelectual, humana, social e saudável do aluno.

Essa interface é evidenciada ao considerar-se o conceito ampliado de saúde, ou seja, a saúde como um fenômeno histórico e social presente em todas as determinações constituintes do ser social: a família, a escola, o trabalho, o ambiente social e outras.

AS DETERMINAÇÕES DO CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE NO MARCO DA SEGURIDADE SOCIAL

Na década de 30 do século XX, para atender ao processo desenvolvimentista que impulsionou e estimulou a industrialização do país, a intervenção do Estado na área social tornou-se essencial para regular as relações entre capital e trabalho e, assim criar as bases para industrialização. Nesse período os direitos sociais eram considerados de forma particularista, obtidos através da inserção formal ao mercado de trabalho, sendo a carteira de trabalho o certificado legal de cidadania.

Essa estrutura foi definida por alguns autores como “cidadania regulada”, cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, como por exemplo, a Constituição, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido em norma legal. Em outras palavras,

seriam cidadãos todos os membros da comunidade que se encontravam localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. Todos aqueles, cuja profissão a lei desconhecia (trabalhadores rurais e muitos urbanos) eram considerados pré-cidadãos.

O regime burocrático-autoritário implantado no país em 1964, inicialmente manteve a concepção da “cidadania regulada” privilegiando o setor privado e, no caso da saúde, uma assistência médica previdenciária, tratando com descaso as ações de saúde pública. Em 1966 a lógica da “cidadania regulada” passou a ser desmontada pela nova estrutura da política social brasileira, em que trabalhadores rurais, empregados domésticos e autônomos passaram a ter acesso aos direitos instituídos.

Na virada dos anos 70 para os anos 80 do referido século, demarcou-se o estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade. Esse processo resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que inscreveu em seu texto “os princípios da universalidade, equidade, uniformidade e equivalência, irredutibilidade dos valores dos benefícios, gestão democrática, descentralizada e participativa” (FLEURY, 1994, p. 224).

Esses princípios passaram a orientar a Seguridade Social, que agrupou as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social assumidas como questão pública e de responsabilidade do Estado. A intenção foi criar um sistema de proteção social amplo, com perspectivas universalizantes e fundado na ampliação da cidadania social.

As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 no que se refere à saúde foram também resultado da força organizativa do Movimento Sanitário. Segundo Simionatto (1997, p. 16):

[...] iniciado nos anos 70 por um grupo de intelectuais, médicos e lideranças políticas do setor de saúde provenientes, na sua maioria do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Esse movimento deu origem à Reforma Sanitária Brasileira, que estabeleceu uma nova concepção na saúde em que se correlacionavam os problemas de saúde com as determinações estruturais e conjunturais vivenciadas pela sociedade.

Para Simionatto (1997, p. 17), a alteração do conceito de saúde a faz ser “entendida não como um setor, mas como um processo de convergência de políticas públicas, econômicas e sociais, como direito de cidadania e dever do Estado [...]”.

Em sentido amplo, e de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS: “a saúde é um bem estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença” (apud, BRAVO,

1998, p.122). Considera-se o indivíduo em sua totalidade, suas relações com as diferentes esferas da vida como: a família, a escola, o trabalho, o ambiente clínico e a comunidade.

Entre as diretrizes políticas consolidadas pela Constituição Federal no cenário nacional e, em conformidade com o conceito amplo de saúde, constituiu-se o Sistema Único de Saúde - SUS - através da Lei nº 8.080/90 e 8.142/90, tendo por finalidade alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto.

Constitucionalmente, o SUS é organizado de acordo com as seguintes diretrizes: a descentralização, municipalização, hierarquização, regionalização, o atendimento integral e a participação da comunidade através dos Conselhos de Saúde. Quanto aos seus princípios o SUS, de acordo com a Lei nº 8.080/90 no artigo 7 estabelece um total de treze⁶ em que se destacam a universalidade, integralidade e o direito à informação.

Seguindo os princípios e diretrizes, o Sistema Único de Saúde propõe-se a um cuidado amplo, priorizando as ações de promoção, proteção e prevenção, democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

Levando-se em conta este amplo aspecto de promoção da saúde enquanto qualidade de vida, depreende-se que a busca e vivência de um cuidado mais abrangente não se limita apenas aos níveis e instituições que ocupam a rede SUS, como UBS's e hospitais. O direito à saúde e ao bem estar completo pode ser usufruído em todas as instâncias da vida em sociedade, inclusive na escola.

De acordo com Lervolino (2000, p. 50): “para viver com qualidade e conseqüentemente ter saúde, é essencial capacitar as pessoas para aprender durante toda a vida, preparando-as para as diversas fases da existência”. Esta tarefa deve ser realizada nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários. As ações devem efetuar-se por meio de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais.

As instituições educacionais são um centro importante de ensino-aprendizagem, convivência, crescimento e de formação de valores vitais fundamentais constituindo, dessa forma, o lugar ideal para a aplicação de programas de promoção da saúde, ressaltando como

exposto anteriormente, a importância da interface entre a Educação e a Saúde para a formação pessoal, profissional e social dos sujeitos.

Dentre os recursos utilizados no ambiente educacional como estratégia de promoção da saúde está as ações de Educação em Saúde, englobando a prevenção, a socialização de informações e o conhecimento do processo saúde-doença do indivíduo, numa perspectiva dialógica, crítica e emancipatória.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO EIXO NORTEADOR NO PROCESSO DO CUIDADO

Diante da situação do Brasil nas primeiras décadas do século XX, repleto de epidemias graves e péssimas condições sanitárias decorrentes do intenso processo de urbanização, o Estado intervinha de forma autoritária e disciplinadora através da “polícia sanitária” que:

[...] liderada por Oswaldo Cruz, adotou medidas de controle de enfermidades (febre amarela, peste varíola, tuberculose, sífilis, entre outras), mediante a vacinação compulsória, da vigilância sobre atitudes e moralidades dos pobres, da normatização arquitetônica do espaço urbano e dos portos (demolições periódicas de estalagens e cômodos, legislações municipais determinando a construção de vilas operárias baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas). (SMEKE E OLIVEIRA, 2001, p. 118).

Neste panorama, a Educação em Saúde caracterizava-se como uma estratégia de controle social por parte das elites e do Estado voltada, principalmente, às classes subalternas no sentido de adaptar o indivíduo à ordem vigente através de normas de conduta moral, social e de higiene. Para Alves (2005), a Educação em Saúde tinha como objetivo tornar os indivíduos mais propensos a aceitar suas condições de vida e trabalho e mais aptos a suportá-las.

As práticas educativas em saúde eram pautadas no discurso biologicista, que reduzia a determinação do processo saúde-doença à dimensão individual, não assimilada às implicações sociais, condições de vida e trabalho, dentre outros. Esse discurso propagava que os problemas de saúde seriam decorrentes do discernimento dos indivíduos e que a mudança de comportamento garantiria a resolução dos mesmos.

Durante o regime militar, o campo da Educação em Saúde permaneceu inexpressivo em virtude da limitação dos espaços institucionais para sua realização. Verificou-se uma expansão dos serviços médicos privados e da Medicina Curativa⁷, em detrimento dos serviços de atenção preventiva. Em contrapartida, este mesmo regime despertou uma resistência e insatisfação na população que precipitou, ao longo da década de 1970, a organização de movimentos sociais que reuniram intelectuais e populares.

Neste contexto, foram retomadas as propostas pedagógicas de Paulo Freire⁸ e, os profissionais de saúde revisaram suas práticas a partir da interlocução com as teorias das ciências humanas por um novo projeto. Estes movimentos deram início às críticas das práticas educativas autoritárias e normalizadoras apontando, ao mesmo tempo, para uma ruptura.

Dentre os movimentos que tiveram início nessa época e que buscavam romper com perspectiva tradicional, destacou-se o movimento da Educação Popular em Saúde. Este movimento foi precipitado pela insatisfação de alguns profissionais da área com os serviços oficiais e pelo envolvimento de intelectuais católicos com a questão social⁹.

A aproximação favoreceu a convivência dos profissionais com a dinâmica do processo de adoecimento e cura no meio popular, bem como o confronto com a complexidade dos problemas de saúde nessas populações, o que levou muitos trabalhadores da saúde a buscarem a reorientação de suas práticas com a finalidade de enfrentar, de forma mais global, os problemas identificados. Com isso, as discussões teóricas sobre a Educação em Saúde ganharam novos contornos, se aproximando de uma perspectiva crítica.

Com a crise econômica, política e social instalada no Brasil na década de 80 do século XX, associada à insatisfação popular com o regime militar, o Estado foi obrigado, segundo Vasconcelos (2002, p. 17), “[...] a preocupar-se mais com os problemas de saúde, educação, habitação e saneamento da população” firmando-se a perspectiva crítica da Educação em Saúde. Esta deixou de ser um processo de persuasão e moldagem, para torna-se um processo de capacitação de indivíduos e grupos, ressaltando as práticas coletivas.

No final dessa mesma década, com as mudanças realizadas na legislação brasileira referentes a assistência à saúde, observou-se uma valorização das práticas de Educação em

Saúde crítica como uma estratégia dialógica para o reforço da promoção da saúde. Promoção essa compreendida como de responsabilidade do Estado, profissionais de educação, de saúde e afins, além da sociedade civil como um todo, abrangendo todas as esferas constituintes do ser social.

O modelo de Educação em Saúde – na perspectiva crítica – segundo Alves (2005, p.40), “é referido como modelo dialógico por ser, [a interação entre os indivíduos], seu instrumento essencial”. Ainda de acordo com a autora, “o usuário dos serviços é reconhecido [como] sujeito portador de um saber que, embora [diferente] do saber técnico-científico, não é deslegitimado pelos serviços”.

O objetivo da educação dialógica não é o de informar apenas para saúde, mas de transformar saberes existentes. A prática educativa, nesta perspectiva, visa ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos no cuidado com a saúde, porém não mais pela imposição de um saber técnico-científico detido pelo profissional, mas sim, pelo desenvolvimento da compreensão da situação de saúde experienciada pelo indivíduo, levando-se em consideração também o saber popular.

Seguindo essa perspectiva, de acordo com Silva (2007), os educadores definem como objeto de trabalho a construção de mecanismos que estimulem a livre comunicação entre as pessoas e os grupos no nível da sociedade civil e dentro das instituições envolvidas na solução de questões ligadas à saúde. Assim, institui-se uma nova forma de conceber a prática marcada por relações horizontais, desmontando-se a neutralidade presente nas abordagens pois, citando Freire (1975, p.130), “[...] é escutando que aprendemos a falar com eles, quebrando os traços impositivos de uma comunicação, instaurando uma relação de troca”.

Ressaltando a importância da interface entre o conceito de Educação que, segundo Freire (1975) se constitui como uma “prática libertadora” e o conceito ampliado de Saúde considerado processo histórico que leva em conta os determinantes sociais, a Educação em Saúde no seu enfoque crítico e no ambiente educacional, se constitui numa estratégia profícua para a promoção da saúde e qualidade de vida.

A SAÚDE ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

As práticas educativas em saúde nos espaços educacionais brasileiros, inicialmente, apresentaram características da perspectiva tradicional da Educação em Saúde. Nesse sentido, as ações de “saúde na escola”¹⁰ eram centradas no ensino de comportamentos e hábitos considerados saudáveis, estando essas práticas presentes nos discursos oficiais a partir de 1889, época da Primeira República. Nesse período, a Saúde Escolar – denominada Higiene Escolar – seguindo o modelo alemão de “Polícia Médica”, propunha medidas de asseio e higiene dos escolares com a finalidade de evitar que doenças contagiosas invadissem a escola, ameaçando o ambiente.

Segundo Valadão (2004), na concepção higienista, saúde e educação eram concebidas em diversos sentidos. A primeira era pensada nos seus aspectos físicos, mentais e morais, com repercussões individuais e, sobretudo, sociais. A segunda não se resumia à transmissão de conhecimentos, devendo consistir, também, na incorporação de hábitos, controle de impulsos, e na prática convicta de preceitos higiênicos e saudáveis. A Educação em Saúde visava o desenvolvimento de uma raça sadia e produtiva, a partir da observação, exame, controle e disciplinamento na infância, com vistas a prevenir ou corrigir precocemente os desvios de comportamento e as imperfeições de caráter por meio de uma consciência sanitária, saúde e educação eram tratadas, como um binômio indissolúvel. Assim, durante cerca de cinquenta anos, houve a predominância de uma educação sanitária normativa e prescritiva, com ênfase na responsabilidade individual sobre as questões de saúde.

A partir dos anos 50 do século XX, surgiram algumas propostas que representaram um movimento no sentido da biologização de questões relacionadas à aprendizagem escolar, bem como no modo de tratar a saúde. A visão biologicista tornou-se hegemônica, justificando a introdução progressiva de informações mais detalhadas sobre o funcionamento do corpo humano e sobre as doenças a serem prevenidas, com recorrência às ciências biológicas.

Prevaleceram as ações de inspeção, prescrição de comportamentos e busca de correção da educação defeituosa eventualmente trazida da família. As triagens auditivas e visuais¹¹ foram incorporadas às tarefas da saúde escolar, bem como, o enfrentamento da desnutrição por meio da merenda escolar, já que supunha-se que o baixo rendimento escolar do aluno estava relacionado ao estado nutricional ou à capacidade mental do indivíduo, sugerido pelos

“diagnósticos patológicos”, atribuídos aos “distúrbios de aprendizagem” ou “disfunção cerebral”.

Na década de 70 do mesmo século, a saúde escolar passou a ser denominada de Medicina Escolar, tendo como prioridade os exames físicos de massa e fichas padronizadas para o registro de saúde. O exame clínico era obrigatório para o ingresso do aluno na escola, estando previstas revisões durante o ano letivo. Na prática, mantinha-se a mesma lógica iniciada em 1950, ou seja, as ações de saúde objetivavam verificar a existência ou não de problemas auditivos e visuais, as condições de higiene dos alunos e disfunções comportamentais, ocasionando uma intensa procura por consultas médicas dentro e fora das instituições de ensino.

Diante da crescente demanda implicada na medicalização da saúde escolar, ocorreu a necessidade de se concentrar os atendimentos dos profissionais de saúde nos alunos com supostos déficits de aprendizagem ou distúrbios de comportamento, buscando fatores orgânicos que justificassem o atendimento especializado e o possível tratamento, ignorando-se a existência de outros determinantes como, as questões ambientais, emocionais, sociais e econômicas que pudessem contribuir para o surgimento de tais questões. Simultaneamente, iniciou-se a construção do conceito ampliado de saúde, configurado entre os anos de 1970 a 1990, período de nova inflexão doutrinária, que abriu caminho para uma revisão ampla da concepção de educação em saúde.

Essa época, segundo Meyer (1998), foi marcada pela emergência de novos movimentos e temáticas que mobilizaram os setores profissionais e a sociedade civil. A concepção tradicional de Educação em Saúde passou a ser fortemente questionada, acompanhando as tendências que se manifestaram tanto na saúde quanto na educação. Novos projetos de promoção da saúde e prevenção de doenças emergiam no campo teórico da saúde coletiva e juntamente com os princípios da educação libertadora, levando ao surgimento de práticas pedagógicas mais participativas e democráticas.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram um conjunto de mudanças no cenário epidemiológico¹² e político-institucional¹³ brasileiro, potencialmente relevante para o campo da saúde na escola, em especial, a criação do Sistema Único de Saúde e a formulação da

proposta de Escolas Promotoras de Saúde. Como afirma Cyrino (1999), contemplar os princípios do SUS implicaria na revisão da atenção à saúde da criança em idade escolar, “fazendo emergir uma concepção de saúde escolar enquanto competência da esfera da saúde, mesmo que concretizada no espaço da escola, e criando a expectativa de priorizar as atividades preventivas” (apud, VALADÃO, 2004, p.31), através de ações e programas que promovam a saúde e qualidade de vida.

De acordo com as propostas de integração de saúde e educação, o Programa de Saúde Escolar deveria ser direcionado por uma política de saúde única para atendimento das reais necessidades da população. Destas propostas, muito pouco chegou a ser viabilizado, embora tentativas isoladas tenham ocorrido e continuaram correndo nesse sentido¹⁴.

A iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde ganhou força nos anos 90 do século XX, pretendendo superar o modelo vigente, o qual considerava as escolas passivas nas realizações de saúde escolar. As instituições de ensino ganharam um papel ativo e dinamizador, tendo as práticas de educação em saúde um caráter crítico e dialógico.

A Escola Promotora de Saúde trouxe uma nova visão para área, considerando que o desenvolvimento do escolar está ligado às condições ambientais, de convivência familiar e com a sociedade, de alimentação e nutrição adequadas, às oportunidades de aprendizagem de habilidades, de construção de conhecimentos, de acesso à recreação e às condições de segurança que lhes são oferecidas. Cada escola é uma combinação particular de elementos físicos, culturais, emocionais e sociais que lhe outorgam um caráter especial e que definem o processo de ensino-aprendizagem, determinando a qualidade da educação que oferece. Segundo a Organização Panamericana da Saúde (apud LERVOLINO, 2000, p. 30): “[...] a promoção da saúde na escola faz parte de uma visão integral do ser humano, que considera as crianças e os adolescentes, dentro de seu entorno familiar, comunitário e social [...]”.

Portanto, a Escola Promotora de Saúde objetiva melhorar a saúde de todos que convivem na escola, prevenir as enfermidades, contribuir com a manutenção de um ambiente ecologicamente sustentável, promover a auto-estima e avaliar a eficácia de suas ações.

Como apontado anteriormente, na segunda metade da década de 90 do século XX, foi homologada a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), que não

trouxe nenhuma menção específica à saúde na escola. Ainda assim, nos estados e municípios brasileiros foram desencadeados processos autônomos de reformulação curricular, como no Rio Grande do Sul e Belo Horizonte¹⁵, onde a saúde ganhou espaço como um tema de relevância social e conteúdo a ser trabalhado na experiência escolar cotidiana.

Nesse mesmo período, seguindo os preceitos constitucionais, foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e aprovadas pelo Congresso Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais que, ao contrário da LDB, estabeleceram eixos gerais para a organização curricular, incluindo a saúde entre os conteúdos relevantes para uma educação cidadã. No caso da educação fundamental, foram especificadas as chamadas “áreas tradicionais” do currículo, como português, matemática, ciências e alguns temas de relevância social, organizados na forma de “temas transversais”. Nestes documentos, a saúde e a sexualidade, juntamente com outras temáticas que têm conexão direta com o campo da saúde, como meio ambiente e pluralidade cultural, ganharam um tratamento destacado.

Os temas transversais se constituem como “recursos culturais relevantes para a conquista da cidadania, temas considerados preocupações contemporâneas, que devem ser incluídos aos saberes tradicionalmente presentes no trabalho escolar” (LOMÔNACO, 2004, p.04). Esses temas trazem consigo fatores de caráter prescritivo das atitudes e valores, possibilitando a formação do cidadão crítico, inserido num mundo em que não está apenas como espectador, mas é parte atuante da realidade.

Conforme Valadão (2004) foi realizado no ano de 2002 um levantamento junto aos Secretários Estaduais de Educação em todo Brasil, demonstrando que inúmeros programas e projetos voltados para a inclusão de temas sociais no currículo escolar vinham sendo implantados em todos os sistemas estaduais de ensino, ainda que não fossem necessariamente idealizados pela concepção da Escola Promotora de Saúde ou formalizados sob essa rubrica. Isso porque na prática, os projetos tenderiam a realizar-se de forma descontínua e pouco abrangente em relação às redes de ensino, e as instâncias de promoção da saúde na escola seriam raramente formalizadas, seja nos sistemas de educação ou da saúde.

No ano de 2005, com objetivo de criar uma articulação entre as ações do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, no que se refere a saúde escolar e, considerando a

existência de vários projetos e programas voltados à promoção da saúde nas escolas em diferentes graus de implementação, e nas diversas esferas de governo, foi instituída a Câmara Interministerial, portaria nº 749 de 13 de maio de 2005, com a atribuição de “ [...] elaborar diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2005, p.02).

No que diz respeito ao governo federal permanece existindo, no Ministério da Educação, o Programa de Saúde do Escolar¹⁶ encarregado, basicamente, da realização periódica de procedimentos de detecção de problemas de visão. No Ministério da Saúde, desde a definição do SUS, a saúde na escola não chegou a constituir-se em política, programa ou área claramente definida. Na prática, a escola continua sendo palco de disputa entre os diversos programas.

Segundo Valadão (2004), os debates realizados na academia e nas instâncias de participação da sociedade civil, assim como as inúmeras experiências realizadas nas instituições de educação e de prestação de serviços de saúde ainda não levaram à conformação de novas políticas estratégicas nos sistemas de ensino, em nível nacional. Hoje, a saúde na escola brasileira contempla uma mescla de antigas e novas idéias e práticas, de acordo com a realidade de cada estado e município.

Vale ressaltar que, as práticas educativas em saúde, de acordo com a perspectiva crítica e dialógica, constituem-se em ferramentas essenciais para a promoção da saúde do escolar, sendo de grande relevância para seu sucesso o envolvimento de todas as esferas governamentais e de todos profissionais, tanto da educação e quanto da saúde, que exercem atividades nesse âmbito. As atividades podem ser desenvolvidas através de estratégias diversificadas e de acordo com a realidade existente, como por exemplo: programas e projetos de promoção do bem estar e qualidade de vida, palestras, trabalhos com grupos e famílias, recursos áudio - visuais e pedagógicos e, o trabalho interdisciplinar entre os profissionais da educação e da saúde.

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS

De acordo com Lomônaco (2004), para se trabalhar os conteúdos relacionados à saúde em todas as áreas do conhecimento e, em especial, no campo educacional, é necessário que as fronteiras entre os diferentes conteúdos estejam permeáveis e as especializações de cada profissão, ao invés de fragmentar, sejam fatores que contribuam para a qualificação do trabalho coletivo, como propõe o conceito de interdisciplinaridade.

Na área da educação, em que a saúde é considerada como um tema transversal, sendo compreendida como um assunto de interesse social, aparece a idéia de interdisciplinaridade que deve ocorrer com a cooperação e a troca entre os profissionais envolvidos.

Segundo Stephan-Souza (1999), no processo do trabalho coletivo, a interseção entre os conceitos, significa estar disponível para compreender o discurso das outras disciplinas, assim como se “despojar de conceitos, técnicas e procedimentos que reproduzem conhecimentos, atitudes e metodologias quase sempre corporativas e refratárias a um tipo de convívio, no qual tem espaço a comunicação aberta e democrática” (Ibid, 1999, p.10).

Em especial no ambiente educacional que envolve a questão da saúde, o trabalho coletivo é necessário uma vez que as ações se constroem coletivamente, ou seja, envolvendo e reunindo os diversos profissionais em um mesmo projeto.

Assim, como já abordado, as práticas de Educação em Saúde, em sua perspectiva crítica e dialógica sejam elas desenvolvidas na área da educação ou da saúde, tornam-se instrumento potencializador para o trabalho coletivo, pois privilegiam a troca de saberes e experiências.

Neste sentido o NEACE/LESTE é um campo fértil para as práticas interdisciplinares, pois possui profissionais de diferentes áreas atuando. De acordo com Alves (2007, p. 170): “a interdisciplinaridade – processo de intercâmbio entre os diferentes saberes em torno de objetivos comuns torna-se, portanto, uma meta indispensável à evolução do trabalho em equipe”, tendo como base a comunicação, o vínculo, a troca de saberes e experiências em “prol de um trabalho comum”, visando oferecer um serviço de qualidade e que atenda às demandas do público alvo.

CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL: A EXPERIÊNCIA OBSERVADA NO NEACE/LESTE

Atualmente devido às constantes transformações em curso e aos sérios problemas de saúde pública, faz-se necessário a utilização de todos os espaços possíveis para a socialização de informações, visando a prevenção de doenças e a promoção da saúde, e a valorização do indivíduo enquanto agente capaz de ser sujeito do seu processo ensino/aprendizagem/cuidado. Assim, possibilita-se aos sujeitos condições de participar por completo e com total autonomia da vida social, em especial na área da educação.

Neste sentido, o objetivo da escola regular é transmitir o saber, educar para vida e formar cidadãos críticos e conscientes, e para tal, é necessário superar as dificuldades decorrentes desse processo, sejam elas físicas, psíquicas, mentais, econômicas e sociais. É de responsabilidade das instituições de ensino e do poder público favorecer o acesso e a permanência do aluno nesses espaços, bem como, estabelecer ações que promovam a efetivação desses direitos e a inclusão social.

Diante disso e, devido ao aumento significativo de solicitações para atendimentos neurológicos no SUS e encaminhamentos de alunos da rede municipal de ensino para atendimentos médicos¹⁷, no município de Juiz de Fora surgiu a necessidade de se criar um espaço com características pedagógicas diferenciadas para atender às demandas das escolas e programas sociais, capazes de desenvolver o pleno processo dos indivíduos, independente de suas especificidades.

Criado em 2001 o NEACE/LESTE¹⁸, estando vinculado à Secretária de Educação de Juiz de Fora, no Departamento de Apoio Pedagógico, na Divisão de Atenção à Educação na Diversidade, com a participação da Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC e da Secretaria de Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Ambiental, tendo, como finalidade:

[...] atender crianças e jovens vinculados à rede municipal de ensino e programas municipais de assistência social que enfrentam barreiras na aprendizagem, sejam elas de origem real ou circunstancial, bem como crianças de 0 a 3 anos que necessitam de estimulação essencial (OLIVEIRA et al, 2007, p.29)

O Núcleo tem como público alvo crianças e jovens com necessidades especiais permanentes (déficits reais)¹⁹ ou temporárias (déficits circunstanciais)²⁰ e suas famílias, que

são encaminhadas à Divisão de Atenção à Educação na Diversidade – SE/JF, a partir de relatórios enviados pelas escolas municipais e creches comunitárias da AMAC.

O NEACE/LESTE possui uma equipe interdisciplinar composta por profissionais das seguintes áreas: pedagogia, educação física, fonoaudiologia²¹, serviço social, além de uma estagiária do curso de Serviço Social da UFJF e uma auxiliar de serviços gerais. Quanto ao número de crianças e adolescentes atendidos na instituição no ano de 2006²², tem-se um total de 112 atendimentos especializados.

Segundo informações contidas no Relatório Anual NEACE/LESTE (2006), estas atividades constituem-se em: *Atendimentos Especializado* (atendimentos realizados pelos profissionais e seus respectivos setores existentes no núcleo), *Oficinas Pedagógicas* (coordenadas por quatro profissionais de pedagogia), *Atendimentos Psicoterápicos* (realizados pela profissional da psicologia), *Atendimentos Fonoaudiológicos* (realizados pela fonoaudióloga em conjunto com a profissional de Estimulação Essencial), *Reuniões de Pais* (realizadas através do “Projeto Sala de Pais”, coordenado pelo Serviço Social).

As atividades citadas são realizadas pela equipe técnica como um todo, de acordo com a disponibilidade dos profissionais e com as demandas existentes, evidenciando um trabalho em conjunto de promoção da saúde. Diante do conhecimento sobre as ações realizadas no NEACE/LESTE e a proximidade das mesmas com as práticas educativas em saúde em seu enfoque crítico, o ambiente educacional em questão revelou-se profícuo para se realizar o presente trabalho.

Procurando evidenciar as práticas educativas em saúde realizadas no âmbito Núcleo e que formam a equipe interdisciplinar. A coleta de dados foi realizada através de fontes secundárias: documentos, registros, informações e dados originais. O instrumento utilizado na pesquisa configurou-se na entrevista, em que se utilizou um formulário semi-estruturado.

A pesquisa objetivou a elaboração de um estudo acerca da interface entre Educação e Saúde no ambiente educacional, demonstrando a importância desta como uma estratégia de promoção em saúde nesse espaço e, ao mesmo tempo, sinalizando para a contribuição do

trabalho em equipe no alcance desse propósito, evidenciando as práticas educativas em saúde desenvolvidas no NEACE/LESTE.

Didaticamente, a abordagem contemplou sete eixos: Interface entre Educação e Saúde, Educação em Saúde, Práticas educativas no NEACE/LESTE, Promoção da Saúde, Interdisciplinaridade, Limites e possibilidades das práticas educativas no Núcleo e Efetividade das Políticas de Educação e de Saúde.

Ao se abordar sobre a interface entre a Educação e a Saúde, a mesma foi evidenciada ao se considerar os conceitos em sentido amplo, como fenômenos históricos e sociais, como um direito social universal e como componentes essenciais para o desenvolvimento e formação do indivíduo. A criação dos Núcleos de Atendimentos Especializados – NEACEs e as atividades desenvolvidas nesses locais representam a interface entre esses saberes, na medida em que estes núcleos objetivam a promoção da saúde e a inclusão social de crianças e jovens com necessidades especiais.

No que se refere à compreensão sobre a estratégia de Educação em Saúde constatou-se que há uma aproximação das ações dos profissionais com a perspectiva crítica. As afirmações coadunam com o conceito de Educação em Saúde, em seu enfoque crítico e dialógico, que defende a saúde em seu conceito ampliado, deixando de ser um processo de persuasão ou transferência de conhecimento para se tornar um processo de capacitação de indivíduos e grupos, visando o desenvolvimento da autonomia no cuidado com a saúde.

Pertinente a esta questão abordou-se sobre as ações que espelham a atuação profissional nesta perspectiva de Educação em Saúde. Foram citados como instrumentos de trabalho: entrevistas, atendimento individual e com a família do usuário, trabalho em grupo, visitas institucionais, palestras, oficinas e sala de pais.

Quando questionado se as práticas educativas em saúde desenvolvidas na instituição contribuem para a promoção da saúde, os profissionais, em sua maioria, responderam que a contribuição consiste na articulação entre a Educação e a Saúde, na informação e conscientização dos usuários, na prevenção de doenças, na inclusão social, nos trabalhos realizados na estimulação essencial e na oficina pedagógica que lidam com as deficiências reais e circunstanciais das crianças e jovens, nos atendimentos realizados pelo setor da psicologia e fonodialogia e nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social.

Quanto ao papel da interdisciplinaridade no desenvolvimento do trabalho, os profissionais novamente foram unânimes em relação a importância do trabalho em equipe. Apesar do núcleo ser dividido em setores, existe uma articulação efetiva entre os mesmos, uma troca de saberes, conhecimentos e experiências que favorece a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Observou-se que os entrevistados relatam a existência de uma articulação com outros profissionais (médicos especialistas) que atendem as crianças e jovens, com outras instituições (escolas, CRAS, CAPS²³), com os programas sociais que atendem as famílias e com a rede municipal de serviços, o que segundo eles, é uma forma de trabalho interdisciplinar.

No que tange a capacitação da equipe, foi apontado que esta ocorre através da Secretaria de Educação do município, que oferece cursos para os profissionais da Educação como um todo. A equipe do NEACE/LESTE, muitas vezes, participa também na organização e desenvolvimento dos mesmos.

Foi relatado que os cursos são voltados mais especificamente para a área da Pedagogia, com isso as demais áreas, como o Serviço Social e Psicologia participam dos mesmos, mas sentem necessidade de algo mais específico para sua formação. Uma outra afirmação refere-se a necessidade da intensificação dessa capacitação para os profissionais atuarem dentro da diversidade e das necessidades especiais do público atendido.

Ainda que com limites – operacionais e/ou capacitação profissional – os profissionais avaliaram as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de forma positiva, relatando que desde a implantação do mesmo a instituição vem construindo um trabalho sólido, com qualidade e com respeito aos usuários, principalmente por se tratar de um órgão público comprometido com a prestação de bons serviços à comunidade.

Refletindo sobre as ponderações feitas pelos profissionais, observou-se que os NEACEs atualmente, constituem-se como centros de referência de atendimento especializado às crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Como comentado em uma das abordagens, os núcleos aparecem como “modelos” para as outras cidades da região, já que os

mesmos recebem visitantes de várias localidades interessados em conhecer o trabalho desenvolvido.

As possibilidades não foram descritas de forma objetiva, o que se pôde observar durante a abordagem, através do acompanhamento da dinâmica cotidiana da instituição e, com embasamento na pesquisa realizada nos documentos disponibilizados pelo núcleo, é que as mesmas consistem na ampliação do número de vagas para os atendimentos ao público alvo, na reestruturação do serviço de fonodialogia, na contratação de um número maior de profissionais, na capacitação mais ampla da equipe em conformidade com as áreas de atuação de cada profissional, em uma maior articulação com a rede de serviços do município e em uma divulgação mais ampla do trabalho desenvolvido pelo NEACE.

Em relação aos limites, pode-se constatar que a questão da demanda por serviços ser maior que a oferta dos mesmos é algo que preocupa os profissionais, pois muitas vezes é necessário priorizar os atendimentos nos casos mais urgentes e os demais acabam sendo encaminhados para uma lista de espera.

Como relatado, existe o limite na compreensão do trabalho do NEACE junto às escolas e as demais instâncias da área da educação, compreendendo-a como uma instituição de atendimento especializado a crianças e adolescentes com necessidades especiais e não como uma referência da política de assistência. O que existe na prática é uma articulação com os programas da área da educação, saúde e assistência social.

Observou-se na abordagem que existe uma carência da equipe profissional junto à rede de serviços do município, necessitando de uma articulação mais efetiva e ampla, para assim, otimizar os encaminhamentos e garantir qualidade na realização das atividades.

Outro ponto a destacar refere-se à necessidade de ampliação de investimentos e recursos para a obtenção e renovação dos materiais utilizados nas atividades desenvolvidas com as crianças e jovens atendidos pelo núcleo. Como relatado e observado, a grande parte do que se tem na instituição, no que diz respeito a brinquedos; materiais educativos; jogos; materiais utilizados na estimulação essencial; são doados pela equipe ou foram elaborados de acordo com a criatividade dos profissionais.

A própria questão da diversidade aparece com um limite, no que tange ao grande número de escolas atendidas, cada uma vivenciando uma realidade diferente e seguindo diretrizes pedagógicas diversificadas. Essa condição exige que NEACE estabeleça um contato

contínuo com as instituições, com o objetivo de compreender a realidade do ambiente escolar vivida pela criança, orientando sobre a conduta com esse aluno, para assim, garantir a articulação com a escola e conseguir progressos nos atendimentos realizados.

As refrações da questão social também aparecem como um limite, já que a maioria das famílias atendidas pelo núcleo está em condição de vulnerabilidade social, o que muitas vezes acarreta dificuldades no processo de desenvolvimento e recuperação das crianças e adolescentes atendidos. Daí a importância de uma articulação com a rede de serviços, pois em muitos casos a família é atendida por outros programas sociais ou faz-se necessário o encaminhamento aos demais projetos existentes.

Ao se abordar sobre a efetividade das políticas de Educação e de Saúde, os profissionais tiveram como consenso que as mesmas não atendem as necessidades do público alvo, reconhecem que houve avanços, mas que essas políticas ainda não atendem a todos. Segundo os profissionais, há uma necessidade de implementação e de uma efetivação da rede que compõe essas políticas, para assim ampliar e qualificar os serviços prestados. Pode-se citar como um dos avanços a criação dos NEACEs no município.

As ponderações dos profissionais coadunam com a realidade vivenciada pela sociedade brasileira, ou seja, fortemente marcada pelo neoliberalismo e suas conseqüências. As Políticas de Educação e Saúde estão fortemente imbricadas pelo ideário neoliberal que, muitas vezes, como aponta Laurell (1995) caracterizam-se por apresentarem um caráter assistencialista e com imposição governamental, associando sua concessão à comprovação de indigência, o que reduz o conceito de direitos sociais a benemerência do Estado e, o que na prática infringe à universalidade, a igualdade e gratuidade dos serviços sociais.

Lançando um olhar sobre os eixos abordados, pode-se depreender que há uma interface entre a Educação e a Saúde e que práticas educativas em saúde no ambiente escolar são proficuas para o processo saúde-cuidado. Entretanto, muito ainda há por avançar, já que ainda o NEACE/LESTE consiga realizar suas atividades com qualidade, muitos limites cercam os serviços públicos dada a conjuntura econômica-política e social do Estado brasileiro.

A abordagem aos profissionais revelou que o ambiente educacional em questão desenvolve práticas educativas que realmente contribuem para a promoção da saúde e qualidade de vida dos usuários.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica e dos relatos da equipe profissional do NEACE/LESTE, no decorrer deste trabalho, foi possível contemplar o objeto do estudo: O desenvolvimento da Educação em Saúde nas ações do Núcleo de Atendimento a Criança Escolar – NEACE/LESTE – JF, bem como, possibilitou várias reflexões que serão expostas a seguir.

Conjugando o arcabouço teórico com a experiência vivenciada pelos profissionais alvos da pesquisa, pode-se depreender que a interface entre a Educação e a Saúde é compreendida como de grande relevância para a prestação de serviços de qualidade pelo Núcleo, pois ambas são consideradas essenciais para a formação do indivíduo em seu aspecto social, emocional, físico e mental e enquanto sujeito de direitos.

Outro fato relevante configura-se nas práticas educativas desenvolvidas pela instituição, que estão diretamente relacionadas com perspectiva da Educação em Saúde crítica, e que de fato contribuem na promoção da saúde e da qualidade de vida do público atendido. Pelo que se pôde observar, a equipe profissional tem a compreensão clara do que sejam essas práticas em seu cunho dialógico, que propõe a informação e conscientização de indivíduos e grupos, e sua importância para o processo saúde-doença-cuidado.

É possível afirmar que, o trabalho realizado pela equipe do NEACE/LESTE apresenta como foco a interdisciplinaridade. Na prática, apesar do Núcleo estar dividido em setores, as ações são realizadas em conjunto e com a troca de saberes e experiências. Pode-se verificar a unidade, o respeito, a confiança na equipe de trabalho e como os profissionais valorizam e prática interdisciplinar, o que acaba por garantir a qualidade dos serviços oferecidos.

Cabe ressaltar que as possibilidades de trabalho são muitas quando se trata da interface entre a educação e a saúde especialmente nas práticas educativas em saúde pautadas no diálogo constante entre profissional/usuário/família, na criação de vínculos, na confiança e na promoção do cuidado.

Quanto aos limites, a grande maioria deles foge ao domínio da equipe de trabalho e esbarram em questões como: a seletividade, a burocracia dos serviços públicos, a falta de recursos e investimentos, o desconhecimento sobre os conceitos de inclusão social,

diversidade e sua aplicabilidade no cotidiano, fatos esses que caracterizam as políticas públicas embasadas no ideário neoliberal. Apesar das limitações pode-se dizer que os serviços oferecidos pelo NEACE/LESTE aos seus usuários são de excelência e de qualidade, sendo resultado da dedicação, amadurecimento e de aplicabilidade de conceitos como o de Educação em Saúde e interdisciplinaridade, que contribuem positivamente na realização das atividades.

Cabe destacar que os Núcleos Especializados de Atendimentos à Criança Escolar - NEACEs são considerados como centros de referência, representando a interface entre a Educação e Saúde, ao mesmo tempo em que contribuem para a promoção da saúde, da qualidade de vida e a inclusão social de crianças e jovens com necessidades especiais.

No estudo realizado, percebeu-se também a importância do trabalho realizado pelo Serviço Social junto às famílias dos usuários, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento e estímulo das crianças e jovens, bem como na melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Salienta-se a importância para futuros estudos do objeto ora tratado, pois a presente temática é de grande relevância para o agir profissional dos trabalhadores da educação e da saúde, em especial para o Assistente Social, visto que este profissional está cada vez mais sendo solicitado para atuar em ambas as áreas, onde poderá utilizar a Educação em Saúde como estratégia de trabalho, visando assim, a promoção do indivíduo.

ABSTRACT

Having the study entitled: “The Development of Health Education in the actions of the Specialized Nucleus for School Children Assistance – NEACE/LESTE – JF” as the object of analysis, this paper discusses the Educational and Health Policies developed in the Brazilian context and the interface between the two fields of knowledge. The main objective is to achieve a critical reflection on Health Education and its contribution to promote health in the educational environment.

Keywords: Education. Health. Health Education. School Health. Interdisciplinarity.

Notas:

¹ Texto extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de Serviço Social – UFJF como requisito obrigatório ao título de Assistente Social.

² A Reforma Francisco Campos foi um marco no sistema educacional brasileiro, pois organizou o sistema de ensino secundário e universitário. Criou o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Aprofundamento: www.brasilecola.com/educação/educaçãoobrasil.

³ Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942 que regulamenta o ensino industrial. Lei nº 4.481 de 16 de julho de 1942 que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais matricularem um total de 8% correspondente

ao número de operários nas escolas do SENAI. Lei nº 4.984 de 21 de novembro de 1942, compelindo as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes (Texto original: OLIVEIRA, 2007, p.14).

⁴ Maior aprofundamento ver texto original (OLIVEIRA, 2007, p.16-17).

⁵ O Projeto de Lei da LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia a Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elisio. Maior aprofundamento: www.brasilecola.com/educação/educaçãonobrasil.

⁶ Os demais princípios são: preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; igualdade da assistência à saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário; utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática; participação da comunidade; descentralização político-administrativa; integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos (BRASIL, Lei nº 8.080/90, 2005, p. 80).

⁷ Valorização do aspecto biológico das doenças sem considerar os aspectos sociais. Praticada nos consultórios particulares, nos hospitais e nos grandes ambulatórios da Previdência Social (Ibid).

⁸ Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. No início da década de 1960 montou, no estado de Pernambuco, um plano de alfabetização de adultos que serviu como base ao desenvolvimento do que se denominou de Método Paulo Freire de alfabetização popular, reconhecido internacionalmente. Paulo Freire delineou uma pedagogia da libertação, intimamente relacionada com a visão do terceiro mundo e das classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para jovens e adultos, no entanto, sua obra ultrapassa esse espaço e atinge toda a educação, sempre com o conceito básico de que não existe uma educação neutra: segundo sua visão, toda educação é, em si, política. (BRASIL, Instituto Paulo Freire, disponível em www.paulofreire.org/)

⁹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p.16-17).

¹⁰ A expressão “saúde na escola” é utilizada para designar o campo que compreende concepções, diretrizes, programas, projetos e ações relacionadas à saúde que acontecem no cenário da escola, sejam elas de natureza educativa, preventiva ou assistencial (VALADÃO, 2004, p.15).

¹¹ Realizavam-se exames auditivos (audição perfeita ou não) e visuais (necessidade ou não do uso de óculos) com o objetivo de sanar possíveis problemas que comprometessem a atenção e o rendimento escolar do aluno (Ibid, p.16)

¹² A urgência no enfrentamento de doenças emergentes, como a aids, impulsionou a implantação de novos projetos educativos relacionados à saúde e à sexualidade. A abordagem desses temas envolvia dimensões afetivas e sociais, assim como conteúdos e métodos que não aceitavam a biologia como nicho. (LERVOLINO, 2000, p. 25)

¹³ Refere-se ao processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988. (LERVOLINO, 2000, p. 25)

¹⁴ Segundo Valadão (2004), existem práticas educativas em saúde realizadas em vários espaços educacionais em todo país, onde se desenvolvem programas e projetos abordando temas como: a saúde bucal, sexualidade, drogas, violência, dentre outros.

¹⁵ Os referenciais curriculares adotados podem ser obtidos mediante consulta direta às Secretarias de Educação ou via internet no endereço: www.mec.gov.br/seb/index

¹⁶ Criado em 1984, o Programa Nacional de Saúde do Escolar, concede aos municípios apoio financeiro, em caráter suplementar, para a realização de consultas oftalmológicas, aquisição e distribuição de óculos para os alunos com problemas visuais, matriculados na 1ª série do ensino fundamental público das redes municipais e estaduais de ensino. Maior aprofundamento ver www.mec.gov.br.

¹⁷ Dados identificados nos cadastros realizados pelo Serviço Social de educação Especial/GEB, nos anos de 1994 e 1999 (OLIVEIRA, et all. 2007, p. 28).

¹⁸ Localizado na Rua Diva Garcia S/N, Linhares, Juiz de Fora – MG. Telefone: 3690-7700

¹⁹ Pessoas que possuem deficiências permanentes; mentais, físicas, sensoriais e múltiplas (Ibid, p. 04)

²⁰ Pessoas que possuem deficiências que temporariamente necessitam de apoio especializado, sejam por estarem em situações de risco pessoal e social ou por apresentarem problemas emocionais, de conduta, dificuldades de aprendizagem, etc (Ibid, 2006, p. 04).

²¹ O setor era formado por duas profissionais da área, uma foi afastada do cargo por questões administrativas, a outra pediu demissão por razões pessoais, como ainda não houve substituições o serviço foi suspenso temporariamente.

²² As informações foram retiradas do Relatório Anual da Instituição do ano de 2006 já que, o desse ano - 2007- está em fase de construção, pois o mesmo é entregue a Secretaria de Educação de Juiz de Fora ao termino de cada ano.

²³ CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; CAPS – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Anna Cláudia Rodrigues. *Reflexões sobre o processo de trabalho na área da saúde: o cotidiano das profissões na realidade do Hospital Universitário de Juiz de Fora*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de Educação em Saúde para o Programa da Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. In: *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. [S.I].v.9, n.16.set. 2004/fev.2005. p. 39-52.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 49-59.

BRASIL, Lei nº 8.080/90 de 19 de setembro de 1990. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 77-95.

BRASIL, Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 296-319.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Legislação Educação Especial*. Resolução nº 2. MEC/SEESP, 2005.

BRASIL, Portaria nº749 de 13 de maio de 2005. *Ministério da Saúde*. 2005.

BRAVO, Maria Inês Souza. Principais marcos e características da atenção à saúde nos países centrais. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 13, p.117-140. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e reforma*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CYRINO, EG. Reflexões sobre uma proposta de integração saúde-escola: o projeto saúde e educação de Botucatu. In: *Cadernos de Saúde Pública*, nº 15, suppl. 02. Rio de Janeiro. 1999. p. 39-44.

EDUCAÇÃO no Brasil. *A História da educação no Brasil*. Disponível em: www.brasilecola.com/educacao/educacaonobrasil.htm. Acesso: 30 de agosto de 2007.

FLEURY, S. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1994

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: *Revista Temporalis*. [S.I.]. ABEPSS, n.3. 2001. p. 09-31.

INSTITUTO Paulo Freire. Disponível em: < www.paulofreire.org/ >. Acesso: 12 de setembro de 2007.

LAUREL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (org). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 151-178.

LERVOLINO, Solange Abrocesi. *Escola Promotora da Saúde: um projeto de qualidade de vida*. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública. USP. 2000.

LOMÔNACO, Aparecida de Fátima Soane. Concepções de Saúde e Cotidiano Escolar: o viés do saber e da prática. In: *Educação Popular*. [S. I.]:UFU, n. 6, p. 01-16.2004.

MEYER D. Educação, saúde e prescrição de "formas de ser e habitar": uma relação a ser ressignificada na contemporaneidade. In: FONSECA T. (org). *Formas de ser e de habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS. 1998. p. 71-80.

OLIVEIRA, Daniely Alvim de. et all. *Relatório de Estágio*. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

OLIVEIRA, Daniely Alvim de. *Quando a Educação alia-se à Saúde: o desenvolvimento da Estratégia de Educação em Saúde nas ações do Núcleo de Atendimento à Criança Escolar – NEACE/LESTE*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

RELATÓRIO ANUAL NEACE/LESTE. Secretaria de Educação de Juiz de Fora. 2006.

SANTOS, Paulo Sergio, et all. *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 4 ed. [S.I.]:Bertrand. 2000.

SMEKE, E.L.M., OLIVEIRA, N.L.S. Educação em Saúde e concepções de sujeito. In: VASCONCELOS, E.M. (org). *A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde*. São Paulo: HUCITEC. 2001. p. 115-136.

SETPHAN-SOUZA, A . A interdisciplinaridade e o Trabalho Coletivo em Saúde. In: *Revista APS. NATES/UFJF*. Ano 2, nº 2, março a junho de 1999.

SILVA, Cassiane Garcia B. ; NASCIMENTO, Juliana Zagnoli do; VALE, Viviane Pereira do. *A Contribuição da Educação em Saúde Frente aos Desafios da Humanização da Saúde*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas*. Petrópolis: Vozes. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Caminhos e descaminhos da política de saúde no Brasil. *Revista Inscrita*. [S. I.]:CEFESS, n. 1, p. 15-20.1997.

VASCONCELOS, Eymar M. Os centros de saúde como espaços educativos. In: *Apostila do curso introdutório para a saúde da família – 1ª etapa*. Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde – UFJF. 2002. p. 17-20.

VALADÃO, Marina Marcos. *Saúde na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública. USP. 2004.

A LEGALIZAÇÃO DE QUILOMBOS: REFLEXÕES ACERCA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA AOS NEGROS

Isis Silva*

RESUMO

O presente artigo pretende trazer para o debate apontamentos reflexivos sobre o Decreto Nacional que garante legalmente a titulação da propriedade da terra onde vivem remanescentes de quilombos. Será apresentado o contexto político de implantação do Decreto, marcado por ações de caráter neoliberal, com desresponsabilização do Estado pelo social. Ressaltam-se os dois pilares de sustentação do Decreto, os quais explicito, identidade e território.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombo; identidade; território.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2003 é aprovado o Decreto N° 4887, que regulamenta os procedimentos para “a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombo”. Este Decreto é contemplado na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na qual fica reconhecido que os quase quatro séculos de escravidão, somados à omissão histórica do governo em relação à questão racial, geraram não somente discriminação e preconceito, mas também desigualdade de direitos devido à falta de oportunidades. O presente artigo é desenvolvido levando-se em consideração os limites e avanços deste Decreto.

Inicialmente, é necessário resgatar o significado dos termos “quilombo” e “remanescentes de quilombo” para, em seguida, discutir especificadamente sobre o Decreto supracitado.

Os quilombos eram comunidades construídas por escravos fugidos, mas que, nem sempre eram isoladas, já que normalmente interagiam com a sociedade (grupos indígenas, comerciantes, pequenos agricultores...) principalmente através do comércio. Existiram em quase todo o país e variavam no tamanho e na forma de organização.

Segundo definição do Rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino¹, datada de 02 de dezembro de 1740, quilombo era “toda habitação de negros

* Mestranda em Serviço Social pela UFJF.

fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (apud MOURA, 1987:11)

Com o fim da escravidão, os quilombos passaram a ser encarados como passado. Somente no final da década de 70, momento de efervescência dos movimentos sociais, os remanescentes de quilombo voltaram à cena política a partir da luta do campesinato brasileiro e de entidades negras organizadas.

Diante deste movimento, iniciou-se um debate teórico acerca do conceito de quilombo (não se restringindo às fugas dos escravos) e conseqüentemente do conceito de remanescentes de quilombo, assim classificado por Schimitt (at al, 2002:03):

...incluem as fugas com ocupações de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras em que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata, quanto após sua extinção.

A identidade social e étnica somada à antiguidade de permanência no mesmo território e à reprodução de um modo de vida característico passaram a ser fatores de identificação de remanescentes de quilombos, o que é seguido pelo Decreto N° 4887, o qual define remanescentes de quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Levando-se em consideração estes apontamentos introdutórios, pretendo discutir, a partir da análise de documentos e levantamento teórico, num primeiro momento, o contexto nacional de criação do Decreto N° 4887 para, em seguida, tratar dos dois pilares de sustentação do mesmo: identidade e território.

MOMENTO HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Durante a década de 80, o Brasil vivenciou um processo de abertura política com o fim de vinte anos de ditadura militar, momento em que houve importantes manifestações políticas e ampliação da luta pela garantia de direitos sociais. A Constituição Federal de 88 foi

considerada a materialização desta luta, através da extensão dos direitos sociais, que apontam para a criação de políticas sociais universalizantes.

Na contramão deste discurso favorável aos direitos sociais, um novo paradigma, diferente do apresentado pela Carta Magna, ganhou espaço no cenário nacional ainda na década de 90: o projeto neoliberal, que defende a idéia de desmonte do Estado com forte redução de investimentos na área social.

Com a justificativa de falta de recursos públicos para garantir a universalização dos serviços sociais, programas sociais focalizados passaram a ser o alvo do governo para minimizar a pobreza das vítimas do ajuste estrutural que não possuem as mínimas condições de se manterem.

Outra característica destes programas é o caráter transitório e sem continuidade, o que reduz o seu impacto social e sua efetividade, gerando uma instabilidade na vida dos beneficiários. O direito de cidadania garantido constitucionalmente, que se reflete na defesa de políticas sociais universais, perde espaço para o mercado, principalmente em um país onde a grande maioria da população não possui condições financeiras para satisfazer suas necessidades básicas através do mercado.

O exercício de ações baseadas no favor, no clientelismo e paternalismo dificulta a criação de políticas sociais sérias e universais. Marilena Chauí caracteriza a sociedade brasileira como autoritária e violenta, justificando pelas “relações sociais hierárquicas; relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais; profundas desigualdades sociais e econômicas, que reproduzem carências e privilégios; e uma sociedade em que a lei não é percebida como expressão de uma vontade social.” (apud OLIVEIRA, 2005:38)

Este tipo de relação está presente na gestão pública, na qual verificamos, muitas vezes, a escolha daqueles que exercem cargos de confiança de acordo com o grau de amizade, e não com as habilidades para exercer a função. Além disso, os interesses privados têm tido predominância em detrimento dos coletivos e os recursos públicos estão sendo utilizados para satisfazer necessidades pessoais.

A adesão ao neoliberalismo na América Latina, está diretamente ligada ao Consenso de Washington, resultado de um encontro entre funcionários do governo norte-americano e organismos internacionais, como o Banco Mundial, que definiu as diretrizes que deveriam ser adotadas pelos governos dos países latino-americanos segundo o ideário neoliberal. Nele, é

posta a necessidade de se eliminar a intervenção estatal na economia (exceto para favorecer setores da oligarquia financeira e grupos monopolistas) através das privatizações, redução dos gastos no social, criação de políticas sociais destinadas somente àqueles que não têm condições de atender suas demandas pelo mercado, flexibilização das relações trabalhistas e abertura externa.

Embasado neste paradigma, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso governou durante oito anos o Brasil. Já com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, o país acreditava na efetivação de um projeto construído coletivamente, de base popular, dado o histórico particular do presidente eleito bem como de seu partido:

Nasce, assim, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (...). O PT ousava, portanto, ser mais que um partido de sindicatos, um partido representativo de todos os trabalhadores e assalariados do país. Além disso, o PT visava impulsionar os movimentos sociais, e, ao mesmo tempo, ser impulsionado por eles. Eis um forte aspecto da sua novidade. (SALES, 2006:51)

As alianças feitas com partidos de centro-esquerda e de direita, já no início do mandato, apontavam para outra direção. O “novo” governo manteve a mesma doutrina política e econômica do anterior, ou seja, de base neoliberal, com desmonte do Estado e primazia do capital. Apesar disso, apresenta importantes conquistas populares, seja como estratégia eleitoral ou como herança política. É importante observar que têm ocorrido fortes investimentos na área da assistência através da criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social. Este “novo” governo ainda mantém um diálogo relativo com os movimentos sociais, que, por sua vez, têm reivindicado a efetivação dos direitos constitucionais.

Neste contexto, as ações afirmativas destinadas à população negra, estão sendo criadas. O Governo Federal assume a responsabilidade de promoção da igualdade racial, levando-se em consideração o período de escravidão vivenciado pelos negros, mas, principalmente, a omissão estatal frente aos problemas enfrentados por esta população, findado o trabalho cativo.

Assim, dia 20 de novembro de 2003 é assinado o Decreto N° 4887, o qual regulamenta a titulação da propriedade da terra onde vivem remanescentes de quilombo, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Acredito que tal Decreto, como parte de um esforço por reparação histórica, é de grande relevância, não só para a população negra, mas também como um avanço democrático para todo o país. É preciso considerar que, durante toda a história brasileira, os negros não tiveram as mesmas condições de emancipação em relação à população branca. Embora tenham sido integrados à sociedade, isso sempre ocorreu de forma subalterna e marginalizada e que mesmo com o desenvolvimento de uma classe média negra, a permanência das disparidades econômicas e sociais em relação aos brancos não deixou de existir. Esse grupo racial é encarado como reserva de mão-de-obra, podendo assim, ser submetido a precárias condições de vida e trabalho.

Considerar, enfim, as necessidades das minorias étnicas constitui um importante avanço no governo atual, porém, esbarramos em posicionamentos de caráter neoliberal, afinal, esta não deixa de ser uma medida focalizada, que atende a um pequeno grupo, em detrimento a políticas universais. A presença do estado-mínimo se concretiza neste governo, ao mesmo tempo em que absorvem reivindicações dos movimentos negros e se mantém uma política econômica desvinculada dos interesses populares.

CLASSES SOCIAIS E IDENTIDADE RACIAL

Passo a fazer uma análise reflexiva sobre identidade racial no Brasil, na perspectiva de um grupo que se diferencia pela cor da pele e que pertence a uma classe social determinada.

Este item se justifica na medida em que o fator identitário se apresenta como alicerce da política de legalização dos remanescentes de quilombo. Afinal, ficam definidos no Decreto N° 4887, a auto-atribuição quilombola, a trajetória histórica própria e a ancestralidade negra como alguns dos critérios para reconhecimento, por parte do governo, como remanescentes de quilombos.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre aspectos relacionados à estruturação da sociedade em classes sociais para, em seguida, tratar sobre o tema relativo à identidade, especialmente no que tange à identidade negra no Brasil.

O debate atual sobre as classes sociais tem levantado questões cruciais para o entendimento da realidade na qual estamos inseridos. O sociólogo francês Bouffartigue (2007) aponta para a necessidade e complexidade de se pensar o enraizamento das dinâmicas não-igualitárias no antagonismo de classe e o recuo da noção de classe como mecanismo de identificação social e de mobilização política.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2003) afirma que não há uma desaparecimento das classes sociais nem das ideologias e que a consciência de classe precisa ser construída coletivamente, o que só é possível no âmbito da política. A infra-estrutura é importante, mas o campo político não pode mais ser considerado consequência.

O que se percebe é, cada vez mais, uma perda da noção de pertencimento a uma determinada classe social. Conseqüentemente, a classe tem perdido o seu lugar como motor de organizações coletivas e o povo é desvinculado do seu papel de sujeito político.

Apesar do conflito entre capital e trabalho estar cada vez mais universalizado, movimentos como o de globalização, internacionalização do capital e perda da autonomia dos Estados-nação acabam por minimizar a percepção popular de exploração e, ao mesmo tempo, desconfigura o modelo tradicional de classes no capitalismo, que divide a sociedade em burgueses e proletários.

Neste contexto, a desigualdade entre países, regiões e pessoas se acentua, o individualismo propagado contribui para o aumento do racismo e da xenofobia e as lutas coletivas por melhores condições de vida são vistas como um crime. Estas são questões a serem enfrentadas, mas que cada vez mais ganham espaço numa sociedade marcada pelo enfraquecimento do pertencimento de classe, mesmo ainda sendo determinante nesta sociedade. A identidade, que dava ao indivíduo um lugar no mundo social, está sendo deslocada.

Se em outros momentos do capitalismo, as identidades se formavam em detrimento da inserção no mundo do trabalho, de forma a conferir o modo de vida das pessoas, e assim, possibilitar aos sujeitos reconhecerem suas identidades de forma mais coerente, em tempos recentes, essa possibilidade de identificação vai se perdendo.

A classe social não pode ser considerada fator uno de identificação das pessoas, na qual todos os interesses possam ser conciliados. Novas identidades são criadas,

principalmente através de movimentos sociais de base cultural, como o movimento negro, feminista e ecológico.

Percebe-se que não é só a identidade de classe que está perdendo sua força. Os indivíduos se importam menos com as tradições estáveis que acompanhavam gerações. A identidade, que se configura em um processo em constante adaptação, tem se construído sob a instabilidade do mundo atual.

De acordo com Hall (apud PARENTE, 2005:157) as identidades não são dadas nem herdadas, mas fazem parte de uma construção social, que envolve luta e resistência. A identidade é sempre um processo em construção, aberto e parcial, que dialoga com a diferença como elemento formador da cultura.

Outro conceito chave ao tratar deste tema, refere-se à noção de representação cultural, que está relacionado ao que há de palpável, visível do conhecimento. “A representação é um sistema de significação que dá inteligibilidade ao mundo e é composta no interior das relações de poder, que põem a funcionar ativamente aquilo que representam.” (PARENTE, 2005:157)

Muitas vezes, a representação acaba por classificar o outro e o lugar social que ele deve ocupar. Assim, cria-se um problema para a sociedade, na medida em que se define o olhar que determina quem é e como é o outro.

Faz-se necessário considerar que a sociedade brasileira, ao longo de sua história, tem se desenvolvido, sob um modelo concentrador e excludente. Percebe-se uma distribuição desigual da riqueza produzida no país, bem como de sua renda. Ao mesmo tempo, a maioria da população encontra-se à margem do poder político, sem participação nas decisões sobre as formas de organização desta sociedade.

Pensar a concentração econômica e a exclusão política nos remete ao processo de colonização, marcado pelo monopólio da propriedade de escravos, de terras e dos frutos da acumulação que se iniciava e posteriormente, pelo monopólio da indústria e dos serviços básicos atuais.

O processo de trabalho escravocrata, que nasceu da colonização, foi um regime que predominou no país, durante praticamente quatro séculos, sacrificando toda a cultura dos negros, incluindo religião, língua e modo de vida.

Não podemos, contudo, acreditar que manifestações das culturas africanas deixaram de existir e não influenciam nos costumes brasileiros; nem tratar o continente africano como

uno. As influências africanas fazem-se presentes em todo o país, não sendo possível, na atualidade, fazer uma separação entre cultura dos negros e cultura dos brancos.

Desconsiderando, porém, o negro como potencialmente capaz, bem como suas contribuições para a história do país, tem sido construída a identidade negra no Brasil e a percepção dos brancos sobre os negros. Estes, descendentes de escravos, são vistos como inferiores e sua posição social deve ser marcada pela subalternidade. Por sua vez, os negros vivem diante de um conflito racial, muitas vezes, negando sua própria identidade, na medida em que são identificados e discriminados pela cor da pele e por uma falsa inferioridade intelectual.

Há uma tendência de incorporação de noções liberais, até mesmo presente nas políticas públicas, que defende uma identidade universal dos negros, desconsiderando a forma como cada um deles incorpora dentro de si a realidade, bem como a diversidade existente no continente africano. Nesse sentido, o diferente é considerado ilegítimo, sem autenticidade.

A busca incessante, que tem ocorrido no Brasil, por uma verdadeira cultura negra e africana, tendo como ponto de partida a herança cultural, acaba por separar, diferenciar e estratificar o país em raças. É preciso que a história não seja tratada linearmente, como tem ocorrido através do resgate de elementos culturais que agora precisam ser vivenciados no presente.

Ao tratar especificamente sobre a legalização de comunidades quilombolas, no quesito identidade, é preciso estar atento a dois aspectos. Um deles se refere a auto-definição quilombola, levando-se em consideração que para muitas comunidades, especialmente aquelas que se urbanizaram, após um século de esquecimento, o ser remanescente não é algo mais bem definido. Porém, a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos, que são direito de todos os brasileiros, faz com que as comunidades busquem resgatar, na ancestralidade negra, aspectos que as identifiquem como quilombolas.

O outro ponto é mais um desafio a ser superado na legalização de quilombos, ao considerar a identidade negra e escravocrata como critério para adesão a política pública. Esta identidade se mistura e se perde com o passar do tempo. Porém, o governo acaba por apontar para uma estratificação da sociedade em raças, mesmo sendo algo indesejável.

O TERRITÓRIO DESTINADO AOS QUILOMBOS

Além da identidade, o território é peça-chave no Decreto N° 4887, na medida em que este trata da legalização da propriedade definitiva das terras, onde vivem comunidades remanescentes de quilombos. É preciso, porém, não perder de vista que é o fato de o território ser entendido como algo individual, propriedade que só pode ser adquirida através da compra, faz com que seja necessário desenvolver uma política pública destinada à legalização das terras quilombolas; sendo o quilombo uma das mais antigas formas de prática social e espacial de comunidades negras no Brasil.

Durante a escravidão, a população negra escrava não constituía uma cidadania territorial. Nesse sentido, entendemos territorialidade também relacionada à condição de cidadania, de poder civil e base de direitos. A formação de quilombos constituiu nova territorialidade que permitiu a reconstrução de sobrevivência física e cultural dos escravos. (CARRIL, 2006:61)

A categoria território tem ganhado espaço no debate contemporâneo, ultrapassando os limites da geografia, sendo, cada vez mais, utilizada nas ciências sociais. Este debate propõe a idéia de um materialismo histórico espacializado, que traria uma nova forma de analisarmos as relações sociais, na medida em que o sujeito e o tempo não são mais suficientes como método de análise. A inserção da categoria espaço seria uma condição para conhecer a realidade.

A importância do materialismo histórico dialético de Marx somado à categoria espaço é colocada por Lefebvre, em Soja (1993:66):

Trata-se de uma dialética cada vez mais espacializada, de uma demanda insistente de uma mudança fundamental na maneira como pensamos sobre o espaço, o tempo e o ser; sobre a geografia, a história e a sociedade; sobre a produção do espaço, a construção da história e a constituição das relações sociais e da consciência prática.

Assim, a categoria território tem ganhado espaço, tanto no âmbito das ciências sociais, quanto no das políticas públicas. Os estudiosos Koga e Nakano (2006) afirmam que as políticas públicas apresentam como desafio a democratização do poder público e a

universalização de direitos sociais básicos. Para sua concretização, considerar a importância do território faz-se indispensável, na medida em que este é um dos agentes produtor de relações sociais.

Nesse sentido, a política pública destinada à legalização das terras, onde vivem os quilombolas é criada numa forte perspectiva territorial. Os negros sempre estiveram alijados do acesso à terra, afinal, com o fim do trabalho escravo, a ausência de uma reforma agrária que quebrasse com a distribuição desigual da terra fez com que não se alterasse o modelo de concentração fundiária presente no país.

A Lei de Terras, criada em 1850, já prevendo o fim da escravidão, teve um papel fundamental na mais completa mercadorização da terra e na manutenção do status quo, na medida em que “previa o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição daquelas públicas a não ser por compra (...) referendando-se o seu controle por parte dos grupos dominantes do país” (LINHARES, 1990:133).

Com a proibição da ocupação das terras devolutas, sendo a aquisição possível somente através da compra, a manutenção dos grandes latifúndios e a exclusão do acesso à terra pela população carente estavam garantidas:

O tipo de alienação de terras públicas introduzido pela Lei de Terras fixava um preço-terra suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários de terras. Esse preço excedia às vezes o preço de venda de terras particulares. (SERRA, 2003:238)

Além da ausência da reforma agrária, o país importou mão-de-obra para trabalhar nas indústrias por acreditar que o ex-escravo não teria capacidade para tais atividades. A utilização da força de trabalho negra em atividades inferiores na atualidade é uma nova roupagem das relações escravistas que ainda não se apagaram no Brasil.

Joaquim Nabuco (apud CARRIL 2006:231) apontava que, para construção de uma nação verdadeiramente democrática, após três séculos de escravidão, a única possibilidade seria a reforma agrária e a instituição da educação, de forma a superar a estratificação presente na sociedade.

A luta atual pela reforma agrária representa a necessidade de eliminar a pobreza e as desigualdades sociais tão acirradas no meio rural, através da distribuição de terras, do

direcionamento da produção de alimentos para o mercado interno, bem como possibilitar o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais.

Ao mesmo tempo em que a reforma agrária mantém-se como meta a ser alcançada pelos movimentos sociais, o governo realiza uma reforma agrária paralela, pautada no discurso de reparação histórica, através da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Dentre várias ações, aponta-se para a necessidade de garantir a legalização de terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Se por um lado esta é uma grande vitória para a população negra, que cristaliza o território como uma responsabilidade pública e deve ser assumida como uma necessidade da sociedade, por outro, desconsidera a reforma agrária como necessidade nacional, de forma que a população rural possa ter condições mais dignas de vida.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a política pública nacional destinada à legalização das terras de comunidades remanescentes de quilombos tem apresentado avanços significativos no que condiz ao reconhecimento, por parte do poder público, de demandas relativas à população negra, que durante toda a história desse país, não teve acesso às mesmas condições de emancipação em relação à população branca, através de uma integração subalterna e marginalizada. Além disso, o governo reconhece o território quilombola como responsabilidade pública.

Os limites desta política, relativos ao contexto de sua implantação, impedem a efetivação de projetos construídos coletivamente, com perspectivas mais amplas e universais. Nesse sentido, uma reforma agrária nacional não é aprovada, mas a legalização de quilombolas só é possível pois não interfere na estrutura fundiária do país. O resgate identitário também precisa ser questionado, já que isso tem ocorrido de forma mecânica, desconsiderando a construção da identidade como algo dialético.

ABSTRACT

This article aims at reflecting on the Brazilian National Decree that legitimates the ownership of the land where *quilombo* remnants live. I discuss the political context of the introduction of the Decree, which was characterized by neoliberal actions and the escape of social responsibility by the State. I also explain the two pillars that sustain the Decree: identity and territory.

Keywords: *Quilombo* remnants; identity; territory.

Notas:

¹ O Conselho Ultramarino foi o órgão criado para ser responsável pela elaboração e execução da política colonial, além de funcionar como tribunal de alçada superior. Tratava-se de assuntos como impostos, a busca de ouro, saúde pública, a forma como os negros eram tratados, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUFFARTIGUE, Paul. Classes sociais em metamorfose: o caso Francês. *Outubro*: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Alameda, n° 15, 1° semestre 2007.

BRASIL. Decreto-lei n° 4887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 jun. 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

KOGA, Dirce. NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora. Ano XXVII, N° 85, mar. 2006.

LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *Classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, Introdução.

OLIVEIRA, Íris Maria de. *Assistência social pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso*. Programa Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC/SP, São Paulo, 2005. p.25-54.

PARENTE, Regina Marques. *A invenção do cidadão negro. Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. Iolanda de Oliveira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Regina Pahim Pinto (orgs). São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

SALES, Mione Apolinário. *Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o governo Lula*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, N° 85, mar. 2006.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. *Ambiente e Sociedade*, Ano V, N°10, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993. p.57-77.

COMO PODE ISTO: TRABALHAR COMO ESCRAVO, PASSAR FOME NUM ESTADO RICO? SÓ NÃO MORRI, PORQUE AQUI E ACOLÁ, TEM ALGUÉM PRÁ AJUDAR*

André Luiz dos Santos Borin*
Camila de Moraes Ferreira Borin**

RESUMO

A incidência do trabalho escravo no território nacional, bem como em diversos outros países do globo, tem preocupado instâncias da sociedade civil, por exemplo, intelectuais, estudantes, ONG's de defesa dos Direitos Humanos, e órgãos públicos como, o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público, dentre outros. Mais preocupante do que a persistência da escravidão na contemporaneidade é quando tal prática percebe-se velada, sobretudo em países ou regiões ricas, onde prevalece a lógica da racionalização do lucro e mecanização dos meios de produção, sob a égide do desenvolvimento: puro engodo. A revelia dessa falsa compreensão, numa das regiões mais ricas do Brasil – a de Ribeirão Preto, especificamente no município de Sertãozinho, pôde-se observar trabalhadores em condições de escravidão. É sobre tais implicações de que trata o presente artigo.

Palavras-chave: Trabalho Escravo; Direitos Humanos; Ribeirão Preto.

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho é a chave para se desvendar o que realmente se pretende aqui. Em qualquer área do conhecimento é difícil admitir: como alguém, que saiu do sertão cearense, sendo pequeno proprietário de terra - portanto, um trabalhador livre - possa migrar para o estado paulista, onde há uma das maiores experiências de fiscalizações efetivas sobre condições de trabalho, grande riqueza, maior oferta de emprego, acesso a melhor qualidade na saúde, educação, moradia, enfim, como é possível que esse sujeito venha a tão “desenvolvido” local para - após mais de um século da abolição da escravatura –, sob a roupagem de trabalho livre, volante, tornar-se escravo? Conforme aludem alguns autores, como Georgenor de Souza Franco Filho, tanto no Brasil como nos demais países, o trabalho que implica em cerceamento de liberdade não é escravo, no máximo, pode ser considerado em condições análogas à de escravo (BRITO FILHO, 2004).

* Mestrando em Serviço Social pela Unesp - Franca.

** Assistente Social do Instituto João Falcão – Barretos.

Ora, a situação do sujeito que proferira a frase que dá título a este artigo – a revelia do que pensam os juristas citados -, na concepção de outros autores que estudam a temática, é um caso real de trabalho escravo. O vivido por este migrante cearense no interior

Paulista: fome; cerceamento de liberdade; ameaças; ausência de direitos trabalhistas; moradia precária - não é caso isolado. Ao contrário, inúmeros trabalhadores são submetidos à situação de escravidão na zona rural de todo o estado paulista, sobretudo nos canaviais.

O migrante citado fora arregimentado para trabalhar no distrito de Cruz das Posses, município de Sertãozinho, localizado na Região de Ribeirão Preto. Sua atividade? Cortador de cana. Suas condições? De escravidão.

A realidade deste rurícola, destarte, aos olhos de muitos, inclusive do Poder Público, não é enxergada. A existência de trabalho escravo nos canaviais da região está velada, camuflada por interesses econômico-lucrativos, em detrimento do respeito à humanidade e à justiça social.

Cabe elucidar que tais implicações provocam a consecução deste trabalho, bem como um caso específico percebido em 2005: a existência de irregularidades nas condições de trabalho e moradia de rurícolas, que chegou ao conhecimento da sociedade civil através de denúncias que eclodiram na mídia regional e nos órgãos de controle e fiscalização, como a Guarda Municipal do distrito de Cruz das Posses e Vigilância Sanitária de Sertãozinho. Tais denúncias apontaram oito alojamentos de rurícolas em condições subumanas de habitabilidade, donde amontoadas 79 pessoas, distribuídas nos mesmos. Dentre os alojados, aproximadamente 57 rurícolas trabalhavam no corte da cana, através de empresas terceirizadas de serviço para usinas da região. Estes cortadores de cana percebiam-se sem vínculo empregatício com as mesmas. Nesta amostragem, portanto, percebia-se o rurícola que profere a frase que dá título a este trabalho. Na propositura de deslindar sobre a existência de tais práticas é que surgiu essa empreita.

Para contemplar esse mote, é profícuo desvelar, mesmo que sumariamente, a gênese da escravidão, bem como seu histórico no município de Sertãozinho (local em que se realizou a pesquisa); a existência de trabalho escravo nos dias de hoje e a compreensão do conceito que norteia este trabalho, apontando a realidade vivenciada pelos rurícolas alojados no distrito de Cruz das Posses.

REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DO TRABALHO ESCRAVO E SUA INCIDÊNCIA NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZIHO

1. O início

Durante toda a história da humanidade verificou-se a incidência de trabalho escravo. Os mais antigos indícios remetem à escravidão do povo judeu ao domínio egípcio.

Na Grécia da Antiguidade, assim como em Roma, a escravidão estava enraizada ao cotidiano de ambas as civilizações. Aristóteles e Platão reconheciam o sistema escravagista, assim como a ele defendiam. O primeiro chegou a afirmar que o escravo, por natureza, nasce para servir, para obedecer ao que são mandados. Ainda exemplificando sobre o pensamento aristotélico a respeito desta prática, o filósofo defendia que para adquirir cultura era necessário ter riqueza e ser ocioso, características possibilitadas pela escravidão – enquanto os escravos trabalhavam, restava tempo ocioso ao homem político da *polis*. Não obstante, esse modo de produção era sustentáculo da economia grega e romana, tanto que, em Roma, conforme se diminuiu a arrematamento de escravos durante o Império, iniciou-se a falência do mesmo.

Na Idade Média, um tipo de escravidão mais amena entrou em cena: a servidão. Embora o servo não sofresse todos os augúrios sofridos pelo escravo, ele integrava o patrimônio do senhor feudal, não dispendo também de liberdade. Não obstante, algumas regiões da Europa, durante o feudalismo, mantinham escravos, sendo que estes :

Subsistiam nas faixas fronteiriças do leste, do norte (quando ainda pagãos) e no sul da Itália e da Espanha, relativamente aos muçulmanos. É sabido que a origem do termo escravo é do grego bizantino *sklábos*, através do latim médio *sclavu* (“eslavo”), com referências ao eslavo aprisionado. Na Idade Média, o lento surgimento da economia monetária não favoreceu o escravismo, porque encontrou regimes jurídicos e corpos sociais organizados, estes nas cidades, com base na liberdade pessoal (FONTES; RIBEIRO, 1988, p. 233).

Em Portugal esta prática também já era conhecida, sendo subjugado tanto o negro quanto o mouro.

As novas aberturas de rotas marítimas e a conseqüente colonização das Américas, bem como a exploração econômica lucrativa aberta verificada no continente, particularmente

nas atividades agrícolas, facilitaram o emprego da mão-de-obra escrava, haja vista que eram necessários muitos trabalhadores para a derrubada das árvores de pau-brasil, bem como na plantação e colheita da cana-de-açúcar.

Abre-se aqui um parêntese, a fim de clarificar ser inequívoco o entendimento que, geralmente, há sobre a escravidão, de a mesma estar situada em momentos históricos diferentes, pragmaticamente separados por uma linha espaço-temporal. A escravidão, desde seu advento, sempre esteve presente, seja como modo de produção único ou predominante em uma nação, bem como quando utilizada mão-de-obra escrava esporadicamente, como alternativa ao modo de produção vigente.

Karl Marx e Friedrich Engels, em *Ideologia Alemã*, a partir da divisão histórica das formas de propriedades existentes, ilustram sobre seus respectivos modos de produção, desvelando sobre os momentos em que fora utilizada mão-de-obra escrava no decorrer da história da humanidade (MARX; ENGELS, 2006).

A escravidão irá aparecer já num estágio avançado da primeira forma de propriedade, a *Stammeigentum* (propriedade tribal), ou seja, segundo os autores, “a escravidão latente na família só se desenvolve aos poucos com o crescimento da população e das necessidades, com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como do comércio.” (MARX & ENGELS, 2006, p. 46). Aqui, a família é força motriz da produção.

A segunda forma de propriedade, denominada propriedade comunal e estatal da Antiguidade, resulta da junção de várias tribos numa única cidade, através de contrato ou de conquista, donde subsiste a escravidão. Neste período, “a divisão do trabalho já está aí mais avançada. Já encontramos a oposição entre a cidade e o campo [...] As relações entre as classes dos cidadãos e escravos estão agora completamente constituídas.” (MARX & ENGELS, 2006, p. 47). Na propriedade comunal, prevalece o modo de produção engendrado pela própria comunidade ligada à propriedade privada coletiva. No que concerne à propriedade estatal da Antiguidade, o modo de produção é o escravista.

No terceiro tipo de propriedade, a feudal ou estamental – tipo de propriedade percebida somente na porção ocidental da Europa, o que será enfatizado pelos autores mencionados, posteriormente à obra em destaque, no livro *Formações econômicas pré-capitalistas* - retoma-se o trabalho comunitário, através dos pequenos camponeses servos da gleba. Em alguns países da Ásia e África, a escravidão continuava ativa (MARX, 1991).

Na propriedade privada nos moldes da burguesia - que irá se consolidar a partir do mercantilismo, fortalecendo-se no modo de produção pré-capitalista e, finalmente, atingindo seu ápice no capitalista - a escravidão reaparece intrinsecamente conectada com todas as suas forças, especialmente nas colônias americanas, sendo sustentáculo de sua economia, conforme elucidado anteriormente.

A escravidão legalizada, portanto, permanecerá até meados do século XIX. Com a apatia inglesa ao tráfico negreiro e as lutas abolicionistas em países que utilizavam trabalho escravo, se findou, formalmente, esta prática. A falta de oportunidades de emprego ao negro e mestiço alforriados nas cidades, não lhes conferia outra alternativa a não ser continuar

trabalhando com o que sabiam, donde poderiam permanecer, na maioria das vezes, explorados e maltratados como dantes, isto é, nas terras do senhor.

Malgrado a abolição da escravatura no Brasil – cabe aqui desvelarmos somente sobre o caso brasileiro - esta tão desumana prática ainda permanece.

Para muitos, a escravidão existe somente nos livros de história. Para os rurícolas que conhecemos no município de Sertãozinho, revivem aquilo que a sociedade pensa ter findado.

Enquanto os filhos da burguesia estudam em instituições particulares, os livros que contam sobre um passado já longínquo de escravidão, os filhos da miséria protagonizam este modo de produção nos dias de hoje.

2. Escravos em Sertãozinho – Parte I: “uma história já passada”

O município de Sertãozinho tem história impar e peculiar, cujos moldes de sua formação perpassam as características mesmas da própria formação econômica nacional, quando se situa no tempo a substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela do café. O dito município nascia no último quartel do século XIX, a partir da Lei Estadual nº 463, sendo desmembrado do município de Ribeirão Preto.

Capela, Engenho Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho e Aparecida de Sertãozinho, são alguns dos nomes dados a este município que antecederam seu nome atual (ROSA, 1996). A princípio, a base econômica da cidadela era a agricultura – plantio de arroz, milho, soja e amendoim - e pecuária – gado - ambas de subsistência. Antes mesmo de ser desmembrado de Ribeirão Preto, Sertãozinho já transferia sua economia de base e

subsistência para plantações de cultura do café. Sua composição, portanto, coincide com a expansão dos cafezais no oeste paulista. Neste ínterim, decorre também o declínio do regime escravocrata e marca a ascensão do trabalho livre assalariado de imigrantes europeus,

principalmente italianos, sob o sistema de *colonato*. Quanto a este sistema de relação de trabalho, Otávio Ianni assevera: “Sob o regime de colonato, é a família que se engaja no trabalho produtivo. O contrato de trabalho naturalmente envolvia o fazendeiro e o (ou a) cabeça da família”. (IANNI, 1986, p. 26 apud Borin, 2005, p. 84).

Malgrado o sistema de *colonato* ser de destaque para o desenvolvimento local, fora evidente e comprobatória a existência de trabalhadores escravos em Sertãozinho. Conforme Borin,:

Destarte, as presenças do imigrante, e, posteriormente, a do colono, não significam, quanto à história sertanezina, a ausência da força de trabalho escrava. Tanto antes do café – nas fazendas de gado -, como no período da pujança cafeeira, houve indícios de que escravos advindos de outros locais do oeste paulista, de partes de Minas Gerais, como de outros locais, já formavam a massa de mão-de-obra que compunha a gleba local. (BORIN, 2005, p. 82).

Segundo outro autor, Henrique Dumont trouxera 80 escravos dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e alugou outros 150 que o Sr. Braz Arruda Barbosa trouxera de Bananal quando este viera para Ribeirão Preto em 1870, na qual inaugurou a Fazenda São José. (FURLAN JUNIOR, 1956, p. 71). Há também outras referências de escravos no município de Sertãozinho: em 1886, quando ainda pertencente a Ribeirão Preto, numa população de 10.420 habitantes, havia cerca de 1.379 escravos, dos quais dezoito instalados no meio urbano e 1.361 no meio rural. (CHAVES, 1888, p. 11-55 apud IANNI, 1984, p. 20).

Destas afirmativas, extraem-se três considerações plausíveis e centrais para compreender a realidade local nos dias de hoje.

Primeira, o município de Sertãozinho na composição de sua genealogia traz consigo cargas genéticas e culturais de um passado recente marcado pelo sistema

escravocrata. Não raro, a presença de senhores de escravo e da oligarquia agrária de outras épocas, como ocorrera em todo o país, fora mantida pela burguesia capitalista que emergira na região, com ranços escravistas e status de senhores das terras e de todos.

Como segunda consideração, ao contrário do que se concebe, o trânsito da escravidão para o colonato não aponta substanciais diferenças entre as condições de vida e de trabalho entre o escravo e o colono. O célebre autor já mencionado, Ianni, alegara em sua pesquisa sobre a região em questão que “[...] as condições sob as quais os imigrantes eram levados à fazenda e contratados os colocavam numa situação subalterna e espoliativa”. (IANNI, 1984, p. 25). Diferentemente dos escravos, os colonos são trabalhadores livres, mas, quanto à sua liberdade, pode-se inferir que era relativa e condicionada. Os escravos eram privados da liberdade sob a interceptação do chicote, do açoite, do tronco. Os colonos escolhiam se sujeitavam-se ou não ao trabalho na lavoura. Ademais suas condições no “Velho Mundo”, assolados por inúmeros tormentos e a pobreza que atingira àquela época parte da Europa, para estes, a vinda para as Américas, especialmente para o Brasil, significava um fio de luz que clareava sua esperança. Como apontou Leclerc, em puro engodo resultou sua imigração:

O imigrante chega desprovido quase por completo das coisas mais essenciais e lhe entregam uma pequena casa de tijolos, limpa e alegre, construída pelo fazendeiro do Oeste paulista. Este fornece-lhe os objetos de primeira necessidade e lhe abre um crédito. O colono não paga em verdade o aluguel de sua residência, mas já de início se acha endividado. A situação para o coitado parece de abundância, após a miséria, e ele saca sem contar contra o armazém da fazenda. Infelizmente alguns proprietários incitam os colonos a comprarem, a fim de segurá-los pelas suas dívidas que são forçosamente pagas em trabalho (LECRERC, 1942, p. 83).

O que se pode, portanto, concluir, é que a distinção crucial entre escravo e o imigrante colono, na esfera do trabalho, é que sob o regime de colonato a família está inserida no processo produtivo e há a celebração do contrato de trabalho entre o patrão e o cabeça da família. Esta família receberia o número de pés de café conforme sua possibilidade de tratá-los, o que variava de acordo com o número de pessoas que a compunham.

Como terceira consideração tem-se que o município estudado, em suma, passara por três etapas que lhe conferiram relevante importância econômica no cenário paulista e nacional, quais foram:

- a cultura cafeeira, que reinou até 1929, quando decaí com o *crash* da Bolsa de valores de Nova Iorque – período que marcara acentuada crise econômica mundial -, aliada a momentos anteriores como a geada de 1918 e as secas de 1924 e 1926 – sendo todos estes últimos acontecimentos, fatores coadjuvantes ao de 1929;
- a policultura, implementada após o ano de 1929 - representada pelas culturas do algodão, cítrica, da cana-de-açúcar, dentre outras, que somada ao advento de inúmeras unidades fabris e artesanais que acompanharam o desenvolvimento das referidas culturas, bem como a acelerada urbanização, marcaram o período que compreende o declínio da cafeicultura e o advento da cana-de-açúcar na década de 1930 nesta região;
- a cultura de cana-de-açúcar, que tivera, neste município, sua ascensão plena nos anos de 1944 – quando a área de cana plantada se sobrepõe à de café -, em 1951 – quando a área de cana cultivada ultrapassa à de algodão -, e em 1953 – quando a mesma sobrepuja as áreas de algodão e café juntas. Não obstante, o ápice desta cultura no Brasil dar-se-á, em esfera mundial, a partir da implementação do Proálcool, em 1975.

Com tudo isto, quer-se presumir que, passados os períodos em que fora empregado nas fazendas sertanezinhas mão-de-obra escrava (negros) e assalariada (colonos europeus brancos), hoje, estes se fundem. As duas formas pretéritas, no atual estágio de

crescimento econômico/produtivo protagonizado pela plantação e indústria canavieira, são metamorfoseadas na figura humana de composição multicolor e multicultural que seja o trabalhador rural migrante, ou, em outras denominações, o “peão”, “bóia-fria”, “volante”, “baiano”, “cortador”. Estas denominações, não obstante, são variáveis conforme a região para onde migram, a fim de laborar nos canaviais, ou mesmo de acordo com sua procedência, e, até mesmo, quanto ao seu período de estadia na região.

3. Escravos em Sertãozinho – Parte II: “uma história ainda presente”

O trabalho escravo nunca deixou de existir, nem aqui no Brasil, nem em outras partes do mundo, sobretudo naqueles países menos desenvolvidos. Deveras, esta prática não entrou em desuso.

Segundo estimativas globais da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005) 12,3 milhões de pessoas são vítimas do trabalho forçado em todo o mundo, na América Latina 1.320.000 pessoas estão nesta situação. Para a OIT o trabalho escravo é um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores, portanto, o mesmo que trabalho forçado. Esta atividade percebe-se como bastante lucrativa, rendendo US\$ 1,3 bilhões às citadas regiões do globo.

No Brasil, dados de 2003 - por Estado de ocorrência, a partir de denúncias recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e estatísticas da Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego (SIT-MTE) - assustam: os estados do Rio de Janeiro, Roraima, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará, juntos, contabilizaram 223 denúncias, 7.623 trabalhadores envolvidos, 136 denúncias fiscalizadas e 4.256 trabalhadores resgatados. (PLASSAT, 2003).

A despeito do que muitos podem pensar, de que o trabalho escravo é uma realidade eminente apenas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, conforme informações de Leonardo Sakamoto, em entrevista ao IHU On-Line (2007) há estimativas

que, mais de 17 mil trabalhadores estão em situação de escravidão nos Estados Unidos, bem como, outros milhares na França, Alemanha, dentre outras potências mundiais. Isto posto, o emprego de mão-de-obra escrava é uma triste realidade que acomete todo o globo terrestre.

O que valerá aqui será descrever como reaparece o trabalho escravo na região de Ribeirão Preto, especialmente no município sertanezinho, sob uma nova roupagem: conforme dito a pouco, a partir da figura do trabalhador bóia-fria.

3.1 Bóia-fria ou escravo moderno

O chamado êxodo rural, ocorrido em larga escala após a década de 1960, em anos que foram o chão do nascimento de dois dispositivos legais que, legitimamente, enveredaram o fenômeno social há pouco asseverado, transformações substanciais foram percebidas, não

somente no campo, mas, em proporções visuais muito mais faraônicas nos grandes centros urbanos, como o inchaço populacional ali cristalizado. Os 10 anos entre 1960 e 1970 foram decisivos, tanto no aspecto do marco da modernização edificada pelos governos déspotas da ditadura militar, bem como, como conseqüência deste e em detrimento do campesinato, verificado na expropriação de trabalhadores oriundos, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sertão da Bahia.

Neste ínterim, verifica-se massiva expropriação, partindo da tomada de terras à destruição de inúmeros camponeses. Tal violência, nos dizeres da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva,

[...] não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização em nossa região (SILVA, 1999, p. 27).

Especialmente no que tange ao processo de expropriação consubstanciado na região do Vale do Jequitinhonha – região analisada pela referida autora - há similitudes com o processo de acumulação primitiva, estudado por Marx na Inglaterra do século XIX. As terras usurpadas, os chamados *enclosures*, arrendamentos de terras por parte de rendeiros capitalistas, foram estes instrumentos efetivados por leis específicas confeccionadas pelo Estado, principalmente após a Revolução Gloriosa de 1688. As terras comuns, de uso dos camponeses, paulatinamente expropriadas, deram espaço, por empreitadas de violência, à grande propriedade, tudo ocorrendo “dentro da lei da ordem”, como assegura Moore (1983).

O produto das diversas leis engendradas pela ânsia da acumulação primitiva – e até mesmo pela lógica neoliberal presente nos dias atuais - é a existência de conflitos e ausência de consensos nas relações entre as classes envolvidas no processo em voga.

Transpondo-se novamente à realidade campesina no Brasil, cabe ressaltar aqui os dispositivos legais: Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30.11.1964, que encabeçou a modernização “arcaica” da zona rural, com vistas a maior produção e produtividade (estas pagas com a expulsão legitimada do pequeno proprietário de suas terras); e o Estatuto do

Trabalhador Rural, de 1963, o qual impingiu ao trabalhador rural a proibição de sua organização política, submetendo-o ao Estado, e permitiu ao empregador autonomia e dominação sobre o rurícola. O primeiro desencadeou a expulsão de camponeses das suas terras, para se tornarem, a posteriori do êxodo rural, trabalhadores em terras de outrem. Na mesma esteira de espoliação, reafirma-se a figura do trabalhador volante, o qual, ao contrário de ser resguardado pelo então Estatuto destinado ao trabalhador rural, vê-se negado por ele, isto é, sua situação enquanto tal, não fora regulamentada.

Isto representou a dimensão histórica e econômica da cartografia migratória percebida, sobremaneira, no Sudeste do país, haja vista tal região ter crescido economicamente em dimensões totalmente desproporcionais às demais, especialmente no aspecto da “modernização” do campo, com a implementação de maquinário e alta tecnologia vislumbrando grande produtividade.

Com o advento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool – Decreto nº 76.593, de 14.11.1975) - através do qual se verificou intenso incentivo estatal no plantio da cana-de-açúcar, que foi tomando, paulatinamente o espaço das outras culturas aliado à produção industrial do etano -, o latifúndio, profícuo para a produtividade em alta escala dessa cultura, permaneceu intacto e importante como nunca para a manutenção da acumulação capitalista no campo, trazendo a tona novamente a já desgastada “oligarquia agrária”.

Não sendo o maquinário utilizado necessário para atingir o lucro pretendido, deveras encarecer o produtor canavieiro, sendo a mão-de-obra barata dos recentes sem-terras e sem-empregos rurícolas expropriados, “casou-se” as duas formas de força de trabalho, dando origem ao que muitos autores denominaram de modernização arcaica.

Isto porque, antagonicamente à tecnologia de ponta empregada no campo, permaneceu-se o trabalhador rural espoliado, em condições insalubres de trabalho, com baixíssimas remunerações, aviltados em seus direitos trabalhistas e alojados precária e subumanamente em imóveis nas periferias das cidades e em “barracões” nos terrenos das usinas, sem a mínima infra-estrutura e dignidade.

Daí o que se pode concluir como um retrocesso histórico, quando se percebe recruder a tríade Latifúndio-Monocultura-Escravidão. A existência do primeiro elemento deste trio alimenta os demais, engendrando uma economia voltada para fora (exportações) sustentada por força de trabalho assalariada (mal paga).

Surge então, neste cenário, a figura lânguida, sôfrega e quase surreal do “bóia-fria”, denominação carregada de indelével preconceito para com o sujeito migrante, proveniente especialmente do Nordeste. Este trabalhador volante advindo de regiões donde a pobreza percebe-se mais absoluta do que relativa, expulso de suas terras e sem perspectivas de emprego e renda, em muitos casos já atingidos pelo flagelo da fome, migra para municípios

paulistas a fim de trabalhar principalmente, nas culturas da cana-de-açúcar, da laranja e do café. Sua lida nas lavouras, quase sempre longe de seus alojamentos ou casas, sujeito às exorbitantes jornadas de trabalho, impossibilitam-no de se ausentar da lavoura para almoçar, sendo a refeição feita ali mesmo, já fria, conferindo-lhe então a humilhante denominação.

Destarte, na esteira desta compreensão, é que reaparece a figura do trabalhador escravo na região, quando nos casos extremos de exploração e usurpação dos direitos fundamentais do rurícola assalariado, por intermédio de outrem.

4. Escravidão Contemporânea: uma amostragem verídica no distrito de Cruz das Posses

Sob a balize teórico-metodológica já suplantada, os fatores que, pari passo conduziram os rurícolas identificados no distrito apontado ao trabalho escravo, podem-se assim ser pontuados:

1º - arregimentação através do aliciamento: o rurícola, em meio à miséria que vive e as intempéries da natureza, como a seca do sertão nordestino, percebe-se compelido a acatar qualquer oferta de emprego. Neste contexto de insegurança e fome, aparece a intervenção dos “gatos” ou empreiteiros. A estes se incumbe à arregimentação de mão-de-obra barata para o trabalho rural.

Dentre os 79 rurícolas que foram identificados em alojamentos precários no distrito de Cruz das Posses, município de Sertãozinho, a maioria havia sido aliciada, sob falsas promessas de grandes remunerações, e todos os benefícios previdenciários. Pode-se crer, o que caracteriza estes trabalhadores aliciados e sujeitos à escravidão são “[...] a boa fé, nas condições de trabalho e assistência, num primeiro momento [...] o desespero, a fome e a falta de alternativa de trabalho os tornaram vítimas do sistema.” (MANIGLIA, 2002, p. 108).

2º - dívida em decorrência do aliciamento: o aliciador, de pronto, empresta uma pequena quantia em dinheiro ao trabalhador, para que o mesmo possa suprir algumas necessidades de sua família por curto período, antes mesmo de sua viagem ao local em que irá trabalhar.

O sociólogo José de Souza Martins, sustenta:

Especialmente aos jovens e solteiros, são oferecidas condições de trabalho melhores que as locais: assistência médica, contrato, bom salário, transporte. Promessas que não serão cumpridas. Um adiantamento é deixado para a subsistência da família. É o início do débito que os reduzirá à escravidão (MARTINS, 1986, p. 43).

Ademais, outra forma de aliciar os trabalhadores através da contração de dívidas, remete a quando o gato quita os débitos do rurícola para com os donos das pensões donde permanecem no período de entressafra, ou até mesmo, àquelas em que compram suas refeições. Não obstante, a dívida dantes alçada junto ao proprietário da pensão, exsurge num outro liame de sujeição deste trabalhador, cuja subordinação agora será ao empreiteiro.

Recrutados em terras longínquas, os rurícolas são transportados em caminhões, e até mesmo em ônibus rurais – pagando pela viagem, aproximadamente, R\$ 200,00, valor que será descontado de seu salário -, sempre em péssimas condições de conservação, os quais geralmente são utilizados para este mister há anos.

Interessante é o fato de que, o aliciador (o gato), muitas vezes tem também o papel de motorista do ônibus ou caminhão.

3º - dívida em decorrência do sistema de *truck-sistem* ou barracão: esteja o rurícola alojado em barracões nas fazendas da usina, ou mesmo em casebres nas periferias das cidades, quando este chega ao seu destino de labor, um preposto do empregador, geralmente o próprio “gato”, vende a estes trabalhadores os equipamentos que utilizarão na lida, como o facão, botas, tornozeleiras, chapéus, garrafão de água, etc.). Tais utensílios são comercializados a preços bem acima ao do mercado.

Estas formas de exploração ao trabalhador podem também ser percebidas quanto à venda de gêneros alimentícios, e outros indispensáveis, por preços exorbitantes, os quais, quando a mercearia pertence ao próprio empregador, são descontados do salário do rurícola ao final de cada mês. Nos casos de trabalhadores rurais alojados nas cidades, em imóveis que não são da propriedade do empregador, o obreiro rural também é ludibriado quando compra no mercado próximo donde alojado, que geralmente pertence ao “gato”, ou ao motorista, ou até mesmo ao proprietário do alojamento.

De qualquer forma, o trabalhador é vítima de um sistema monopolista de venda de produtos de primeira necessidade. Pode-se denominar esta prática como sistema de barracão ou *truck* sistem, comumente utilizada na Inglaterra, vitimando os operários de indústrias no século XIX.

Quando a mercearia é na periferia da cidade, aonde alojado o rurícola, e não mais na fazenda que trabalha, os donos podem ser, conforme comentado, outros também interessados em lucrar à custa do trabalhador.

Desta feita, a responsabilidade sobre a sujeição do trabalhador ao que seria uma forma mais “aprimorada” do *truck sistem*, não é mais do empregador rural. Cada vez mais este passa a se distanciar do rurícola, ao passo que se aproxima o gato, o qual mediará a rede que envolverá aquele, em tais aspectos: transporte rural; moradia; refeições (pensão); mercearia. Muitas vezes este preposto do usineiro, o “gato”, perfaz todas estas esferas – é o dono do alojamento, do transporte, da mercearia.

As compras dos produtos em mercearias de propriedade do “gato”, ou empreiteiro, por exemplo, vêm descontadas dos salários do trabalhador. Caso este venha a não comprar ali, poderá sofrer alguma agressão, arrocho do salário, retenção de CTPS, etc.

Os fatores que engendram, tanto o endividamento do obreiro rural no que tange ao empréstimo feito no início de sua nova jornada, como a compra de equipamentos de trabalho e através do sistema de *truck sistem*, não são anulados pelos dispositivos profícuos ao combate destes meandros da lei. Ante o desconhecimento dos rurícolas de seus direitos trabalhistas e sua necessidade de sobrevivência, os prepostos que aparecem na mediação dos contratos de trabalho, exercem papel *sine qua non* para que a lei, mais uma vez, não seja aplicada.

4º - condições aviltantes de trabalho: A jornada diária de trabalho inicia-se, quase sempre, bem cedo, às 5 horas da manhã. Os trajés, na maioria dos casos são improvisados: bonés ou chapéu, com lenços sobre os mesmos, cobrindo a cabeça e parte do rosto; roupas sobrepostas, camisa de manga comprida, luvas improvisadas com meias; meias sobrepondo as calças; botas ou mesmo tênis. O ônibus que os conduzem aos canaviais – sempre um veículo já em desuso, abandonado, dantes utilizado no perímetro urbano -, parte geralmente às 6 horas da manhã. Não obstante, são péssimas as condições destes veículos, nunca há manutenção e, os motoristas inexperientes para este fim, por vezes desabilitados.

Quando chegam ao local de destino, entre 7 horas e 9 horas da manhã – dependendo da distância do canavial -, a lida começa em ritmo frenético. Muitos almoçam na hora que chegam ao seu eito, donde trabalhará por todo o dia. Outros, após uma hora de trabalho, fazem a refeição. Alguns dividem o horário de sua refeição, comendo metade quando chega, e a outra, mais tarde, entre 11 horas e meio-dia. Ademais, alguns levam café no garrafão, o qual é dividido entre eles. A fraqueza decorrente do trabalho, às vezes é tão intensa que, a saída imediata pode estar em pedaços de cana que acabam por chupar. Durante todo o período de labor, estas são algumas das estratégias dos cortadores a fim de agüentarem as agruras que este trabalho lhes impinge.

Não obstante a tais problemáticas, há outros fatores que maltratam o obreiro rural. Na metade do dia, em se tratando da Região de Ribeirão Preto, a temperatura nos canaviais pode chegar aos 40°C. São, conforme pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 9.700 golpes de podão desferidos num dia, que representa aproximadamente 10 toneladas de cana cortada. Na referida região, essa média pode chegar a 15 toneladas. Uma minoria alcança a marca de 21 toneladas.

De uma forma geral, os trabalhadores são organizados em turmas de 30 a 40 pessoas. Mesmo distribuídos em turmas, o processo laborativo contempla três fases distintas (corte na base da cana, desponte do palmito e amontoamento), seguidas por todos os cortadores:

O corte na base da cana, que consiste na retirada da cana das touceiras, exige do trabalhador uma seqüência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para a frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um

movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados "bandeiras"). O espaço entre uma "bandeira" e outra é de 2 metros. É neste espaço que o capataz mede a produção utilizando-se de um instrumento denominado compasso, quantificando quantos metros de cana o trabalhador cortou durante a jornada de trabalho. A transformação da medida em toneladas de cana cortada é feita multiplicando-se a metragem por um determinado fator. A atividade do corte se completa com o desponte do palmito (ponteiro) (NAVARRO; ALESSI, 1997).

No final do processo há o amontoamento, que consiste em ajuntar a cana cortada em montes à beira das ruas do canavial, pronta para serem colocadas no caminhão que as levará para a usina.

Deve-se ressaltar que, quando a cana é "deitada" ("rolão"), os colmos devem ser cortados individualmente, implicando em maior desgaste físico do trabalhador e menor produtividade.

Daí os dois "pontos nevrálgicos" que subjagam o rurícola a aviltantes situações de trabalho, ou seja, os problemas de saúde acarretados através do processo de trabalho intenso, bem como sua espoliação no que tange à produtividade real auferida, configuram-se também, como responsáveis pela escravidão a que submetido.

Ao que tange à produtividade deste rurícola, esta é mensurada pelo quantum de cana cortada por dia. Na região, a medição deste quantum refere-se aos metros de cana cortada, não à pesagem da mesma, como em outros locais. Para tal medição utiliza-se um instrumento denominado compasso. Quem realiza o procedimento é o feitor ou o baseador (ou entregador, responsável pela medição e queima da cana), que medem a quantidade de metros que o obreiro cortou no seu eito. Depois, na usina, a metragem de cana cortada é convertida, por meio de um fator, a toneladas cortadas. O cálculo desse fator é determinado pela qualidade da cana utilizada como amostra, a qual se obtém duma média auferida por, no mínimo, três amostragens/talhão cortados.

Embora o piso salarial estabelecido no Estado de São Paulo seja de R\$ 410,00, o trabalho por produção permite ao obreiro rural que corte 12 toneladas/dia – média regional -, alcançar um salário de aproximadamente 800,00 por mês. Quando a produtividade baseia-se por metros de cana cortada, para que o salário do rurícola alcance a quantia citada, é necessário que o mesmo corte entre duzentos e 300 metros de cana por dia. Os preços do metro de cana variam conforme a qualidade da cana (se é pesada ou leve), bem como o grau

de dificuldade que se tem ao cortá-la (cana “deitada”; cana crua ou na “palha”; cana “embaraçada”). Destarte, para alcançar o nível de produtividade mencionado, uma força sobre-humana deverá ser dispensada nos canaviais.

Elucidando sobre o trabalho por produção/metros, a cana colocada em montes em cada corredor é levada para a usina. Lá é feita a pesagem da cana, conforme já mencionado, longe dos olhos do trabalhador, num processo de total alienação do trabalho. Mesmo que recebam por metro de cana cortada, a pesagem desta determinará seu salário mensal. Em grande maioria, analfabetos, semi-analfabetos ou analfabetos funcionais, não conseguem entender ou mesmo acompanhar a metragem no canavial daquilo que cortaram. A pesagem na usina reduz ainda mais o ganho destes sujeitos. A pesagem - já que recebem por metro - poderia ser insignificante para o cortador, mas não é. Como mencionado, existe o fator “qualidade” da cana. Arbitrariamente, os encarregados ou feitores determinam os valores da cana de acordo com seu peso, grau de dificuldade do corte – já que, quando cortam a cana tombada, o tempo dispensado é maior do que em relação à cana em pé, ou seja, quanto mais tempo perdido no corte, isto é, menos cana cortada, menor o ganho sobre a produtividade.

Quanto mais tempo ganho no corte, quer dizer, mais cana cortada, maior o ganho sobre a produtividade. É a riqueza socialmente produzida e ampliada à custa do sobre-trabalho dos cortadores de cana, e canalizada pelo capitalista. Nas palavras de Yamamoto, ancorada no referencial teórico de Marx sobre Trabalho,

Esse incessante crescimento da riqueza dá-se via ampliação da jornada coletiva de trabalho (mais-valia absoluta) e/ou via elevação da produtividade do trabalho social, reduzindo o tempo de trabalho necessário e ampliando o tempo de trabalho excedente (mais-valia relativa) (IAMAMOTO, 2001, p. 74).

Ai se observa a importância para a usina, da pesagem das toneladas de cana cortada, e, a relevância da mais-valia quanto à exploração do trabalho dos cortadores. Para a usina, para o capitalista proprietário da mesma, quanto ao que fora dito, considerando-se o

tempo primordial na relação produtividade/lucratividade, “O tempo é tudo, o homem é nada, quando muito é a carcaça do tempo” (MARX, 1982, p. 58). Ainda desvelando sobre a superexploração do trabalhador através da taxa de mais-valia, segundo informações de um ex-

empreiteiro da região, a balança de uma usina geralmente pesava uma média diária de 24 a 30 toneladas de cana cortada por trabalhador, mas a usina indicava apenas 12 t ou menos.

Seja o pagamento baseado em toneladas ou metros cortados, o salário por produção, embora defendido por órgãos representativos da classe patronal – motivados por extrema lucratividade – e até mesmo pelos próprios cortadores – sob a égide de auferir maiores ganhos, amenizando sua situação de miserabilidade -, ainda configura-se como profícuo fator determinante da espoliação e exploração do obreiro rural, sujeito a acelerados ritmos de trabalho, impostos pelo feitor ou empreiteiro/”gato”, sendo o produto final deste fato, o acúmulo de riqueza do real empregador rural (usineiro, latifundiário, arrendatário), em detrimento da saúde e dignidade do rurícola.

Por fim, após um dia estafante de trabalho, por volta de 17 e 18 horas, este entra no já carcomido ônibus, sem qualquer segurança, chegando ao alojamento esgotado e embotado pela sanguessuga máquina de exploração capitalista.

5º - alojamentos insalubres: exauridos por completo ao final do dia, o rurícola não pode contar com o mínimo conforto e habitação digna. É profícuo apontar, então, as principais irregularidades apresentadas nestas moradias coletivas: superlotação; cômodos pequenos, de construções inacabadas, por vezes oferecendo riscos aos alojados – num alojamento, as pontas dos ferros que sustentam a construção, estavam expostas, bem como havia uma escada de metal que ligava o compartimento inferior da casa ao superior, colocada em corredor com grande fluxo dos moradores; banheiros coletivos – muitos desprovidos de chuveiro e vaso sanitário, sem as mínimas condições de uso, não havendo ligação direta com

caixa d’ água, ou até donde as instalações sanitárias são buracos sem peça; alguns locais sem fornecimento de energia elétrica e rede de água e esgoto e sem área de serviço; pias de cozinha sem condições de uso; infiltrações; inúmeras rachaduras; vazamentos no sistema hidráulico; fiações expostas e precárias; em vários cômodos, encontraram-se colchões de no máximo 5 cm de espessura, nos quais os rurícolas dormiam; alimentos armazenados em locais impróprios, sujeitos à umidade, próximos ao contra-piso; roupas jogadas pelo cômodo, sem haver ali compartimento específico para guardá-las; carência de ventilação natural e artificial; higiene e limpeza irregular. Os gastos mensais dos rurícolas com estas precárias moradias coletivas podem chegar a R\$ 100,00 para cada alojado.

Em certos alojamentos, a refeição do rurícola é feita ali mesmo, em fogão geralmente alugado, de propriedade do dono do imóvel coletivo. Outros pagam a chamada “pensão” para pessoas nas proximidades que se ocupam em fazer refeições (almoço e janta) a estes obreiros. Em média, pagam R\$ 150, 00 de “pensão”. Situação ainda mais aviltante é quando esta é fornecida pelo empreiteiro/ “gato”, especialmente quando proprietário do alojamento e/ou da mercearia.

Não obstante, os elementos expostos, no entendimento aqui enviesado, configuram a escravidão contemporânea, no que tange à sua presença nos canaviais paulistas, impregnando os rurícolas nas diversas nuances cotidianas.

CONCLUSÃO

Este artigo propõe o aprofundamento da discussão no que tange às “novas” formas de sujeição à prática do trabalho escravo, considerando-se ainda, que todos os métodos que formatam a escravidão contemporânea, geralmente, são acompanhados da coerção moral – como exemplo, a apreensão da carteira de trabalho do cortador de cana - e

coerção física – expressa em constantes ameaças, a fim de provocar a maior produtividade; se expressa também, como já exposto, na obrigatoriedade imposta a estes trabalhadores para adquirirem produtos em mercearias dos prepostos do usineiro ou empregador rural, bem como quando ocorre o endividamento do rurícola em relação ao “gato”. Contudo, o não pagamento da dívida poderá corroborar na agressão física e até mesmo a morte do trabalhador.

Não obstante, a despeito dos inúmeros tratados internacionais, a própria Constituição Federal, o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho, propostas de emendas constitucionais, decretos e portarias que tratam a matéria Trabalho Forçado, Trabalho Degradante, Trabalho Escravo ou em Condições Análogas a de Escravo, enfim, embora seja vasta a lista de dispositivos legais que combatem tais práticas, no que tange à solução da problemática instalada no distrito de Cruz das Posses, em Sertãozinho / SP, apontada pela mencionada denúncia no ano de 2005, vale dizer que foram mínimas as intervenções do Poder Público.

Mensurando os resultados advindos de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, Delegacia Regional do Trabalho e Ministério Público, estes pressionaram algumas usinas envolvidas a cumprirem os direitos trabalhistas dos rurícolas e, em alguns dos casos, juntamente com a Vigilância Sanitária de Sertãozinho interditararam alojamentos; noutras vezes providenciaram o retorno das vítimas aos seus locais de origem.

Em linhas gerais, no auge da pesquisa que dá vida a este artigo, a maioria dos rurícolas continuava em precárias condições de trabalho e moradia. O discurso de alguns dos órgãos contatados no período, ou alegava que, embora tivessem identificado os fatos supra, estes não se configuravam como prática de escravidão – no caso do Ministério do Trabalho e da Delegacia do Trabalho; ou, quanto à Vigilância Sanitária, em dizeres tendenciosos defendiam a idéia de que, a presença massiva de migrantes safristas no município implica num déficit epidemiológico e sanitário, bem como sócio-cultural, devendo esses, na concepção do referido órgão, voltarem urgentemente às suas cidades natais, o que representaria a bonança local. O principal, para os sanitaristas sertanezinhos, seria o zelo e a manutenção da ordem, bem como a qualidade de vida de seus munícipes (de origem, ou pelo menos, paulistas). O direito à liberdade e à convivência igualitária dos migrantes nos diversos espaços ocupacionais, não estavam em jogo para as instâncias envolvidas.

Portanto, são estas implicações inerentes à escravidão contemporânea, grandes entraves no que tangem ao seu enfrentamento e erradicação. A dúvida que continuará pairando no ar é: embora persista o trabalho escravo - noutros moldes que outrora, na atualidade, numa região das mais ricas do Brasil, a de Ribeirão Preto - como conceber tal prática? E os Direitos Humanos básicos, como trabalho digno, não sujeição a outrem, ao direito de ir e vir, à liberdade da venda de sua força de trabalho, à moradia e alimentação de qualidade, dentre outros? Tais indagações ecoam pelo espaço, e a resposta parece estar longe na incerteza do tempo.

ABSTRACT

The incidence of slave labor in the national territory and in other countries is calling the attention of entities of the civil society, such as intellectuals, students, Human Rights NGOs, and public agencies such as the Ministry of Labor, the Public Prosecution Service and others. Even more alarming than the persistence of slave labor nowadays is when this practice is covert, especially in rich countries or regions, where the logic of profit rationalization and mechanization of means of production prevails under the auspices of development: pure decoy. By default of this false understanding, we learnt that

there are employees working under slave labor conditions in one of the richest regions of Brazil – around the city of Ribeirão Preto, more specifically in the city of Sertãozinho. The present article aims at discussing these implications.

Keywords: Slave labor; Human Rights; Ribeirão Preto.

Notas:

* Frase de um cortador de cana de Cruz das Posses, São Paulo, vítima de escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, N. P. & SCOPINHO, R. A., 1994. A saúde do trabalhador da cana de açúcar. In: *Saúde e Trabalho no Sistema Único de Saúde* (N. P. Alessi; A. Palocci Filho; S. A. Pinheiro; R. A. Scopinho & G. B. Silva, orgs.). pp. 121-151, São Paulo: Hucitec.

ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BORIN, A. *Trabalho, moradia e subsistência dos cortadores de cana-de-açúcar migrantes no município de Sertãozinho/SP*. 2005. 175 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Serviço Social). Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2005.

BRITO FILHO, J. C. M. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. *Revista Gênese*, Curitiba, n. 137, p. 673-682, mai. 2004.

FONTES, J. S. L.; RIBEIRO, W, S. O escravo e o trabalho – proteção ou desamparo. *Síntese Trabalhista*, Porto Alegre, v. 10, n. 118, p. 41-49, abr. 1988.

FURLAN JÚNIOR, A. *Documentário histórico de Sertãozinho: 1896-1956*. Sertãozinho: Estabelecimento Político, 1956.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira*. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LECLERC, M. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MANIGLIA, E. *O Trabalho Rural sob a Ótica do Direito Agrário: uma opção ao desemprego no Brasil*. 1. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2002. v. 1. 178 p.

MARTINS, J. de S. *A reforma agrária e os limites da democracia na 'Nova República'*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Escritório do Brasil. *Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento: estatísticas de trabalho forçado*. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/trabalho_forcado/oit/relatorio/indicadores.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- PLASSAT, X. Denúncia de trabalho escravo resulta em novas ameaças contra agentes da CPT, trabalhadores e procurador da República. In: SYDOW, E., MENDONÇA, M. L. (Orgs.). *Direitos Humanos no Brasil 2003: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em colaboração com a Global Exchange*. 2003. p. 93-100.
- ROSA, R. C. *O serviço social na agroindústria canavieira no Município de Sertãozinho*. 1996. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1996.
- SAKAMOTO, L. *O trabalho escravo reinventado pelo capitalismo contemporâneo*. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11011>. Acesso em: 10 mar. 2008,
- SENTO SÉ, J. L. A. *Trabalho escravo no Brasil na atualidade*. São Paulo: LTR, 2000.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

característica de las teorías sociales, pues en tanto históricamente situada deberá desarrollarse en concordancia con el acontecer social.

Ejes de discusión como el trabajo, el sujeto, la permanencia o no de las clases sociales en la estructura social, son sólo algunos de estos elementos controversiales. En este marco, se ha considerado oportuno plantear algunos interrogantes y aportes en torno a la subjetividad. Pero, a partir de sustentar el análisis realizado en la propuesta marxista, se hace necesario reconocer que este elemento interactúa con otros, por lo cual es imposible no incluir, al menos someramente, otros complejos sociales como son, por ejemplo, el trabajo y las clases sociales.

La importancia de procurar discutir la subjetividad radica en la embestida realizada por los distintos autores que pueden ubicarse dentro de lo que José Paulo Netto denomina Campo Postmoderno, según los cuales, por ejemplo, la ciencia se reduce a una cuestión de discurso, a juegos del lenguaje, donde el estatuto de verdad se encuentra en la misma retórica. Reduccionismo según el cual la realidad objetiva se transforma en algo minimalista para la cultura postmoderna, en tanto que su objetividad se reduce a aspectos simbólicos, ocurriendo una *semiologización* inclusive de sus niveles materiales, mientras que, paralelamente se produce la *entificación* de la razón moderna, ‘culpándola’ por las supuestas falacias de las promesas de la Modernidad (NETTO, 2004; Cf. LYOTARD, 1993; CASULLO, 1993).

Por otro lado, puede decirse que así como parte del debate actual dentro de las ciencias sociales incluye la reducción o no de la realidad al lenguaje/discurso/subjetividad, encontramos inaugurada esta disputa en Marx y Engels (1968), la cual es emprendida por los autores en oposición a los filósofos neohegelianos, en tanto estos últimos basaban sus afirmaciones en la certeza de que las ideas, los pensamientos, en síntesis, los productos de la conciencia se encuentran independizados de las condiciones materiales de existencia de los hombres.

Tomando estas consideraciones, el objetivo al que aquí se pretende aproximar consiste en establecer los elementos que caracterizan la subjetividad en la vida cotidiana de los individuos en los contextos actuales. Se trata sólo de una aproximación teórica, por lo cual aquí se esbozan los puntos centrales, mientras que se hará necesario en situaciones concretas avanzar en el establecimiento de las mediaciones que den especificidad a las mismas.

La presente aproximación a la subjetividad se realizará a partir de las propuestas teóricas de G. Lukács y M. Bajtín, las cuales contemporáneas entre sí, nos permiten efectuar

dicho intento dentro de la corriente teórica marxista. Para ello, en un principio se desarrollan los principales elementos ontológicos desarrollados por Lukács, luego se incluirán aportes de Agnes Heller en relación a la vida cotidiana, para finalizar con la inclusión de los enunciados filosóficos del lenguaje bajtinianos. Vale aclarar que la relación que se propone entra ambas categorías no se efectúa forzando elementos que en la realidad se encuentran desvinculados, en tanto ambos constituyen aspectos ontológicos del ser social, ya que trabajo y lenguaje son las actividades del hombre que lo distinguen del animal (Cf. INFRANCIA, 2005).

Finalmente, se considera pertinente señalar que adoptando la postura ontológica propuesta por el marxismo, el estudio de la subjetividad, que aquí se plantea de modo introductorio, implica pensar al objeto desde dos miradas complementarias: por un lado, como *totalidad compleja*, pues esta es una característica intrínseca del objeto y, por lo tanto, el proceso de conocimiento debe incorporar a la totalidad como una de sus categorías decisivas; mientras que, por el otro, recuperando la historicidad del objeto se requiere un *abordaje genético*, capaz de elucidar el fundamento original, insuprimible del mismo (LUKÁCS, 2004b; LESSA, 1999, 2000b).

LO SUBJETIVO EN LOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DEL MARXISMO

*No es la conciencia la que determina la vida,
sino la vida la que determina la conciencia.*
Marx y Engels, *La Ideología Alemana*

Si bien no avanzaremos en un desarrollo profundo acerca de las consideraciones de la corriente marxista respecto de la dimensión subjetiva, se considera oportuno incluir algunos elementos desarrollados principalmente por quienes iniciaron dicha corriente, específicamente C. Marx y F. Engels, en tanto los aportes de Lukács y Bajtín se encuentran estrechamente relacionados con los mismos.

En principio, puede mencionarse que este tema centralmente es tratado en el texto *La ideología alemana*, escrito conjuntamente por dichos autores, aunque *Miseria de la Filosofía*, escrito únicamente por el primero, también brinda elementos importantes al debate.

En concordancia con una visión materialista de la historia en dicho trabajo Marx y Engels desarrollan, lo que a nuestro entender, constituyen los lineamientos generales para una

reconstrucción analítica de la subjetividad desde la perspectiva marxiana, la cual no debe reducirse a la ya clásica afirmación según la cual la subjetividad es igual a falsa conciencia. En el primer texto mencionado los autores analizan el tema de la conciencia en la sociedad burguesa a partir de las relaciones materiales. Para tal análisis, y oponiéndose a las visiones idealistas, parten de *individuos concretos* inmersos en una sociedad particular, en cuyo seno las condiciones materiales de producción y la división del trabajo existente determinan las relaciones que establecen entre sí.

Partiendo de considerar a los individuos reales, su acción y sus condiciones materiales de vida, los autores sostienen que:

la observación empírica tiene necesariamente que poner en relieve en cada caso concreto, empíricamente y sin ninguna clase de falsificación, la trabazón existente entre la organización social y política y la producción” es decir “tal y como actúan y como producen materialmente y, por lo tanto, tal y como desarrollan sus actividades bajo determinados límites, premisas y condiciones materiales, independientes de su voluntad (MARX, y ENGELS, 1968: 19-25) .

De este modo las ideas, las representaciones, la conciencia se encuentran asociadas con la actividad material, es decir como emanación directa de su comportamiento material ya que los hombres son los responsables de la producción de sus representaciones e ideas; hombres que se encuentran condicionados por un determinado desarrollo de sus fuerzas productivas (MARX, y ENGELS, 1968).

Esta postura claramente sostiene que las ideas, conciencia, ideología, subjetividad, no poseen en si misma una historia y un desarrollo particular, pues en el desarrollo histórico de los hombres, de sus formas de producción, de relacionarse entre sí y con la naturaleza cambian consecuentemente sus visiones acerca de la realidad, es decir su subjetividad.

Por ello, los autores avanzan en análisis históricos manteniéndose siempre en el *terreno* histórico-real, no explicando la práctica a partir de la idea, sino a la inversa, es decir, explicar las formaciones ideológicas sobre la base de la práctica material. Sobre esta base, tal como sostiene Gonzaga Mattos Monteiro (1995) es necesario recordar que en *La ideología alemana*, los autores mencionan cuatro momentos que anteceden de manera sincrónica a la conciencia de los hombres. Los mismos comprenden: la producción de los medios indispensables para la satisfacción de las necesidades vitales (beber, comer, vestirse, etc.); el

surgimiento de nuevas necesidades, a partir de la satisfacción de las mencionadas anteriormente, y de la adquisición del instrumento necesario para ello; la reproducción de nuevos hombres; y, finalmente, a partir de los tres momentos anteriores, la cooperación entre los individuos de cualquier modo y para cualquier fin. Posteriormente, los autores si comienzan a hablar de la conciencia propiamente dicha (MARX, y ENGELS, 1968).

Siguiendo a Gonzaga Mattos Monteiro (1995), puede decirse que tres conceptos adquieren relevancia al momento de pensar al individuo y a su subjetividad: la alienación, la ideología y la conciencia. Conceptos que implican complejidad, no sólo en si mismos, sino también por el tratamiento asistemático dado a los mismos por el propio Marx. Aquí no profundizaremos el significado atribuido a los conceptos, en tanto que serán recuperados a lo largo del trabajo.

Las premisas materialistas y ontológicas para el estudio de la historia brindadas en la *Ideología Alemana* nos permiten recuperar la centralidad del trabajo destinado a la satisfacción de necesidades, no sólo, como acertadamente sostiene Lukács, como ontología del ser social, sino, por extensión, como fundamento de la conciencia.

EL TRABAJO: APROXIMACIONES A LA CONCEPCIÓN DE G. LUKÁCS.

La obra de Lukács ha tenido distintos puntos de interés a lo largo de su trayectoria, estando notablemente mediatizada por los eventos históricos de los cuales fue un protagonista activo. Así, es posible sostener, por ejemplo, que el desarrollo de su obra durante el periodo comprendido entre los años '30 y finales de los '50 se constituye en un combate, por un lado, contra el dogmatismo del *marxismo oficial* del periodo estalinista, mientras que, por el otro, se opone a las tendencias tanto positivistas como irracionistas imperantes en la filosofía occidental (NETTO, 2004; INFRANCA, 2005; LESSA, 1999).

El tratamiento dado por el autor a un aspecto tan central como el *trabajo*, ha estado, consecuentemente, influenciado por dichos cambios, pero nunca ha dejado de ser una de sus preocupaciones centrales. Siguiendo a Infranca, podemos aseverar que mientras que en el texto de la vejez del pensador húngaro, *Ontología del Ser Social: el trabajo*, el trato es eminentemente ontológico, a fin de elucidarlo como fundamento y esencia de toda praxis social, en el texto de la juventud, *Historia y Conciencia de Clase*, el tratamiento dado es

particularmente fenomenológico, tratando de aproximarse a las características del trabajo en el contexto capitalista (INFRANCA, 2005).

Antes de avanzar en una sucinta aproximación a dichas obras, con el fin de no caer en equívocos ni sobre o subestimaciones de alguna de las dos obras en detrimento de la otra, rescatamos el planteo de Sergio Lessa, en donde claramente distingue la esencia del fenómeno, como dos elementos dialécticamente unidos y de igual importancia, en donde:

la esencia es el campo de posibilidades de consubstanciación del fenómeno, y éste es la mediación por la cual la esencia se particulariza en cada momento del proceso histórico. Sin la mediación de los fenómenos la esencia no podría desprender su inmanente procesualidad; a su vez, sin las determinaciones esenciales el fenómeno no tendría lo que particularizar. (LESSA, 2000b.: 221)

1. La Propuesta ontológica sobre el trabajo

A partir de recuperar los presupuestos generales de la ontología marxiana, Lukács inicia su reflexión ontológica considerando que todo lo existente debe poseer siempre un carácter objetivo, lo cual lo lleva a sostener, por un lado que el entero ser es un proceso histórico, mientras que, por el otro, las categorías constituyen formas motoras y móviles de la materia misma: ‘formas del ser, determinaciones de la existencia’. Sobre esta base, el filósofo húngaro logra plantear, desde un claro punto de vista marxista, que el hecho que la conciencia reproduzca la realidad y, a partir de ello, haga posible la elaboración modificadora de esta, implica un poder concreto, que constituye el *trabajo*, actividad que lo diferencia rotundamente de los animales¹.

Antes de avanzar en el análisis del proceso de trabajo, cabe resaltar que el mismo se desarrolla teniendo en cuenta la mediación de dos complejos sociales fundamentales: las relaciones sociales y el lenguaje. En tanto que el proceso de trabajo sólo puede ocurrir en el interior de relaciones sociales, en donde el desarrollo de la individualidad se encuentra históricamente determinado, y, además, la previa ideación que presupone el proceso teleológico exige la existencia del lenguaje. Así, sociedad, lenguaje y trabajo se constituyen en categorías primordiales, identificando en el trabajo el momento predominante del desarrollo del hombre (LESSA, 1996; LUKÁCS, 2004b). Consecuentemente, el trabajo es el

principio del desarrollo de la humanidad, y al mismo tiempo el fundamento de tal desarrollo (INFRANCA, 2005; ANTUNES, 2005).

Infranca manifiesta que en :

la base del discurso lukacsiano reside siempre el devenir del hombre como reflejo de la constitución del ser social a través del trabajo y su historia. El devenir del hombre como ser social, y, al mismo tiempo, como individuo, como ser genérico y ser particular, se halla completamente fundado sobre el trabajo como principio y motor del devenir en dirección hacia la consecución del ser en-sí-y para-sí del hombre. (INFRANCA, 2005:36)

Avanzando en la aproximación a la propuesta ontológica de Lukács, cuyo análisis acabado excede los límites del presente trabajo, puede decirse que recuperando el papel central atribuido a la necesidad², como motivadora del proceso de trabajo, a fin de generar la satisfacción de las mismas, la conciencia deja de ser un mero epifenómeno de la reproducción biológica, en tanto que en ella se construye la posición teleológica, es decir la proyección de una idea, los fines y del proceso causal necesario para el surgimiento de una nueva objetividad. En palabras del autor, se define a la teleología como

una categoría puesta: todo proceso teleológico implica la posición de un fin y, con ello, una conciencia que pone fines, en donde poner no significa un mero elevar-a-conciencia, como en otras categorías –ante todo, en la de causalidad-, sino que la conciencia inicia, a través del acto de posición, un proceso real, precisamente el proceso teleológico. (LUKÁCS, 2004b: 63)³

De este modo, reafirma el autor, en el trabajo, en la posición del fin y de sus medios, consigue la conciencia, a través de un acto conducido por ella misma, mediante la posición teleológica, ir más allá de la mera adaptación al ambiente y efectuar en la naturaleza cambios que para ella resultan imposibles e impensables. Así, como se dijo anteriormente, el pensamiento/la conciencia ya no tiene un carácter epifenoménico, en tanto que el proceso de trabajo se encuentra constituido por el reflejo preciso posible de la realidad en cuestión y por la posición de aquellas cadenas causales imprescindibles para la realización de la posición teleológica⁴. Este punto se constituye en uno de los aspectos claves de la separación de la ontología lukacsiana de las perspectivas idealistas, en tanto que en el reflejo de la realidad se

realiza una separación del hombre respecto de su entorno, ya que en el reflejo la reproducción, como ‘realidad’ dentro de la conciencia, se distancia de la realidad reproducida, nunca alcanzando, en términos ontológicos, a ser ni semejante ni idéntico a lo que reproduce (LUKÁCS, 2004b) Consecuentemente sujeto y objeto existen independientes unos de otros, cabiéndole al primero la posibilidad de reflejar al segundo, por medio de la conciencia, con una aproximación más o menos adecuada, a partir de las modalidades subjetivas del proceso de conocimiento. (INFRANCA, A. 2005) Además, este reflejo, se vincula ontológicamente a fin de constituir el complejo del trabajo, con la posición de las cadenas causales imprescindibles para la realización de la posición teleológica. Por ello, “la investigación de los medios para la realización del fin puesto debe contener un conocimiento objetivo acerca de la creación de aquellas objetividades y procesos cuya puesta en marcha está en condiciones de realizar el fin puesto” (LUKÁCS, 2004b: 70; Cf. ANTUNES, 2005). Así, la investigación tiene, para Lukács, una doble función, revela lo que se halla presente en-sí en los objetos en cuestión, independientemente de toda conciencia; y descubre en los objetos nuevas combinaciones, que posibilitan la implementación del fin teleológicamente puesto. En este momento adquiere relevancia la elección de las *alternativas* que el sujeto encuentra para llevar adelante su proceso de trabajo, las cuales son condicionadas por el grado de desarrollo de la sociedad, más precisamente, por el desarrollo de las fuerzas productivas y de las relaciones sociales (INFRANCA, 2005; LUKÁCS, 2004b)⁵.

Por otro lado, siguiendo a Lukács, Infranca sostiene que el trabajo es “**arjé**, ‘principio’ (en alemán Anfang), ‘comienzo’, ‘inicio’, ‘primera causa’, pero también ‘fundamento’ y ‘dominio’, ‘potencia’, es decir algo a partir de lo cual un ser llega a existir” (INFRANCA, 2005: 27) De esta manera, introducimos otro elemento central de la propuesta teórica de Lukács, según el cual el trabajo se constituye en modelo y fundamento de toda la praxis social, pues en esta siempre se realiza una posición teleológica. Sostiene el autor:

el mero hecho de que el trabajo es la realización de una posición teleológica, es una vivencia elemental en la vida cotidiana de todos los hombres, por lo cual también este hecho se ha convertido en componente imprescindible de todo pensamiento, desde las conversaciones cotidianas hasta la economía y la filosofía. (LUKÁCS, 2004b: 62).

Sintetizando el análisis lukacsiano sobre el trabajo, Lessa (1996) sostiene que tanto para el pensador húngaro como para Marx, además de la teleología, tres son los momentos decisivos del proceso de trabajo: la objetivación, la exteriorización y la alienación.

- La *objetivación* es el complejo de actos que transforma la ideación previa, la finalidad previamente construida en la conciencia, en un producto objetivo. La objetivación articula la teleología con el surgimiento de un nuevo ente, ontológicamente diferente de la idea previa, en tanto que nunca el hombre alcanza a producir lo teleológicamente puesto.
- Por otro lado, además del proceso de objetivación previamente descrito, en el proceso de trabajo se produce la *exteriorización* del sujeto, a partir del desarrollo de su individualidad históricamente determinada. El sujeto, consecuentemente, al exteriorizar por medio de la objetivación su ideación previa, adquiere nuevos conocimientos y habilidades, lo que lleva a afirmar que al cambiar la realidad el sujeto se transforma a si mismo. En la misma línea, Infranca sostiene que el reflejo permite recrear la realidad externa, anticipar la acción futura, calcular su alcance y responsabilidad, por lo cual, en dicho proceso se transforma también el interior del hombre, porque lo lleva a una disciplina de si mismo, de su interioridad, con el fin de subordinar la acción dirigida hacia la exterioridad (INFRANCA, 2005).
- Finalmente, considerando que en determinadas situaciones históricas, algunos complejos sociales y mediaciones, pueden ejercer un papel inverso al original, frenando o dificultando el desarrollo humano, el autor incluye el proceso, denominado *alienación*. Como ejemplo, Lukács caracteriza el papel de la religión en tanto que impide a los hombres tomar conciencia de que son los únicos verdaderos demiurgos de su destino⁶.

De esta manera podemos observar como en el proceso del complejo objetivación-exteriorización el hombre al transformar mediante el proceso de trabajo a la naturaleza, se transforma a sí mismo, por lo cual la conciencia domina al instinto. Mediante la posición teleológica, la conciencia pasa a ocupar un rol activo en la transformación del mundo y en la

determinación de la actividad hacia la exterioridad, por lo cual la misma no puede ser pensada, como sostienen algunas interpretaciones de la propuesta marxista, como mero reflejo, reproducción mecánica de la realidad (INFRANCA, 2005).

3.2 El trabajo en el mundo de producción capitalista

Antes de pasar al punto de la subjetividad, consideramos importante incluir, al menos brevemente, elementos analíticos de la otra obra importante de Lukács, *Historia y Conciencia de Clase*, en la cual el autor supera el análisis ontológico del trabajo para adentrarse en las características que el proceso de trabajo adquiere en el modo de producción capitalista, es decir, retomando nuevamente a Infranca, realiza un estudio fenomenológico sobre el trabajo.

En dicha obra, el autor sostiene que en el capitalismo el ser social aparece dominado en su esencia por la forma fetichista de la mercancía, que no sólo transforma al sujeto en cosa, sino que modifica todo el proceso de reproducción social. El proceso de reificación, en donde el hombre se transforma en cosa, se extiende a extremos en donde la cosificación gobierna la apariencia fenoménica del mundo y de la conciencia (Infranca, A. 2005). En palabras del autor húngaro, la esencia de la estructura de la mercancía se basa:

en que una relación entre personas cobra el carácter de una coseidad y, de este modo, una 'objetividad fantasmal' que con sus leyes propias rígidas, aparentemente conclusas del todo y racionales, esconde toda huella de su naturaleza esencial, el ser una relación entre hombres. (LUKÁCS, 1985: 5-6)

A partir de la visualización del problema del fetichismo de la mercancía como específico del capitalismo moderno, en donde alcanza a penetrar en todas las relaciones sociales, la *cosificación* producida por la relación mercantil, adquiere un carácter decisivo, tanto en los aspectos objetivos, como en la subjetividad, en la actitud que los hombres toman frente a lo objetivo (LUKÁCS, G. 1985).

Retomando el planteo de Marx, según el cual, el misterio de la mercancía se basa en que presenta a los hombres los caracteres sociales de su propio trabajo como caracteres objetivos de los productos mismos del trabajo, y, consecuentemente, la relación social entre los productores como una relación entre objetos que existirían al margen de ellos, sostiene que en el capitalismo el hombre se enfrenta con su propia actividad, con su trabajo, como si

fuera algo objetivo que, independiente de él, lo domina por una legalidad propia, a cuyas leyes, sostiene Lukács, tiene que someterse sin voluntad.

Paulatinamente, en un proceso analizado minuciosamente por Lukács, las “leyes naturales” de la producción capitalistas, sustentadas en la cosificación, abarcan todas las manifestaciones de la sociedad, las encubren, en tanto que el sistema capitalista al producirse y reproducirse constantemente en lo económico, su estructura cosificadora penetra en la consciencia de los hombres (LUKÁCS, 1985). Por ello, afirma el autor, sólo en la referencia a la sociedad como un todo “aparece con todas sus determinaciones esenciales la consciencia que en cada momento tienen de su existencia los hombres” (LUKÁCS, 1985: 94-95).

A partir de dichas premisas, se considera que en el capitalismo la forma fetichista de la mercancía, a través de la cosificación antes mencionada envuelve al todo social, lo cual provoca que dicha totalidad social se presente ante el individuo de modo parcializado y fragmentado. Consecuentemente, el individuo cree interactuar con partes aisladas y no con todo el complejo social en su conjunto.

Por otro lado, aunque en estrecha relación con el punto anterior, la universalización del carácter de mercancía a todas las relaciones sociales, provoca que las formas originales del trabajo, sintetizadas en el título anterior, sean paulatinamente reemplazadas por formas racionalizadas y cosificadas. Inevitablemente, en el desarrollo de todo este proceso, los sujetos también reciben una nueva objetividad, la *reificación*, pues al tener que vender su fuerza de trabajo asumen un valor de uso que los asimila a la mercancía (INFRANCA, 2005).

Para finalizar este punto, cuyas ideas centrales serán retomadas a continuación, se considera pertinente incluir un fragmento de la obra de Lukács, el cual sintetiza los distintos elementos trabajados, haciendo especial referencia a los procesos subjetivos en el contexto capitalista:

la referencia a la totalidad concreta y a las resultantes determinaciones dialécticas apunta más allá de la mera descripción y arroja la categoría de la posibilidad objetiva. Al referir la consciencia al todo de la sociedad se descubren las ideas, los sentimientos, etc., que **tendrían** los hombres en una determinada situación vital **si fueran capaces de captar completamente** esa situación y los intereses resultantes de ella, tanto respecto de la acción inmediata cuanto respecto de la estructura de la entera sociedad, coherente con esos intereses (LUKÁCS, 1985: 95. Resaltado nuestro).

COMPLEJOS SOCIALES Y RELACIONES SOCIALES

Anteriormente hemos intentado aproximarnos exploratoriamente al complejo social del trabajo, el cual adquiere un fundamento ontológico en la praxis humana. Sin embargo, dicho complejo coexiste en su origen con las relaciones sociales y el lenguaje⁷. Avanzando, podemos decir que, siendo fieles a un análisis desde la perspectiva de totalidad histórica, se torna imprescindible en cada reconstrucción analítica aproximarnos a los complejos sociales existentes que se relacionan tanto directa como indirectamente al trabajo en el proceso de reproducción social.

Considerar que durante todo el proceso de reproducción social, el surgimiento de nuevas necesidades, su satisfacción mediante el trabajo, y, consecuentemente, la transformación de la naturaleza, de los hombres y de sus relaciones sociales, producen estos complejos sociales que ordenan el desarrollo de los hombres, claramente, permite ver como para esta perspectiva analítica la sociedad no se reduce al trabajo, aunque el mismo siga sosteniendo su carácter de fundamento ontológico.

A partir de esta propuesta teórica-ontológica, surgen interrogantes que se constituyen en directrices analíticas para aproximarnos a la subjetividad en los contextos actuales: ¿De qué manera el carácter ontológico del trabajo se relaciona con la subjetividad de los hombres? ¿Qué complejos sociales contemporáneos deben ser identificados para efectuar una aproximación a la subjetividad considerándola como totalidad históricamente construida?

En consonancia con el desarrollo de las fuerzas productivas, sostiene Lessa (2000), el proceso reproductivo de las sociedades se complejiza y en sociedades divididas en clases sociales antagónicas adquieren relevancia complejos como el Estado, la política, el Derecho, los medios de comunicación, etc. Dichos complejos sociales, siguiendo con el mismo autor, se diferencian del trabajo en que, mientras que éste implica la relación de los hombres con la naturaleza, los otros buscan garantizar una determinada organización de las relaciones sociales. Sin embargo, siempre hay que tener presente que “el carácter de principio y modelo del trabajo se encuentra confirmado por la posibilidad que nos ofrece de explicar la génesis” de dichos complejos (INFRANCA, 2005; ANTUNES, 2005).

En términos concretos, avanzando en el análisis de la relación del proceso de trabajo con la subjetividad, si nos circunscribimos a la clase trabajadora, o como sostiene Antunes la clase-que-vive-del-trabajo⁸, es posible sostener que dentro del sistema capitalista contemporáneo los procesos de *alienación* y de *reificación*, repercuten directamente sobre las visiones y representaciones que poseen los trabajadores acerca de sí mismos y su entorno inmediato.

La división social del trabajo posibilita la conformación de complejos de posiciones teleológicas en donde, en lugar de buscar transformar a la naturaleza, se procura manipular las conciencias de otros sujetos a fin de que realicen fines que ellos mismos no han puesto. (INFRANCA, 2005) De este modo, las transformaciones que sufre el complejo de objetivación-exteriorización, mediante el cual, como sostuvimos anteriormente, se modifica tanto a la naturaleza como al propio sujeto trabajador, repercuten en la subjetividad de este último.

A partir de que el trabajo se utiliza para el enriquecimiento de la clase dominante, y no para la satisfacción de las necesidades del trabajador, quien además se convierte en mercancía al tener que vender su fuerza de trabajo, se produce, siempre siguiendo el análisis de Lessa, a partir de la propuesta ontológica de Lukács, una ruptura en su propio interior. La teleología, como ideación previa por el trabajador, es reemplazada por un proceso fragmentado en donde al patrón le corresponde la ideación previa, y al trabajador desarrollar el proceso causal para la producción de un nuevo objeto.

Paralelamente, como se ha mencionado anteriormente, al mismo tiempo que el trabajo se constituye en trabajo alienado y la reificación atraviesa la vida cotidiana del trabajador, la reproducción social se equipara con la reproducción del capital, por lo cual la satisfacción de las necesidades socialmente determinadas deja de ser prioridad del trabajo, en favor de un aumento de la ganancia del capitalista. Extensivamente, podemos aseverar, la identificación de la reproducción social con la reproducción del capital, permea a la totalidad del resto de los complejos sociales existentes: el Estado, la política, el derecho, la familia, la educación, los medios de comunicación, etc., reproducen tensiones en relación a organizar/direccionar o no su accionar a fin de garantizar la reproducción ampliada del capital.

Recuperando el papel activo de la conciencia en el establecimiento de posiciones, en la construcción de fines y de la causalidad necesaria para alcanzarlos, y extendiendo dicho papel teleológico a otras esferas de la praxis social, como la política, la economía, entre otros complejos, se torna evidente la causa por la cual la subjetividad, el papel de la conciencia, se constituye en punto de embestida de los otros complejos sociales alineados a la lógica del capital.

VIDA COTIDIANA Y SUBJETIVIDAD

Los interrogantes arriba enunciados exigen poder avanzar en el análisis de la subjetividad desde una perspectiva histórica, procurando identificar las características que adquiere la misma en relación con los complejos sociales coexistentes, en tanto que el surgimiento de estos complejos y la instrumentalidad⁹ adquirida por los mismos en el proceso de reproducción de la sociedad capitalista, exigen establecer las mediaciones necesarias para poder explicar la subjetividad, no sólo en términos teóricos sino también prácticos y empíricos.

Siempre a partir del papel del trabajo como fundamento de toda praxis social, la propuesta marxista considera que la reproducción de las relaciones sociales, abarca, además de la reproducción de la vida material y del modo de producción, también la reproducción espiritual de la sociedad y de las formas de conciencia social a través de las cuales el hombre se posiciona en la vida social. De esta forma, la reproducción de las relaciones sociales es la reproducción de determinado modo de vida, del cotidiano, de valores, de prácticas culturales y políticas y del modo como se producen las ideas en esa sociedad, ideas que acaban por atravesar toda la trama de relaciones de la sociedad (YAZBEK, 2003; IAMAMOTO, 1997).

Esta vida cotidiana inserta en el proceso de reproducción social dentro de la sociedad capitalista se caracteriza por la objetivación de las refracciones de la cuestión social, la cual conforma el “conjunto de problemas económicos, sociales, políticos, culturales e ideológicos que delimitan la emergencia de la clase obrera como sujeto socio-político en el marco de la

sociedad burguesa” (NETTO, 2003a: 154), siendo su existencia y sus manifestaciones indisociables del desarrollo del capitalismo (NETTO, 2003b: 62).¹⁰

A partir de estos planteos, es necesario, entonces poder reconstruir las mediaciones (PONTES, 2003) que nos permitan aproximarnos a la subjetividad en la vida cotidiana de los individuos. Mediaciones que nos posibiliten comprender que a partir de considerar a todo objeto como “síntesis de múltiples determinaciones”, en tanto implica determinaciones universales y singulares, el individuo se constituye en parte singular de una totalidad, la humanidad, la cual a su vez es la universalidad de singulares, los individuos. Entre la singularidad y la universalidad encontramos mediaciones, como la clase social, que constituyen la particularidad. De este modo, la singularidad del individuo sólo puede ser construida dentro de las determinaciones particulares de su época (LESSA, 2000b).

Los planteos arriba enunciados adquieren una complejidad que la reconstrucción de las mediaciones a fin de aproximarnos a cómo los mismos se reproducen en la vida cotidiana de los individuos requiere de una absoluta coherencia, permitiendo que elementos tanto ontológicos como fenomenológicos confluyan en una perspectiva que responda a las características del objeto, y no que este último sea forzado, encorsetado, prisionero de marcos clasificatorios apriorísticos y ahistóricos.

Dicho avance es logrado por Agnes Heller, quien elabora una visión sobre la vida cotidiana que, aunque sumamente compleja, permite esclarecer las vías de acceso a la identificación de las mediaciones entre los procesos universales y particulares, a fin de aproximarnos a la subjetividad de los hombres en la vida cotidiana.

Los hombres particulares, según esta autora, desarrollan en su historia un conjunto de actividades a fin de garantizar su reproducción que constituyen su vida cotidiana, y a su vez, posibilitan la reproducción social. De este modo, cada hombre particular concreto se reproduce de un modo distinto que sus semejantes, aunque en el marco de su inserción en la división social del trabajo, lo cual hace que dichas actividades (comer, dormir, etc.) sean idénticas sólo en planos elevadamente abstractos. Consecuentemente, la autorreproducción es un momento de la reproducción de la sociedad (HELLER, 1977).

Cotidianamente, el hombre particular debe apropiarse de las condiciones sociales concretas que le posibiliten reproducirse, apropiaciones que se producen en diferentes ámbitos y esferas, por lo cual debe ser capaz de desarrollar comportamientos acordes a cada uno. Claramente retomando los planteos de Lukács, Heller sostiene que el hombre se objetiva de distintas maneras, y esas objetivaciones, que hacen su mundo, su entorno inmediato, su cotidiano, lo modifican a él mismo¹¹.

En este proceso de reproducción del hombre particular, de su mundo cotidiano directo y de la reproducción social de modo indirecto, el modo de producción capitalista también instauro su impronta. Por ello, en sociedades complejas, caracterizadas por la división social del trabajo, la coexistencia de clases sociales se torna necesario analizar los procesos de alienación. (GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995) En estos contextos, la alienación, que como hemos visto alcanza a la totalidad social, hace que los hombres particulares se apropien sólo de algunos aspectos de las capacidades genéricas de ese momento histórico, mientras que ante otras se presentan como ante un *mundo extraño*. Por ello, sostiene Heller, al apropiarse y “madurar para el mundo dado, significa, por lo tanto, no solamente interiorizar y desarrollar las capacidades humanas, sino también y al mismo tiempo –teniendo en cuenta la sociedad en su conjunto– **apropiarse de la alienación**” (HELLER, 1977: 29. Resaltado nuestro). Sobre esta base, los autores sostienen que en el marco de la división social del trabajo en este tipo de sociedades, *nacer es estar alienado* (GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995).

Siguiendo estas reflexiones, Barroco (2004) sostiene que la vida cotidiana es inextinguible, en la medida en que en esta el individuo al socializarse, aprende a responder a las necesidades inmediatas, y asimila hábitos, costumbres, etc. Es el espacio donde el individuo y la sociedad mantienen una relación espontánea, pragmática, sin crítica. La autora manifiesta que “el ‘nosotros’ es generalmente aprendido como aquél por el cual el ‘yo’ existe, o sea, a través de una identificación inmediata”. De este modo, los individuos sólo son capaces de responder a las necesidades sin “aprehender las mediaciones presentes en ellas; por eso, es característico del modo de ser cotidiano, el vínculo inmediato entre pensamiento y acción” (BARROCO, 2004: 54- 63). Por ello, al igual que Heller, Barroco considera que la

cotidianidad es el campo privilegiado de la reproducción de la alienación, en donde se produce la repetición acrítica de los valores, pues el pensamiento cotidiano se fundamenta en juicios provisionales, por la unidad inmediata entre el pensamiento y la acción. Es entonces, el espacio en el cual la reproducción social se realiza a través de los individuos, espacio donde, según J. P. Netto, encontramos tres características: la *heterogeneidad* o *diferencialidad*, donde coexisten distintas actividades en las cuales el sujeto se objetiva y dirige su atención hacia demandas muy diferentes entre sí en el intento de resolverlas; la *inmediaticidad*, ya que ante las diversas demandas se responde con una relación directa entre pensamiento y acción; y la *superficialidad extensiva*, pues considerando que las demandas del cotidiano son amplias, difusas e inmediatas, los sujetos responden a ellas de manera superficial, dado que la prioridad se centra en responder a los fenómenos por su extensividad y no en su intensividad (GUERRA, 2007; BARROCO, 2004; OLIVA, 2007)¹².

De este modo, se sostiene que la vida cotidiana de los individuos se constituye en relación recíproca con el conjunto de complejos sociales con los cuales se relacionan, no preguntándose sobre la correspondencia existente entre los distintos complejos, los cuales, *heterogéneos, diferentes*, participan en la atribución de significados a los procesos sociales que se objetivan en la vida cotidiana de los propios individuos. Como mencionamos, las refracciones de la cuestión social se presentan fragmentadas y parciales, por lo cual los individuos se enfrentan a ‘problemas sociales’ en apariencia desvinculados unos con otros, no avanzando en la dilucidación de los significados de los mismos.

Sobre esta base es posible sostener que la *subjetividad* se va construyendo en la cotidianeidad de los individuos reproduciendo una visión sobre ellos mismos y su contexto caracterizada por la superficialidad, la inmediaticidad, la fragmentación. Se recupera así la postura que sostiene que para entender al hombre particular es necesario considerar que se trata de un ser singular con características innatas, socializadas en tanto que los hombres deben ser considerados en el contexto del desarrollo social. (HELLER, 1977; GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995) Dicha subjetividad adquiere la característica de un *discurso ajeno*, el cual es entendido como “**discurso en el discurso, enunciado dentro de otro enunciado**, pero al mismo tiempo es **discurso sobre otro discurso, enunciado acerca de otro enunciado.**”

(VOLOSHINOV, V., 1992: 155. Resaltado nuestro). Esta definición implica, por un lado, que todo discurso surge en una relación dialógica con otros enunciados, a los cuales refuta, acepta, completa, etc., y en cuya producción se manifiesta la relación del sujeto hablante con la del sujeto del discurso referido, mientras que, por el otro, establece una visión polilógica del discurso de un sujeto, en el cual se manifiesta la historia singular de ese sujeto en relación con los sujetos con los cuales dialoga. Se percibe aquí, como las objetivaciones que el hombre desarrolla a través del lenguaje, recuperan activamente la aprehensión de las habilidades que el mundo inmediato le exige (HELLER, 1977).

En oposición a intentos ahistóricos y asociales de analizar la subjetividad y superando su explicación a partir de la retórica misma, tal como intentan distintos autores postmodernos, Bajtín¹³ visualiza a la subjetividad no como un interior que se exterioriza, sino de un exterior que se interioriza de forma especial, en relación con el desarrollo de las fuerzas productivas y con las relaciones sociales de producción. De este modo, Bajtín sienta las bases de una filosofía del lenguaje que permite entender al mismo de manera histórica y en directa relación con el contexto social en el cual se desarrolla (PONZIO, 1999; VOLOSHINOV, 1992 y 1999).

Consecuentemente es posible sostener que la subjetividad posee un carácter social e ideológico siendo portado de una *significación*: representa, reproduce, sustituye algo que se encuentra fuera de la misma, esto es, aparece como *signo*. Desde esta postura, reiteramos, siguiendo un análisis que concibe al signo como producto material de la experiencia externa de individuos organizados, concibe a la subjetividad como el fenómeno ideológico por excelencia ya que la realidad de la misma se disuelve en su función de ser signo, pues “en la palabra no hay nada que sea indiferente a tal función y que no fuese generado por ella. La palabra es el medio más puro y genuino de la comunicación social” (VOLOSHINOV, V.: 1992: 37).

Considerando que toda manifestación verbal :

expresa la interrelación entre los hablantes y el complejo conjunto total de las circunstancias sociales en las cuales tiene lugar el intercambio de palabras (...) para comprender ese ‘guión’ es esencial reconstruir todas las complejas interrelaciones sociales de las cuales la manifestación verbal de la que se trata es una refracción ideológica (VOLOSHINOV, 1999: 149).

De este modo, los enunciados como complejos sociales, se corresponden con las relaciones de producción y la formación político-social condicionada directamente por aquéllas. Consecuentemente, si consideramos el carácter contradictorio de las relaciones sociales, en donde la sociedad se estructura a partir de la oposición de clases sociales, es posible afirmar que así como las distintas clases sociales usan una misma lengua, *en cada signo ideológico se cruzan los acentos de orientaciones diversas*, es decir, el signo llega a ser la arena de la lucha de clases (VOLOSHINOV, 1992)¹⁴.

La organización y direccionalidad atribuida a los complejos sociales, conlleva directamente una visión sobre la realidad concreta en la cual se inscriben, por lo cual los individuos al relacionarse con los mismos, no sólo lo hacen desde un punto de vista objetivo, sino también subjetivo, a partir de la interrelación con las representaciones y visiones que estos transmiten. Frente a este proceso, una aproximación ontológica a la subjetividad debe permitir comprender que los individuos al apropiarse de los significados de la realidad no lo hacen en un colectivo semiótico neutral, en la medida que al elegir una :

palabra en el proceso de estructuración de un enunciado, muy pocas veces las tomamos del sistema de la lengua en su forma neutra, **de diccionario**. Las solemos tomar de **otros enunciados**, y ante todo de los enunciados afines genéricamente al nuestro, es decir, parecidos por su tema, estructura, estilo; por consiguiente, escogemos palabras según su especificación genérica. (BAJTÍN, 1997: 277. Resaltado nuestro).

Esta postura se corresponde con el carácter puramente social del enunciado, ya que el mismo se produce en el marco de un contexto histórico determinado, en donde el enunciador, a partir de su relación particular con los otros sujetos, con otros complejos sociales y con los medios de producción, retoma las palabras con un significado determinado por su posicionamiento en la heteroglosia social¹⁵:

Dicha palabra ajena que el hablante toma de su contexto más inmediato, se encuentra cargada de valoraciones acerca de dicho mundo, expresan ideológicamente una visión del mismo, por lo que al tomar palabras de otros tomamos también ideologías ajenas, así un enunciado está lleno de *matices dialógicos*, y sin tomarlos en cuenta es imposible comprenderlo, pues todo pensamiento se forma en el proceso de interacción y lucha con

pensamientos ajenos, lo cual no puede dejar de reflejarse en la forma de la expresión verbal de cada individuo particular (BAJTÍN, 1997).

Este proceso de construcción de la subjetividad, puede ser caracterizado, entonces como un proceso de *asimilación* (más o menos creativa) de palabras *ajenas* donde dicha subjetividad se encuentra cargada de palabras/subjetividades ajenas de diferente grado de “alteridad” o de asimilación, de diferente grado de concientización y de manifestación (BAJTIN, 1997: 279).

Estas visiones, exigen una postura metodológica, según la cual la :

comprensión del signo ideológico tiene que proceder introduciendo el objeto de estudio en totalidades siempre más amplias, a partir de la totalidad de la forma ideológica con la que directamente está vinculado, y sin perder de vista el proceso global de reproducción social (...) al que dicha forma ideológica pertenece, como forma de la comunicación social, como forma de signos (PONZIO, 1999: 106).

En el espacio de la vida cotidiana, adquiere relevancia la aproximación a cómo es *vivida* la situación por los sujetos, es decir, qué representaciones, deseos, frustraciones presentan en cada momento singular. Como un *continuum*, entre procesos universales y singulares, Bajtín propone analizar dichas vivencias a partir de la existencia de dos polos, entre los cuales la vivencia puede tomar forma y ser objeto de una toma de conciencia, denominadas *vivencia-yo* y *vivencia-nosotros*. Sintéticamente podemos decir que mientras que la primera

tiende hacia la aniquilación; en cuanto se aproxima al límite, pierde su articulación ideológica y por tanto deja de ser objeto de una toma de conciencia, acercándose a la reacción fisiológica de un animal. Al tender hacia este límite, la vivencia va perdiendo todas las potencialidades, todos los brotes de una orientación social, y por tanto se despoja de su formulación verbal...” la vivencia-nosotros es “la diferenciación ideológica, (en donde) el crecimiento de la conciencia es directamente proporcional a la firmeza y la solidez de una orientación social (VOLOSHINOV, 1992: 123-124).

En esta última es posible encontrar, según el autor, diferentes grados de vivencia nosotros, a partir de la ubicación de los sujetos en los procesos sociales y en las luchas sociales e ideológicas.

En síntesis, podemos aseverar que no perdiendo el sentido de totalidad debemos comprender que los enunciados que circulan en un momento socio-histórico determinado se

explican a partir de la correlación de fuerzas vigente entre las dos clases sociales antagónicas, lo cual implica que en cada uno se crucen las distintas orientaciones ideológicas vigentes, en donde la clase dominante buscará “adjudicar al signo ideológico un carácter eterno por encima de las clases sociales, (ya que) pretende apagar y reducir al interior la lucha de valoraciones sociales que se verifica en él, trata de convertirlo en signo monoacentual” (VOLOSHINOV, 1992: 49-50), mientras que la orientación que la clase-que-vive-del-trabajo le adjudique a los signos podrá presentar las características de *falsa conciencia* o de expresión de la realidad objetiva de la situación en la cual se encuentran, dependiendo de la conciencia de clase ‘en si’ o ‘para si’ desarrollada por la clase en cuestión (MARX, C. 1970)¹⁶, o, dicho en términos de Heller, en relación con el desarrollo alcanzado del particular hacia la individualidad (HELLER, 1977; GONZAGA MATTOS MONTEIRO, 1995).

CONCLUSIÓN

A partir de la articulación teórica de las contribuciones de distintos autores que dentro del marxismo reflexionan tanto directa como indirectamente en torno a las características de la subjetividad, se ha intentado aportar a las discusiones sobre la misma en oposición a los avances de semiologización de la realidad que se efectúan desde el campo postmoderno.

En términos generales, es posible afirmar que encontramos en la vida cotidiana de los individuos la conjunción de un mundo caótico del discurso interior y exterior desordenado y no asentado, mundo que confiere un sentido a toda práctica social y condiciona las visiones sobre la realidad exterior. La tendencia hegemónica dentro del capitalismo, implica que el individuo mismo y las relaciones sociales sean identificados como cosas, donde todo es susceptible de transformarse en mercancía. La parcialización de la totalidad social con la cual el individuo se enfrenta en su cotidianeidad hace que las actividades con las cuales se objetiva sean alienadas, los fines separados de los medios trastocan el proceso de reproducción social, por lo que las representaciones y respuestas dadas por los individuos a las necesidades socialmente determinadas no sobrepasan lo inmediato, lo superficial. Así, la relación con las distintas las refracciones de la cuestión social que se objetivan y adquieren singularidad en la

vida cotidiana, se caracteriza por la aproximación inmediata, superficial, presentándose ante los ojos de los individuos como problemas parciales, fragmentados, negando su relación con la esencia de la cuestión social capitalista. Por ello, los procesos sociales, ontológicamente históricos, como complejos de una totalidad, producidos por los hombres y, a partir de la síntesis de los anteriores, intrínsecamente sociales, se encuentran recubiertos desde un punto de vista fenomenológico, a partir de los procesos de *reificación* y *alienación*, exteriorizándose a los individuos como ahistóricos, fragmentados, cosificados, naturales e individuales¹⁷.

Consecuentemente, sobresale en un momento histórico como el actual, la exigencia de recuperar los procesos sociales que dan sentido a la subjetividad, tanto en aquellas personas que se encuentran insertas en el mercado de trabajo, como en quienes han sido expulsadas del mismo. Las vivencias, la subjetividad de aquellos sujetos que se encuentran desempleados o precarizados, tienen en las formas de *alienación* y *reificación* características diferenciadas, al decir de Antunes (2005), más deshumanizadas y brutales: violencia, rechazo a la vida social, apatía, aislamiento, etc., son algunos posibles resultados que tales procesos de exclusión y segregación pueden ocasionar en los sujetos.

Por ello, adquiere relevancia para la comprensión de la subjetividad de los individuos, que la misma sea introducida en la relación cotidiana con los complejos sociales con los cuales cada individuo interactúa, posibilitando la reconstrucción de todas las complejas interrelaciones sociales de las cuales la subjetividad es una refracción ideológica, inserta en la heteroglosia social.

El carácter puramente social de la subjetividad, exige una aproximación al contexto histórico inmediato, en el cual la misma se objetiviza, identificando la relación particular con los otros sujetos, con otros complejos sociales y con los medios de producción. Los *matices dialógicos*, hacen de la subjetividad en la vida cotidiana un mundo caótico, en apariencia carente de coherencia. Sin embargo, una aproximación a la esencia de la misma, debe permitirnos comprender, en perspectiva de totalidad concreta, los aspectos objetivos y subjetivos, y, en relación con estos últimos, es necesario no sólo reconstruir la subjetividad existente, sino también la posible, si los individuos tuviesen plena conciencia de la realidad y de ellos mismos.

En términos concretos, los procesos subjetivos, además de la identificación de la inserción de los individuos en la estructura social, y, en aquellos casos, en las fracciones de la clase-que-vive-del-trabajo, es preciso avanzar en la individualización de los complejos sociales que han intervenido en el desarrollo personal: la familia, la escuela, las religiones, los espacios ocupacionales, las organizaciones sociales, los discursos que acompañan a las políticas públicas, los medios de comunicación, convergen y tensionan las representaciones, visiones, deseos que los individuos poseen en un momento determinado.

Es a partir de la reconstrucción de la subjetividad en la vida cotidiana de las personas que se puede pensar en recuperar los distintos acentos y orientaciones de la misma, donde la esencia contradictoria de los complejos sociales permite superar una visión ahistórica y determinista que sostiene que la *alienación* y *reificación* constituyen el horizonte *determinado* de los sujetos sociales, incluyendo, en oposición, una definición de la misma como expresión de contradicción y posibles formas de resistencia y desalienación (Antunes, R. 2005).

ABSTRACT:

By revisiting the ontological analysis developed by G. Lukács on the centrality of work, this paper aims at moving forward in the reflection on the particularities work acquires in capitalist societies. It also intends to establish the mediations of the characteristics of subjectivity in subjects' everyday life. We turn to the significant contribution of M. Bakhtin's philosophical proposal. He develops his Marxist analysis of the language in an open confrontation with the abstract objectivism and the individual subjectivism, both hegemonic in his time.

The relationship proposed in both analyses permits us not only to overcome the reductionisms of the postmodern views about subjectivity but also to think about analytical guidelines for reflections and action strategies in concrete situations.

Key words

Work - Subjectivity - Everyday Life - Social complexes.

Notas:

¹ Aceptando estas premisas marxianas, el autor manifiesta que “la esencia del trabajo consiste, justamente, en la capacidad de rebasar la fijación del ser viviente en la relación biológica con su ambiente. El momento esencialmente distintivo no está dado por la perfección de los productos, sino por el papel de la conciencia, que precisamente aquí cesa de ser un mero epifenómeno de la reproducción biológica: el producto es, dice Marx, un resultado que al comienzo del proceso estaba presente ‘ya en la mente del obrero’, es decir, de un modo ideal.” (2004a: 38-39)

² En este punto, Lukács expresa: “la necesidad material, en cuanto motor del proceso de reproducción individual y social, es la que realmente pone en movimiento el complejo de trabajo, y todas las mediaciones, de acuerdo con el ser, están presentes solo para satisfacer dicha necesidad.” (2004a: 39) Por su parte Lessa refuerza esta postura en tanto que “la previa ideación es siempre una respuesta, entre otras posibles, a una necesidad concreta. Por lo tanto, ella posee un fundamento material último que no puede ser ignorado: ninguna previa ideación brota de la nada, ella es siempre una respuesta a una determinada necesidad que surge en una determinada situación. Ella es siempre determinada por la historia humana” (LESSA, S. 2000)

³ Analizando este proceso Lessa asevera que según Lukács “los hombres apenas pueden vivir si efectivizan una continua transformación de la naturaleza. Diferentemente de lo que ocurre en la esfera biológica, esa transformación de la naturaleza es teleológicamente puesta; su resultado final es previamente construido en la subjetividad sobre la forma de una finalidad que orientará todas las acciones que irán a seguir.” (LESSA, S. 1996: 9) En igual sentido, Infranca escribe que “el fin puesto en el trabajo es para Marx, así como para Lukács, el momento en que el ideal se convierte en un elemento fundamental de la realidad social-material, en cuanto determina la serie causal de las determinaciones del ser. Es el momento en que Marx retoma el momento ideal y lo recupera al interior de su perspectiva materialista.” (INFRANCA, A., 2005: 39)

⁴ En relación a este punto Lukács, sostiene que cuando Marx delimita “el ámbito de la teleología al trabajo (a la praxis social) no hace que la teleología pierda importancia, sino que aumente, pues el nivel del ser más alto conocido por nosotros –el ser social– solo llega a constituirse como un nivel específico gracias al efecto real que en él ejerce lo teleológico; solo gracias a dicho efecto se eleva lo social por encima del nivel en se basa su existencia –el de la vida orgánica– y se convierte en un nuevo modo de ser independiente.” (LUKÁCS, G., 2004b: 67-68)

⁵ Otro ejemplo brindado es el del capital, en cual con carácter revolucionario en un principio ante la sociedad feudal, alcanza una intensificación de la reproducción ampliada de deshumanidades, ampliando, en oposición de potenciar las capacidades humanas, las miserias y tragedias humanas. (LESSA, S. 1996) Analizando el proceso de trabajo, el mismo autor sostiene “con la **alienación** del trabajo, la reproducción social pasa a conocer una nueva categoría, que no conocía anteriormente (por lo menos en esta forma más desarrollada). El hombre pasa a producir relaciones sociales de explotación, la vida social es cada vez más basada en la violencia que posibilita que una clase vida del trabajo (y de la miseria, por lo tanto) de la otra; en síntesis, los hombres pasan a producir su propia deshumanización” (LESSA, S. 2000) Este último aspecto será retomado en la continuidad del trabajo.

⁶ Desde una perspectiva teórica y genética, Lukács visualiza “que, una vez que las necesidades del trabajo han impulsado el surgimiento del lenguaje y el pensamiento conceptual, la evolución de estos tiene que mostrar una interrelación ininterrumpida, indisoluble, y el hecho de que el trabajo también constituye de ahí en más el factor dominante, no anula la permanencia de tales interrelaciones, sino que las refuerza e intensifica. De esto se sigue necesariamente que dentro de un complejo tal, debe tener lugar una influencia ininterrumpida del trabajo sobre el lenguaje y el pensamiento conceptual y viceversa.” (LUKÁCS, G. 2004b: 106) En este sentido, Infranca afirma que trabajo y lenguaje son las actividades del hombre que lo distinguen netamente del animal. Así, mientras que el trabajo posibilita el surgimiento de un uso específico de las palabras y del lenguaje, este último adquiere una relevancia en el proceso de socialización superior al primero, aunque mantiene la misma estructura teleológica que el trabajo. (INFRANCA, A. 2005)

⁷ Ricardo Antunes (2001 y 2005), plantea la centralidad de la categoría trabajo para analizar la sociedad actual, por lo cual, aproximándose al estudio del proletariado contemporáneo plantea la necesidad de pensar la clase trabajadora más allá de los trabajadores industriales, e incluye la categoría clase-que vive-del-trabajo, circunscribiendo en la misma a todos aquellos seres humanos que viven de la venta de su fuerza de trabajo. Dentro de esta amplia gama de trabajadores asalariados el autor diferencia a los denominados trabajadores productivos, que “producen directamente plusvalía y que participan también directamente del proceso de trabajadores al importante número de asalariados que trabajan en el sector de los servicios, que se caracterizan por no producir valorización del capital, y presentar condiciones de trabajo precarizadas, como ser trabajar part-time y/o temporariamente, etc.

⁸ Podemos definir a las instrumentalidad como propiedad social atribuida por los hombres a las cosas en el proceso de trabajo, al convertirlas en medios/instrumentos para la satisfacción de necesidades y el alcance de sus objetivos/finalidades. (GUERRA, Y.: 2003)

⁹ En dicho texto, además, el autor nos plantea que la expresión “cuestión social” comienza a usarse a partir del último cuarto del siglo XVIII, cuando en Europa Occidental se visualizaban los impactos de la primera onda industrializante. Fenómeno sin precedentes, la polarización entre ricos y pobres había llegado entonces a niveles deshumanos. Por su parte, Potyara Pereyra agrega que “cuestión social” no es “sinónimo de la contradicción entre capital y trabajo y entre fuerzas productivas y relaciones de producción – que generan desigualdades, pobreza, desempleo y necesidades sociales – sino de conflicto político, determinado por esas contradicciones” (PEREYRA, P.: 2003: 76)

¹⁰ Como sus predecesores, Heller, recupera en este proceso de reproducción y apropiación de habilidades el papel de las necesidades, ante las cuales debe actuar para satisfacerlas. Este objetivo de conservarse implica que el hombre particular ponga teleológicamente su autoconsciencia en el centro, por lo cual sus objetivaciones constituyen autoexpresiones, únicas e irrepetibles.

¹² En la misma línea, Lessa escribe que en la vida cotidiana, la aprehensión de la realidad comienza y acaba en su conocimiento inmediato, por lo cual permite visualizar una representación caótica de la misma, sin necesidad de construir mediaciones. (LESSA, S. 2000b) De este modo, se produce una escisión entre los medios y los fines, en tanto que por las propias características del cotidiano, los hombres no se preguntan, tanto por los fines, como por los valores implicados en las acciones desencadenadas para responder de modo inmediato e instrumental al mismo. (GUERRA, Y. 2007) Por su parte, Gonzaga Mattos Monteiro sintetizando la propuesta de Heller, considera que el “pensamiento cotidiano es heterogéneo, pues la heterogeneidad de las actividades cotidianas, que deben realizarse recíproca y brevemente, da origen a la estructura del pensamiento cotidiano.” (1995: 65)

¹³ Dicho autor vivió en Rusia entre los años 1895-1975, enfrente en el campo de la filosofía del lenguaje un duro debate con las posturas stalinistas vigentes y con lo que el mismo denomina objetivismo abstracto y subjetivismo individualista, cuyos principales exponentes teóricos son Ferdinand De Saussure y W. von Humlbot y Karl Vossler respectivamente. (VOLOSHINOV, V., 1992)

¹⁴ En este sentido, Ponzio sostiene que “en una realidad social que presente contradicciones de clase, las ideologías responden a intereses diferentes y contrastantes. Los signos ideológicos reflejan –“refractan”- la realidad según proyecciones de clase diferentes, y en contraste entre ellas, que intentan mantener las relaciones de producción, incluso cuando las mismas se han convertido en un obstáculo para el desarrollo de las fuerzas productivas, o al contrario, proponerse como instrumentos de lucha y de crítica al sistema” (PONZIO, A.: 1999: 109)

¹⁵ En palabras del propio autor, este punto es expresado de la siguiente manera: “los significados neutros (de diccionario) de las palabras de la lengua aseguran su carácter y la intercomprensión de todos los que la hablan, que no pertenece a nadie; como palabra ajena, llena de ecos, de los enunciados de otros, que pertenece a otras personas; y, finalmente, como mi palabra, porque, puesto que yo la uso en una situación determinada y con una intención discursiva determinada, la palabra está compenetrada de mi expresividad” (BAJTÍN, M. 1997: 278)

¹⁶ En la **Ideología Alemana**, Marx y Engels sostienen que “las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; o, dicho en otros términos, la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante. La clase que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual, o que hace que se le sometan, al propio tiempo, por término medio, las ideas de quienes carecen de los medios necesarios para producir espiritualmente.” (1968: 50-51) Por ello, las ideas dominantes son pensadas como la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes, visión que lleva a pensar a la ideología como falsa conciencia existente en la clase trabajadora, en tanto la clase dominante le imprime a las relaciones sociales vigentes un conjunto de ideas que les permita continuar con su dominación.

¹⁷ Netto plantea “la incorporación del carácter público de la ‘cuestión social’ viene acompañada de un refuerzo de la apariencia de la naturaleza privada de sus manifestaciones individuales. (...) En la escala en que se implementan medidas públicas para enfrentar las refracciones de la ‘cuestión social’, la permanencia de sus secuelas es dislocada para el espacio de la responsabilidad de los sujetos individuales que la experimentan,” logrando “**psicologizar los problemas sociales**, transfiriendo su atenuación o propuesta de resolución para la modificación y/o redefinición de características personales del individuo.” (1997: 26 y ss.)

BIBLIOGRAFÍA

ANTUNES, R. *¿Adiós al Trabajo?, Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. San Pablo: Cortez Editora, 2001

ANTUNES, R. *Los sentidos del Trabajo. Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo*. Bs. As.: Taller de Estudios Laborales (TEL) – Herramientas Ediciones, 2005.

BAJTÍN, M. M. “El problema de los géneros discursivos”; en: *Estética de la Creación Verbal*. Bs. As.: Siglo XXI editores, 1997.

BARROCO, M. L. *Ética y Servicio Social: Fundamentos Ontológicos*. San Pablo: Cortes Editora, 2004.

CASULLO, N. (org.). *El debate modernidad/posmodernidad*. Bs. As.: El Cielo por Asalto, 1993.

GONZAGA MATTOS MONTEIRO, L. *Neomarxismo: individuo e subjetividade*. San Pablo: EDUC – Editora da PUC-SP, 1995.

GUERRA, Y. “Instrumentalidad del proceso de trabajo y Servicio Social”; en: BORGIANNI, E.; GUERRA, Y. y MONTAÑO, C. (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003:

GUERRA, Y. *O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional*. En: **Serviço Social & Sociedade** N° 91. San Pablo: Cortez Editora, 2007.

HELLER, A. *Sociología de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

IAMAMOTO, M. V. *Servicio Social y División del Trabajo*. San Pablo: Cortez, 1997.

INFRANCA, A. *Trabajo, Individuo, Historia. El concepto de trabajo en Lukács*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2005.

INFRANCA, A. y M. VEDDA. “Introducción”; en: LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004.

LESSA, S. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. En: **Serviço social & sociedade** N° 52. San Pablo: Cortez Editora, 1996.

LESSA, S. *Lukács, ontología e método: em busca de un(a) pesquisador(a) interessado (a)*. En: **Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. Volumen 1, N° 2. Río de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 1999.

LESSA, S. *O processo de produção social: trabalho e sociabilidade*. Capacitação em Serviço Social e Política Social; Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 2000.

LESSA, S. “Lukács: El método y su fundamento ontológico”; en: BORGIANNI, E. y MONTAÑO, C. *Metodología y Servicio Social. Hoy en debate*. San Pablo: Cortez Editora, 2000b.

LUKÁCS, G. *Historia y Conciencia de Clase*. Madrid: Ediciones Orbis, S.A., 1985.

LUKÁCS, G. “Los Fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos”; en LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004a.

LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: el trabajo*. Bs. As.: Ediciones Herramienta, 2004b.

LYOTARD, J. F. *La Condición Postmoderna. Informe sobre el saber*. Barcelona: Planeta – Agostini, 1993.

MARX, C. *Miseria de la Filosofía*. Bs. As.: Siglo XXI, 1970.

MARX, C. y F. ENGELS, (1845) *La ideología Alemana*. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1968.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista y Servicio Social*. San Pablo: Cortez Editora, 1997.

NETTO, J. P. “El Servicio Social y la tradición marxista”. En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003a.

NETTO, J. P. “Cinco notas a propósito de la “Cuestión Social”. En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003b.

NETTO, J. P. *Marxismo impenitente. Contribución a la historia de las ideas marxistas*. San Pablo: Cortez Editora, 2004.

OLIVA, A. A. *Trabajo Social y lucha de clases. Análisis histórico de las modalidades de intervención en Argentina*. Bs. As.: Imago Mundi, 2007.

PEREYRA, P. A. P. “Cuestión Social, Servicio Social y Derechos de Ciudadanía”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

PONTES, R. “Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

PONZIO, A. *La Revolución Bajtiniana. El pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea*. Madrid: Editorial Cátedra, 1999.

VOLOSHINOV, V. N. *El Marxismo y la filosofía del lenguaje*. España: Alianza Universidad, 1992.

VOLOSHINOV, V. N. *Freudismo, Un bosquejo crítico*. Bs. As.: Paidós, 1999.

YAZBEK, M. C. “El Servicio Social como especialización del trabajo colectivo”; En: BORGIANNI, GUERRA y MONTAÑO (orgs.): *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. San Pablo: Cortez, 2003.

ZAVALA, I. M. “Prologo”. En: VOLOSHINOV, V. N.: *El Marxismo y la filosofía del lenguaje*. España: Alianza Universidad, 1992.

ZAVALA I. M. (coord.) *Bajtín y sus apócrifos*. México: Anthropos, 1996.

RESENHA

**SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA:
UM CONVITE AO DEBATE.**

Cristina Bezerra*

A publicação do livro “Sociedade civil e democracia; um debate necessário”, de Maria Lúcia Duriguetto representa, no contexto contemporâneo, um importante “acerto de contas” com os termos que compõem o título do trabalho. Numa perspectiva crítica e totalizante, que perpassa toda a obra, a autora responde perfeitamente ao desafio proposto por um de seus principais autores.

O fundamento de toda atividade crítica, portanto, deve se basear na capacidade de descobrir a distinção e as diferenças por baixo de toda superficial e aparente uniformidade, bem como a unidade essencial por baixo de qualquer aparente e superficial contraste e diferenciação.”(GRAMSCI, 1978, p. 36)

Produto da tese de doutorado defendida em 2003, nos marcos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, o livro se propõe, partindo da recuperação da diversidade de acepções dos termos “sociedade civil” e “democracia” no interior das tradições liberal e marxista, a compreender o debate ideológico e político-prático que se desenha na contemporaneidade e a alcançar a apropriação desta discussão na realidade brasileira. Na verdade, o resultado supera em muito esta proposta. Ao longo da construção da autora, vai-se fortalecendo a perspectiva de que os diferentes projetos societários em luta são, na verdade, resultado de inúmeras mediações entre a construção teórica e as perspectivas prático-políticas.

Estamos, portanto, diante de dois termos, “sociedade civil” e “democracia”, que foram alcançando, sobretudo no século XX, um uso tão intenso e, ao mesmo tempo, tão diversificado que, contraditoriamente, gerou um esvaziamento de seus conteúdos, beirando a banalização. Em outras palavras, ficou “fácil” falar de democracia e

* Professora Adjunta e Chefe do Departamento de Política e Ação do Serviço Social/FSS/UFJF.

sociedade civil, assim como de cidadania e justiça social, pois em torno destes termos todos os projetos *parecem* se unificar. A autora se coloca veementemente contrária a esta perspectiva, e nos convida a compreender que a dimensão cultural, compreendida aqui como capacidade historicamente construída de reflexão e crítica, constitui também uma esfera de enfrentamento e de disputa. Nesta “batalha de idéias”, como afirma¹ Carlos Nelson Coutinho, faz-se tarefa indispensável problematizar a compreensão de determinados termos.

Assim é que, na primeira parte do livro, Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em situar os dois termos no interior das tradições liberal e marxista, através da apropriação de diferentes autores. Quanto ao debate sobre democracia, vale a observação de que foi um termo tardiamente incorporado ao pensamento liberal como “algo positivo” e que, nesta tradição, foi usado, primeiramente, como objeto de crítica ao modelo soviético de socialismo, anunciado bravamente como antidemocrático. Como contraponto e para fundamentar uma ilusória dimensão democrática do capitalismo, esta mesma tradição foi historicamente construindo aquilo que BORON (1995) chamou de uma “concepção minimalista e facilista de democracia”, identificada como um jogo de regras claras e resultado incerto. Em suma, o liberalismo se caracterizou por esvaziar o conteúdo político do termo, através de sua formalização.

A partir desta constatação, a autora deixa claro que a compreensão da questão democrática na tradição e na contemporaneidade do pensamento liberal é verdadeiramente oposta àquela construída a partir das perspectivas marxiana e marxista. Nesta direção, democracia tem, verdadeiramente, um conteúdo substantivo, de igualdade e de soberania populares, problematizado primeiramente por Rousseau, passando por Hegel e alcançando as dimensões dialética e histórica no conjunto da obra de Marx e de seus principais continuadores. Na produção destes autores, percebe-se com clareza a crítica aos limites da “democracia política” permitida pelo capital e a certeza de que “as conquistas democráticas formais não devem ser meta final das lutas dos trabalhadores, mas estas devem ser impulsionadas até que se atinja a tomada do

1

poder político (...) e, com ele, a erradicação das relações capitalistas de produção” (DURIGUETTO, 2007, 50-51)

Este enfrentamento teórico e político-prático no interior das diferentes matrizes do pensamento social ganha contornos ainda mais ricos e questionadores na obra aqui apresentada quando se concretiza o “casamento perfeito” entre democracia e sociedade civil. A autora analisa enfaticamente a apropriação que o pensamento neoconservador faz desta segunda expressão. Assim, sociedade civil é um termo que vivencia um confronto vital. De um lado, uma compreensão dialético-crítica, construída sobretudo a partir de Antonio Gramsci, onde esta designa a esfera intermediária de organização e de enfrentamento das diferentes classes sociais em luta e de construção de diferentes projetos societários. De outro, a perspectiva neoliberal, onde esta esfera passa a configurar quase um “substituto do Estado”, identificado exclusivamente com um “terceiro setor” asséptico e a-político, construído sob a égide da (re)filantropização da questão social.

Este rico e instigante debate é levado adiante pela autora, que o atualiza e contextualiza diante dos enfrentamentos presentes no cenário contemporâneo da “ordem do capital”. Este é o foco de análise do segundo capítulo do livro, onde Maria Lúcia Duriguetto se preocupa em demonstrar que, neste cenário, permanece e se intensifica uma contradição substancial entre as perspectivas (neo) liberal e marxista de democracia e de sociedade civil, reconfigurando o cenário de lutas sociais e de embates políticos da contemporaneidade. De forma clara e comprometida, a autora descortina as reais diferenças ocultas na “suavidade” de termos como “regras do jogo”, “consensos de direitos”, “esfera pública”, direito à diferença” e tantos outros que compõem o debate político em nossos dias.

Toda esta discussão empreendida pela autora fica ainda mais complexa quando a mesma, no terceiro capítulo, se aproxima da realidade brasileira, construindo a trajetória de apropriação histórica dos termos pelo debate político em nosso país e de fundamentação dos diferentes projetos societários que aqui se debateram. A dinâmica societária de um país de capitalismo periférico, como o Brasil, imprime novas determinações a este enfrentamento ideo-político e, dentre elas, a autora destaca as inúmeras experiências, por nós vivenciadas, do que Antonio Gramsci chamou de

“revolução passiva”, ou seja, de transformações “pelo alto”, levadas adiante pelas classes dominantes, com o objetivo de restaurar o poder esporadicamente ameaçado. Segundo DURIGUETTO, estas experiências enfraqueceram tanto as concepções quanto as práticas políticas de fortalecimento da sociedade civil e da democracia, construindo uma história de golpes, de cooptação e de primazia da figura do Estado.

Em vista deste contexto, construíram-se diferentes abordagens acerca da “construção democrática” no Brasil a partir dos interesses e projetos das classes subalternas. Dentre elas, a obra destaca as produções de COUTINHO, WEFFORT e CHAUI, autores que, a partir de diferentes inserções, contribuíram para introduzir, no debate nacional, a discussão da sociedade civil como esfera de representação e de defesa das demandas das classes populares. Mais uma vez, a autora não deixa de criar o contraponto e de problematizar que no discurso e na prática política dominantes no Brasil, construíram-se diferentes perspectivas acerca da democracia e da sociedade civil, alcançando, no final do século XX, a compreensão da sociedade civil como um mero apêndice do Estado, pronta a assumir aquilo que nem ele nem o mercado conseguem abarcar.

Neste sentido, acreditamos que este primeiro livro da autora já demonstra todo o seu inegociável compromisso com a tradição marxista, sobretudo com a herança gramsciana, presente em sua trajetória como docente, pesquisadora e, principalmente, militante. A autora consegue, ao concluir sua obra, marcar posição com relação a questões inalienáveis desta tradição. Reforça a perspectiva de que sociedade civil e democracia são termos que só se unificam, verdadeiramente, na perspectiva socialista, onde uma vontade coletiva das classes subalternas dará o tom de seu projeto emancipatório e revolucionário. Por isso, reafirma que a democracia, em todas as suas dimensões, é o caminho para a construção do socialismo, o que só se concretizará a partir da defesa da sociedade civil como campo de diferenças e de divergências, muito distante da perspectiva neutra e a-política pregada pelo neoliberalismo. Este é o espaço de disputas, de lutas políticas firmes e decisivas, onde o que está em questão é a conquista do poder, mas também, e sobretudo, da hegemonia. Assim, Maria Lúcia Duriguetho se une, neste livro, àqueles que, ao longo da história, nos convidam a construir um novo projeto para o Brasil, potencializando-nos a compreender, mas

também a transformar nossa realidade. Tal convite nos parece, mais uma vez, irrecusável.

Notas:

¹ Cf. GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

² Boron, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) . **Pós-neoliberalismo**; as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RESGATE DE UMA DÉCADA: A CONJUNTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA DOS ANOS 80

Frederico José Falcão*

RESUMO

Muitos dos analistas que se debruçaram sobre os anos 80 trataram-nos como uma “década perdida”, dadas as condições da economia brasileira desse período. Este trabalho busca discutir aquela época considerando outros fatores, em especial, o aparecimento de uma forte mobilização política e social, intentando a queda do regime ditatorial vigente e a construção de uma sociedade mais democrática e com maior participação das camadas mais exploradas da população. Em destaque aparecem as lutas operárias, a reorganização do movimento sindical e partidário e os organismos político-sindicais mais representativos naquele período, com seus avanços e limites. E aí, ganha relevância a inserção dos assistentes sociais nesse processo, em luta contra a sua tradição conservadora e pela construção de uma profissão articulada aos interesses da maioria da população.

Palavras-Chave: Movimentos Populares, Movimento Sindical, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores e Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Diversos analistas econômicos, debruçados sobre o penúltimo decênio do século XX no Brasil, não tiveram dúvidas em afirmá-lo como a “década perdida”. A quebra da economia brasileira, as baixas taxas de crescimento da produção e a dependência do país frente aos organismos de controle financeiro mundial, levaram aqueles estudiosos a conclusões especialmente negativas. Levando-se em consideração a trajetória histórica dos indicadores de crescimento econômico no período pós-2ª Guerra Mundial (1939/45), a comparação com os dados mais recentes apresentava um quadro lamentável.

Teriam, então, razão em seus exames esses críticos da vida nacional? Teria o Brasil perdido o rumo, sendo pouco o que se poderia aproveitar daqueles anos? Ou seria esta uma visão limitada da realidade, na qual a mediocridade dos índices econômicos tendia a esconder um rico processo político e social com amplos setores da população assumindo um papel de partícipe que o regime militar usurpara?

Este texto procura discutir o Brasil dos anos 80, articulando aspectos da conjuntura internacional às vicissitudes de um país em crise sócio-econômica e em transição de uma ditadura decadente para um regime ainda por se definir. O centro da investigação passa por

* Doutorando do programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

discutir como se deu a inserção do Brasil na reordenação da dominância do capital em nível planetário e as relações entre as classes sociais em conflito. E, a partir daí, concluir sobre as perdas e ganhos ocorridos naquele período.

A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL E O BRASIL DOS ANOS 80

Aquilo que se convencionou denominar de neoliberalismo tem sua certidão de nascimento datada ainda da década de 1940, a partir das formulações de Friedrich Hayek. Sua preocupação, para além do anticomunismo, era discutir o papel do Estado interventor no modelo do Bem-Estar Social, denunciando-o como incapaz de incentivar o desenvolvimento das sociedades, estabelecendo barreiras ao verdadeiro responsável pelo progresso humano, o mercado, no qual a capacidade dos homens se potencializaria (HAYEK, 1972).

O pensamento de Hayek estaria parcialmente adormecido até os anos 70, quando os problemas no mundo capitalista acabariam por trazê-lo de volta à arena dos debates. Na parcela do mundo na qual reinavam os Estados Unidos da América, elementos de crise surgiram a partir dos desdobramentos da Guerra do Vietnã, do maio de 1968 na França e da falência do sistema acordado em Bretton-Woods, agravados pela elevação do preço do petróleo. Para os defensores do pensamento liberal havia que se procurar respostas para conter o poder dos sindicatos bem como do movimento operário e que aproveitassem a ocasião para recolocar as economias abaladas pela “crise do petróleo” de volta ao leito da centralidade do mercado (ANDERSON, 1995).

Neste momento, o receituário de Hayek começava a ser resgatado, de início, em um Chile que passava por uma “limpeza política” por intermédio de uma brutal ditadura militar. Foi, porém, a partir do final daquela década que os princípios neoliberais puderam ser levados a efeito de maneira mais ampla e eficaz, de início na Inglaterra e Estados Unidos da América.

Apesar da reação de entidades trabalhistas e de setores de esquerda, a idéia de que só haveria a saída neoliberal para os problemas que o mundo enfrentava se espalhou como praga daninha. A senilidade do socialismo soviético auxiliou a construção dessa hegemonia. A decadência econômica tornava a União Soviética e os países do Leste Europeu excelentes exemplos, na propaganda burguesa, de como o gigantismo estatal era impotente frente aos desafios colocados para a humanidade. Acrescia-se a isso a falta de liberdades nessa parte do

globo contribuindo para a vulgarização da idéia de “mundo livre” do capitalismo. A queda do Muro de Berlim tornou-se símbolo do fim de uma era.

As promessas de “Brasil, grande potência” realizadas pelo regime ditatorial no primeiro lustro dos anos 70, desfaziam-se poucos anos depois. A crise capitalista atingiu diretamente o “milagre brasileiro”, expondo a dura realidade de uma dívida externa crescente e sem alternativa de soluções. O resultado geral desse processo foi a incapacidade do Brasil em honrar os compromissos externos, assumida em 1982. A economia brasileira buscava se recuperar com o concurso de organismos financeiros internacionais, através de acordos que, em troca de empréstimos, permitiam a interferência desses organismos na formulação das políticas econômicas. O endividamento tornava-se o instrumento de ingerência do grande capital nas economias de inúmeros países, funcionando como sorvedouro de recursos deslocados dessas nações para o sustento de economias superendividadas, em especial a estadunidense.¹ E, ainda, monitorando economias periféricas, garantindo a ampliação da dependência (GOMES, 2003).

O aspecto central da dominação imperialista, via expansão do endividamento das nações subdesenvolvidas, dizia respeito ao fato de que tal domínio permitia impor um conjunto de determinações que apontavam para o “norte” neoliberal. A contínua desqualificação do Estado nacional como indutor de políticas de caráter desenvolvimentista, o aumento da desigualdade econômico-social e a volta das taxas de remuneração do capital anteriores à crise dos anos 70, eram alguns de seus objetivos. Para chegar a tanto se fez mister um processo de destruição da economia desses países. Crescimento medíocre, às vezes negativo, do PIB, inflação galopante e a queda na geração de empregos, foram alguns desses mecanismos, resultantes de seguidos planos econômicos justificados pelo descontrole inflacionário. Porém, pode-se afirmar que a suposta “década perdida”, da fala dos “agentes do mercado”, foi capaz de apresentar mecanismos, através, principalmente, de muitos de seus agentes sociais, que serviram de anteparo parcial, por algum tempo, à avalanche neoliberal.

A agonizante ditadura, dirigida, a partir de 1979, pelo general João Figueiredo, buscou encontrar saídas para as crises que se avolumavam, sem correr o risco de perda do controle do poder. Assim se deu logo no início do seu mandato com a anistia limitada e conexa e a permissão de ampliação do quadro partidário sem a abrangência que muitos reivindicavam.² Porém, própria eleição direta para governadores dos estados, em fins de 1982, demonstrou a

fraqueza do regime. A escolha popular de candidatos com posições oposicionistas acuava os detentores do poder. As reações contra o sucesso de Leonel Brizola no pleito do Rio de Janeiro foram frustradas pela pressão popular sobre um governo preocupado em evitar o aprofundamento da sua desmoralização.

O resultado obtido por Brizola não foi acompanhado de um mesmo êxito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu “batismo de fogo” eleitoral. O partido, surgido das lutas operárias e populares, apresentava, época, um perfil que o destacava-o dos demais. Não contava em seus quadros com lideranças do período anterior à ditadura e defendia um rompimento radical com a ditadura militar. Se havia muita esperança no sucesso da legenda por parte de sua direção e militância, fruto do crescimento das lutas operárias e populares, o resultado das urnas funcionou como uma ducha de água fria. O esquerdismo de algumas propostas, o não-enraizamento de um pensamento de esquerda em amplas parcelas da população, a falta de experiência e de recursos financeiros podem explicar, em boa parte, esse resultado frustrante.

A superação, ao menos parcial, da crise causada por esses resultados em sua estréia nas eleições parece ter ocorrido pelo recrudescimento dos problemas que afetavam a sociedade brasileira. Atingido por uma brutal ausência de liquidez, o Brasil abria, em 1982, a primeira de uma série negociações com o FMI. O governo brasileiro, acuado pelas dimensões da crise, tomava um conjunto de medidas, alterando profundamente a política salarial. Expurgos nos índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base de cálculo para os reajustes salariais, foram tornados realidade. A reação dos trabalhadores ocorreu através de manifestações que culminaram com uma greve geral.

Em relação ao comando da sua sucessão, o general ditador jogara a toalha. Paulo Maluf, político destacado durante a ditadura, trabalhava sua indicação como candidato oficial à eleição presidencial. A apreensão de amplas parcelas da população de que esta opção fosse vitoriosa diminuiu a pressão contrária de setores conservadores em relação à campanha das Diretas Já, Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, bloqueara, o máximo possível, a realização de comícios no Estado. Porém, dentro de uma estratégia de desgaste de Maluf e da união dos que temiam o avanço do movimento popular, acabou por realizar uma adesão envergonhada, anódina e formal.

Na direção do movimento pelas Diretas-já, os petistas reencontram as massas populares que não tinham sufragado o Partido nas urnas no ano anterior. Lá estavam, ainda, o PMDB procurando legitimar uma candidatura alternativa à dos arranjos conservadores daquele Partido. A não aprovação da emenda constitucional “Dante de Oliveira” foi o clímax da manobra dos que pretendiam mudanças “sem voto”. Inúmeros parlamentares críticos da candidatura Maluf acabariam por formar a Frente Liberal, que se aliaria ao PMDB, dando o retoque final para a formação da “Aliança Democrática”, rumo ao Colégio Eleitoral.

A decomposição do bloco de poder e a formação de um novo bloco conservador-conciliador permitiram a eleição da chapa Tancredo-Sarney. A morte de Tancredo Neves, logo após sua eleição, revelou aos liberais e setores da esquerda aderentes à Frente as amarras políticas criadas contra eles próprios. A “Nova República” nascia com nome e sobrenome da ditadura: José Sarney.

As lutas operárias do final dos anos 70 trouxeram à tona toda uma gama de novos elementos que repercutiriam, a partir de então, durante todo o processo agônico do regime ditatorial. A existência, no seio dessas lutas, de diferentes agentes e projetos sindicais e políticos, marcou aquela conjuntura, caracterizada pela mobilização contra a crise econômica e pela construção de alternativas organizativas.

Os representantes do “novo sindicalismo”, ou “autênticos”, líderes dos movimentos grevistas do ABCD paulista, atuavam em sindicatos atrelados à estrutura tradicional do varguismo, em relação a qual apresentavam um questionamento profundo, em especial, à existência do imposto sindical e a falta de liberdade de organização sindical. Desde cedo surgiram desacordos entre estes sindicalistas e os representantes da Unidade Sindical, composta especialmente por trabalhadores vinculados ao PCB, ao MR-8 e pelo PCdoB. Estes setores apontavam a centralidade da luta para a manutenção de uma frente antiditatorial manifestada político-partidariamente no MDB.

Um outro setor que começava a se destacar na época, era o das Oposições Sindicais (OS). Composta por militantes da esquerda revolucionária e de sindicalistas ligados à esquerda católica, as OS vão atuar através das comissões de fábrica, apresentando uma plataforma crítica da estrutura corporativa vigente. A aproximação das OS com os “autênticos” consolidou-se no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura

Sindical (ENTOES), em 1980, marcando uma unificação de propósitos quanto ao encaminhamento de projetos ligados à representação dos trabalhadores (SANTANA, 2001).

Nesta época houve uma demarcação dos projetos em disputa: de um lado os que questionavam radicalmente a estrutura sindical e propunham uma ação mais contundente dos sindicatos e, de outro, aqueles mais “cautelosos”, voltados à aproximação de setores sindicais conservadores e, até, dos históricos pelegos aferrados à velha estrutura sindical.

O ascenso operário colocou na ordem do dia a discussão sobre a criação de uma central sindical. Esta passaria pela organização da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), que se realizou em agosto de 1981, em Praia Grande (SP). As decisões da I CONCLAT se deram através de soluções de compromisso, o que não conseguiu, porém, obnubilar as divisões que rapidamente se manifestariam.

Na preparação da II CONCLAT as divergências cresceram em relação à participação das oposições. Estas e os “autênticos” convocaram, então, a CONCLAT para agosto, em São Bernardo (SP), enquanto a Unidade Sindical chamava um outro para novembro, em Praia Grande. O I Congresso das Classes Trabalhadoras (assim se denominou o CONCLAT diferenciando-se do anterior) acabou por criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dava-se aí um passo decisivo, divisor de águas dentro do movimento sindical brasileiro.

A “opção conservadora” capitaneada pelo PCB colocou-o, desde o início, em difícil situação frente ao objetivo de liderar a classe trabalhadora, ao subordinar sua linha sindical ao reforço da frente peemedebista de transição da ditadura. Se de um lado, afastava-se do “novo sindicalismo” e entregava para este a direção do que havia de mais combativo na classe operária, de outro, sofria com as dificuldades de adaptação ao pólo escolhido para se abrigar. O sindicalismo pelego nunca teve a intenção de receber os pecebistas de braços abertos.

Enquanto isso, o seu antípoda não diminuía o seu crescimento no conjunto da sociedade. O PT conseguiu suportar as pressões e, mesmo sem resultados eleitorais brilhantes, obteve no pleito de 1985 uma votação superior à de 1982, além de vencer a disputa pela prefeitura de Fortaleza. E, ao contrário do PCB, os petistas mantiveram-se, mesmo em conjuntura difícil diante da opinião pública, com um viés crítico frente ao Plano Cruzado:

(...) que buscava enganar os trabalhadores, com medidas populistas e insustentáveis, entre elas o congelamento geral dos preços e a redução brusca da inflação. O PT entendeu o engodo. Criticou-o nas suas raízes

antipopulares e antidemocráticas embutidas nos cálculos ou dissimuladas pela euforia. (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 255).

A ação governamental ao lançar o Plano Cruzado II, quando os votos da eleição de 1986 nem haviam sido escrutinados, representou um duro golpe nos setores que se tinham postado como sustentáculos da demagogia sarneysista. Tanto mais que estava montado o quadro congressual a partir do qual surgiria a nova Constituição. De uma Assembléia Nacional Constituinte proposta por liberais e partes da esquerda nos anos mais negros da ditadura, eis que o que subsistia era um Congresso Constituinte dominado por setores conservadores, eleitos através de uma enganação. A Constituinte ganhava, com Sarney, o sentido de sua própria eleição no Colégio Eleitoral: a montanha paria um rato.

O papel do PT e dias forças de esquerda, foi de grande valia para estabelecer anteparos aos conservadores no processo constituinte. O Partido propôs um projeto de Constituição com o direito de insurgência popular contra governos que violassem os princípios constitucionais, direito de propriedade subordinado ao interesse social, Congresso unicameral e voto facultativo (GADOTTI e PEREIRA, 1989). Além disso, apresentou dezenas de emendas, sem se curvar às pressões governamentais e dos militares. A resposta do PT ao texto final votado em outubro de 1988 e às manobras realizadas pelos setores conservadores, materializou-se no voto contrário à sua aprovação, tendo, porém, assinado formalmente a Carta como reconhecimento de sua participação na sua elaboração.

A atuação dos setores conservadores contra o crescimento do PT e de sua influência social não era uma novidade. O cerco ao PT durante o ano eleitoral de 1986 demonstrou até quanto a burguesia poderia “jogar pesado”. Um assalto a banco, naquele ano, foi “denunciado” pela mídia como ação petista, mesmo após o repúdio à ação pela direção partidária. A pressão só aumentou quando da greve geral “puxada” pela CUT em agosto daquele ano. Apesar disso, o PT dobrou sua votação nacional em relação ao pleito de 1982.

Ao bancar a realização do CONCLAT,³ os criadores da CUT assumiram o conflito aberto pela hegemonia do sindicalismo no Brasil. A CUT, em seus primeiros anos de vida, conseguiu, mais e mais, representar os anseios de conquistas para os trabalhadores. A direção combativa, as propostas de organização e luta contra o patronato deram aos “cutistas” uma crescente autoridade.

E enquanto a CUT passava por um período de intenso fortalecimento nos anos 80⁴, o PCB aferrava-se à sua política de aliança com os conservadores. Em março de 1986, frente à impossibilidade da unidade entre setores combativos e pelegos do sindicalismo brasileiro, os pecebistas participariam da criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto isso, a CUT realizava seu 2º Congresso, com a aprovação de uma Campanha Nacional de Luta que previa que o desgaste popular do Plano Cruzado abriria espaços para o avanço do movimento sindical. Apontava a unificação das campanhas salariais e as lutas neste primeiro semestre como base para a construção de uma greve geral, apesar de considerar prematura a marcação da data de sua efetivação (CUT, 1986b).

A falência do Plano Cruzado e o agravamento da crise econômica levaram o governo Sarney a editar um segundo projeto de estabilização inflacionária no final de 1986. A CUT reagiu às novas medidas, que causavam grandes perdas salariais, por meio de uma greve geral, realizada em 12 de dezembro de 1986. E, apesar do sucesso da paralisação, com milhões de trabalhadores cruzando os braços em todo o país, as condições de vida e trabalho destes só se agravariam daí em diante. Em junho de 1987, Sarney baixaria um novo “pacote”, com novo congelamento de preços e salários e fim dos “gatilhos” salariais, além de outras perdas para os trabalhadores. A Central chamou nova greve geral para o mês de agosto (CUT, 1987a). Segundo Jair Meneghelli, presidente nacional da CUT, essa greve articulava-se com a campanha pelas eleições diretas para presidente em 1988 e com a de arrecadação de assinaturas para as emendas populares à Constituinte e não se encerrava em si mesma, o que fazia prever a ocorrência de novas greves gerais (CUT, 1987b).

A realidade, porém, diferiu das afirmativas do presidente da entidade. Se a greve de dezembro de 1986 sofrera considerável repressão, a de agosto do ano seguinte acusou um quadro mais alarmante, com centenas de prisões e espancamento de grevistas. Além disso, o crescimento da recessão e do desemprego agiu contra a ação grevista, assim como o refluxo de greves específicas nos meses de julho e agosto. E, apesar do crescimento das greves até junho de 1987, em comparação com o ano anterior, uma parcela destacada delas foi realizada por funcionários públicos (75% do total de trabalhadores parados em junho) motivados pela deterioração de sua remuneração (CUT, 1987c).

Outro elemento deve ser destacado na avaliação daquele momento. Despontava, então, uma opção para interromper o crescimento cutista no movimento dos trabalhadores. A partir

da CGT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, surgiria o chamado “sindicalismo de resultados”. Seus principais responsáveis seriam Antonio Rogério Magri e Luiz Antonio Medeiros. O primeiro, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e membro da executiva nacional da CGT na sua fundação, era coordenador do Instituto Cultural do Trabalho, surgido em 1963⁵, e vinculado à central sindical estadunidense AFL-CIO. O segundo, com passagem pelo PCB se tornara secretário do eterno pelego Joaquim dos Santos Andrade, em 1981, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Rompido com o PCB, ascendeu à vice-presidência do Sindicato em 1984 e à sua presidência três anos depois⁶. Neste período ocorreu o crescimento da oposição a “Joaquinzão” e diversas greves em sua base, construídas sob a liderança das comissões de fábrica. O aparecimento da dupla Medeiros-Magri funcionaria como bálsamo para as tensões vividas pelo governo e a burguesia frente ao crescimento das lutas operárias.

A trajetória da CUT apresentou, na segunda metade dos anos 80, como já exposto acima, uma série de dificuldades. A pressão governamental, patronal e da “mídia”, acompanhada do quadro econômico-social adverso às grandes mobilizações e à obtenção de resultados de vulto a partir delas. Esses elementos da conjuntura abriram espaço para mudanças na ação e nas propostas de lideranças cutistas identificadas com os “autênticos”. Acompanhando a inflexão política já iniciada no PT, a CUT sai do seu III Congresso, em 1988, com uma linha mais cautelosa, “propositiva” e “responsável”. A CUT–instituição se afirmava perante a CUT-movimento (SANTANA, 2001).

O SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA DOS ANOS 80

Uma análise geral do Serviço Social no Brasil permite perceber, no período estudado, como as transformações na história do país nele rebateram seguidamente e como tais processos contribuíram para análises e práticas dos agentes neles envolvidos.

Quando da crise terminal do regime ditatorial, o Serviço Social seria pressionado para garantir a reprodução do capital, minorando, com políticas assistencialistas, os efeitos da questão social. De outro lado, o crescimento das demandas do movimento social cobrava do Serviço Social uma postura de combate por mudanças na sociedade brasileira. Nessa conjuntura, a vanguarda da categoria assumiria proposições críticas ao conservadorismo e ao

tecnicismo e se lançaria à construção de uma ação profissional assumidamente política, ao lado de setores que se batiam contra a ditadura e o capital.

O processo de reorganização das entidades de assistentes sociais tomaria corpo, em 1979, com um Encontro (III ENEAS) em São Paulo, quando se avolumariam as discussões sobre as lutas econômicas, além da criação de uma Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), voltado a iniciar a reorganização sindical da categoria. O encontro acabaria por ter destaque na organização da intervenção no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS - 1979). Este Congresso transformou-se em um fórum de debates sobre os rumos do Serviço Social no Brasil, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo⁷.

Em 1979, a Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) aprovaria uma nova proposta curricular para a formação acadêmica dos profissionais da área. Surgiria, ainda, a Revista Serviço Social & Sociedade, suprimindo a lacuna de um espaço para a produção intelectual de assistentes sociais brasileiros.

Os anos 80 começariam com uma forte mobilização de setores do Serviço Social em seus diversos campos de atuação. O questionamento de uma pretensa neutralidade profissional abriria espaço para a assunção da dimensão político-ideológica da profissão e seu vínculo a um projeto de classe não-dominante. Isso colocava para o assistente social, por exemplo, uma participação direta na luta pela transformação social junto aos explorados, uma ação profissional crítica de preceitos moldadores da clientela em um processo de adaptação/aceitação da situação vigente. A legitimação da profissão dar-se-ia a partir do compromisso com as classes populares, rompendo-se qualquer visão tecnicista e/ou assistencialista voltadas a reduzir a pobreza/miséria sem atacar as bases geradoras desses problemas. A clientela deveria abandonar o papel de paciente e o assistente social a postura “superior”, criando-se vínculos entre profissional e cliente no embate da questão social em sua origem. Essa aliança seria buscada, ainda, com os movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores, nos quais o assistente social agiria no apoio às lutas e no estímulo à participação e organização coletivas, na formação de uma consciência e identidade de classe. Neste sentido, práticas como assessoria aos movimentos populares e educação popular, nas quais funcionavam como co-participantes de uma construção coletiva de conhecimento da realidade, formavam as bases viabilizadoras do projeto profissional de ruptura.

Para levar adiante este projeto a vanguarda do Serviço Social brasileiro precisou encarar algumas questões que serviam de entraves à sua consecução. A primeira delas dizia respeito à negação, em um primeiro momento, da prática da assistência, vista como ação realizada no âmbito do Estado, instrumento da classe dominante, logo garantidor dos interesses daquela no bojo da luta de classes. Uma nova visão se colocaria, então, no Serviço Social, incorporando a idéia gramsciana de Estado como espaço de luta social no qual o assistente social rompia seu papel de agente acomodador, procurando ampliar a participação popular, estabelecendo um novo papel para a assistência, dentro de uma perspectiva de direito da população, como conquista (SILVA, 1995).

A segunda questão a ser superada referia-se à necessidade de uma base teórico-metodológica voltada a dar sustentação ao projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. No final dos anos 70 começou a tomar vulto uma produção acadêmica voltada à formação profissional fundamentada em autores marxistas e na própria obra marxiana. Essa base teórica se tornaria hegemônica no discurso formativo de assistentes sociais a partir dos anos 80, e ajudaria a solidificar uma nova visão da relação deles com a clientela, com os movimentos populares e com as instituições do Estado. Além disso, este esmero no campo da teoria colocaria o Serviço Social na linha de frente da produção acadêmica de viés marxista. Tal fato, acompanhado, pela participação dos assistentes sociais nas lutas da sociedade brasileira, abriu espaços para que o Serviço Social fosse notado como de vital importância pelos que se referenciavam na ótica da transformação social, colocando em xeque o velho estereótipo das profissões voltadas ao assistencialismo.

Outro entrave fundamental ao desenvolvimento do projeto profissional de ruptura era a manutenção de uma mentalidade conservadora nos organismos de regulamentação/fiscalização da profissão e a desarticulação de seus órgãos representativos. As mudanças no interior da ABESS permitiram a criação de uma nova proposta curricular que acabou por ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982, fixando as bases teóricas e os compromissos políticos da profissão. Neste período, esforços foram efetivados para a implementação do novo currículo em todos os cursos existentes no país, acompanhados de uma pesquisa acerca da formação profissional. A formação ganharia novos impulsos com o surgimento da primeira turma do curso de doutorado em Serviço Social no Brasil (e na América Latina), implementado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

além do reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Também o CFAS e diversos CRAS sofreram o impacto dos novos ventos que sopravam na direção da renovação. Os choques ocorridos no III CBAS deixaram resultados imediatos: a realização de eventos, nos quais passaram a ser debatidos o papel fiscalizador dessas entidades e o Código de Ética da profissão. Em relação a este último, faz-se necessário um comentário: surgido no bojo de uma conjuntura de mobilização social na luta por direitos em uma sociedade marcada por 20 anos de ditadura, o Código, em seu conteúdo, refletiu este momento de radicalização e de impulso de setores do Serviço Social em participar ativamente deste momento histórico (fim da ditadura). Neste sentido, a formulação do Código de 1986, pelo qual o assistente social deveria estar a serviço de uma classe social (os trabalhadores), refletia esta situação de embate pela qual passava a sociedade brasileira. O voluntarismo da proposição, logo abandonada por uma formulação mais ampla do papel dos assistentes sociais (1993), ao mesmo tempo em que deve sofrer as necessárias correções, precisa ser compreendido dentro do contexto daquele período. Analisado fora do seu contexto, abre espaço para críticas fáceis às suas asserções, em um sentido de desqualificação da obra daqueles que se lançavam à luta voltada ao rompimento com a tradição concentradora de poder e disseminadora de miséria existente desde sempre no Brasil.

Os anos 80 marcariam, ainda, um forte movimento em prol da criação/reorganização das entidades representativas dos assistentes sociais. A partir das primeiras experiências, seguiram-se sistemáticas que aproximavam os assistentes sociais brasileiros das práticas mais avançadas existentes, então, no campo sindical. Dando conseqüência às propostas do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de 1979, de transformação das associações profissionais em sindicatos, de barrar, na base, a construção de uma federação sem a participação da categoria e de uma CENEAS como entidade com representação por região e coordenação geral nacional, os assistentes sociais utilizariam diferentes fóruns para debater e deliberar sobre seus rumos. O IV CBAS (outubro de 1982) colocou a organização da categoria como prioridade em seu temário, juntamente com a análise da conjuntura e a situação do movimento popular e sindical. Não se deve esquecer que aquele momento marcava um profundo debate sobre o futuro dos sindicatos brasileiros, que gerariam sua divisão, personificadas no surgimento da CUT e, posteriormente, da CGT.

O reflexo desses conflitos de interesses dentro do Serviço Social manifestar-se-ia no ano seguinte, 1983, quando da I Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais. Nela deliberou-se criar a Associação Nacional pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS), organismo dirigente nacional das demandas sindicais da categoria. Esta proposta representava as aspirações do chamado Pólo Combativo, setor que se manifestara pela criação da CUT. O setor ligado à Unidade Sindical defendia a proposta, derrotada, de manter a CENEAS. A proposição vencedora veio acompanhada de outra, sobre o encaminhamento imediato do pedido de legalização da nova Federação.

A Assembléia de Salvador elegeu, ainda, a primeira diretoria da ANAS e abriu o debate na categoria sobre a filiação à CUT. Esta acabaria por se formalizar na II Assembléia Nacional, realizada em 1985. A assunção das bandeiras da CUT, a luta pelo rompimento da estrutura sindical vigente, a oposição ao pacto social proposto pelo presidente da “Nova República”, José Sarney, foram outras de suas deliberações. No campo da organização interna da Associação, deliberou-se por eleições de suas diretorias baseadas nos programas aprovados nas assembleias nacionais, inviabilizando qualquer composição com a Unidade Sindical. Além disso, as eleições para a diretoria seguinte (gestão 1987/89) deveriam ser diretas, e não em Congresso como até então ocorria. Isso pode ser explicado pelo contexto da época, quando a CUT estimulava um processo de democratização das federações a ela filiadas, em contraposição à ausência de participação e influência das bases em entidades desse tipo referenciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A III Assembléia Nacional (1987) reafirmou a ANAS como entidade sindical legítima dos assistentes sociais em resposta ao indeferimento da carta sindical pelo governo. Além disso, iniciou-se, então, uma discussão que mudaria os rumos da organização da categoria. A CUT tinha como princípio a estruturação dos trabalhadores por ramo de atividade produtiva (CUT, 1986a) e, partindo dessa premissa, a Assembléia deliberou a abertura do debate sobre o tema para toda a categoria, como perspectiva de adaptação do formato existente (sindicatos de assistentes sociais) àquele propugnado pela Central⁸. Esta Assembléia decidiu, ainda, que a ANAS deveria participar de uma recém-criada associação para profissionais liberais da CUT, apesar de uma atitude crítica frente ao enquadramento dos assistentes sociais como tal tipo de profissional. A reunião julgou importante fortalecer a participação dos assistentes sociais nas formas organizativas conjuntas dos servidores públicos, dado o peso da categoria no setor e a

influência que nele poderia exercer. Abriu-se também um espaço de deliberação sobre a articulação com entidades sindicais ou gremiais latino-americanas, em busca de seu fortalecimento, pela solidariedade nas lutas e a construção desejada de um projeto profissional comum. Se a vinculação ao Serviço Social latino-americano, em suas diversas vertentes, já vinha em um crescente desde os anos 70, as iniciativas, à época, permitiram um fortalecimento desse processo no subcontinente. Os encontros de entidades e de grêmios do Cone Sul no segundo lustro dos anos 80, seriam determinantes para a ampliação das discussões, que iam desde a formalização de um projeto alternativo do Serviço Social para a América Latina à construção de formas ativas de solidariedade às lutas continentais. Neste contexto, o fortalecimento da organização e atuação dos assistentes sociais brasileiros indicava um claro rompimento com a tradição do Serviço Social no país e a possibilidade de construir novos rumos, no bojo da luta pela transformação social, através de uma base organizativa consolidada e reconhecida pela categoria.

FIM DA DÉCADA

Os últimos anos da década de 80 poderiam dar a um observador pouco atento a impressão de que o ascenso do movimento popular, malgrado a crise econômica vivida naquela conjuntura, tinha solidez e apresentava condições de representar um suporte a políticas alternativas à transição/transação “por cima” da Nova República. As vitórias eleitorais do PT em 1988, em especial, em grandes capitais como São Paulo e Porto Alegre, apontavam para a solidificação e expansão do partido como opção real de governo para milhões de brasileiros

A resistência dos trabalhadores se fazia sentir em um número incontável de greves, apesar da pesada ação repressiva. Em resposta ao novo plano de “estabilização” do início de 1989, foi realizada a maior greve geral da História do Brasil até então, quando por volta de 15 milhões de trabalhadores, cruzaram os braços, sustentando as palavras de ordem “contra o arrocho” e “fora Sarney” (GIANNOTTI, 2007). A CUT se consolidaria como a maior central sindical brasileira, tendo realizado seu III Congresso em setembro de 1988, quando foram aprovadas críticas às políticas econômicas vigentes e à Constituição recém-aprovada.

Infelizmente, o quadro conjuntural brasileiro apresentava uma série de questões que tendiam a modificar o panorama da luta de classes no país, influenciando diretamente no desvio de rota que ganharia corpo na década seguinte.

De início, deve-se assinalar a existência de um panorama internacional profundamente negativo para as lutas dos trabalhadores. A via stalinista-brejnevista na União Soviética encontrava o seu canto de cisne. Naquele contexto de luta ideológica em nível mundial, os arautos do capital cantavam vitória e decretavam a morte do socialismo e do comunismo. O fim inglório da União Soviética teria, a partir daí, o papel de garantir a implantação da ideologia do “pensamento único” e do “fim da História”. Enquanto isso, as resistências ao modelo neoliberal eram derrotadas, fazendo com que os governos social-democratas acabassem por implementar propostas nele baseadas.

O sindicalismo sofreria diretamente com esse processo, com dessindicalização, aumento expressivo do trabalho precário e incapacidade de incorporação dessa parcela da força de trabalho às lutas e à organização sindical. O enfraquecimento dos sindicatos restringiu a sua influência social e seu papel na luta de classes. Reduziram-se as greves e manifestações operárias nos países do capitalismo avançado, além de terem se ampliado, em contrapartida, as práticas corporativas, xenófobas e racistas no seio da própria classe (ANTUNES, 1993).

Esse conjunto de questões alcançaria o Brasil não só através das medidas adotadas pelos planos econômicos, sob a justificativa de combate à inflação e à desorganização econômica a ela inerente. Iniciava-se, também todo um processo de mudanças tecnológicas e novos padrões de gestão (“reengenharia”) que afetariam profundamente o “mundo do trabalho”, das áreas cêntricas do capitalismo até a periferia.

Atacado pelo governo Sarney que lhe cobrava adesão ao “pacto social”, pela crise econômica e pelo “sindicalismo de resultados” da CGT de Medeiros-Magri, o setor do sindicalismo classista representado pela CUT começaria a apresentar sinais de mudança de rumos em direção a uma prática centrada na negociação e na institucionalidade. Além do mais, ocorria, então, um processo de centralização e burocratização do poder no interior da Central do qual ela não mais se livraria.

Desde 1986 (II Congresso) as transformações internas na Central se deram no campo da montagem de uma estrutura que pudesse sustentar seu crescimento e no maior poder dado

às direções em detrimento das bases. A essa característica, que se agravaria até o IV Congresso, já nos anos 90, acrescia-se o fato de a CUT ter-se acomodado à estrutura sindical varguista, a qual, por princípio, deveria ser combatida de forma incessante. “(...) a CUT não só não mudou a estrutura sindical oficial, como, depois de 1988, aderiu integralmente a ela. Abdicou da luta pela liberdade e autonomia sindical e passou a lutar apenas pela regulamentação do artigo 8º da Constituição”. (ARAÚJO, 1993, p. 112).

Dos anos 90 em diante esta situação agravou-se, inclusive nos campos político e de autonomia sindical, quando as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram a ser a grande base de sustentação financeira das ações cutistas. A Central, apesar das manifestações em contrário de suas lideranças e de resoluções congressuais, não rompeu com o Imposto Sindical, do qual a maioria dos seus sindicatos permaneceu fortemente dependente, mesmo com casos isolados de devolução dos valores aos trabalhadores que assim o solicitassem.

Se a democracia interna da CUT começara a sofrer seus primeiros impactos em meados da década, o seu III Congresso (1988) marcou a tentativa de seu setor majoritário de criar uma nova estrutura para a Central. Por ela, seria reduzida a participação das bases nos Congressos, destacando às direções e rompendo com a idéia de Central do conjunto dos trabalhadores, restringindo a CUT de falar em nome dos sindicatos filiados, abrindo mão da crítica à velha estrutura sindical que passava a ser à base de sustentação da Central (CARVALHO, 1993).

Apesar das tentativas dos setores minoritários em barrar essa tendência, o processo tornou-se irreversível naquele fim de década. A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), por decisão de uma Plenária Nacional em 1992, demonstraria tal inclinação. O IV Congresso da Central, além de ampliar as medidas restritivas aprovadas no anterior, foi marcado por episódios lamentáveis de fraudes e golpes para garantir o poder à Articulação Sindical. (GIANNOTTI E NETO, 1993, p. 43).

O mesmo quadro de confronto entre transformação e acomodação à ordem acompanhava os destinos do PT naquele final dos anos 80, não só pelas condições objetivas dos cenários nacional e internacional, como, também, pelas condições internas e das forças políticas em luta tanto no Partido quanto na Central. Não seria mera coincidência que a corrente petista quase sempre dominante no PT fosse a da Articulação.

A radicalização do movimento popular, em 1988, teve como desaguadouro a primeira grande vitória do PT nas eleições municipais. Confirmar-se-ia, inclusive, o importante papel da militância do Serviço Social, com a eleição de uma liderança da categoria (Luiza Erundina) para a prefeitura de São Paulo (SP). A vitória petista em capitais e cidades de destaque pelo país permitiria, enfim, que se levasse à prática um conjunto de proposições até ali relegadas ao papel, o “modo petista de governar”.

Colocadas na conjuntura de afirmação internacional do projeto neoliberal e grave crise econômica no país, o Partido conquistou postos no aparelho de Estado sob pressão para gerir a crise, tendo as opções de gestão, em geral, pouco impacto em termos de mudanças profundas. Ao contrário, optou-se, freqüentemente, pelo possibilismo, a busca do se governar realizando alterações, mas sempre dentro da lógica do poder vigente. Os conflitos entre administrações petistas e setores do movimento popular foram criticados pelas cúpulas petista e cutista. Tendeu-se, quase sempre, ao enfraquecimento das lutas, à acomodação dos administradores à ordem burguesa e o fortalecimento das cúpulas partidárias a eles articulados.

O ano de 1989 nasceu sob a égide das vitórias eleitorais petistas e as greves dos petroleiros e dos operários da CSN, além do assassinato do sindicalista rural Chico Mendes. Neste quadro se desenvolveu a campanha para a Presidência da República, vital para os setores do grande capital infligirem uma derrota ao movimento popular e escancarar as portas para a implantação das políticas neoliberais. A esquerda e seus aliados consideravam-na, também, fundamental, a ponto de o PT definir que a “(...) Campanha de Lula é o centro tático do PT este ano”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.386).

As forças conservadoras optariam por Collor de Mello que, aproveitando-se da onda neoliberal que varria o mundo e da crise do Leste Europeu, usou e abusou do tradicional pânico da pequeno-burguesia frente às crises econômicas e à ascensão da esquerda. O candidato teve, ainda, a ajuda inesperada da repressão do governo chinês aos estudantes em Pequim, cujas imagens até hoje, são usadas para denunciar a “violência do comunismo”.

Por seu lado, o movimento operário e popular seria responsável por uma ampla campanha de massas, nas ruas de todo o país, aglutinando, principalmente no segundo turno, toda uma gama de segmentos sociais críticos do capital. A bandeira vermelha (com a estrela

petista) inundava as praças e os corações de uma militância que acreditava em mudanças profundas no modelo de sociedade até então dominante.

O programa de governo petista estimulava essas expectativas: medidas que davam fim aos resquícios do regime ditatorial, subordinação da propriedade privada aos objetivos sociais da atividade econômica, recuperação do papel do Estado na vida econômica, controle do capital estrangeiro, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa e reforma agrária, dentre outras proposições (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

A derrota de Lula, frustrante e traumática, poderia, ainda assim, ter funcionado como alavanca da resistência contra o governo Collor. Não foi, porém, o que se viu: apesar de situações pontuais, o furor de medidas neoliberais viria acompanhado pela falta de respostas concretas por parte do PT e da CUT. No caso desta, a nova década já demonstrava os estragos que os desvios dos rumos originais causavam em sua linha política. A participação no “entendimento nacional” proposto pelo governo era demonstrativo desses câmbios.

O PT, mesmo que em um quadro inicial de maior resistência frente ao desarme das lutas anticapitalistas (resoluções do 7º Encontro Nacional, em 1990), não demoraria a expor à luz, pelas mãos da Articulação e de setores parlamentares, uma política de diluição do classismo, além do cerceamento aos grupos internos que se opunham a essa “modernização” do Partido. O I Congresso do PT, em 1991, confirmou a virada rumo à social-democracia. A imprensa estampava manchetes, à época, do tipo “PT confirma tendência social-democrata”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/12/1991). A ampliação da política de alianças a todos que lutavam contra o governo Collor, o entendimento da democracia como valor universal, acima das classes sociais e a abertura de debate interno sobre a posição dos petistas em quanto à filiação da CUT à CIOSL foram pontos que deram a tônica das resoluções do Congresso (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Enquanto setores da esquerda petista, extremamente divididos e fragilizados, denunciavam os caminhos social-democratizantes assumidos pelo PT no Congresso, o líder da “direita” partidária, o ex-guerrilheiro do PCdoB e deputado federal José Genoíno (PT-SP), declarava que o Partido deveria assumir uma visão “moderna” que fizesse alianças não com seu ex-partido, para evitar que os petistas entrassem na História “como peça de museu, na qualidade de os últimos comunistas do mundo”. (*Id.*). O futuro mostraria que papel na História estava reservado para Genoíno e parte da cúpula da Articulação.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, ficou patente que a idéia lançada por diferentes analistas, sobre a década de 80 ter sido “perdida”, só pode ser levada em conta enquanto carregada de um cariz ideológico marcadamente de classe, burguês e neoliberal. O quadro que aqui foi apresentado mostra o Brasil, em diferentes aspectos, na contracorrente de modificações profundas que ocorreriam nos países cêntricos do capitalismo mundial. Cabem aqui dois alertas: o primeiro, diz respeito ao fato de que tal constatação não se dá por estar o Brasil na linha de frente de uma reação generalizada, consciente e organizada às transformações capitalistas em curso. Pode-se afirmar que o processo político que aqui se desenvolveu respondia a uma conjuntura de crise do regime ditatorial e do destampar de reivindicações reprimidas por décadas. Em segundo lugar, e articulado ao anterior, o Brasil não era uma ilha isolada da maré-montante neoliberal. Ao contrário, a crise econômica, que perpassou boa parte do período aqui estudado, abria portas para uma vinculação/incorporação das políticas econômico-financeiras dos governos da época às lógicas que paulatinamente tornavam-se hegemônicas. Se a década de 80 foi perdida, na visão dos áulicos do mercado, isso se deu, em grande parte pela ação dos lutadores, especialmente no campo sindical, que frearam, ao menos por um tempo, a implantação do modelo que fazia sucesso nas rodas do grande capital internacional. Não foi a situação lamentável das finanças, da inflação galopante, dos seguidos planos de “estabilização” fracassados que “nos perderam” para o neoliberalismo. Foram, precisamente, estes os instrumentos utilizados pelos agentes do capital para quebrar com a resistência dos trabalhadores e da população pobre. Neste sentido, fica claro ter existido a necessidade (aliás, sempiterna) de se derrocar os instrumentos de luta dos trabalhadores para reduzir/impedir a contestação aos “remédios”, cujo amargor nem a cobertura edulcorada da modernidade conseguia ocultar.

Lastimaram-se estes agentes da ordem burguesa pelo tempo gasto em levar milhões ao desemprego e à miséria, em comprar lealdades políticas e sindicais para que se rendessem às novidades, ao menos calando, senão defendendo sua implantação. Ou no tanto que se perdeu em destruir empresas estatais lucrativas, vendidas, posteriormente, “a preço de banana” ao capital nacional e/ou imperialista. Ou em derrogar direitos tão duramente conquistados pelos

trabalhadores. Queriam o quê? A vitória sem luta, sem resistência dos setores mais organizados do movimento popular? Ao contrário, a derrota, profunda, mas não definitiva, destes, parece vir sempre acompanhada de um lembrete aos que advogam as causas do capital, parafraseado de uma expressão já hoje famosa: “É a luta de classes, idiota.”

ABSTRACT

Many analysts who dedicated their studies to the 1980s refer to these years as a “lost decade” in Brazil, due to the economic situation at the time. The aim of this paper is to discuss such period by considering other factors, such as the appearance of a strong political and social mobilization that attempted to defeat the dictatorial political system and to construct a more democratic society, with larger participation of the more explored classes. I focus on the struggles of the working class, the reorganization of the political movement of the union and of the working party and the importance of the political-union organizations at that period, considering their promotions and limitations. I point out that social work becomes very relevant in this context, as it confronts the conservative tradition and struggles for the construction of a profession which is articulated with the interests of the majority of the population.

Keywords: Popular Movements, Union Movement, Workers Party, Central Workers Union, Social Work

Notas:

¹ A dívida externa dos EUA já ultrapassava 1,5 trilhões de dólares em 1984.

² Um quadro detalhado dessas questões pode ser encontrado em Alves (1989, p. 268/278).

³ A sigla CONCLAT teve, à época, cinco significados distintos, a saber: a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada na Praia Grande (SP) em 1981; o Congresso de fundação da CUT, em agosto de 1983; o bloco sindical que não participou dessa fundação e realizou, em novembro de 1983, um outro congresso com o mesmo nome; a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, ciranda nesse congresso de novembro de 1983 e o congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em março de 1986 (ALMANAQUE DA CUT, junho de 1986a).

⁴ Um estudo detalhado da Central, nesse período, pode ser encontrado em (RODRIGUES, 1997).

⁵ Sobre a criação e atuação do ICT, ver Dreifuss (1981, p.317/318).

⁶ Em relação à trajetória de Medeiros, ver Nogueira (1997) e Giannotti (2002).

⁷ As referências ao processo de reorganização dos assistentes sociais têm por base, em geral, as informações contidas em Abramides e Cabral (1995, capítulo 3).

⁸ Tal encaminhamento não se deu sem a existência posterior de grandes dificuldades e resistências, causadoras, inclusive, de alguma desorganização no seio da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER. Emir (org.) *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p 85 – 94, 1993.

ARAÚJO, José Prata de. Destruição ou Aceitação da Estrutura Sindical Oficial. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 111 – 124, 1993.

CARVALHO, Durval de. CUT. Democracia, Solidariedade, Socialismo. In NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, p. 150 – 164, 1993.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Almanaque*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho de 1986a.

_____. *Boletim Nacional n° 9*, Suplemento, São Paulo, Cia Editora Joruês, agosto/setembro de 1986b.

_____. *Boletim Nacional n° 13*, São Paulo, Cia Editora Joruês, maio/junho de 1987a.

_____. *Boletim Nacional n° 14*, São Paulo, Cia Editora Joruês, julho/agosto de 1987b.

_____. *Boletim Nacional n° 15*, São Paulo, Cia Editora Joruês, setembro de 1987c.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*, 3º ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, SP, 02/12/1991.

GADOTTI e PEREIRA. *Pra que PT*, São Paulo, Cortez, 1989.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical, a Central Neoliberal*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

_____. *História da Luta dos Trabalhadores no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

GIANOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT*, São Paulo, Scritta, 1993.

GOMES, José Menezes. A Trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas Relações com o Brasil, *Universidade e Sociedade*, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Brasília, nº 31, p. 32 - 49, 2003.

HAYEK, Fredrich. *O Caminho da Servidão*, Porto Alegre, Globo, 1977.

NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro*, São Paulo, EDUC/FAPESPE, 1997.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979 – 1998)*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, I. Jácome. *Sindicalismo e Política; a Trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da S. e (coord.). *O Serviço Social e o Popular*, São Paulo, Cortez, 1995.

A FUNCIONALIDADE DO TERCEIRO SETOR E DAS ONGS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O DEBATE SOBRE SOCIEDADE CIVIL E FUNÇÃO SOCIAL¹

Janáína Lopes do Nascimento Duarte*

RESUMO

A dinâmica de reordenamento capitalista impõe estratégias de consenso que consolidam as modificações sócio-históricas de interesse do capital pós-1970. Tais modificações redefinem um padrão de respostas às expressões da questão social que interfere no acesso aos direitos e ratifica a intervenção do terceiro setor e das ONGs no campo social. O discurso ideológico que fundamenta tais alterações aponta para o incentivo à participação da sociedade civil e para a “crise” do Estado. Numa perspectiva crítica e dialética, o presente artigo busca debater: a) as tendências do terceiro setor, particularizando sua identificação com a categoria sociedade civil; e b) a alteração da função social das ONGs no processo de desresponsabilização do Estado com as expressões da questão social.

Palavras-Chave: Contra-reforma do Estado, terceiro setor, ONGs, sociedade civil.

O ENFRENTAMENTO CONTEMPORÂNEO DA QUESTÃO SOCIAL

A conjuntura mundial contemporânea configura-se a partir de um conjunto de alterações ocorridas nas sociedades capitalistas conduzidas pelo projeto neoliberal, as quais resultam da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e da reprodução social, em países de capitalismo central e periférico, incluindo nestes últimos o Brasil.

A partir de 1970 o padrão de produção e acumulação capitalista entra em crise, visto que não mais responde às necessidades e aos interesses do capital de altas taxas de lucro e manutenção de sua hegemonia¹. Como alternativa, o capital inicia um amplo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo e acumulativo, utilizando-se de estratégias em três dimensões que se articulam: a reestruturação produtiva, as transformações na órbita do trabalho e a reforma ou contra-reforma do Estado.

Tais estratégias engendram um conjunto de transformações sócio-históricas que incidem de modo particular na relação Estado e Sociedade. Sobre esta relação, destaca-se a transferência de responsabilidades com o enfrentamento das expressões da questão social para o mercado e o chamado terceiro setor em detrimento do Estado, acarretando um processo de profundas modificações nas respostas contemporâneas às seqüelas sociais.

* Mestre em Serviço Social pela UFRN.

A reforma ou contra-reforma caracteriza-se por um processo de reordenamento do Estado, a partir dos interesses do capital, em oposição à garantia de direitos sociais via políticas sociais públicas. No Brasil, o Estado, parceiro do capital, implementa ações políticas, econômicas e sociais sem alterar a essência da sociedade burguesa capitalista, uma vez que vai contra as conquistas sociais da classe trabalhadora (BEHRING, 2003). A contra-reforma, segundo Behring (2003), tem impacto regressivo e destrutivo, bem como obstaculiza a agenda radicalmente progressista e democrática demarcada pelos movimentos sociais e dos trabalhadores desde 1980. Portanto, a contra-reforma do Estado significa a materialização de alterações regressivas nos direitos da classe trabalhadora; isto porque:

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2003, p. 59).

De forma mais contundente, a partir da década de 1990, a política neoliberal minimiza consideravelmente a intervenção do Estado na área social, apela para a participação da chamada sociedade civil na execução de políticas sociais e abre espaço para o capital financeiro internacional, além de estimular um discurso ideológico de “ineficiência, corrupção, desperdício” em torno de tudo o que é estatal, enquanto o privado aparece como sinônimo de “eficiência, probidade, austeridade” (BORÓN, 1995). É um processo que desconsidera direitos e minimiza o Estado para as necessidades do trabalho e maximiza para os interesses do capital, ou seja, subordina os direitos sociais à lógica do mercado e da solidariedade transclassista², inaugurando um novo quadro de respostas às expressões da questão social: a **precarização** das políticas sociais de responsabilidade do Estado e a **privatização**, esta última através da re-mercantilização e da re-filantropização dos serviços sociais. Este processo é o que Montañó (2003, p. 185) caracteriza como:

[...] alteração de um padrão de resposta social à questão social (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função.

As políticas sociais (universais) inseridas na concepção de direito social são acusadas de gerarem a crise dos fundos públicos e constituírem-se em “mau-investimento”, em atividades burocráticas e sem retorno. Vale salientar que o que fundamenta tal postura é a “cultura da crise”, na qual “a burguesia internacional necessita reciclar e alargar o seu domínio, mediante a construção de uma cultura política capaz de reelaborar as bases da sua hegemonia” (MOTA, 2000, p. 96).

Esse é o discurso colocado para legitimar a **precarização** das políticas sociais sob a responsabilidade do Estado. Como uma das soluções à crise capitalista, o neoliberalismo aponta o retorno ao mercado, reduzindo a intervenção estatal em áreas e atividades voltadas para o social.

A estratégia dos governos neoliberais, como o do Brasil, é alterar a orientação das políticas sociais, subordinando-as aos interesses econômicos e políticos, através da: a) privatização via mercado ou sociedade, representada, esta última, pelo terceiro setor; b) focalização, com políticas dirigidas exclusivamente aos grupos com carências pontuais (os mais “pobres” entre os mais “pobres”); e c) descentralização administrativa, ou seja, desconcentração financeira e executiva, mantendo o poder decisório centralizado. Este quadro define uma estratégia precária de enfrentamento da questão social por parte do Estado, em que se busca a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, já que tais concepções não atendem aos interesses contemporâneos do capital mundializado.

Há uma tendência de naturalizar a questão social, transformando suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de combate à pobreza³ ou em expressões da impossibilidade dos indivíduos de superar seus desafios, isto é, a culpabilização do trabalhador. As respostas à questão social, via políticas sociais públicas, deixam de ser objeto de uma ação sistemática do Estado com ações universais que garantam direitos sociais, sendo nas palavras de Yamamoto (2001, p. 16), “transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda”.

As propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são propostas reducionistas, onde a Assistência passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres, através de uma ação humanitária coletiva [...] Ou seja: é uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se

conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade (YAZBEK, 1996, p. 42).

Essas orientações conduzem a um processo de precarização das políticas sociais estatais, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade, qualidade e variabilidade. Tal processo permite que amplos segmentos da população sejam precariamente atendidos, expandindo o quadro de pobreza e miséria, bem como aprofundando a desigualdade social⁴, uma vez que a demanda amplia em proporções gigantescas e as respostas são cada vez mais pontuais e seletivas.

Ao mesmo tempo, como já foi assinalado, há um movimento de **privatização** das respostas às expressões da questão social que se caracteriza, por um lado, na “progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 24), como por exemplo, nos serviços de saúde, nos planos de previdência social privados e na educação universitária, assim como, por outro, na re-filantropização do social.

Na lógica da mercantilização, conforme Montaño (2003), os serviços são de qualidade para quem pode pagar e, por isso, são lucrativos para o capital, ou seja, constituem-se em um novo espaço de acumulação. No projeto neoliberal é necessário transformar o social em “espaço mercantil”, com destaque para a previdência, a saúde e a educação, para o financiamento da acumulação capitalista em mais um de seus momentos de crise.

A outra via de privatização das políticas sociais, mais precisamente com a política de Assistência Social (não rentável para o capital), é a re-filantropização a partir da transferência de responsabilidade do Estado com as expressões da questão social para as organizações do chamado terceiro setor.

Para Yazbek (2004), a filantropia no Brasil não é uma novidade na trajetória das políticas sociais. Contudo, nos últimos anos, esta, “além de se diversificar em relação às tradicionais práticas filantrópicas, vem assumindo uma posição de crescente relevância no incipiente sistema de proteção social do país” (YAZBEK, 2004, p. 17). A re-filantropização, mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade.

Não por acaso isso acontece. Constitui estratégia hegemônica do capital, uma vez que tal prática contemporânea retrata a desconstrução de direitos sociais e fundamenta-se na ideologia da solidariedade e na proposta de aliança entre as classes, sem distinção de interesses sócio-políticos. Materializa-se na expansão do terceiro setor e na lógica de um conjunto de organizações e iniciativas privadas atuando em benefício público (a “publicização”⁵); ações políticas e ideológicas que desconsideram direitos sociais e ocultam o conflito histórico entre capital e trabalho.

Segundo Montaño (2003), a privatização das políticas sociais (re-mercantilização e re-filantropização) caracteriza um trato descoordenado, pontual e pulverizado das expressões da questão social e não uma concepção de direito e de universalidade de acesso. Entende-se que a privatização das políticas sociais é um dos caminhos de reordenamento do capital para superação da sua crise de acumulação. Isto porque em tempos de “Reforma do Estado”, há a transferência das políticas sociais para a esfera privada, privatizando o acesso e o serviço, muito distante da concepção de políticas sociais como direito social para “cobrir” parte do que é retirado como mais-valia da classe trabalhadora. Por isso, este momento sócio-histórico alarga os limites da desigualdade social, o que se expressa, tanto pela dificuldade de acesso aos serviços sociais, como pela ampliação da pobreza e da miséria.

Assim, o tratamento contemporâneo da questão social despolitiza seu reconhecimento na realidade brasileira como expressão das relações de classe nesta sociabilidade, visto que retira do Estado a responsabilidade histórica com as seqüelas sociais originárias do modo de produção capitalista. Constituem-se em “ações minimalistas para enfrentar uma questão social maximizada” (NETTO, 2006 , p. 45). É neste cenário que o terceiro setor e as ONGs se proliferam e assumem posição estratégica no enfrentamento da questão social, com ênfase na década de 1990.

TERCEIRO SETOR E SOCIEDADE CIVIL: DESAFIOS À REFLEXÃO CRÍTICA E DIALÉTICA

Na atualidade, o debate sobre o fenômeno terceiro setor é bastante polêmico, gerando entendimentos divergentes que interferem nas estratégias de enfrentamento da questão social. Há duas tendências que prevalecem na contemporaneidade, cujas direções se distinguem e se articulam

a projetos societários diferentes: uma tendência dominante ou conservadora e outra tendência crítica e de totalidade, que busca a essência do fenômeno a partir das múltiplas determinações que o envolvem⁶.

Na **tendência dominante ou conservadora** o terceiro setor seria formado pela sociedade civil organizada para responder/intervir no contexto das expressões da questão social. O discurso apresentado é que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais crescentes da atualidade, sendo a sociedade civil forçada a intervir no social, apresentando como princípios os valores do voluntarismo e da solidariedade.

De acordo com Fernandes (1994b), um dos autores mais significativos da tendência dominante/conservadora, o terceiro setor seria uma alternativa de resposta à questão social, uma terceira via ou “uma terceira possibilidade”. Fernandes (1994b, p. 19) explica:

Surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um ‘terceiro setor’. ‘Não-governamental’ e ‘não-lucrativo’, é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura – as associações voluntárias.

Ainda segundo Fernandes (1994b, p. 21), “o conceito (terceiro setor) denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”, não geram lucros e respondem a necessidades coletivas; ou seja, inúmeras ações de indivíduos, grupos e instituições que têm como fim suprir necessidades coletivas. Na verdade, Fernandes (1994b, p. 127) afirma que “a idéia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo” (respectivamente o Estado e o mercado), no qual o terceiro setor assumiria responsabilidades sociais que estariam, na lógica dominante, fora da competência dos outros “setores”, caracterizando-se como “sociedade civil organizada”. Por isso, Fernandes (1994a, p. 3) define o terceiro setor como um:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Percebe-se, nesta tendência, que há uma identificação entre os entendimentos de sociedade civil e terceiro setor, como se fossem sinônimos.

No Brasil, a Lei 9.790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta as organizações da sociedade civil. Segundo o artigo 1º desta lei, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social. Tal regulamentação brasileira exemplifica como o fenômeno do terceiro setor é reconhecido e legitimado no país, percebido com certa positividade e estimulado legalmente.

Por outro lado, o artigo 2º dessa mesma lei desqualifica como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: as sociedades comerciais; os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as Organizações Sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

O artigo 2º supracitado demonstra certa controvérsia na identificação de sociedade civil e terceiro setor, visto que esse último legalmente não abrange todas as organizações da sociedade. Portanto, a real caracterização da sociedade civil é bem mais ampla, complexa e contraditória que o entendimento de terceiro setor na tendência dominante/conservadora.

Como afirma Tonet (1997), o conceito atual de sociedade civil remete a uma polarização entre interesses conservadores e interesses progressistas, em que a considerada “nova sociedade civil

torna-se sinônimo de um espaço onde residem os autênticos direitos civis e políticos [...]” (TONET, 1997, p.34), no qual estão presentes as concepções de participação e de oposição ao Estado. Há nessa “versão liberal de sociedade civil” uma “desarticulação dos nexos mais profundos do todo social” (TONET, 1997, p. 37). Vale lembrar que as contradições da sociabilidade capitalista são o solo privilegiado no qual se compõe e se sustenta a sociedade civil. Por isso, é necessário situar a sociedade civil no cerne da luta de classes da atualidade e considerar que o “momento político”, a democracia, a cidadania isolados das outras dimensões da totalidade sócio-histórica não se constituem como central no debate; o essencial é a perspectiva da luta pela emancipação humana, ou seja, pela liberdade do homem para além das amarras do capital, numa vida plena de sentidos e realizações.

É certo que em determinados momentos, em determinadas situações concretas, a luta pela democracia, pelos direitos civis, pode ser um passo importante na transformação da sociedade. Mas aí é preciso ver, em cada caso, como esta luta pela democracia pode se articular efetivamente com a emancipação da humanidade (TONET, 1997, p. 39).

Assim, a tendência dominante/conservadora desconsidera as condições sócio-históricas contemporâneas de crise do capital e de busca de sua hegemonia, mistificando a realidade a partir de um debate não crítico que valoriza uma possível união entre as classes e um discurso de democracia e cidadania nos limites do capitalismo. O conflito, as diferenças de interesses, a heterogeneidade fundantes da sociedade civil/burguesa, composta por classes que divergem social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertas pelo discurso atraente da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo mundializado. De acordo com Gusmão (2000, p. 108), o discurso dominante tem uma motivação:

Na perspectiva neoliberal de Reforma do Estado, a solidariedade da sociedade civil é fundamental, pois graças a ela o Estado e o governo podem livrar-se das pressões e do ônus de agirem historicamente de forma deficiente no espaço gigantesco das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que seus compromissos se estruturam cada vez mais com os da acumulação.

A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na atualidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura de reordenamento

capitalista, uma vez que obscurece os conflitos e imobiliza a luta de classes. No discurso neoliberal, segundo Petras (1999, p. 19), “o Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social, sendo que em seu lugar a ‘sociedade civil’ é a protagonista da democracia e da melhoria social”. Para desvendar o discurso dominante e fazer a crítica, é necessária a reflexão da categoria sociedade civil.

O momento sócio-histórico presente está repleto de “velhos” conceitos/categorias que são retomados em função dos interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas determinações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses. Para Netto (2004b, p. 61) “nos últimos vinte anos, também no Brasil, observa-se um nítido processo de diluição da carga semântica das categorias teóricas empregadas na análise social [...]”. É um “quadro de frouxidão categórica e conceptual e confusão” (NETTO, 2004b, p. 62) que nos parece funcional ao capital. Na atualidade, como exemplos de tais categorias podem ser citados: a solidariedade, a caridade, a reciprocidade, a filantropia, o voluntariado, bem como o conceito clássico de sociedade civil.

Em relação à categoria solidariedade é interessante para o capital descaracterizá-la na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos. Segundo Petras (1999), a palavra solidariedade tem sido utilizada de forma tão indiscriminada que, em vários contextos, já perdeu o seu significado. Historicamente, a palavra tem relação com a solidariedade interna de classe; no caso particular da classe trabalhadora refere-se à união e à luta contra a exploração e a dominação. Petras (1999, p. 39) esclarece:

O conceito marxista de solidariedade dá ênfase à solidariedade interna da própria classe, à solidariedade dos grupos oprimidos contra os seus exploradores externos e internos. O ponto mais importante do conceito marxista de solidariedade consiste na ação comum dos mesmos membros de classe que compartilham as mesmas dificuldades econômicas lutando pela melhoria das condições da coletividade.

A solidariedade na atualidade, segundo Gusmão (2000), tem a conotação de uma categoria apolítica e unificadora da sociedade, isenta de interesses e sem ideologias; ou seja, “sob a aparência da convivência pacífica e da colaboração entre ricos e pobres, a solidariedade neoliberal procura a colaboração dos trabalhadores com os donos do capital, pela via do consentimento na fratura de sua solidariedade e união” (GUSMÃO, 2000, p. 104).

Quanto à categoria sociedade civil, para Netto (2004b), poucas categorias teóricas foram tão desqualificadas, pois sob uma mesma embalagem encontram-se significados diferentes e até mesmo

conflitantes. De acordo com o autor, a diluição teórica da categoria sociedade civil compromete a análise social e inviabiliza a compreensão de um feixe de relações nucleares na nossa época: as relações entre sociedade civil e Estado, ou seja, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, fato que contribui para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital. Pode-se inferir que obscurece as relações e os conflitos de classe na contemporaneidade, dificultando a articulação dos trabalhadores na luta por uma sociabilidade para além do capital.

Na busca pelas origens históricas da categoria, retoma-se as reflexões de Karl Marx sobre sociedade civil. Para Marx (1978, p. 129), a sociedade civil constitui-se “na totalidade das relações materiais de vida”:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1978, p. 130)⁷.

Nessa passagem, Marx desvenda a complexa relação Estado e sociedade civil: “a sociedade civil é a estrutura sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte o Estado” (NETTO, 2004b, p. 66), ou seja, o Estado é uma expressão da sociedade civil. É indispensável o conhecimento rigoroso desta sociedade, visto que as lutas que têm por cenário a sociedade civil/burguesa rebatem diretamente no Estado. Tal relação (Estado/sociedade civil) compõe uma totalidade complexa, porque, segundo Netto (2004b, p. 67), “as contradições existentes na sociedade civil, em que operam interesses antagônicos, tensionam mediatamente a totalidade em causa e ativam formas de ação social” quando aqueles interesses são tomados como objeto passível de intervenção.

Os interesses contraditórios das classes perpassam o universo da sociedade civil, os quais determinam e conformam as ações do Estado. A relação sociedade civil e Estado é perpassada pelas

⁷ Este trecho compõe o prefácio da obra “Para a crítica da economia política”, datado de 1859. Nesta passagem, Marx afirma que tal resultado geral das suas reflexões serviu-lhe de fio condutor para os estudos sobre o capitalismo.

contradições de classe que constituem a sociedade capitalista. O que quer dizer que a sociedade civil é espaço de contradições e antagonismo; é espaço de luta de classes; “estas lutas se efetivam e se direcionam através de condutos específicos, geralmente expressos em agências (instituições e organizações)”;

mas é também espaço “em que as lutas de classes se travam sob ‘formas sociais de consciência’ que correspondem aos interesses sociais que são dominantes na mesma sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 67).

A sociedade civil expressa as complexidades e contradições da sociedade capitalista contemporânea. Por isso, compreende-se tal categoria não como homogeneidade, mas como complexidade, diversidade, antagonismo. Montaño (2003, p. 274-277) afirma que a “sociedade civil é espaço/arena de lutas”, é conformada por setores de diversos interesses particulares (“fundamentalmente de classe”), representando antagonismo e disparidade no seu interior. Desta forma, “pensar na sociedade civil como uno resulta em um erro grosseiro de interpretação histórica” (MONTAÑO, 2003, p. 275).

O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria sociedade civil, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social⁸.

A noção de sociedade civil, utilizada como sinônimo do terceiro setor, cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde a trama de relações e conflitos de classe presentes na sociabilidade do capital. Não parece coincidência que “na segunda metade dos anos noventa (século XX), o ataque aos direitos sociais próprio da era FHC recorreu ampla e demagogicamente ao mote da defesa da autonomia da sociedade civil” (NETTO, 2004b, p. 63).

Diante dessas reflexões e em radical divergência com a tendência anterior, a **tendência crítica e de totalidade** sobre o terceiro setor o compreende como um fenômeno fluído e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia.

Segundo Landim (2003), o terceiro setor é mais um termo importado que recentemente (década de 1990) começa a ser utilizado no Brasil para designar fenômenos e questões referidas a um universo de organizações da sociedade civil. Para a referida autora, o terceiro setor não é um termo neutro, tem procedência norte-americana, “contexto onde o associativismo e o voluntariado fazem parte da cultura política e cívica baseada no individualismo liberal [...]” (LANDIM, 2003, p. 109).

O termo surge nos Estados Unidos, em 1978, por iniciativa do empresário John D. Rockefeller III e chega ao Brasil por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Montañó (2003, p. 53) ratifica as idéias de Landim (2003) e afirma que “o conceito de terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, sinalizando clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”.

O termo terceiro setor está fundamentado na fragmentação da realidade em setores (“primeiro setor” o Estado, “segundo setor” o mercado e “terceiro setor” a sociedade civil), isolando e autonomizando cada um deles, não apresentando uma visão de totalidade social, como se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais não tivessem uma íntima inter-relação e imbricamento no conjunto da sociedade. Essa compreensão identifica-se com uma visão liberal e funcionalista da sociedade que retira as reflexões econômicas do Estado e despolitiza o mercado e a sociedade civil; como se fosse possível fragmentar a realidade social. Tal fragmentação da realidade é necessária para o momento atual de reestruturação do capital e das suas premissas político-ideológicas, pois “[...] separa os homens de suas determinações e decompõe a totalidade em esferas particulares e cindidas [...] Homens e relações sociais são tomados como coisas” (DIAS, 1997, p. 29); perde-se a historicidade, a totalidade e a perspectiva de contradição para que o terceiro setor possa assumir funcionalidade no cenário de reestruturação do capital.

Com o apoio da mídia e do Estado, o terceiro setor se expande em áreas variadas: arte e cultura, educação, saúde, assistência social, lazer, ambientalismo, defesa de direitos específicos, constituindo-se como ação voluntária e mercado de trabalho (muitas vezes precário) engloba entidades de natureza distinta e origem diversa, tais como: instituições filantrópicas, ONGs, fundações, voluntariado, “empresas cidadãs”, mas com exclusão de órgãos de natureza política, como sindicatos e movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terra – MST), com o objetivo de ocultar a luta e os interesses de classes que tecem as relações na sociedade civil.

Na verdade, a idéia de conflito, de contradição, de campo de forças em luta por hegemonia ou de outras questões que suponham diversificação de interesses e projetos estão razoavelmente ausentes nesses debates, assim como as concepções que questionam um corte radical entre sociedade civil e Estado (LANDIM, 2003, p. 117).

Nas palavras de Montañó (2003, p. 22), o terceiro setor não expressaria um setor que homogeneiza e minimiza diferenças e sim “[...] um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de dar respostas às expressões da questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua, em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social gerada pelo capitalismo.

O que ocorre hoje é que o terceiro setor é utilizado para produzir a idéia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é uma espécie de “panacéia” que substitui o Estado no enfrentamento das expressões da questão social. É ainda incorporado ao senso comum, enquanto termo neutro, indicando apenas um “campo plural de associações e interações” (LANDIM, 2003, p. 110).

Na verdade, conforme Paniago (2001), tal fenômeno social busca a socialização dos custos sociais do capitalismo mundializado.

No fundo o que aparece mais provável é que hoje haja uma dupla exploração da classe trabalhadora. Além de ser a produtora da riqueza que gera os recursos do Estado, ainda tem de se envolver diretamente, através dos recursos da ‘comunidade’ na satisfação de suas necessidades (PANIAGO, 2001, p. 12).

Dessa forma, compartilhando da concepção dos autores críticos, corrobora-se que o terceiro setor tem funcionalidade diante da conjuntura de reestruturação do capital que se desdobra em duas dimensões: a) na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões da questão social; e b) na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade.

ONGS E ALTERAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL PÓS-1990⁹

Nessa conjuntura as ONGs se encontram como expressões do terceiro setor e inseridas na sua lógica e contradição. Tais organizações destacam-se, na atualidade, como respostas privadas às expressões da questão social, aparecendo como:

[...] referência no campo das práticas emergentes proliferando-se e também fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida, surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo (MOTA, 2000, p. 102).

Cabe ressaltar que o termo Organização Não-Governamental, mais conhecido como ONG, não existe no dicionário e não é definido juridicamente. Segundo Pessoa e Rocha (2003, p. 156), “o que existe é uma compreensão coletiva, inclusive na doutrina, jurídica, de que ONGs são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal e/ou profissional”, expressando a idéia geral de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com interesse público, tendo como possibilidades no ordenamento jurídico as associações e as fundações¹⁰. Para o senso comum, o termo surge para identificar um conjunto de instituições que se encontravam fora do âmbito das entidades estatais, mas que trabalhavam com algum tipo de projeto na área social.

Outro elemento a considerar no debate sobre as Organizações Não-Governamentais é que a sua função social se altera diante da conjuntura de reestruturação, passando a serem nitidamente úteis aos interesses do capital, na medida em que, especialmente na década de 1990, ocupam um espaço de destaque no enfrentamento da questão social.

Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, com o suporte financeiro da “cooperação internacional”¹¹, as ONGs iniciaram o seu processo de expansão, intervindo diretamente no campo político, visto que se gestam em pleno regime militar, num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceira dos movimentos sociais, embora recebessem financiamentos de agências internacionais, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuía para a organização interna e articulação de tais movimentos.

Nesse período não eram as ONGs, mas os movimentos sociais que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos como alimentação para creches, cooperativas de consumo, iluminação, saneamento, direitos da mulher, da criança e do adolescente, etc. As ONGs aqui tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros (MONTAÑO, 2003, p.270-271).

É principalmente a partir de meados de 1980, com maior ênfase na década de 90 do século XX¹², que no Brasil o termo ONG ganha maior visibilidade social com efetiva proliferação das suas organizações, o que coincide com o momento de inserção de tais organizações na lógica do terceiro setor. Landim (1998) destaca que a partir de 1980 os organismos de cooperação multilateral, como o Banco Mundial, intensificam programas de colaboração com as ONGs, tendo como uma das justificativas explicitadas a sua confiabilidade e eficácia.

Ocorre que nesse período (fins dos anos 1980 e década de 1990), tais organizações concentram-se no reordenamento da sua gestão e das suas ações em função da procura de financiamentos de projetos. A busca pela sobrevivência da organização via alternativa de fundos públicos e adequação aos critérios de financiamento das agências internacionais parece ter certa articulação com o momento sócio-histórico de reestruturação capitalista, uma vez que tais organizações passam a assumir maior parcela da responsabilidade com a questão social. Sem articular tal reordenamento das ONGs à totalidade da realidade social, como se tais organizações estivessem isentas dos interesses de classe contemporâneos, Gohn (1998, p. 14-15) afirma que:

As ONGs tiveram que realizar reengenharias internas e externas para sobreviver. As pressões sociais e as atividades de militância passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia-a-dia das ONGs.

É incontestável a necessidade de profissionalização das ONGs nesse contexto. Entretanto, não apenas por motivo de sobrevivência de tais organizações, mas devido a dinâmica de reestruturação do capital que se apropria das ONGs e altera sua função social em prol dos interesses do capital mundializado, ainda que estas reflexões não estejam presentes no discurso oficial. Tais organizações adequaram-se à lógica do mercado e às exigências das transformações do mundo do

trabalho para assumirem, com qualidade, função estratégica no enfrentamento da questão social.

Por isso, em fins de 1980 e durante a década de 1990, as ONGs têm como condição de existência e funcionamento a execução de projetos sociais que se mantêm com verba e apoio financeiro de agências de cooperação internacional, do Estado ou de outras organizações. Ainda que sem articular com o processo de reestruturação do capital e suas conseqüentes alterações na relação Estado e sociedade na atualidade, Gohn (2003) destaca uma informação relevante: a partir de 1990, o Banco Mundial adota uma postura de diálogo e privilegiamento de ações e parcerias com ONGs, sendo a maioria dos empréstimos do banco voltados para as parcerias com tais organizações.

Enquanto entre 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos financiados pelo banco envolviam ONGs, em 1993 o percentual eleva-se para 1/3 dos financiamentos e logo a seguir em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovados pelo Banco Mundial envolviam ONGs de diferentes tipos e objetivos (GOHN, 2003, p. 16).

É impossível não fazer relação entre o financiamento dos projetos pela cooperação internacional e os interesses envolvidos, uma vez que os critérios e as exigências para o financiamento, por parte das instituições da cooperação, interferem nas ações, dinâmica e lógica das ONGs, comprometendo a autonomia e o critério de não representatividade de interesses. As Organizações Não-Governamentais tendem (seus integrantes tendo consciência, ou não) a não ser tão espontâneas e desvinculadas de utilidades para o capital.

É através das “parcerias” que as ONGs firmam e garantem sua intervenção na questão social, bem como o Estado viabiliza sua proposta de redução com o social via publicização¹³. Na proposta de contra-reforma do Estado a publicização é o caminho legal que possibilita a parceria entre Estado e organizações sociais (representadas pelas entidades do terceiro setor e pelas ONGs). Isto, porém, não ocorreu por acaso, há um sentido político e ideológico de sedimentação das mudanças necessárias à ordem do capital e de “amortecedor” dos rebatimentos sociais.

À medida que cresceu a oposição ao neoliberalismo, no início dos anos oitenta, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs (PETRAS, 1999, p. 45).

Nessa lógica, Montañó (2003) contesta a fidelidade do termo “Organizações Não-Governamentais”, visto que passam a ser financiadas por entidades, muitas destas de caráter governamental (nacionais ou internacionais), por meio das citadas parcerias ou da contratação pelo Estado (federal, estadual, municipal) para desempenhar, de maneira terceirizada, as atividades e funções estatais. Pode-se dizer, portanto, que não são tão não-governamentais. O autor vai mais além e questiona a seletividade dos governos na “escolha” dos projetos e das ONGs aos quais destinará os reduzidos recursos:

O Estado, ao estabelecer ‘parceria’ com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa *seletiva*, dentro e a partir da *política governamental*, o que leva tendencialmente à presença e permanência de certas ONGs e não outras, e determinados projetos e não outros - aqueles selecionados pelo(s) governo(s) - (MONTAÑO, 2003, p. 57, grifos do autor).

Esse contexto sinaliza certa funcionalidade de tais organizações à conjuntura de transformações societárias, inclusive com incentivo e apoio das instituições do capital financeiro. Parece que o capital mundializado se apropria das organizações a seu favor e, assim, resolve investir como mais uma estratégia para eximir o Estado da responsabilidade histórica com as manifestações da profunda desigualdade entre burguesia e trabalhadores.

É por tudo isso que a partir de 1990 as ONGs, determinadas pelo neoliberalismo, alteram sua função na sociedade e inserem-se na lógica do terceiro setor, uma vez que são chamadas a intervir diretamente na resposta à questão social, modificando radicalmente a relação até então consolidada com os movimentos sociais e aparecendo como “entidades parceiras”. Ocorre o deslocamento das responsabilidades com as expressões da questão social do Estado para o terceiro setor e para as ONGs¹⁴, sem radical contestação e nítido movimento de resistência.

Segundo Montañó (2003, p. 272), “a ONG, com maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população”. Tais organizações passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e credibilidade, contando inclusive com a população na condição de voluntário; instala-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da

garantia de políticas sociais públicas. Isso se explica porque na década de 1990 ocorre uma significativa alteração na relação entre Estado e movimento social, caracterizada por Montañó (2003) como uma “terceirização dos movimentos sociais”, ou seja, uma relação indireta entre Estado e movimento, intermediada pelas ONGs.

Nesse sentido, avaliando a relação ONGs e movimento social, pode-se afirmar que a intervenção dessas organizações está limitada pela execução de projetos e pela funcionalidade que assumem na realidade contemporânea, o que as diferencia do significado sócio-político dos movimentos sociais¹⁵. Vale ressaltar que o alvo das ações nas ONGs não é ultrapassar a ordem do capital e os seus pilares de sustentação, como o fim da propriedade privada, o controle dos meios de produção pela classe trabalhadora, a luta pelo trabalho emancipado¹⁶ e o fim da exploração do capital sobre o trabalho.

As ONGs dão ênfase a projetos e não aos movimentos; ‘mobilizam’ as pessoas para que produzam à margem, e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e de riqueza; elas concentram-se na assistência técnico-financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas.[...] estão ligadas à estrutura de colaboração com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento (PETRAS, 1999, p. 48).

No cerne da reflexão crítica também está o discurso da “crise do Estado” e da eficiência das ONGs no tratamento das expressões da questão social, constituindo terreno fértil para ampliar a credibilidade e as ações das organizações no campo das desigualdades sociais.

Há todo um movimento ideológico e cultural que alicerça a função social das ONGs na atualidade. As condições materiais da “crise”¹⁷ estrutural do capital condicionam à alternativa burguesa da deflagração da “cultura da crise”, cultura esta que sustenta a contra-reforma do Estado e viabiliza a funcionalidade das ONGs ao processo de reestruturação do capital. Na análise de Mota (2000, p. 101):

[...] o traço predominante dessa cultura (da crise) é a idéia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade independentemente da classe a que estão agregados os

sujeitos sociais e, portanto, concluindo-se que a crise exigia consensos e sacrifícios de todos.

No bojo da “cultura da crise” fundamenta-se a lógica da solidariedade, do voluntariado, da filantropia empresarial em que todos, indistintamente, precisam contribuir, dar a sua parte para a resolução dos problemas sociais. Nessa lógica os movimentos sociais nos anos 1990 também se inserem, aparecendo como de natureza policlassistas, despolitizando a resistência da classe trabalhadora, em prol de um suposto interesse geral da sociedade de “combater a pauperização” no Brasil. Como se não existissem interesses de classe e como se tal ideologia não fizesse parte das estratégias do capital para garantir a sua reestruturação. Mota (2000, p. 102) assegura que “na prática essa dinâmica propõem uma aliança de classes, amparada na ideologia da solidariedade entre classes antagônicas, no primado da ética e no distributivismo dos excessos”. Na verdade, os movimentos sociais também são atingidos pelas transformações sócio-históricas contemporâneas.

Vale salientar, como elemento importante desse contexto, que há uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora, a partir de 1980/1990, resultado das metamorfoses no mundo do trabalho. As condições objetivas e subjetivas do trabalho (ANTUNES, 2005) fragilizam os trabalhadores, dificultando sua organização política (sindicatos, movimentos sociais e outros), a resistência e a análise crítica dos processos sociais em curso. Tudo isso contribui para o processo de desarticulação dos movimentos sociais, promovendo perda de espaço político diante do cenário de reestruturação capitalista.

Compreende-se que as explicações são mais profundas e que têm relação estreita com a luta de classes nas últimas décadas do século XX, sendo assim, primordial buscar as raízes das reflexões sobre as ONGs, a partir do lugar que as mesmas ocupam na atualidade, principalmente em sintonia com a conjuntura de transformações sócio-históricas.

É imprescindível ressaltar que as ONGs exprimem um espaço de contradição, assim como toda a realidade social é contraditória e complexa, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social. O que se enfatiza neste artigo não são as organizações em si, mas a função social que exercem no contexto de reestruturação capitalista. O principal no debate é desvelar as relações, os nexos e as mediações entre o universo

das ONGs e a conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora com perda de direitos sociais e trabalhistas e os discursos político e ideológico que fundamentam as modificações necessárias ao capital para manter seus padrões de acumulação e hegemonia.

As estratégias de consenso legitimam as alterações necessárias ao momento sócio-histórico de reestruturação geral capitalista. Para garantir as mudanças políticas, sociais e econômicas é fundamental convencer e fragilizar a classe trabalhadora em torno das reformas de interesse do capital e não do trabalho. Por isso, o discurso de crise do Estado, solidariedade e participação da sociedade civil precisa ser desvelado através do terceiro setor.

Considera-se essencial refletir criticamente sobre a funcionalidade do conjunto terceiro setor e ONGs na conjuntura do século XXI e sobre os seus alicerces ideológicos, como a identificação com a concepção a-crítica de sociedade civil e a noção de solidariedade transclassista, a fim de contribuir no processo de luta e resistência da classe trabalhadora às reformas do capital.

ABSTRACT

The dynamics of the capitalist reordering imposes consensual strategies that consolidate the socio-historical changes in the interest in capital after the 1970s. Such changes redefine a pattern of responses to the expressions of the social issues. This pattern affects the access to social rights and confirms the strength of the third sector and the NGOs to interfere in the social area. The ideological speech that sustains such modifications incites the participation of the civil society and points out a period of “crisis” of the State. Within a critical and dialectic perspective, this article aims to discuss: a) the tendencies of the third sector, especially its identification with the civil society; b) the change of the social function of the NGOs in the process of evasion of the social matters by the State.

Keywords: State reform, third sector, NGOs, civil society.

Notas:

¹ No ensaio sobre a questão meridional, Gramsci realiza uma análise histórica sobre a diferenciação entre as sociedades do oriente e do ocidente, considerando que as ocidentais detêm articulações mais complexas no seu interior. A discussão sobre hegemonia surge na distinção entre a guerra de movimento nas sociedades orientais e a guerra de posição nas sociedades ocidentais, sendo que esta última (posição) encerra em si um processo de luta para a conquista da direção

político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população como caminho para a conquista e conservação do poder. Na realidade, o autor discute nas sociedades ocidentais a forma como as classes se relacionam e exercem suas funções no interior do “bloco histórico”, indicando a dialética relação entre estas na busca da dominação (SIMIONATTO, 2004).

² Não resultante de uma solidariedade interna de classe, mas externa, ou seja, entre classes distintas, com interesses conflitantes; como se isso fosse possível no mundo capitalista.

³ Pode-se perceber que no governo Luís Inácio Lula da Silva (gestão 2003-2006 e gestão em curso) há uma efetivação de respostas às manifestações da questão social através de programas de transferência de renda que seguem os critérios rígidos de seletividade de acesso, sendo apenas incluídos os setores “mais pobres entre os mais pobres”, com forte apoio dos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

⁴ Netto (2006, p. 8) afirma que “no Brasil, em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja: os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres. [...] apenas 5.000 famílias, num país de 180 milhões de habitantes, apropriam-se de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pela sociedade no período de um ano. Tais famílias embolsam o equivalente a 3% da renda nacional total, com o seu patrimônio representando cerca de 40% do PIB brasileiro”.

⁵ A publicização, conforme Pereira (1997), significa a transferência das atividades sociais e científicas para o campo das entidades públicas não-estatais, chamadas de organizações sociais. As entidades “[...] públicas não-estatais são entidades do terceiro setor, sem fins lucrativos, são organizações não-governamentais, organizações voluntárias” (PEREIRA, 1997, p. 26).

⁶ Cabe ressaltar que ambas as tendências são atravessadas pelo movimento contraditório do real; todavia, conforme o lugar que o terceiro setor ocupa na sociedade contemporânea, são visíveis as particularidades que diferenciam uma e outra tendência, sendo assim apresentadas para efeito de exposição.

⁷ Este trecho compõe o prefácio da obra “Para a crítica da economia política”, datado de 1859. Nesta passagem, Marx afirma que tal resultado geral das suas reflexões serviu-lhe de fio condutor para os estudos sobre o capitalismo.

⁸ A idéia de “sociedade civil homogênea” garante um duplo movimento funcional ao capital: econômico, com redirecionamento dos recursos do Estado para o financiamento dos projetos de interesse da burguesia; e ideológico, pois obscurece a luta de classes e, assim, fragiliza a resistência da classe trabalhadora.

⁹ Entende-se aqui função social no sentido da funcionalidade/utilidade que as ONGs assumem na sociabilidade, conforme as determinações de um dado momento sócio-histórico.

¹⁰ Segundo Landim (1998, p. 57), as ONGs preferem a primeira forma (associações), a qual “não implica na existência de um patrimônio prévio, nem de um instituidor [...]”.

¹¹ Corresponde a toda uma rede de bancos (por exemplo, o BIRD) e organizações não governamentais (igrejas, instituições, associações, dentre outras) que investem em projetos sociais nos países de capitalismo periférico.

¹² Conforme pesquisa realizada pela ABONG (2002), constata-se que o maior número de ONGs surge entre 1980 e 1990, com 49%, seguida de 32,6% no período de 1991 a 2000. Estes dados caracterizam a expansão das organizações na conjuntura de reestruturação do capital, cuja condução está sob o comando do projeto neoliberal; e indicam que o enfrentamento da questão social tem se expandido junto às ONGs brasileiras em detrimento da ação estatal.

¹³ Neste artigo, partilha-se da concepção de Montañó (2003) de que a publicização é a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (incluindo-se as ONGs) e ao repasse de recursos públicos para âmbito privado.

¹⁴ Na tendência dominante/conservadora as ONGs são reconhecidas como entidades de suporte do Estado no atendimento da questão social, distanciando-se do debate crítico que busca as explicações para os fenômenos sociais na totalidade da realidade social.

¹⁵ Embora os movimentos sociais também sejam perpassados por contradições, aqui a referência é aos segmentos que apresentam vínculo com os interesses da classe trabalhadora.

¹⁶ Trabalho livre das “amarras do capital”, sem a exploração dos homens sobre outros homens, trabalho no sentido de criação e recriação da natureza, voltado para o valor de uso e não direcionado pelo valor de troca na sociedade capitalista, ou seja, trabalho concreto e emancipado, na concepção de Karl Marx (1978).

¹⁷ Crise no sentido das repercussões geradas pela “necessidade” do capital de reestruturar-se para manter a hegemonia e aumentar as taxas de lucro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABONG. *ONGs no Brasil: perfil e catálogo das associadas à Abong*. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BÓRON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER; GENTILI (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 63-137, 1995.

BRASIL. *Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a Qualificação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 mar. 1999.

DIAS, E. F. *A liberdade impossível na ordem do capital*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Textos didáticos, n. 29.

DUARTE, J. L. N. *O Serviço Social e nas Organizações Não-Governamentais: tendências e particularidades*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

FERNANDES, R. C. *O que é Terceiro Setor?* 1994a. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em 06 mar. 2006.

_____. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

GOHN, M. G. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 58, p. 9-23, nov., 1998.

_____. *Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 62, p. 93-112, mar., 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Brasília, DF, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan. a jun., 2001.

LANDIM, L. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: NAU, p. 23-87, 1998.

_____. As ONG's são Terceiro Setor? In: *ONG's no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 107-133, 2003.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOCHETTI, Ivanete (Org.). *Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. (Política Social 2). Brasília, DF: UNB, p. 61-83, 2004b.

_____. *A ordem social contemporânea é o desafio central*. Santiago/Chile, 2006. Mimeografado. Palestra realizada na 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social.

PANIAGO, M. C. S. *A incontornabilidade ontológica do capital: um estudo obre Beyond Capital de Mézáros*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeografado.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: *CADERNOS MARE da Reforma do Estado*. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. vol. 1, p.7-57, 1997.

PESSOA, G. P.; ROCHA, M. G. Aspectos jurídicos das ONGs. In: *ONG's no Brasil: perfil de um mundo em mudança*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 153-217, 2003.

PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. Coleção sociedade e ambiente.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TONET, I. Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, p. 23-50, 1997.

YASBECK, M. C. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

_____. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 77, p. 11-29, mar., 2004.

ENTIDADES RELIGIOSAS E POLÍTICA DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DE EFETIVAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE¹

Mirella Loterio Siqueira*

RESUMO

Este artigo aborda a participação das entidades religiosas na política pública destinada a crianças e adolescentes, no período posterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de uma experiência em Juiz de Fora. Objetiva compreender os desafios que se colocam na atualidade para efetivação do Estatuto num contexto de revalorização da atuação religiosa no espaço público e de permanência da tradição conservadora do assistencialismo, do paternalismo e do clientelismo como mecanismos para o enfrentamento da questão social.

Palavras-chaves: entidades religiosas, política de atendimento para a infância e a adolescência, Estatuto da Criança e do Adolescente

INTRODUÇÃO

Os anos 90 configuraram no Brasil uma nova experiência em relação às políticas sociais consideradas direito do cidadão e dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 abriu caminho para essas transformações, com o desenho de uma ordem social baseada na primazia da atuação do Estado na implementação das políticas, reforçando a sua efetivação como direito de cidadania e estabelecendo a descentralização político-administrativa e a participação popular como diretrizes democráticas de atuação.

Posteriormente, leis específicas referentes às políticas sociais foram implementadas corroborando com as diretrizes da Constituição e estabelecendo mecanismos de efetivação das mesmas. Na área da infância e adolescência destaca-se a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que se tornou um marco na área.

A origem do atendimento à crianças e adolescentes no Brasil provém da intervenção de instituições religiosas, desde o século XVI. Entretanto, a atual participação dessas entidades na prestação de serviços sociais deve reforçar ainda mais a responsabilidade

* Mestre em Serviço Social.

do Estado, em suas três instâncias, no cumprimento de seu papel de implementação da Política conforme preconizada no ECA, assim como na garantia do apoio técnico e financeiro necessário às ações realizadas pela sociedade civil.

É neste contexto, de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, que se insere nossa reflexão. Tendo como objeto as entidades religiosas de atendimento, busca-se contribuir, através da preocupação com a natureza, objetivos e resultado da participação destas entidades na política de atendimento à infância e adolescência, para compreensão dos desafios de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir de uma experiência em Juiz de Fora.

Nossa inquietação inicial derivou da constatação da presença significativa de entidades religiosas atuantes com o segmento infanto-juvenil no município² e da inexistência do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora – CMDCA/JF de 45% delas³. Tal fato nos levou a questionar a efetividade da Política Pública destinada à crianças e adolescentes haja vista o não cumprimento inicial ao funcionamento das entidades⁴. Sendo este nosso ponto de partida, outros questionamentos foram levantados:

1 – Sabendo-se que o CMDCA/JF tem ciência da existência de entidades sem registro, que providências são tomadas? Como são acompanhadas as entidades? Há diferenças entre as que estão registradas no Conselho de Direito das que não estão? Estar registrada no Conselho é garantia de efetivação da Política de atendimento à infância e adolescência e, portanto, do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente?

2 – Sabendo-se que as entidades religiosas representam a origem do atendimento nessa área, e, portanto, muito anterior à perspectiva balizada pelo ECA, será que ainda reforçam o padrão tradicional de atendimento? Estarão atuando na perspectiva da implementação dos direitos de cidadania ou reforçando a lógica caritativa, filantrópica, assistencialista, inerente à sua origem?

3 – Se o atendimento é baseado na crença religiosa, de que modo estes valores não entram em confronto com o Estatuto da Criança e do Adolescente? É um impeditivo para a adequação aos princípios e diretrizes da Política de Atendimento estabelecidos pelo CMDCA/JF?

4 – Qual a relação dessas entidades com o Poder Público Municipal? De que forma as entidades são acionadas pelo Poder Público para execução da política? Quais as

parcerias e convênios realizados? De que forma são acompanhadas, monitoradas e avaliadas? Sobrepõem ao papel do Estado numa conjuntura de desresponsabilização do mesmo?

O impasse, contudo, parece ser mais grave, pois, na contramão desse processo que fortaleceu as políticas sociais como dever do Estado e direito do cidadão, ocorreu o ajuste neoliberal no país, abrindo espaço ao retorno da filantropia em substituição à atuação do Estado.

Soma-se a esse aspecto conjuntural a herança de uma cultura política em nosso país que privilegiou e conformou relações patrimonialistas, clientelistas, de tutela e favor entre o Estado e a sociedade civil, tão presentes nas práticas e concepções das políticas sociais, conflitando com uma cultura política baseada no direito, na cidadania e nas relações democráticas.

Tendo em vista o objeto de estudo em questão, é imprescindível também considerar a cultura religiosa das entidades de atendimento, já que a atuação no social, além de estar na base doutrinária das religiões que as entidades vinculam-se e não se restringindo a isso, coloca-se como um recurso de legitimação das mesmas na sociedade.

A existência de um crescente número de experiências locais de inserção de grupos religiosos nas ações sociais de enfrentamento a questão social contrasta com o que efetivamente sabemos sobre eles, suas práticas e contribuição efetiva. Assim, revela-se imprescindível estudar tais contextos onde estes fatores confluem contribuindo desta maneira, aos gestores públicos e atores sociais nos desafios da efetivação da cidadania.

POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E A INTERFACE COM O SETOR FILANTRÓPICO

A filantropia⁵ marcou a atuação privada no campo das políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente no país. Tradicionalmente este campo foi dominado pela Igreja Católica, que por intermédio das congregações religiosas originou o quadro de organizações sociais no país em meios do século XVI e conformou os espaços de atuação na área até a metade do século XIX⁶. A Santa Casa de Misericórdia “foi o exemplo expressivo da ação social das ordens religiosas, sendo o atendimento predominante nesse período” (MESTRINER, 2005, p.41) e constituiu-se em um “modelo abrangente de intervenção social

que teve na caridade cristã, seu operador de legitimação, mas cuja estruturação e âmbito de ação extrapolou em muito os limites de uma perspectiva religiosa ou assistencial” (QUIROGA, 2001, p.46).

A partir de 1930 inicia-se uma atuação efetiva do Estado brasileiro nas políticas sociais, num período de politização da questão social no país. Entretanto, o maior investimento ocorreu nas áreas da previdência, saúde, e educação, permanecendo a área assistencial⁷ relegada pelo Estado. Conforme indicam Landim (1993) e Mestriner (2005), esta situação evidenciou o pacto costurado pelo Estado com igrejas e outras organizações da sociedade civil⁸, “na medida em que permaneceram mecanismos facilitadores do acesso ao fundo público de organizações privadas, por meio da regulamentação do instrumento de utilidade pública” (RAICHELIS, 2005, p.236).

A intervenção do Estado nas políticas sociais não eliminou o papel do setor privado nesta área, ao contrário, através da criação de mecanismos de coordenação e fiscalização da filantropia⁹, que perduram nos dias atuais, o Estado reservou um papel importante às entidades sem fins lucrativos no campo das políticas públicas, principalmente na área assistencial (MESTRINER, 2005). Desta forma, conformou-se a particularidade dada pelo Estado ao campo sócio-assistencial brasileiro: política relegada ao setor privado, com ênfase na atuação de instituições religiosas e realizada através de investimento público.

Em relação às políticas destinadas a crianças e adolescentes, prevaleceu a Política de Menorização (RIZZINI, 1997) estabelecida no período republicano, que voltada à criança pobre, juridicamente chamada menor, conjugava assistência e repressão. O Código de Menores, instituído em 1927, foi o marco desta política regulamentando as ações dirigidas ao público infanto-juvenil até os anos 90. O Serviço de Assistência ao Menor – SAM, o Departamento Nacional da Criança – DNCR¹⁰, a Legião Brasileira de Assistência – LBA – e a FEBEM foram órgãos componentes desta estrutura cujas atuações reforçaram práticas que conformam a cultura política brasileira e determinam os padrões de relação entre o Estado e a sociedade civil em nosso país: patrimonialismo, clientelismo, benesse, tutela e favor, primeiro-damismo, e autoritarismo do Estado¹¹.

Os anos 80 e 90 representaram um divisor de águas na área social no Brasil posto que o processo de redemocratização do país desempenhou um importante papel na formatação legal dos direitos sociais no Brasil, constituindo-se numa tentativa de construção da esfera

pública. Como fruto deste processo, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a defesa da democracia com propostas de descentralização político-administrativa, autonomia municipal e participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas públicas, nos quais se destacam os Conselhos. Estes são importantes canais para a viabilização de uma perspectiva publicista e a produção de uma nova cultura política, embora não sejam suficientes para a garantia da gestão das políticas sociais como públicas (RAICHELIS, 2005).

Na área da infância e adolescência várias iniciativas da sociedade civil e de movimentos de âmbito nacional se articularam na defesa de um sistema universal dos direitos e exerceram forte pressão sobre os resultados da Constituição de 1988. A partir de então crianças e adolescentes foram considerados sujeitos de direitos, logo, cidadãos, com absoluta prioridade no atendimento sendo dever da família, do Estado e da sociedade a garantia de concretização de seus direitos.

Os dispositivos assegurados na Constituição foram regulamentados como Doutrina de Proteção Integral às crianças e aos adolescentes, que em oposição à Doutrina da Situação Irregular do antigo Código de Menores, constitui-se na base do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069, promulgada em 13 de Julho de 1990.

O ECA introduziu um importante conjunto de mudanças na política de atendimento à infância e a adolescência o Estatuto da Criança e do Adolescente, com destaque para a criação dos Conselhos tutelares e de direito.

A instalação dos Conselhos de Direitos assume um papel fundamental para a garantia do cumprimento dos direitos assegurados no Estatuto, pois são canais de comunicação entre o Estado e a sociedade civil, cabendo-lhes a coordenação, articulação e controle das ações procedentes dos serviços públicos e da iniciativa privada. Se considerarmos o atendimento nesta área, historicamente associado à filantropia, este espaço assume uma grande importância.

Outra mudança significativa diz respeito à atuação das organizações não governamentais, pois ao incluí-las no bojo da política de atendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente reserva-lhes um papel estratégico na política (SABINO, F.; SEIXAS, R.; SIQUEIRA, M., 2005, p.77).

Em seu artigo 90, o ECA as responsabiliza pela manutenção das suas unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas sócio-educativos e de proteção

destinados a crianças e adolescentes demonstrando que as entidades não-governamentais são atores relevantes na implementação das políticas de proteção especial à infância e à adolescência.

Contudo, as novas práticas desenhadas na Constituição Federal não representaram a anulação das velhas práticas no campo das políticas sociais, pois, a própria Constituição reafirmou vantagens a filantropia, por meio de uma relação cartorial do Estado com as instituições, em que os certificados de utilidade pública e de fins filantrópicos funcionam como passaportes para acúmulo de vantagens (MESTRINER, 2005).

Além disso, na contramão do movimento de implantação da Constituição e suas leis complementares ocorreu o ajuste neoliberal no país com a proposta de desmonte do Estado e, portanto, de reforço do caráter privado das políticas sociais.

Este processo, além de redefinir o lugar do Estado na condução das políticas públicas e as relações entre o Estado e a sociedade, implicou em maiores oportunidades de ação social à margem da ação estatal recolocando na agenda a relevância das ações filantrópicas, revalorizando a atuação religiosa no campo das políticas sociais, estimulando, inclusive, o seu crescimento (BURITY, 2000).

As mudanças na esfera do Estado e suas políticas levam a emersão e ao retorno na arena pública de entidades da sociedade civil que passam a assumir a responsabilidade na execução das políticas sociais. Isto porque a questão social agrava-se cada vez mais e as ações do governo são insuficientes para minimizá-las, caracterizando uma revalorização do campo da filantropia onde novas alianças e contornos na ação das entidades sem fins lucrativos são realizados com mobilização dos recursos públicos e também empresariais (MOTA, 2000). Entretanto, como afirma Sposati (1995, p.136) “as manifestações pró-filantropia crescem e não significam, em absoluto, redução de desigualdades sociais e econômicas”.

Assim, nesta conjuntura vivencia-se uma transformação na cultura política em que as estratégias descentralizadoras e participativas da sociedade civil têm sido utilizadas como mecanismos substitutivos e não complementares às ações do Estado para com as políticas sociais fazendo com que ao invés de promoverem a cidadania, estimulem a filantropia (SOARES, 2000; MONTAÑO, 2003; MESTRINER, 2005).

Com esta “nova velha” lógica as políticas públicas para a criança e o adolescente instituídas nos anos 90, ao mesmo tempo em que se propõem promover proteção como um

direito de cidadania, criando condições legais de efetivação de políticas sociais, abrem espaço para o ressurgimento e valorização de organizações voltadas para a filantropia com práticas e valores tradicionais numa complexa tensão entre o quadro legal e a realidade cotidiana das práticas sociais¹².

A PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES RELIGIOSAS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM JUIZ DE FORA¹³

O primeiro registro de atendimento a crianças e adolescentes em Juiz de Fora data de 1855, com a criação da Santa Casa de Misericórdia, embora o atendimento não fosse restrito a esse público.

Mais tarde, registram-se também iniciativas de outros grupos religiosos tais como os protestantes e espíritas. Em 1984 foi instalada na Igreja Metodista Central uma Comissão de Ação Social que oferecia assistência alimentar, material (distribuição de roupas, calçados, cobertores, material escolar e medicamentos), e serviço médico sem restrição de idade para o atendimento. Em 1890, destaca-se a criação do Instituto *Granbery* também da Igreja Metodista.

A presença da religião espírita no atendimento com crianças e adolescentes, iniciou-se no ano de 1901, através da criação do Centro Espírita União, Humildade e Caridade que além de assistência alimentar, material, serviço dentário e médico, assistência habitacional e pagamento de conta de energia, oferecia serviço de albergue a menores desde que “acompanhado por um responsável ou com licença da polícia” (SILVEIRA, 1968). Em 1903, foi criado o Albergue dos pobres com o objetivo de amparo à viúvas; em 1919 o Abrigo João de Freitas para velhos desamparados e viúvas com filhos pequenos e em 1921 criou-se a Escola Primária João Lustosa destinada a crianças pobres.

A atuação destas religiões em atividades sócio-assistenciais representou uma atuação para além da simples caridade, posto que foi imprescindível para a penetração, legitimidade e visibilidade na sociedade juiz-forana¹⁴.

Até 1930, as ações dirigidas ao público infanto-juvenil no município eram exclusivamente de caráter privado e com ênfase na atuação de instituições religiosas. As ações centravam-se nas atividades assistenciais e educacionais.

A partir deste momento inicia-se o investimento estatal na área, embora sua presença mais ativa ocorresse no período ditatorial, tendo na FEBEM a sua marca de atuação. Notam-se algumas tentativas esparsas na área de saúde, através dos Postos de Assistência Médica e Dentária da Divisão de Saúde e Assistência da Prefeitura. Em alguns postos eram disponibilizados assistência alimentar a lactentes e serviço de enfermagem, além dos serviços médicos e dentários, básicos a todas as unidades.

Prevaleceu, entretanto, a atuação filantrópica¹⁵ com incentivo estatal. O mecanismo de subsidiariedade foi enfatizado por meio da LBA, do Departamento Social do Menor¹⁶ e da FEBEM. No seu conjunto, a política destinada à infância e adolescência combinou assistência (oferecida pela sociedade civil) e repressão (do Estado). Assim, pode-se afirmar que em Juiz de Fora esta política evidencia o cenário nacional onde as organizações da filantropia tradicional, principalmente as confessionais, são enfatizadas pelo Estado, através de parcerias e convênios, no enfrentamento da questão social.

A partir dos anos 80, em virtude da conjuntura de redemocratização do país e de mobilização da sociedade civil, diversos encontros foram realizados em Juiz de Fora na tentativa de formulação de diretrizes básicas para uma Política de Bem-Estar Social em contraposição as práticas da FEBEM.

Em 1985 foi criado pelo Poder Público a Associação Comunitária de Apoio Comunitário – AMAC, órgão executor da política de assistência social no município que marcou a atenção à infância e adolescência. Contudo, a relação desta instituição com o Poder Público local, tem reforçado práticas características da cultura política conservadora do nosso país¹⁷.

A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente na cidade, nos anos 90, trouxe mudanças significativas à política destinada ao público infanto-juvenil, através da criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1992, dos Conselhos Tutelares, em 1995, e da realização das Conferências. A partir de então, novas demandas foram colocadas aos órgãos formuladores, executores e fiscalizadores da política de atendimento, exigindo um esforço de reordenamento dos mesmos e de sensibilização não somente destes órgãos, mas de toda sociedade, quanto à novas diretrizes demarcadas pelo ECA.

Neste contexto significativo para a política da infância e adolescência no município que se inseriu a pesquisa empírica que embasou a dissertação. A análise da participação das entidades religiosas de atendimento na política destinada a crianças e adolescentes em Juiz de Fora exigiu-nos um esforço de compreensão do lugar social que estas entidades ocupam nesta política, da relação que estabelecem com o Poder Público e com o CMDCA/JF e também da sua contribuição ao campo dos direitos e da cidadania¹⁸.

Assim, a pesquisa buscou analisar a relação das entidades religiosas com a política de atendimento destinada a crianças e adolescentes no município através da adequação das mesmas aos princípios e diretrizes desta política, em consonância ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e também da relação estabelecida com o CMDCA/JF, com o Poder Público Municipal no seu órgão gestor (SPS) e “executor” (AMAC), e com o próprio Estatuto.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com dirigentes das entidades de atendimento¹⁹, com conselheiros de direito²⁰ e com a coordenadora da Equipe de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Política Social, órgão responsável pelo monitoramento das entidades registradas no CMDCA/JF²¹. Também foi utilizada a observação participante no Conselho de Direito num período de quatro meses, buscando apreender a dinâmica de funcionamento do mesmo e o jogo de correlação de forças nesse espaço, que supúnhamos ter um peso significativo nas discussões e encaminhamentos à política, além do levantamento e análise documental referente à política municipal de atendimento a infância e adolescência em Juiz de Fora, às entidades de atendimento e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A pesquisa com os dirigentes das entidades dividiu-se em dois momentos: o primeiro buscou verificar a adequação das entidades aos critérios e indicadores de qualidade da política de atendimento à infância e adolescência estabelecidos pelo CMDCA/JF²²; num segundo momento buscou-se apreender a motivação, os objetivos e os valores das entidades com o intuito de perceber a influência do ideário religioso nas atividades desenvolvidas e também a percepção das entidades quanto ao Estatuto, ao CMDCA/JF e à Política pública para a infância e adolescência em Juiz de Fora, além das relações estabelecidas com estes atores.

A pesquisa empírica relacionada aos critérios e indicadores de qualidade da Política estruturou-se em dois eixos: 1- Critérios Gerais e 2- Critérios específicos por regime de atendimento. A partir da organização e análise dos dados foi possível observar que as entidades apresentaram uma participação insatisfatória²³ na política de atendimento à criança e ao adolescente, haja vista o não cumprimento dos critérios e indicadores de qualidade desta política.

Verificamos que, em sua maioria, as entidades não dispunham de uma equipe interdisciplinar necessária ao atendimento de qualidade e nas entidades que a possuíam, em alguns casos os vínculos de trabalho eram frágeis comprometendo a qualidade do serviço.

A utilização do trabalho voluntário pelas entidades foi significativa. Em alguns casos, este tipo de trabalho sustentou-se no ideário religioso da entidade, posto que a ação caritativa, inerente ao corpo doutrinário, apresentou-se como motivação dos voluntários. Em grande parte dos casos, a dificuldade financeira da instituição e conseqüente incapacidade de contratação de pessoal, colocaram-se como justificativa para a utilização do voluntariado.

Verificamos que as atividades desenvolvidas para o segmento familiar eram pontuais, assistencialistas e numa lógica de extensão do trabalho da igreja. No regime de Apoio Sócio-educativo verificamos que, além do não cumprimento dos quesitos avaliados, as ações desenvolvidas nos Programas de iniciação, formação profissional ou colocação no mercado de trabalho, em sua maioria, eram descontínuas, com oferecimento de cursos e oficinas que não se apresentavam na perspectiva de profissionalização. Sendo assim, tais ações distanciavam-se de uma perspectiva cidadã.

Em relação aos recursos das entidades, a grande parte das suas receitas derivou de doações dos próprios membros. Entretanto, outras ações foram acionadas, tais como realização de eventos, locação de imóveis e também convênios e parcerias com ONGs e com o poder público federal e local, através da SPS e da AMAC.

A parceria com o poder público local através da AMAC ocorre mediante a cessão de profissionais, recebimento de doações em alimentos, parcerias em assessoria nutricional e doações em cesta básica²⁴. Das entidades pesquisadas, 28% (4) possuem este tipo de parceria. Importante registrar que a entidade que desenvolve o programa de cesta básica, quando solicitou a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, foi visitada pela Equipe de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Política Social, que verificou um trabalho

pautado na caridade²⁵. Ainda assim esta entidade continua sendo acionada pelo Poder Público local para execução do programa. A entidade que possui parceria através de recebimento de alimentos a conseguiu através de relações de vínculo pessoal e clientela com pessoas atuantes na Prefeitura. Deste modo, pudemos constatar que o estabelecimento destes convênios e parcerias reforçou práticas clientelistas e de desresponsabilização da Prefeitura quanto à execução da política social, nos moldes de descentralização de tipo neoliberal, posto que inexistiu a contrapartida do controle social da entidade parceira.

Em relação à participação das entidades no espaço do controle social da política de atendimento, percebemos um descrédito das entidades quanto à atuação do CMDCA/JF e um desconhecimento deste espaço. Observamos também que a maioria das entidades estabelece uma relação formal-utilitária com o Conselho de Direito: formal no cumprimento do registro da instituição para realização de parcerias que exigem este registro, e utilitária, posto que concebem o Conselho como fonte de acesso ao recurso público, o que de fato também é, mas não representa sua função primordial. Das entidades registradas no CMDCA/JF apenas 1 participa da composição do Conselho com a representação do seu dirigente atuando como conselheiro de direito e outras 2 entidades participam com frequência das reuniões plenárias, embora não tenham assento na composição do Conselho. Constatamos então, que a participação das entidades no CMDCA/JF não se concretiza em participação política.

Como já previa nossa amostra, das entidades pesquisadas, 43% (6) não possuem o registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. No entanto, a ausência de registro não impede que elas sejam acionadas para encaminhamentos, atendimentos e realização de parcerias com a Prefeitura compondo, desta maneira, uma “rede não oficial” de atendimento. Além disso, estas entidades não são acompanhadas/monitoradas pelos órgãos competentes²⁶. Deste modo, constata-se uma fragilidade no controle social da política de atendimento à infância e adolescência em Juiz de Fora.

A relação das entidades com o Estatuto da Criança e do Adolescente também foi uma dado surpreendente e preocupante. Apenas 50% das entidades o conhecem e o adotam nas ações desenvolvidas, o que constata que entidades registradas no CMDCA/JF também não conhecem o ECA. Deste modo, podemos afirmar que o registro das entidades no Conselho de Direito não é garantia da implementação e efetivação do Estatuto.

No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades religiosas voltadas ao público infanto-juvenil, os dirigentes das entidades apresentaram um discurso de respeito às religiões dos usuários através de atividades que poderiam ser realizadas por todos, independentes da crença professada por eles. Entretanto, pudemos verificar, no decorrer das entrevistas, práticas diferentes do discurso, tais como o controle do usuário sobre a atividade prestada, atitudes proselitistas, e desenvolvimento de rituais muito particulares ao universo das religiões nas quais as entidades vinculam-se.

Através da investigação dos motivos, valores e objetivos das entidades no atendimento ao público infanto-juvenil procuramos averiguar se o ideário religioso mantinha relação com as inadequações apresentadas. Verificamos que esta relação é pertinente, pois, as entidades que apresentaram índices insatisfatórios foram as que, em suas respostas, afirmaram ter o ideário religioso como motivação para o atendimento, a ajuda como objetivo da instituição (neste caso com um sentido proselitista), e valores cristãos, caritativos e morais como orientadores das ações da entidade. Valores estes que reforçam a lógica filantrópica, contrária à perspectiva da cidadania.

Observamos também que as entidades que se desprenderam mais do ideário religioso, ou seja, que investiram na profissionalização dos funcionários, que possuíam uma estrutura organizacional mais definida (coordenação, equipe técnica, demais funcionários), e cujos membros tinham uma militância política, foram as que melhor se apresentaram diante do cumprimento das diretrizes da política, corroborando assim para uma atuação baseada na lógica do direito. Esse “desprendimento” não impediu, entretanto, que atividades religiosas continuassem a serem oferecidas pelas instituições.

A pesquisa desenvolvida com os conselheiros de direito confirmou as questões levantadas com as entidades religiosas.

Verificamos que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora ainda não se apresenta como o espaço articulador da política de atendimento à infância e adolescência no município, principalmente pela relação desarticulada com os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente²⁷ e pela dificuldade de reconhecimento, respeito e valorização pelos órgãos públicos. Foi ressaltado, por exemplo, que em outras instâncias não é exigido à entidade que ela possua o registro no Conselho de Direito, de forma a fortalecer as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando abordamos as questões referentes às irregularidades das entidades religiosas, tal como a ausência de registro e o desconhecimento do Estatuto, as respostas dos conselheiros foram unânimes. Os entrevistados destacaram a logística e a infra-estrutura do CMDCA/JF como obstáculos para a realização de um trabalho mais direto com as entidades.

Os entrevistados destacaram também que é preciso um maior investimento do Poder Público na questão da infra-estrutura do Conselho de Direito, principalmente em relação à assessoria técnica. Neste caso, a presença de profissionais da área fixos no Conselho facilitaria o trabalho das comissões internas tendo em vista a rotatividade de conselheiros inerente ao processo de eleição dos mesmos.

Ressaltaram como estratégia de enfrentamento as irregularidades das entidades a realização de uma capacitação, prevista no Plano de Ação do Conselho. Entretanto, observamos que esta ação está direcionada a capacitação das entidades quanto à elaboração de projetos para o acesso ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aliás, verificamos que o CMDCA/JF utiliza-se do FUMECAD como mecanismo de obtenção de legitimidade com as entidades, o que reforça a concepção que estas possuem do Conselho.

CONCLUSÃO

É indiscutível o significado do Estatuto da Criança e do Adolescente para a área da infância e adolescência em nosso país. Entretanto, 17 anos de existência do ECA ainda não foram suficientes para sua efetiva incorporação e concretização na sociedade brasileira.

Os desafios apresentados na experiência de Juiz de Fora, certamente, são retratos da realidade experienciada cotidianamente nos diversos municípios em nosso país.

A política de atendimento a infância e adolescência ainda enfrenta dificuldades para sua implementação. Talvez a maior delas seja o exercício de diálogo entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que consequentemente dificulta o acompanhamento, a fiscalização e a própria execução da política.

O enfrentamento das irregularidades das entidades religiosas (e não somente elas) extrapola o esforço de atuação do Conselho de Direito, pois esbarra na cultura política brasileira que sempre valorizou a atuação privada sem a contrapartida de critérios públicos, e

é reforçado pela conjuntura neoliberal, que as coloca em evidência, e pela cultura religiosa das próprias entidades.

Embora as dificuldades apresentadas envolvam mudança de paradigma de cultura, a fórmula está dada e arregaçar as mangas é preciso pra fazer valer os direitos de nossas crianças e adolescentes. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente é um exercício em construção, pois como destaca VIERA (2004, p.61), “na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presa da letra da lei irrealizada”.

ABSTRACT

This article discusses the participation of religious organizations in the public policy for children and adolescents in the period after the creation of the Statute of the Child and Adolescent and from an experience in the city of Juiz de Fora. It is about understanding the challenges currently faced to implement the Statute, given the place the religious organizations have been occupying in the public space and the permanence of the conservative traditions of welfarism, paternalism and patronage as mechanisms for confronting the social issue.

Keywords: religious organizations, assistance policy for children and adolescents, Statute of the Child and Adolescent

Notas:

¹ As reflexões apresentadas neste artigo representam uma síntese da Dissertação de Mestrado intitulada “Filantropia ou cidadania: um estudo da participação de entidades religiosas de atendimento na política para a infância e a adolescência em Juiz de Fora pós anos 90”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em novembro de 2007, sob a orientação da professora Dr^a. Carina Berta Moljo.

² Segundo os dados pesquisados existem em Juiz de Fora 120 entidades de atendimento que prestam serviços para crianças e adolescentes. Destas, 39% (47) são religiosas. É também perceptível um aumento das entidades de atendimento no município após a regulamentação do ECA, em 1990. Considerando as entidades registradas no CMDCA/JF, percebe-se um crescimento de 40% de entidades religiosas atuantes na política para a infância e adolescência após este período. Se tomarmos como referência os anos 80 – marcados pela mobilização em prol do Estatuto no município – o crescimento de entidades religiosas é ainda maior, chegando a 75%.

³ Pesquisa realizada em dezembro de 2005 e fevereiro de 2006 nas pastas de registro das entidades no CMDCA/JF e no Guia de Instituições e Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Juiz de Fora realizado pela AMAC e Prefeitura de Juiz de Fora no ano de 2005.

⁴ Conforme o artigo 91 do ECA as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁵ Consideramos filantropia a ação de doação, de dinheiro, bens e/ou tempo, em favor de instituições ou pessoas com vistas ao bem comum. Neste campo, inserem-se diversas instituições dentre as quais as confessionais. Deste modo, a filantropia congrega e extrapola a ação meramente religiosa. A caridade por sua vez refere-se a um valor, sentimento (de compaixão) de ordem religiosa. Optou-se por usar a discussão sobre a filantropia para

demarcar a ação privada no campo das políticas sociais voltadas à infância e adolescência, tendo em vista que este setor predominou no atendimento ao público infanto-juvenil.

⁶ Registram-se também, neste intervalo de tempo, iniciativas na prestação de serviços sociais de Igrejas Protestantes, em desenvolvimento no país, e de grupos menos visíveis como Espíritas e Afro-brasileiros (LANDIM, 1993).

⁷ Importante sinalizar que a análise do atendimento à infância e a adolescência pretendida aqui, está intimamente ligada à análise da política de assistência social. Afinal, a área assistencial sempre se propôs a atender setores mais vulneráveis, nos quais crianças, adolescentes e suas famílias constituem-se públicos-alvos.

⁸ Apesar da separação *strictu sensu* entre Igreja Católica e Estado ocasionada pela instauração da República, ambos mantiveram um pacto onde a igreja “reivindicando-se a religião da nação, buscou articular um arranjo como o Estado em que este lhe concedesse o controle dos aparatos mantenedores de sua hegemonia na sociedade - área de educação e assistência social - exercida desde a época colonial” (CAMURÇA, 2001, p.135).

⁹ Aqui falamos das diversas formas criadas pelo Estado para beneficiar as instituições filantrópicas: criação de organismos e instituições cuja função primordial era o repasse de verbas as entidades filantrópicas (na área da infância, por exemplo, destacam-se o SAM, a LBA e a FUNABEM); e criação de leis que facilitavam convênios e parcerias público-privado. Neste caso, citamos a Constituição Federal de 1934 que permitiu ao Estado o financiamento de escolas da Igreja, seminários, hospitais, e outras atividades de instituições designadas como legalmente de “interesse coletivo” (CAMURÇA, 2001, p.136); a Constituição Federal de 1946 que garantiu benefícios fiscais às instituições; e o decreto obrigatório de registro geral das instituições no CNSS, em 1951, permitindo a certificação do caráter de “fins filantrópicos”, instrumento importante no acesso ao fundo público (MESTRINER, 2005).

¹⁰ O DNCr era um órgão federal subordinado ao ministério da Educação e da Saúde com o objetivo de coordenar atividades relativas à política de proteção à maternidade, infância e adolescência. Para tanto, devia estudar e divulgar o problema social desse público e conceder auxílios e subvenções a instituições privadas, bem como fiscalizá-las.

¹¹ A LBA, por exemplo, criada pela esposa do presidente Getúlio Vargas, em 1942, instituiu o primeiro-damismo, um dos elementos da cultura política brasileira.

¹² Sobre a contradição das políticas sociais nos anos 90 consultar Mota (2000); Soares (2000); Momtanö (2003); Behring e Boschetti (2007).

¹³ As informações contidas neste tópico sintetizam os principais resultados obtidos na pesquisa empírica que embasou a dissertação de mestrado, constituindo-se assim, em seu terceiro capítulo.

¹⁴ A inserção das religiões católica, espírita e protestante na cidade relacionou-se com o contexto sócio-político vivenciado por estas no mundo, no país e principalmente na cidade. O catolicismo, por exemplo, esteve imbricado ao surgimento da cidade, na devoção a Santo Antônio. No período de surgimento de outras religiões na cidade, o investimento em obras educacionais e assistenciais foi um recurso importante utilizado pela Igreja Católica para manutenção de sua hegemonia (PEREIRA, 2003). Foi através da prática caritativa que o protestantismo, no caso o movimento metodista, e o espiritismo, se inseriram na cidade na busca de legitimidade, estabelecendo, inclusive um ambiente de competição religiosa com a Igreja Católica, até então hegemônica na cidade (CAMURÇA, 2001). Para um aprofundamento do tema ver TAVARES e CAMURÇA (2003).

¹⁵ Das 416 instituições existentes na cidade em 1968, (incluindo obras sociais e assistenciais, serviços de saúde, educação, culturais, jurídico-sociais, previdência, casas recolhimento, cooperativas, sindicatos e SPMs) 62,3% eram privadas. Em relação aos serviços públicos, 75,2% relacionavam-se a atividades educacionais. (SILVEIRA, 1968).

¹⁶ O Departamento Social do Menor, criado em todo o Estado de Minas Gerais no ano de 1957, era um órgão diretamente subordinado à Secretaria do Interior cuja finalidade era “coordenar, organizar, dirigir e executar a assistência e proteção aos menores transviados e abandonados, material e moralmente, visando sua integração na vida social” (SILVA, 1963, p.1). Seu chefe era nomeado pelo governador do Estado e o Departamento era composto por um órgão técnico que dispunha dos serviços médicos, educacionais e sociais.

¹⁷ Diferentemente das prefeituras brasileiras de médio e grande porte, a política de Assistência Social em Juiz de Fora não está alocada numa secretaria específica responsável por sua gestão, financiamento, monitoramento e avaliação. É a AMAC, Associação Municipal de Apoio Comunitário, responsável pela execução da política de assistência social desenvolvida em Juiz de Fora. Embora não vinculada diretamente à administração municipal, na prática ela se caracteriza como um órgão de governo, inclusive financiada com recursos públicos e seu superintendente (cargo máximo no organograma da instituição) indicado diretamente pelo prefeito (na época de

realização da pesquisa era ocupado pela primeira-dama). A associação executa projetos e programas de âmbito federal e estadual, estabelecendo inclusive convênios e parcerias com outras entidades da sociedade civil para a execução dos mesmos. Fica sob responsabilidade da administração direta, através da Secretaria de Política Social – SPS, a promoção, implantação, e manutenção da política de Assistência Social por meio de financiamento. É importante destacar que o que se coloca em discussão não é a qualidade e eficiência dos serviços disponibilizados pela AMAC, haja vista que a associação dispõe de boa estrutura organizacional, uma rede ampla de serviços, grande quadro de profissionais, sendo inclusive o grande empregador de assistentes sociais no município. O que está posto é a utilização patrimonialista dessa estrutura, pelo poder executivo, como espaço de realização da política sócio-assistencial.

¹⁸ Consideramos o princípio da primazia do Estado na condução de políticas públicas, sem, no entanto, excluir a participação da sociedade civil na sua formulação, controle e execução, desde que com critérios (públicos) que norteiem esta relação e estabeleçam os papéis definidos a cada um deles.

¹⁹ Nossa amostra foi composta de 30% das entidades religiosas de atendimento, ou seja, 14 entidades, conforme os seguintes critérios: entidades registradas e não registradas no CMDCA/JF, e entidades pertencentes a vinculações religiosas diversas de modo que abarcássemos todos os credos religiosos.

²⁰ Foram entrevistados 3 conselheiros de direito, dentre eles o presidente do Conselho, considerando o papel político desempenhado por este conselheiro como representante deste espaço.

²¹ A Equipe de Monitoramento e Avaliação – EMA, está alocada no Setor de Monitoramento, Avaliação e Convênios – SEMAC, da SPS. Cabe ao SEMAC monitorar e avaliar as instituições inscritas no CMAS e no CMDCA, através de levantamento dos aspectos físicos, humanos, administrativos e atendimento aos usuários, assim como realizar a emissão de pareceres técnicos das visitas a essas entidades para celebração de convênios. Cabe a EMA a realização das visitas efetuadas às instituições.

²² Importante salientar que não utilizamos todos os critérios e indicadores de qualidade da política de atendimento à infância e adolescência em Juiz de Fora. Elencamos aqueles que mantinham referência com as indagações deste trabalho e adensando com outras questões, elaboramos um questionário próprio de avaliação das entidades.

²³ A avaliação da participação das entidades de atendimento em satisfatória ou insatisfatória considerou a seguinte metodologia: para cada eixo foram elaboradas categorias de análise com indicadores e descritores a serem observados. Utilizamos o termo adequado quando os *descritores* em análise foram atendidos, e inadequado quando ocorreu o contrário. Para cada *indicador* analisado utilizamos o termo satisfatório quando acima de 70% de seus descritores foram atendidos e apontamos como insatisfatório quando os descritores atendidos foram inferiores a 70%. A partir da definição dos indicadores em S, e I, seguimos a mesma lógica para qualificar a *categoria* como satisfatória quando acima de 70% de seus indicadores foram atendidos e insatisfatória quando estes indicadores foram inferiores a 70%. O mesmo procedimento foi utilizado para a classificação dos eixos e posteriormente a classificação da participação das entidades individualmente e no conjunto das entidades.

²⁴ A AMAC desenvolve o Programa de Cesta Básica do município de forma descentralizada. Assim, a associação estabelece parcerias com as entidades para distribuição das cestas básicas nos bairros.

²⁵ Segundo entrevista realizada com a coordenadora da Equipe de Monitoramento e Avaliação concedida no dia 02 de março de 2007.

²⁶ O acompanhamento/monitoramento das entidades é realizado pela Equipe de Monitoramento e Avaliação da SPS e somente disponibilizado às entidades registradas no CMDCA e em situações específicas (quando as entidades solicitam registro no Conselho ou renovação do mesmo, quando enviam projeto para captação de recurso no CMDCA via Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou quando há denúncias de irregularidade das entidades), e às que possuem convênio em espécie com a Prefeitura.

²⁷ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente envolve todas as instâncias legais instituídas de exigibilidade de direitos para enfrentar as sistemáticas violações sofridas por crianças e adolescentes, sobretudo aquelas em situação particularmente difíceis e vulneráveis. Compõem o Sistema os seguintes órgãos: Conselhos de Direitos (criança e adolescente, idosos, portador de deficiência, mulheres) Conselhos tutelares, Fundos, Órgãos operadores de justiça, Fóruns da sociedade civil e Organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. v.2, 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca do Serviço Social)

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. In: *Coletânea de leis*. 4.ed. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, p.245-294, 2006.

BURITY, J. A. Redes Sociais e o Lugar da Religião no Enfrentamento de Situações de Pobreza: um acercamento preliminar. In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v.16, n.1, p. 29-53, 2000.

CAMURÇA, M. A. Fora da caridade não há religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora: EDUFJF, v.7, n.1, p.131-154, 2001.

GIUMBELLI, E. Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. In: LANDIM, L. (org.). *Ações em sociedade: militância, caridade e assistência*. Rio de Janeiro: NAU, p. 123 – 171, 1998.

JUIZ DE FORA. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. *Resoluções nº05/01, 06/01, 07/01, 08/01, 09/01, 15/06, 16/06*.

LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO. C. *Terceiro Setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. M. *Cultura da Crise e Seguridade Social – Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, M. S. A presença do catolicismo romanizado em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado. In: TAVARES, F. R. G; CAMURÇA, M. A. (Orgs.) *Minas das Devoções*. Diversidade Religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPGIR, p.15-28, 2003.

QUIROGA, A. M. Caridade, filantropia e justiça e os modelos de ação social. In: *Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n.5, 2001.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social - Caminhos da construção democrática*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZINI, I. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás – Brasil/Ministério da Cultura/Universitária, 1997.

SABINO, F.; SEIXAS, R.; SIQUEIRA, M. *A política pública de abrigo à criança e ao adolescente: um estudo do atendimento nos abrigos em Juiz de Fora*. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 2005.

SILVA, D. B. R. G da. *O departamento social do menor e sua ação comunitária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 1963.

SILVEIRA, E. C. T. *Catálogo e análise dos recursos sociais e assistenciais do município de Juiz de Fora*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: 1968

SOARES, L. T. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. v.78. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da nossa época).

SPOSATI, A. Cidadania e comunidade solidária. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVI, n.48, p.124-147, ago, 1995.

TAVARES, F. R. G.; CAMURÇA, M. (Orgs.) *Minas das Devoções*. Diversidade Religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPGIR, 2003.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE: UM OLHAR SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Rubiane de Souza Ribeiro*

RESUMO

Este artigo representa um esforço de desvendar as determinações do trabalho do assistente social e de sua atuação na Atenção Primária e na Estratégia Saúde da Família. Trata-se de uma revisão teórico-conceitual do estudo “Serviço Social e Saúde: o trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família” - o qual integra a pesquisa “A integralidade na atenção primária no município de Juiz de Fora”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Cidadania da FSS/UFJF. Evidencia-se a potencialidade da atuação profissional no campo da saúde, pois a questão social é determinante no processo saúde-doença da população. Para a superação de traços de subalternidade da profissão, faz-se necessário o reconhecimento do trabalho coletivo e investigações sobre a realidade, visando captar novas possibilidades de atuação e apresentar respostas mais condizentes com as demandas dos usuários.

Palavras-chave: Trabalho, Serviço Social, Estratégia Saúde da Família.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo foi desenvolvido a partir da revisão teórica que precedeu e perpassou a realização da pesquisa “Serviço Social e Saúde: o trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família”, vinculada ao projeto de pesquisa “A integralidade na atenção primária no município de Juiz de Fora: as variações de aplicabilidade do modelo tecno-assistencial na operacionalização do SUS”, direcionado pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Cidadania da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O presente artigo resulta de uma reflexão teórica em torno, principalmente, das produções de Marilda Vilela Yamamoto (2001, 2002, 2006, 2007), José Paulo Netto (1995, 2001, 2004, 2006), Maria Carmelita Yazbek (1999, 2001) e Yolanda Guerra (1995, 2000, 2003) acerca das configurações do trabalho do assistente social na atualidade. No tocante à área da saúde, recorreremos a algumas elaborações de Maria Inês Souza Bravo (1996, 2006), Maurílio Castro de Matos (2003, 2006), Ana Maria de Vasconcelos (2000, 2002), Regina Célia Tamasso Miotto (2006, 2007) e Maria Dalva Horácio da Costa (2000), autores que se

* Mestranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF.

debruçam sobre a temática alargando o entendimento sobre a inserção do assistente social na referida área.

Privilegiamos neste artigo, o estudo das particularidades que perpassam o trabalho do assistente social na área de saúde, em especial na Atenção Primária e na Estratégia Saúde da Família (ESF), visto que consideramos a ESF um campo rico para a atuação do assistente social, sendo este um profissional que possui sua formação voltada para o trabalho junto à comunidade e para perspectiva que concebe o processo saúde-doença enquanto um processo social.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA

Ao vislumbrar o Serviço Social como um ramo de especialização do trabalho coletivo e traçar reflexões sobre o trabalho do assistente social inserido na divisão social e técnica do trabalho, devemos, inicialmente, nos deter acerca das transmutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho advindas do perverso processo de flexibilização da produção fortalecida pela globalização mundial.

Netto (1995) ao analisar as transformações societárias no capitalismo tardio, aponta como conseqüências da acumulação flexível a mobilização espaço temporal, a produção segmentada, a fábrica difusa, a desterritorialização ou mobilidade dos pólos produtivos, sendo estes elementos determinantes para o estabelecimento de novos padrões de produzir e de gerir o trabalho.

Presenciamos a precarização das condições de trabalho frente ao avanço da revolução técnico-científica de base microeletrônica, a qual promove uma redução da demanda de trabalho gerando o chamado “desemprego estrutural”, refletindo no agravamento da exclusão social. Iamamoto (2006) discorre sobre esse fenômeno que vem sendo alvo de diversas pesquisas científicas e esclarece que:

A crescente potenciação do trabalho vivo possibilitada pelo avanço científico e tecnológico, em que a ciência torna-se uma força produtiva por excelência, patenteia o papel essencial que o trabalho cumpre na reprodução da sociedade contemporânea, como substância mesma da riqueza. Contraditoriamente, é o próprio desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que torna o trabalho de muitos descartável à medida que reduz a demanda de trabalho vivo, repelindo um crescente excedente de força de trabalho, que passa a viver um cotidiano pleno de incertezas e

inseguranças(IAMAMOTO, 2006: 88).

Antunes (1995), ao tecer ponderações acerca das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, vai de encontro a autores como Kurz (1992), Habermas (1987) e Offe (1989), os quais afirmam a perda da centralidade do trabalho baseados em argumentos como a intelectualização do trabalho fabril com redução do trabalho manual direto, o incremento do trabalho qualificado, a subproletarização e a redução quantitativa do mundo produtivo através do aumento crescente do capital constante (tecnologias) em detrimento da contratação de trabalhadores e da ampliação do setor de serviços.

Coadunamos com Antunes que descortina esta tese de perda da centralidade do trabalho ao revelar que este é o próprio centro da estruturação capitalista, na medida em que, a geração de riquezas ainda ocorre pela extração de mais-valia através do trabalho abstrato (criador de valores de troca). Além disso, mesmo que o capitalismo fosse superado, o trabalho concreto (criador de valores de uso, trabalho útil) seria central na vida do homem, pois é por meio de sua atividade criadora que o homem realiza-se e distingue-se da natureza pela sua capacidade teleológica de projetar suas ações.

Iamamoto (2006) confirma a tese de Antunes sinalizando que, na realidade, o que ocorre na conjuntura atual do capitalismo em que há a sobreposição do valor é um:

... estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade realizada sob controle alheio, em que o trabalho remunerado é mero meio de obtenção do equivalente de seus meios de vida, pois o que produz para si é o salário ou equivalente monetário dos meios de sobrevivência (IAMAMOTO, 2006:90).

Neste contexto, Iamamoto (2006) sinaliza para o acirramento das diversas expressões da questão social que consiste na base sócio-histórica da requisição social da profissão. Desta forma, faz-se necessário investigações acerca do trabalho do assistente social para que possamos traçar estratégias de enfrentamento desta realidade.

Nos termos de Iamamoto (2006: 93), o trabalho do assistente social configura-se enquanto “um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho”, que variam segundo os diversos espaços sócio-ocupacionais, desmistificando a existência de um único processo de trabalho do assistente social.

No exercício de suas atribuições, o assistente social possui uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na definição de prioridades, na organização de seu trabalho e mediante o atendimento aos usuários, interferindo indiretamente na reprodução da classe trabalhadora nos aspectos materiais e sociais.

O trabalho centra-se primordialmente no campo político-ideológico, havendo a presença de um complexo e contraditório jogo de forças balizado pelos interesses do empregador e da classe subalterna que é o público alvo predominante da ação profissional. Esta dimensão política que perpassa o trabalho do Serviço Social possui um rico potencial de promover uma transposição da alienação do trabalhador, sendo fundamental refletir sobre as demandas postas pelo capital e mobilizar a classe que vive do trabalho para lutar pela conquista de direitos.

Iamamoto (2006) reitera que o assistente social deve ser sujeito de sua ação, alterando o direcionamento social de seu trabalho:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2006: 20).

Para ter o controle de suas ações e previsão de suas influências nos processos sociais, faz-se imprescindível que o profissional tenha maior conhecimento acerca da matéria-prima ou objeto de seu trabalho, que consiste na questão social.

Na literatura especializada autores como Iamamoto (2001), Netto (2001) e Yazbek (2001) tecem considerações sobre a questão social, expressão cunhada em 1830, sendo visualizada, na época, como ameaça do protagonismo da classe operária à ordem burguesa e naturalizada para preservar os fundamentos da ordem econômico-social estabelecida.

Há duas tendências no trato da questão social que incorrem ao erro de análise. A primeira diz respeito à sua pulverização, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por sua situação sócio-econômica-cultural, mistificando o caráter coletivo da questão social e a transfigurando em diversas questões isoladas. A segunda consiste em uma visão genérica da questão social, descaracterizando suas múltiplas expressões.

Iamamoto (2001) entende a questão social como resultante do processo de acumulação do capital e dos rebatimentos deste sobre a classe que vive do trabalho, devendo ser alvo de políticas sociais públicas. A gênese da questão social concentra-se no caráter coletivo da produção, a qual é apropriada de forma privada pelos detentores do poder econômico.

Na cena contemporânea, a questão social sofre metamorfoses como menciona Iamamoto (2001) indo ao encontro das ponderações de Yazbek (2001), que atenta para transformações nas relações de trabalho e para perdas de padrões de proteção social. Este panorama reflete nas expressões da questão social, resultando em altos índices de desemprego e condições aviltantes de trabalho. A exploração de classes é fortalecida, sendo visível uma despolitização da questão social, para a qual não é direcionada devida atenção nos fóruns democráticos, que contam com uma frágil representação das camadas populares.

Iamamoto (2007:193) afirma que as estratégias de enfrentamento à questão social vêm sofrendo influências de projetos político-institucionais conflitantes (projeto universalista e o projeto privatista de viés neoliberal) que estão em pauta desde o final da década de 80, surtindo implicações no trabalho do assistente social.

Tendo em vista esta conjuntura, Guerra (2002: 10) pondera sobre a racionalidade formal-abstrata, predominante na sociedade capitalista, que concorda com os ideais neoliberais de manutenção do *status quo*, favorecendo uma interpretação imediatista dos fatos, fenômenos e processos sociais, concomitante com uma alienação/abstração das condições e relações que os produzem.

Em oposição à racionalidade que guia a ordem capitalista nos deparamos com a racionalidade crítico-dialética que embasa a formação acadêmica e o trabalho do assistente social na contemporaneidade. Guerra (2002: 18) enfatiza o papel da análise da realidade no pensamento, utilizando a capacidade teleológica de projetar ações e prever resultados, concluindo que “pela consciência os assistentes sociais podem conhecer e acionar as mediações cognitivas, reflexivas, intelectuais para nelas intervir visando transformar a realidade dada”.

O assistente social adquire um papel relevante para a defesa do projeto democrático, ao trabalhar cotidianamente com as interfaces da questão social, sendo muito importante sua atuação junto à classe trabalhadora incentivando/assessorando iniciativas de mobilização social e reconhecendo as implicações ético-políticas de seu fazer profissional.

Iamamoto (2007:200) convoca a categoria profissional a “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, organicamente integrado aos movimentos sociais subalternos”, trabalho que encontra-se enfraquecido em virtude das prerrogativas neoliberais que provocaram intencionalmente o recuo dos movimentos de luta social, política e sindical.

Yazbek (1999) considera como um desafio para os assistentes sociais a reinvenção de mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas, alijadas de poder, trabalho e informação, com o mundo público dos direitos e cidadania. Iamamoto (2001: 30) reafirma a assertiva de Yazbek, informando que “o horizonte é a construção de uma ‘democracia de base’ que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura”.

Para a consecução de tal proposta, é primordial o fortalecimento no interior da categoria dos assistentes sociais do projeto ético-político do Serviço Social, que conquistou hegemonia no Brasil na década de 90 do século XX, o qual converge para o projeto societário de emancipação humana.

Com isso, Iamamoto (2006: 110) direciona um caminho para a superação dos obstáculos impostos ao projeto ético-político da categoria dos assistentes sociais, que pode ser traçado a partir de um olhar criterioso para as novas possibilidades e exigências de atuação, negando o fatalismo/acomodação e o messianismo/visão heróica com relação ao papel do assistente social. Todavia, as novas alternativas de atuação não estão prontamente formuladas, necessitam ser decifradas em meio aos processos sociais e repensadas no formato de projetos e frentes de trabalho.

Neste sentido, nos variados espaços ocupacionais do assistente social, mostra-se de significativa relevância a elaboração de pesquisas e subseqüentes projetos de intervenção, que levem a uma aproximação gradual da realidade vivenciada pela população atendida, propiciando o conhecimento dos usuários enquanto sujeitos e das manifestações da questão social às quais são submetidos.

Neste sentido, para seguirmos os preceitos do projeto profissional hegemônico, o profissional deve investir em sua formação cultural e crítica, ter competência teórico-crítica, compromissos ético-políticos e ainda ter domínio de bases técnico-instrumentais para

transcender as demandas solicitadas pelo mercado. Estas são as três dimensões constitutivas da intervenção profissional do Serviço Social, as quais de acordo com Santos (2003) possuem uma unidade, mas devem ser estudadas em suas particularidades.

Neste ensaio, ao discorrer sobre o trabalho do assistente social, refletimos brevemente sobre aspectos referentes às dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, partindo neste momento a direcionar o olhar para a dimensão técnico-operativa.

O instrumental técnico-operativo deve ser apreendido na concepção de Trindade (2001: 21) “como parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada”. O assistente social utiliza diversos instrumentos e técnicas que contribuem para a efetivação de sua ação interferindo tanto na reprodução das forças produtivas e das formas de relação entre os homens. Atuando nas diversas faces da questão social, o assistente social lança mão de instrumentais técnico-operativos cujo sentido sofre interferências contextuais e são balizados pela direção teórico-política da prática profissional.

Cabe ressaltar, como assegura Iamamoto (2006:97), que o assistente social atua no campo político-ideológico possuindo como instrumento básico a linguagem. No mesmo sentido Trindade (2001: 38) enfatiza que o papel de educador social é exercido no trabalho profissional, visto que este pode resultar em mudanças na visão de mundo dos usuários. Isto porque atua com divulgação de informações que podem desencadear duas tendências descritas por Trindade: “difusão de idéias dominantes que procuram omitir a direção de classe que está contida nas políticas sociais, ou reforçar o poder de reivindicação da classe trabalhadora em relação à ampliação da oferta de bens e serviços necessários à sua reprodução”.

A possibilidade de atingir os objetivos contidos na intervenção profissional é mediada pela instrumentalidade, que se traduz, nas investigações de Guerra (2002), enquanto uma propriedade sócio-histórica da profissão, que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa do Serviço Social.

Mediante o exposto, pode-se afirmar que, para a manutenção da hegemonia do projeto ético-político profissional contemporâneo é preciso fortalecer a formação acadêmica e investir na capacitação permanente da categoria atuante nos diversos processos de trabalho que a requisita, com respaldo de um aguçado referencial teórico-metodológico crítico.

A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE

Bravo (1996: 259) sinaliza que a expansão do Serviço Social no Brasil ocorreu a partir de 1945, ocasionada pela necessidade de aprofundamento do capitalismo e pelo contexto histórico do término da 2ª Guerra Mundial.

A atuação dos assistentes sociais adquire viés burocrático e concentra-se nos ambientes hospitalares, não havendo participação significativa nos movimentos progressistas da saúde e nas discussões travadas no âmbito da saúde pública.

Durante a década de 60, o Serviço Social não questiona a origem da questão social nas instituições tendo como meta o controle sobre o comportamento do trabalhador, responsabilizando-o pelo seu estado de saúde. O surgimento da vertente “intenção de ruptura”¹, proveniente do movimento de renovação do Serviço Social ocorrido entre 1965-1975 após o processo de laicização da profissão, não abala durante a década de 70 a vertente “modernizadora”² que norteia as ações na saúde. Bravo (1996) ressalta que as ações permanecem rotineiras, burocratizadas, empiricistas e baseadas na racionalidade e seletividade.

Apesar do aprofundamento teórico e da maturação da vertente “intenção de ruptura” até meados dos anos 80, os assistentes sociais lotados na saúde continuam desempenhando apenas funções relativas à execução terminal das políticas de saúde, ficando à margem da intensa discussão política sobre a saúde no Brasil desencadeada desde a década de 70 com o movimento sanitário.

Em seus estudos, Matos (2003: 86) explicita que a preocupação com a saúde enquanto uma questão política desponta na categoria na virada da década de 80 para 90, momento em que há a aprovação democrática da Constituição Federal em 1988 que vigora até os dias atuais.

Com a Constituição a saúde passou a ser “... direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (CF/1998-Art. 196). As pressões populares aliadas ao movimento sanitário também proporcionaram a garantia legal dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS que consistem na universalidade, igualdade, equidade, resolutividade, integralidade, descentralização e participação da

comunidade. E em 19 de setembro de 1990, é aprovada a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8080, que reconhece a interferência dos determinantes sociais na saúde.

Nesta conjuntura de avanços da democracia e da universalização do SUS, o assistente social redefine seu trabalho no setor saúde adotando uma postura crítica frente às demandas institucionais, aproximando-se da nova direção estratégica hegemônica da categoria de defesa da classe trabalhadora.

Não obstante, durante a década de 90, emerge o projeto neoliberal que representa uma estratégia de reorganização do capital a nível internacional, confrontando-se rispidamente com o projeto de ampliação da democracia e, por conseguinte, com o projeto ético-político do Serviço Social.

A partir das considerações apresentadas, podemos inferir que o trabalho do assistente social na saúde evoluiu durante a década de 90, havendo a adoção de uma postura crítica frente às demandas institucionais e avanços na organização da categoria e regulamentação da profissão, entretanto, continua sendo desafiado após a virada para o século XXI, já que seu projeto profissional hegemônico vem sofrendo retaliações com a ofensiva neoliberal e a maré da pós-modernidade.

UM OLHAR SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Bravo (1996: 258) reitera que a área da saúde ainda vem absorvendo um quantitativo significativo de assistentes sociais, este dado pode ser esclarecido, pela estreita vinculação da saúde com a produção e reprodução do capital, sendo delegada ao assistente social, na divisão sócio-técnica do trabalho, a árdua tarefa de “administrar a tensão existente entre as demandas dos trabalhadores e os insuficientes recursos para a prestação dos serviços requeridos”.

Há uma crescente solicitação da população por serviços de saúde, um déficit de oferta destes ocasionado pela falta de investimentos públicos, aliada a uma frágil interferência dos usuários na definição da política de saúde não havendo um efetivo controle social como previsto na legislação.

Há uma ampliação horizontal das subunidades de serviços que integram o cuidado em saúde a partir da implementação do SUS em virtude da descentralização e da interligação

entre os níveis primário, secundário e terciário. Todavia, Costa (2000) sinaliza para a permanência das contradições na saúde traduzidas em serviços precários, exclusão, burocratização e ênfase na assistência médica curativa.

Neste sentido, o prevalecimento do aspecto curativista em detrimento da concepção preventiva e coletiva na saúde, gera uma tendência de fortalecimento do modelo clínico-assistencial com priorização dos serviços nos níveis terciário e secundário, com sucateamento das unidades de atenção primária. Essa realidade reflete na absorção do assistente social, havendo uma histórica concentração em hospitais e uma parca contratação do profissional para atuar na porta de entrada do sistema de saúde.

Não obstante, o assistente social vem desenvolvendo trabalhos na Atenção Primária à Saúde, tendo este estudo o propósito de refletir sobre a atuação profissional neste nível de atenção. Atualmente, o Ministério da Saúde (2006: 10), ao valorizar a Atenção Primária define-a como “um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde”, recuperando as propostas do modelo de atenção formulado no interior do movimento da reforma sanitária.

Em consonância com os princípios do SUS, o Programa Saúde da Família (PSF) foi concebido em 1994 sendo proposto pelo Ministério da Saúde com o objetivo de reorganizar a rede de assistência à saúde, a partir de uma política que valorizasse a universalização do acesso à atenção primária e proporcionasse o avanço do processo de descentralização. Andrade, Barreto e Bezerra (2006) sinalizam que é mais adequado nos referirmos ao PSF como uma estratégia de saúde e não apenas como um programa setorial de saúde já que, foi elaborado para “estruturar esse sistema público de saúde uma vez que houve redirecionamento das prioridades de ação em saúde, reafirmação de uma nova filosofia de atenção à saúde e consolidação dos princípios organizativos do SUS” (ANDRADE, BARRETO & BEZERRA, 2006: 802).

Alguns estudos vêm sendo desenvolvidos com a finalidade de desvendar as determinações do trabalho do assistente social na Estratégia Saúde da Família – ESF. A pesquisa de Miotto (2007: 107) considera a ESF como um novo campo de trabalho do assistente social, apesar de não integrar a equipe mínima³ e de sua inserção se efetivar

principalmente por intermédio de projetos de extensão nas Universidades, campos de estágio, supervisão acadêmica e especialização multiprofissional.

Indo ao encontro do paradigma de determinação social da doença, o trabalho do assistente social na ESF recai sobre as multifacetadas expressões da questão social que influenciam a saúde da população atendida nos serviços. A saúde é concebida em seu conceito ampliado, não sendo conquistada através de um único setor ou responsabilidade exclusiva do setor saúde, visto que consiste no produto da conjunção dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. A saúde é defendida enquanto um direito dos usuários, que deve ser alcançado mediante a existência de políticas públicas de qualidade.

A ESF valoriza a família como locus e alvo de intervenção, que deve ser visualizada enquanto sujeito que interfere no processo saúde-doença, e não enquanto objeto de ação dos profissionais. O conceito de família adotado pelo Governo Federal e que norteia a ESF consiste na formulação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, qual seja, família enquanto conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade de moradia.

Entretanto, Miotto (2007: 98) verifica, através de sua pesquisa, que o atendimento às famílias no âmbito da ESF ocorre de forma fragmentada e residual. A autonomia da família, muitas vezes, não é preservada em virtude da sobreposição do poder do profissional que é visto como detentor do saber, restando ao usuário ouvir atentamente as recomendações e acatá-las.

Constata-se que, são produzidos estudos restritos sobre a temática família, prevalecendo a ideiação da família nuclear (conforme logomarca do Ministério da Saúde – com a figura de um homem, uma mulher e uma criança) e a classificação entre famílias funcionais/disfuncionais e estruturadas/desestruturadas, o que nos remete à inexistência de uma análise crítica acerca da desigualdade social que assola o país, havendo um discurso dominante que prega uma igualdade de oportunidades, em detrimento de uma igualdade de condições.

Bravo (2006), ao realizar uma leitura da realidade vivenciada nos serviços de saúde, disserta que o trabalho do assistente social é tensionado por dois projetos em disputa que apresentam requisições divergentes para o profissional, quais sejam: o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária. O primeiro projeto possui como pressuposto a

desresponsabilização do governo perante a saúde, exigindo que o assistente social desenvolva ações imediatas e esvaziadas de postura crítica. Em contrapartida, o projeto de reforma sanitária requisita ao profissional um trabalho convergente aos princípios do SUS.

No entanto, Vasconcelos (2002) argumenta - a partir de pesquisas sobre a atuação dos assistentes sociais na saúde - que há um distanciamento evidente entre o discurso e as reais intervenções dos profissionais, persistindo traços conservadores.

Isso demonstra que as idéias predominantes no debate teórico não necessariamente estão guiando o trabalho profissional. Como fatores determinantes para o desenvolvimento de intervenções convergentes com a direção social estratégica da profissão e que superem o tradicionalismo recorrente no Serviço Social na saúde, Vasconcelos (2002: 28) elenca a qualificação da graduação e capacitação permanente. Assim, deve ser perseguida uma articulação entre as discussões tecidas no meio acadêmico e os profissionais inseridos nos espaços de atuação profissional.

Aliado a essa necessidade de articulação academia/intervenção, faz-se proeminente a análise da realidade, das formas em que as expressões da questão social atingem o cotidiano dos usuários, de suas famílias e das comunidades em que vivem. Mediante essa percepção do profissional são identificadas as reais necessidades de atuação, extrapolando as demandas institucionais e alargando as possibilidades de criação de projetos que sejam potencializadores da autonomia dos usuários para interferirem na efetivação e construção de direitos.

Não obstante, a precarização dos serviços de saúde - resultante das reformas de ajuste neoliberal - rebate nas condições de trabalho dos assistentes sociais, limitando os recursos e cerceando a realização de levantamentos, estudos, pesquisas, planejamento e avaliação crítica do trabalho. Como consequência desse processo, observamos a partir das ponderações de Vasconcelos (2002: 87) que “calam-se e imobilizam-se os profissionais de saúde, que, enclausurados nos seus espaços de trabalho, colocam na complexidade da realidade a ser trabalhada o seu obstáculo”.

Para propiciar um maior entendimento do trabalho do assistente social na saúde, Miotto e Nogueira (2006: 282-285) esboçam três eixos norteadores das ações profissionais que se configuram enquanto processos sócio-assistenciais, processos de planejamento e gestão e processos político-organizativos.

Os processos sócio-assistenciais são desencadeados na intervenção direta com os usuários, geralmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis, que apresentam demandas urgentes, sendo objetivada a construção de sua autonomia em relação à instituição e à sociedade. Estes processos são desenvolvidos no âmbito institucional classificando-se como ações periciais, sócio-emergenciais, sócio-terapêuticas e sócio-educativas.

Os processos de Planejamento e Gestão correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas em nível de gestão, no âmbito das instituições e serviços e no nível de planejamento e gestão de serviços sociais em instituições. Envolve formulação, monitoramento e avaliação de projetos/programas e sistematização das ações profissionais com análise de demandas (através de pesquisas, levantamentos e diagnósticos sociais). Contemplam ações relativas à gestão e avaliação institucional, de serviços, de políticas públicas e das ações profissionais que visem à gestão da informação e a consolidação de informações a partir de documentação do processo interventivo do assistente social (diário de campo, fichas, estudos, relatórios).

E os processos Político-Organizativos que correspondem a ações de assessoria, mobilização e consultoria aos movimentos sociais e instituições da sociedade civil norteadas pela universalização do acesso e pela efetivação e conquista dos direitos sociais. Este consiste em espaço privilegiado de atuação dos assistentes sociais guiados pelos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, havendo compromisso com ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; bem como com a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Assim, os processos Político-Organizativos contribuem para a politização e ampliação da representatividade da população frente aos diversos espaços de poder. Vale ressaltar que a atuação no âmbito do incentivo ao controle social deve recair sobre a participação nos Conselhos, mas deve também ser ampliada na perspectiva de maior interação com a comunidade, na identificação de novas lideranças e na articulação com outros movimentos de participação popular que devem ser valorizados.

Mioto (2007) sinaliza para a importância dos três eixos de atuação profissional ressaltando que:

as ações profissionais devem ser pensadas de forma a organizar a prática profissional e de forma que se reconheçam, além das demandas individuais, demandas coletivas. [...] demandas de segmentos majoritários da classe trabalhadora e que além de serem comuns à grande parte dos trabalhadores, também só poderão ser enfrentadas coletivamente (MIOTO, 2007: 114).

Iamamoto (2006: 107) destaca que, ao atuar na área da saúde, o assistente social participa de um processo de trabalho coletivo cujo produto é fruto de um trabalho cooperativo, forjado com a contribuição das diversas especializações do trabalho. O reconhecimento do caráter coletivo do trabalho proporciona uma ampliação da visão do profissional, retirando o foco de análise da relação estritamente interindividual entre assistente social e usuário, visto que, o produto do trabalho não depende exclusivamente da competência do assistente social.

Este entendimento pode nortear a superação do mito da “indefinição da profissão”, a partir da apreensão das tendências dos processos sociais com a identificação de novas possibilidades e requisições postas para o assistente social. O trabalho coletivo, na óptica de Iamamoto (2002: 41), “não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto”.

O trabalho em equipe configura-se enquanto um elemento indispensável do trabalho na ESF, com incentivo à troca de experiências e conhecimentos entre as categorias profissionais. Neste contexto, o assistente social diferencia-se por obter em sua formação acadêmica subsídios para o desenvolvimento de ações interdisciplinares, agindo nos ambientes de trabalho como um articulador das equipes e fomentando propostas de trabalho que transcendam o consultório e a cura.

Na perspectiva de horizontalização das relações de poder entre as disciplinas e da superação da mera justaposição de especialidades, a interdisciplinaridade representa uma recombinação de elementos pertencentes a cada uma delas, evoluindo para a criação de novos campos de saber. Neste sentido, o trabalho interdisciplinar pode ser evidenciado no interior do trabalho em equipe desde que, além de objetivos comuns, haja integração entre conceitos e metodologias caminhando rumo à produção de novos conhecimentos.

Melo e Almeida (2000: 235) ao discorrerem sobre a interdisciplinaridade comparam a interação inter-profissional com um pêndulo e observam que “da oscilação do pêndulo, o profissional volta fertilizado; como a margem de um rio, periodicamente inundada, torna-se boa para novos plantios, significando aquele exercício de uma abertura ao debate plural e com o diferente”.

Assim, a ocorrência de experiências interdisciplinares prescinde de alguns elementos que favoreçam sua efetivação como compatibilidades de tempo entre os profissionais; recursos materiais e humanos suficientes; tempo reservado para autocrítica, discussão de intervenções e estudo/elaboraões a nível teórico e reunião de informações sobre os sujeitos envolvidos nos casos. Além disso, são determinantes a especialização (disciplinaridade), convergência ético-política e intercorrências do processo histórico.

Mediante este estudo sobre a efetivação do trabalho do assistente social na saúde, enfocando a Atenção Primária e a ESF temos convicção da potencialidade da atuação profissional neste espaço sócio-ocupacional, a qual pode segundo Costa (2000: 69) “reestabelecer o elo orgânico entre setores, profissões e instituições, quebrado pela burocratização e verticalização das ações que se revelam tanto nas relações internas às subunidades do SUS, quanto entre este e as demais políticas e instituições sociais”, tendo como pressuposto o conceito ampliado de saúde.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este artigo, podemos apontar que, frente às transformações societárias recentes, o assistente social, independente de seu campo de atuação, deve investir em sua formação permanente, perseguir uma competência teórico-crítica, respeitar os compromissos ético-políticos e ainda aprofundar seus conhecimentos acerca de bases técnico-instrumentais visando transcender as demandas solicitadas pelo mercado e aplicar os preceitos do projeto profissional hegemônico. Estas três dimensões constitutivas da intervenção profissional do Serviço Social possuem uma unidade, no entanto, merecem ser estudadas em suas particularidades para evitar sobreposições e prejuízos para o desempenho profissional.

Com relação à inserção do assistente social no espaço sócio-ocupacional da saúde, podemos verificar que ainda é preciso avançar neste processo, visto que, apesar deste ser um espaço que absorve de forma significativa o profissional, ainda persistem traços de

subalternidade deste, fato explicado por Vasconcelos (2002: 113-114) como fruto da “incapacidade, da maioria dos assistentes sociais, de captar as tendências e possibilidades contidas na realidade, ou seja, respostas concretas para o nosso tempo, respostas que só caminham na direção pela teoria”.

Ajustando o foco na efetividade do trabalho do assistente social na Atenção Primária, especificamente na ESF, é perceptível a potencialidade da atuação profissional neste ambiente, visto que, a questão social – designada enquanto matéria-prima da intervenção do Serviço Social – é determinante no processo saúde-doença da população. Assim, são imprescindíveis propostas de trabalho que consigam detectar e atendam demandas coletivas apresentadas de forma individualizada pelos usuários, sendo o assistente social um intelectual capaz de desmistificar essas necessidades, fomentar o trabalho interdisciplinar e construir coletivamente estratégias de ação para o enfrentamento da realidade.

ABSTRACT

This article aims to disclose the job of the social worker and his/her role in the Primary Care and in the Family Health Strategy. It is a theoretical-conceptual review of the study entitled “Social Work and Health: the place of the social worker in the Family Health Strategy”, which is part of the research named: “The integrality in primary care in the city of Juiz de Fora”, developed by the Research Group on Public Policies, Management and Citizenship of the Faculty of Social Work of the Federal University of Juiz de Fora – FSS/UFJF. The potentiality of the social worker in the field of health programs is evidenced as the relation health-sickness is seen as determined by social matters. The social recognition of the profession depends on the proper consideration of the collective work and on the development of further investigations about the social reality. Such investigations would expand the working field of the social worker and enable him/her to provide more adequate responses to people’s needs.

Keywords: Work, Social Work, Family Health Strategy.

Notas:

¹ Vertente que expressa comprometimento com os interesses da massa da população, preocupação com a qualificação acadêmica, com a interlocução com as ciências sociais e com o investimento em pesquisa na direção de crítica ao Serviço Social Tradicional.

² Segundo Santos (2003, p. 27) a perspectiva modernizadora reafirmou a diretriz tradicional, voltando-se para a integração social, orientada pelo programa político de cunho desenvolvimentista. Com o respaldo da concepção sistêmica, consolida-se o serviço social de caso, grupo e comunidade, reforçando-se o estudo, diagnóstico e tratamento.

⁴ As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de cerca de 3 mil a 4 mil e 500 pessoas ou de mil famílias de uma determinada área. Disponível em: <<http://dtr2004.saúde.gov.Br/dab/atençaobasica.php>>. Acesso em 26/02/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, S. Participação Social na Saúde: Revisitando Sentidos, Reafirmando Propostas. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A.de. (orgs). *Construção Social da Demanda*. Rio de Janeiro: CNPQ, FAPERJ, IMS/UERJ, 2005.
- ANDRADE, L. O.de; BARRETO, I.C.de H. C.; BEZERRA, R. C. Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo - Rio de Janeiro: Editora HUCITEC E FIOCRUZ, 2006.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Título VIII. Capítulo II. Seção II. Da Saúde. Lex: Legislação Federal, Brasília, 1988.
- BRASIL. *Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lex: legislação federal, Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde*. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.
- BRAVO, M. I. S. *Serviço Social e Reforma Sanitária – Lutas Sociais e Práticas profissionais*. Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1996.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de. Projeto Ético Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, A . E. et al. *Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- COSTA, M. D. H. da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 62. São Paulo: Ed. Cortez, março/2000.
- GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. In: *Libertas/UFJF*, Faculdade de Serviço Social, v. 2, ano 2, jul/dez/2002; v. 3, ano 1 e ano 2, jan/dez/2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002 a 2003.
- _____. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.
- _____. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HEIMANN, L. S.; MENDONÇA, M. H. A Trajetória da Atenção Básica em Saúde e do Programa de Saúde da Família no SUS: uma busca de identidade. In: LIMA, Nísia Trindade et al. *Saúde e Democracia-História e Perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

_____. *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social – Em Questão*. CFESS, 2002.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

MATOS, M. C. de. O debate do Serviço Social na saúde nos anos 90. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Saúde, qualidade de vida e direitos. Nº 74. São Paulo: Editora Cortez, julho de 2003.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIOTO, R. C. T. et al. *Processo de construção do espaço profissional do assistente social em contexto multiprofissional: um estudo sobre o Serviço Social na Estratégia Saúde da Família*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2007.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, A. E. et al. *Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *Serviço Social e Saúde - Formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

_____. “A Conjuntura Brasileira: o Serviço Social posto à prova”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, no. 79, São Paulo, Cortez, 2004.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. Nº 50, p. 87- 132. SP: Cortez, 1995.

SANTOS, C. M. de. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. In: *Libertas/UFJF/FSS*, v. 2. jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: *Revista Temporalis*, ano 2, nº 4, jul/dez, 2001.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. In: *Cadernos de Saúde Pública*. V.14. supl. 2. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>> Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

VASCONCELOS, A. M.. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.

_____. *A prática do Serviço Social – Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 02. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 1999.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: ABEPSS. *Revista Temporalis*. nº 3. ABEPSS, 2001.

QUANDO A EDUCAÇÃO ALIA-SE À SAÚDE: O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS AÇÕES DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À CRIANÇA ESCOLAR – NEACE/LESTE¹

Daniely Alvim de Oliveira*

Heloísa Helena da Silva Guedes**

RESUMO

Tendo como objeto de estudo o “Desenvolvimento da Educação em Saúde nas ações do Núcleo Especializado de Atendimento à Criança Escolar – NEACE/LESTE –JF”, o presente artigo aborda as Políticas de Educação e Saúde desenvolvidas no contexto brasileiro e a interface entre esses saberes. O principal objetivo gira em torno de realizar uma reflexão crítica acerca da Educação em Saúde e como esta pode contribuir para o reforço da promoção da Saúde no espaço educacional.

Palavras-Chave: Educação, Saúde, Educação em Saúde, Saúde Escolar, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O NEACE/LESTE configura-se em um núcleo de atendimento especializado às crianças e jovens que enfrentam dificuldades reais ou circunstanciais no processo de aprendizagem escolar. Está vinculado à Secretaria de Educação de Juiz de Fora - MG, no Departamento de Apoio Pedagógico, na Divisão de Atenção à Educação na Diversidade, fazendo interlocução com os programas nas áreas da educação, saúde e assistência social. Dentre suas ações estão as de atenção às crianças e jovens com necessidades especiais (estimulação essencial, oficinas pedagógicas, atendimentos psicológicos e de fonoaudiologia e atividades de socialização); visando sua inclusão nos espaços educacionais, sociais e o trabalho com as famílias dos usuários.

A partir dessas frentes pode-se perceber claramente a interface entre a Educação e a Saúde, ambas compreendidas como parte integrante da formação do indivíduo, o que reforça o processo de promoção da qualidade de vida do público atendido e suas famílias. Ainda que,

* Graduada na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

** Mestranda em Serviço Social pela UFJF.

como aponta a abordagem com os profissionais, sejam identificados além das possibilidades, muitos limites.

Para transformar o espaço educacional em uma arena de produção da saúde, faz-se necessário o envolvimento de todos os profissionais da educação e saúde que percebem o ambiente escolar como locus pro¹ficuo para as práticas do cuidado. Diante disso, optou-se em abordar os profissionais que atuam no NEACE/LESTE, pois desenvolvem ações pautadas na Educação em Saúde tendo por objetivo promover a qualidade de vida, enfatizando o trabalho coletivo e as ações preventivas.

Percebendo a necessidade de se debater as nuances do universo escolar, especialmente no que concerne à Educação em Saúde, o presente artigo desenvolve uma reflexão teórico-prática, com o intuito de contribuir com a Faculdade de Serviço Social, visto que se trata de um assunto relevante para a atuação profissional do Assistente Social.

A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL

A Educação é compreendida como um processo constitutivo do ser social, articulando a relação entre as esferas pública (perfazendo as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos) e privada (envolvendo a instância familiar, individual e comunitária, econômica e ideológica da vida em sociedade). Logo, se aprender configura-se um processo, a Educação é fundamental para a formação do indivíduo, sendo responsabilidade de diversos atores: a família, as esferas governamentais, as instituições de educação e ensino e a sociedade como um todo. Entretanto, na sociedade brasileira, a definição do papel desses atores frente à Política de Educação foi lento, marcado pelo caráter de classe e pelo assistencialismo das ações do Estado.

Inicialmente, a educação regular era privilégio da classe burguesa que, pela sua própria condição social, investia e custeava o aprendizado de seus filhos com a intenção de garantir prestígio e ascensão social. Em relação às classes menos favorecidas, o acesso à educação básica era restrito, sendo mantido e financiado por instituições filantrópicas e assistenciais, pois o Estado investia pouco no sistema de ensino e aprendizado. Para Santos (2000) já no período do Império configurava-se a dicotomia existente no sistema de ensino, o

que espelhava a realidade da sociedade brasileira: para as elites o ensino “propedêutico” (referente ao ensino superior) e, o ensino profissional para as classes pobres.

Conforme sublinha Coutinho (1990), a tomada de decisões em diversas áreas, incluindo o campo educacional, sempre considerou prioritariamente a esfera da produção, deixando em segundo plano os interesses e necessidades da sociedade como um todo. Na década de 20 do século XX, o acesso à educação era possível somente à burguesia industrial, aos grandes latifundiários e a classe média emergente.

O analfabetismo quase que totalizava os brasileiros, chegando a 91 % da população. Nessa época o processo educativo não era considerado importante para o desenvolvimento da sociedade, dando lugar a iniciativa privada e o acesso a Educação, como apontado, era restrito aos que tinham recursos para mantê-la.

Nos anos 30 do mesmo século, para dar respostas a consolidação do capitalismo, a Educação passou a ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle e para evitar desordens sociais, sendo justificada pela necessidade de divisão do trabalho. Os trabalhadores deveriam saber, ainda que de forma rudimentar, ler, escrever, contar e ter noções de geometria e mecânica.

Buscava-se formar um novo tipo de trabalhador que atendesse as exigências do processo de industrialização que ocorria nos principais centros urbanos e para atender a essa demanda, o Estado implementou reformas estruturais da educação em âmbito nacional. Dessa forma, em 1931, o governo provisório sancionou decretos que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes, sendo estes Decretos conhecidos como "Reforma Francisco Campos"².

A partir da década de 40 do século XX, iniciou-se uma nova tendência: o ciclo da industrialização, que ampliou a procura por trabalhadores com qualificação técnica, tendo como consequência a emergência de grandes instituições formadoras e qualificadoras de mão-de-obra especializada: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o objetivo de atender à demanda do setor industrial em ascensão, através de ações inovadoras no campo educacional técnico. Nesse

período, o Estado estabeleceu várias reformas no campo educacional, que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino³, e que favoreceram o processo de industrialização do país.

No processo evolutivo de prestação do ensino na realidade brasileira, nos anos 60 e 70 do século XX desenvolveu-se a fase tecnocrata que impôs reformas educacionais nos níveis do ensino técnico, profissionalizante e superior, atendendo novamente às demandas produtivas do novo modelo de acumulação associado ao capital internacional.

A educação funcionou durante a ditadura militar como uma estratégia de hegemonia. O regime procurou difundir seus ideais através da escola, buscando o apoio de setores da sociedade para seu projeto de desenvolvimento, simultaneamente ao alargamento controlado das possibilidades de acesso ao ensino pelas camadas mais pobres.

As mudanças efetivas ocorreram a partir da década de 80 do mesmo século, devido à insatisfação popular com a realidade brasileira caracterizada pela crise econômica, política, social e pela ditadura militar. A contribuição dos movimentos populares foi de grande relevância para o processo da Constituinte, pois esses se organizaram na luta em defesa de várias causas de cunho social, dentre elas: saúde, educação, moradia e urbanização, contribuindo para o fim do regime ditatorial e abertura do processo de redemocratização da sociedade. Assim, em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira, denominada “Constituição Cidadã” que definiu os direitos sociais e quanto à Educação apregoa, em seu artigo 205 que:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Constituição Federal 1988. 2005, p.66).

Com isso, tornou-se dever do Estado e de suas instâncias governamentais garantir a efetivação dos direitos sociais, entre eles o da Educação, à sociedade. Uma educação visando à emancipação da pessoa humana e não apenas a esfera da produção e do trabalho.

Na década de 90 do século XX, em nível mundial, três declarações especificamente relacionadas à educação foram aprovadas, reafirmando-a como direito de todos, a *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos* (1990 – Jomtiem/Tailândia), a

Declaração de Salamanca sobre Princípios e Práticas em Educação Especial (1994 – Espanha) e a *Declaração sobre a Educação de Jovens e Adultos* (1997 – Hamburgo/Alemanha⁴).

Para a regulação da Política de Educação, o Brasil passou a dispor, a partir de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB5, lei nº 9.394/96, estabelecendo que o ato de educar:

[...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, Lei nº 9.394/96, artigo I, 2005, p.296).

Logo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional busca garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, a inclusão social, o desenvolvimento de ações e projetos educacionais direcionados à comunidade escolar, estabelecendo a formação do aluno em aspecto amplo: social, emocional, físico e mental.

No que tange à perspectiva da inclusão social, esta conquista teve expressão no cenário nacional ao longo dos anos 1990, sendo incorporada pelo aparato normativo nacional, dentre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e, em particular, nas normatizações que se referem à Educação Especial. Em 2001, o Conselho Nacional de Educação, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, cuja implementação foi obrigatória a partir do ano de 2002, as quais reafirmam todo o ideário presente na legislação nacional. O documento definiu, em seu artigo 3, a Educação Especial como:

[...] um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL. Legislação Educação Especial. Resolução nº 2, artigo 3, 2001).

Ainda que encontre obstáculos para sua plena efetivação enquanto direito social, ao longo das décadas, a Política de Educação brasileira foi, ganhando e aglutinando conquistas. Pode-se afirmar que a década de 1990 foi um momento de ruptura, representando um período crucial na trajetória da Educação, principalmente no que se refere à Educação Especial. Além da emergência de um aparato legal que buscou romper com a visão tradicionalista de educação como ação assistencial e terapêutica, estas regulamentações incorporam a noção de educação como um direito que deve atender às necessidades especiais de cada um, explicitando o respeito às diferenças.

Ao procurar atender as necessidades especiais de cada um, explorando o respeito às diferenças, o ato de educar aponta para a necessidade de se trabalhar as diversas nuances do indivíduo, como os aspectos intelectuais, sociais, físicos, e, porque não, de saúde. Pode-se afirmar a experiência da interface entre a Educação e a Saúde, principalmente quando se trata das especificidades da Educação Especial ou Educação Inclusiva. Ambas as Políticas são compreendidas como um direito social universal e como componentes essenciais para a formação educativa, intelectual, humana, social e saudável do aluno.

Essa interface é evidenciada ao considerar-se o conceito ampliado de saúde, ou seja, a saúde como um fenômeno histórico e social presente em todas as determinações constituintes do ser social: a família, a escola, o trabalho, o ambiente social e outras.

AS DETERMINAÇÕES DO CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE NO MARCO DA SEGURIDADE SOCIAL

Na década de 30 do século XX, para atender ao processo desenvolvimentista que impulsionou e estimulou a industrialização do país, a intervenção do Estado na área social tornou-se essencial para regular as relações entre capital e trabalho e, assim criar as bases para industrialização. Nesse período os direitos sociais eram considerados de forma particularista, obtidos através da inserção formal ao mercado de trabalho, sendo a carteira de trabalho o certificado legal de cidadania.

Essa estrutura foi definida por alguns autores como “cidadania regulada”, cujas raízes encontram-se não em um código de valores políticos, como por exemplo, a Constituição, mas em um sistema de estratificação ocupacional definido em norma legal. Em outras palavras,

seriam cidadãos todos os membros da comunidade que se encontravam localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. Todos aqueles, cuja profissão a lei desconhecia (trabalhadores rurais e muitos urbanos) eram considerados pré-cidadãos.

O regime burocrático-autoritário implantado no país em 1964, inicialmente manteve a concepção da “cidadania regulada” privilegiando o setor privado e, no caso da saúde, uma assistência médica previdenciária, tratando com descaso as ações de saúde pública. Em 1966 a lógica da “cidadania regulada” passou a ser desmontada pela nova estrutura da política social brasileira, em que trabalhadores rurais, empregados domésticos e autônomos passaram a ter acesso aos direitos instituídos.

Na virada dos anos 70 para os anos 80 do referido século, demarcou-se o estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade. Esse processo resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que inscreveu em seu texto “os princípios da universalidade, equidade, uniformidade e equivalência, irredutibilidade dos valores dos benefícios, gestão democrática, descentralizada e participativa” (FLEURY, 1994, p. 224).

Esses princípios passaram a orientar a Seguridade Social, que agrupou as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social assumidas como questão pública e de responsabilidade do Estado. A intenção foi criar um sistema de proteção social amplo, com perspectivas universalizantes e fundado na ampliação da cidadania social.

As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 no que se refere à saúde foram também resultado da força organizativa do Movimento Sanitário. Segundo Simionatto (1997, p. 16):

[...] iniciado nos anos 70 por um grupo de intelectuais, médicos e lideranças políticas do setor de saúde provenientes, na sua maioria do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Esse movimento deu origem à Reforma Sanitária Brasileira, que estabeleceu uma nova concepção na saúde em que se correlacionavam os problemas de saúde com as determinações estruturais e conjunturais vivenciadas pela sociedade.

Para Simionatto (1997, p. 17), a alteração do conceito de saúde a faz ser “entendida não como um setor, mas como um processo de convergência de políticas públicas, econômicas e sociais, como direito de cidadania e dever do Estado [...]”.

Em sentido amplo, e de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS: “a saúde é um bem estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença” (apud, BRAVO,

1998, p.122). Considera-se o indivíduo em sua totalidade, suas relações com as diferentes esferas da vida como: a família, a escola, o trabalho, o ambiente clínico e a comunidade.

Entre as diretrizes políticas consolidadas pela Constituição Federal no cenário nacional e, em conformidade com o conceito amplo de saúde, constituiu-se o Sistema Único de Saúde - SUS - através da Lei nº 8.080/90 e 8.142/90, tendo por finalidade alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto.

Constitucionalmente, o SUS é organizado de acordo com as seguintes diretrizes: a descentralização, municipalização, hierarquização, regionalização, o atendimento integral e a participação da comunidade através dos Conselhos de Saúde. Quanto aos seus princípios o SUS, de acordo com a Lei nº 8.080/90 no artigo 7 estabelece um total de treze⁶ em que se destacam a universalidade, integralidade e o direito à informação.

Seguindo os princípios e diretrizes, o Sistema Único de Saúde propõe-se a um cuidado amplo, priorizando as ações de promoção, proteção e prevenção, democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

Levando-se em conta este amplo aspecto de promoção da saúde enquanto qualidade de vida, depreende-se que a busca e vivência de um cuidado mais abrangente não se limita apenas aos níveis e instituições que ocupam a rede SUS, como UBS's e hospitais. O direito à saúde e ao bem estar completo pode ser usufruído em todas as instâncias da vida em sociedade, inclusive na escola.

De acordo com Lervolino (2000, p. 50): “para viver com qualidade e conseqüentemente ter saúde, é essencial capacitar as pessoas para aprender durante toda a vida, preparando-as para as diversas fases da existência”. Esta tarefa deve ser realizada nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários. As ações devem efetuar-se por meio de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais.

As instituições educacionais são um centro importante de ensino-aprendizagem, convivência, crescimento e de formação de valores vitais fundamentais constituindo, dessa forma, o lugar ideal para a aplicação de programas de promoção da saúde, ressaltando como

exposto anteriormente, a importância da interface entre a Educação e a Saúde para a formação pessoal, profissional e social dos sujeitos.

Dentre os recursos utilizados no ambiente educacional como estratégia de promoção da saúde está as ações de Educação em Saúde, englobando a prevenção, a socialização de informações e o conhecimento do processo saúde-doença do indivíduo, numa perspectiva dialógica, crítica e emancipatória.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO EIXO NORTEADOR NO PROCESSO DO CUIDADO

Diante da situação do Brasil nas primeiras décadas do século XX, repleto de epidemias graves e péssimas condições sanitárias decorrentes do intenso processo de urbanização, o Estado intervinha de forma autoritária e disciplinadora através da “polícia sanitária” que:

[...] liderada por Oswaldo Cruz, adotou medidas de controle de enfermidades (febre amarela, peste varíola, tuberculose, sífilis, entre outras), mediante a vacinação compulsória, da vigilância sobre atitudes e moralidades dos pobres, da normatização arquitetônica do espaço urbano e dos portos (demolições periódicas de estalagens e cômodos, legislações municipais determinando a construção de vilas operárias baratas e saudáveis em áreas pouco povoadas). (SMEKE E OLIVEIRA, 2001, p. 118).

Neste panorama, a Educação em Saúde caracterizava-se como uma estratégia de controle social por parte das elites e do Estado voltada, principalmente, às classes subalternas no sentido de adaptar o indivíduo à ordem vigente através de normas de conduta moral, social e de higiene. Para Alves (2005), a Educação em Saúde tinha como objetivo tornar os indivíduos mais propensos a aceitar suas condições de vida e trabalho e mais aptos a suportá-las.

As práticas educativas em saúde eram pautadas no discurso biologicista, que reduzia a determinação do processo saúde-doença à dimensão individual, não assimilada às implicações sociais, condições de vida e trabalho, dentre outros. Esse discurso propagava que os problemas de saúde seriam decorrentes do discernimento dos indivíduos e que a mudança de comportamento garantiria a resolução dos mesmos.

Durante o regime militar, o campo da Educação em Saúde permaneceu inexpressivo em virtude da limitação dos espaços institucionais para sua realização. Verificou-se uma expansão dos serviços médicos privados e da Medicina Curativa⁷, em detrimento dos serviços de atenção preventiva. Em contrapartida, este mesmo regime despertou uma resistência e insatisfação na população que precipitou, ao longo da década de 1970, a organização de movimentos sociais que reuniram intelectuais e populares.

Neste contexto, foram retomadas as proposta pedagógicas de Paulo Freire⁸ e, os profissionais de saúde revisaram suas práticas a partir da interlocução com as teorias das ciências humanas por um novo projeto. Estes movimentos deram início às críticas das práticas educativas autoritárias e normalizadoras apontando, ao mesmo tempo, para uma ruptura.

Dentre os movimentos que tiveram início nessa época e que buscavam romper com perspectiva tradicional, destacou-se o movimento da Educação Popular em Saúde. Este movimento foi precipitado pela insatisfação de alguns profissionais da área com os serviços oficiais e pelo envolvimento de intelectuais católicos com a questão social⁹.

A aproximação favoreceu a convivência dos profissionais com a dinâmica do processo de adoecimento e cura no meio popular, bem como o confronto com a complexidade dos problemas de saúde nessas populações, o que levou muitos trabalhadores da saúde a buscarem a reorientação de suas práticas com a finalidade de enfrentar, de forma mais global, os problemas identificados. Com isso, as discussões teóricas sobre a Educação em Saúde ganharam novos contornos, se aproximando de uma perspectiva crítica.

Com a crise econômica, política e social instalada no Brasil na década de 80 do século XX, associada à insatisfação popular com o regime militar, o Estado foi obrigado, segundo Vasconcelos (2002, p. 17), “[...] a preocupar-se mais com os problemas de saúde, educação, habitação e saneamento da população” firmando-se a perspectiva crítica da Educação em Saúde. Esta deixou de ser um processo de persuasão e moldagem, para torna-se um processo de capacitação de indivíduos e grupos, ressaltando as práticas coletivas.

No final dessa mesma década, com as mudanças realizadas na legislação brasileira referentes a assistência à saúde, observou-se uma valorização das práticas de Educação em

Saúde crítica como uma estratégia dialógica para o reforço da promoção da saúde. Promoção essa compreendida como de responsabilidade do Estado, profissionais de educação, de saúde e afins, além da sociedade civil como um todo, abrangendo todas as esferas constituintes do ser social.

O modelo de Educação em Saúde – na perspectiva crítica – segundo Alves (2005, p.40), “é referido como modelo dialógico por ser, [a interação entre os indivíduos], seu instrumento essencial”. Ainda de acordo com a autora, “o usuário dos serviços é reconhecido [como] sujeito portador de um saber que, embora [diferente] do saber técnico-científico, não é deslegitimado pelos serviços”.

O objetivo da educação dialógica não é o de informar apenas para saúde, mas de transformar saberes existentes. A prática educativa, nesta perspectiva, visa ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos no cuidado com a saúde, porém não mais pela imposição de um saber técnico-científico detido pelo profissional, mas sim, pelo desenvolvimento da compreensão da situação de saúde experienciada pelo indivíduo, levando-se em consideração também o saber popular.

Seguindo essa perspectiva, de acordo com Silva (2007), os educadores definem como objeto de trabalho a construção de mecanismos que estimulem a livre comunicação entre as pessoas e os grupos no nível da sociedade civil e dentro das instituições envolvidas na solução de questões ligadas à saúde. Assim, institui-se uma nova forma de conceber a prática marcada por relações horizontais, desmontando-se a neutralidade presente nas abordagens pois, citando Freire (1975, p.130), “[...] é escutando que aprendemos a falar com eles, quebrando os traços impositivos de uma comunicação, instaurando uma relação de troca”.

Ressaltando a importância da interface entre o conceito de Educação que, segundo Freire (1975) se constitui como uma “prática libertadora” e o conceito ampliado de Saúde considerado processo histórico que leva em conta os determinantes sociais, a Educação em Saúde no seu enfoque crítico e no ambiente educacional, se constitui numa estratégia profícua para a promoção da saúde e qualidade de vida.

A SAÚDE ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

As práticas educativas em saúde nos espaços educacionais brasileiros, inicialmente, apresentaram características da perspectiva tradicional da Educação em Saúde. Nesse sentido, as ações de “saúde na escola”¹⁰ eram centradas no ensino de comportamentos e hábitos considerados saudáveis, estando essas práticas presentes nos discursos oficiais a partir de 1889, época da Primeira República. Nesse período, a Saúde Escolar – denominada Higiene Escolar – seguindo o modelo alemão de “Polícia Médica”, propunha medidas de asseio e higiene dos escolares com a finalidade de evitar que doenças contagiosas invadissem a escola, ameaçando o ambiente.

Segundo Valadão (2004), na concepção higienista, saúde e educação eram concebidas em diversos sentidos. A primeira era pensada nos seus aspectos físicos, mentais e morais, com repercussões individuais e, sobretudo, sociais. A segunda não se resumia à transmissão de conhecimentos, devendo consistir, também, na incorporação de hábitos, controle de impulsos, e na prática convicta de preceitos higiênicos e saudáveis. A Educação em Saúde visava o desenvolvimento de uma raça sadia e produtiva, a partir da observação, exame, controle e disciplinamento na infância, com vistas a prevenir ou corrigir precocemente os desvios de comportamento e as imperfeições de caráter por meio de uma consciência sanitária, saúde e educação eram tratadas, como um binômio indissolúvel. Assim, durante cerca de cinquenta anos, houve a predominância de uma educação sanitária normativa e prescritiva, com ênfase na responsabilidade individual sobre as questões de saúde.

A partir dos anos 50 do século XX, surgiram algumas propostas que representaram um movimento no sentido da biologização de questões relacionadas à aprendizagem escolar, bem como no modo de tratar a saúde. A visão biologicista tornou-se hegemônica, justificando a introdução progressiva de informações mais detalhadas sobre o funcionamento do corpo humano e sobre as doenças a serem prevenidas, com recorrência às ciências biológicas.

Prevaleceram as ações de inspeção, prescrição de comportamentos e busca de correção da educação defeituosa eventualmente trazida da família. As triagens auditivas e visuais¹¹ foram incorporadas às tarefas da saúde escolar, bem como, o enfrentamento da desnutrição por meio da merenda escolar, já que supunha-se que o baixo rendimento escolar do aluno estava relacionado ao estado nutricional ou à capacidade mental do indivíduo, sugerido pelos

“diagnósticos patológicos”, atribuídos aos “distúrbios de aprendizagem” ou “disfunção cerebral”.

Na década de 70 do mesmo século, a saúde escolar passou a ser denominada de Medicina Escolar, tendo como prioridade os exames físicos de massa e fichas padronizadas para o registro de saúde. O exame clínico era obrigatório para o ingresso do aluno na escola, estando previstas revisões durante o ano letivo. Na prática, mantinha-se a mesma lógica iniciada em 1950, ou seja, as ações de saúde objetivavam verificar a existência ou não de problemas auditivos e visuais, as condições de higiene dos alunos e disfunções comportamentais, ocasionando uma intensa procura por consultas médicas dentro e fora das instituições de ensino.

Diante da crescente demanda implicada na medicalização da saúde escolar, ocorreu a necessidade de se concentrar os atendimentos dos profissionais de saúde nos alunos com supostos déficits de aprendizagem ou distúrbios de comportamento, buscando fatores orgânicos que justificassem o atendimento especializado e o possível tratamento, ignorando-se a existência de outros determinantes como, as questões ambientais, emocionais, sociais e econômicas que pudessem contribuir para o surgimento de tais questões. Simultaneamente, iniciou-se a construção do conceito ampliado de saúde, configurado entre os anos de 1970 a 1990, período de nova inflexão doutrinária, que abriu caminho para uma revisão ampla da concepção de educação em saúde.

Essa época, segundo Meyer (1998), foi marcada pela emergência de novos movimentos e temáticas que mobilizaram os setores profissionais e a sociedade civil. A concepção tradicional de Educação em Saúde passou a ser fortemente questionada, acompanhando as tendências que se manifestaram tanto na saúde quanto na educação. Novos projetos de promoção da saúde e prevenção de doenças emergiam no campo teórico da saúde coletiva e juntamente com os princípios da educação libertadora, levando ao surgimento de práticas pedagógicas mais participativas e democráticas.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram um conjunto de mudanças no cenário epidemiológico¹² e político-institucional¹³ brasileiro, potencialmente relevante para o campo da saúde na escola, em especial, a criação do Sistema Único de Saúde e a formulação da

proposta de Escolas Promotoras de Saúde. Como afirma Cyrino (1999), contemplar os princípios do SUS implicaria na revisão da atenção à saúde da criança em idade escolar, “fazendo emergir uma concepção de saúde escolar enquanto competência da esfera da saúde, mesmo que concretizada no espaço da escola, e criando a expectativa de priorizar as atividades preventivas” (apud, VALADÃO, 2004, p.31), através de ações e programas que promovam a saúde e qualidade de vida.

De acordo com as propostas de integração de saúde e educação, o Programa de Saúde Escolar deveria ser direcionado por uma política de saúde única para atendimento das reais necessidades da população. Destas propostas, muito pouco chegou a ser viabilizado, embora tentativas isoladas tenham ocorrido e continuaram correndo nesse sentido¹⁴.

A iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde ganhou força nos anos 90 do século XX, pretendendo superar o modelo vigente, o qual considerava as escolas passivas nas realizações de saúde escolar. As instituições de ensino ganharam um papel ativo e dinamizador, tendo as práticas de educação em saúde um caráter crítico e dialógico.

A Escola Promotora de Saúde trouxe uma nova visão para área, considerando que o desenvolvimento do escolar está ligado às condições ambientais, de convivência familiar e com a sociedade, de alimentação e nutrição adequadas, às oportunidades de aprendizagem de habilidades, de construção de conhecimentos, de acesso à recreação e às condições de segurança que lhes são oferecidas. Cada escola é uma combinação particular de elementos físicos, culturais, emocionais e sociais que lhe outorgam um caráter especial e que definem o processo de ensino-aprendizagem, determinando a qualidade da educação que oferece. Segundo a Organização Panamericana da Saúde (apud LERVOLINO, 2000, p. 30): “[...] a promoção da saúde na escola faz parte de uma visão integral do ser humano, que considera as crianças e os adolescentes, dentro de seu entorno familiar, comunitário e social [...]”.

Portanto, a Escola Promotora de Saúde objetiva melhorar a saúde de todos que convivem na escola, prevenir as enfermidades, contribuir com a manutenção de um ambiente ecologicamente sustentável, promover a auto-estima e avaliar a eficácia de suas ações.

Como apontado anteriormente, na segunda metade da década de 90 do século XX, foi homologada a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), que não

trouxe nenhuma menção específica à saúde na escola. Ainda assim, nos estados e municípios brasileiros foram desencadeados processos autônomos de reformulação curricular, como no Rio Grande do Sul e Belo Horizonte¹⁵, onde a saúde ganhou espaço como um tema de relevância social e conteúdo a ser trabalhado na experiência escolar cotidiana.

Nesse mesmo período, seguindo os preceitos constitucionais, foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e aprovadas pelo Congresso Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais que, ao contrário da LDB, estabeleceram eixos gerais para a organização curricular, incluindo a saúde entre os conteúdos relevantes para uma educação cidadã. No caso da educação fundamental, foram especificadas as chamadas “áreas tradicionais” do currículo, como português, matemática, ciências e alguns temas de relevância social, organizados na forma de “temas transversais”. Nestes documentos, a saúde e a sexualidade, juntamente com outras temáticas que têm conexão direta com o campo da saúde, como meio ambiente e pluralidade cultural, ganharam um tratamento destacado.

Os temas transversais se constituem como “recursos culturais relevantes para a conquista da cidadania, temas considerados preocupações contemporâneas, que devem ser incluídos aos saberes tradicionalmente presentes no trabalho escolar” (LOMÔNACO, 2004, p.04). Esses temas trazem consigo fatores de caráter prescritivo das atitudes e valores, possibilitando a formação do cidadão crítico, inserido num mundo em que não está apenas como espectador, mas é parte atuante da realidade.

Conforme Valadão (2004) foi realizado no ano de 2002 um levantamento junto aos Secretários Estaduais de Educação em todo Brasil, demonstrando que inúmeros programas e projetos voltados para a inclusão de temas sociais no currículo escolar vinham sendo implantados em todos os sistemas estaduais de ensino, ainda que não fossem necessariamente idealizados pela concepção da Escola Promotora de Saúde ou formalizados sob essa rubrica. Isso porque na prática, os projetos tenderiam a realizar-se de forma descontínua e pouco abrangente em relação às redes de ensino, e as instâncias de promoção da saúde na escola seriam raramente formalizadas, seja nos sistemas de educação ou da saúde.

No ano de 2005, com objetivo de criar uma articulação entre as ações do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, no que se refere a saúde escolar e, considerando a

existência de vários projetos e programas voltados à promoção da saúde nas escolas em diferentes graus de implementação, e nas diversas esferas de governo, foi instituída a Câmara Interministerial, portaria nº 749 de 13 de maio de 2005, com a atribuição de “ [...] elaborar diretrizes para subsidiar a Política Nacional de Educação em Saúde na Escola” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2005, p.02).

No que diz respeito ao governo federal permanece existindo, no Ministério da Educação, o Programa de Saúde do Escolar¹⁶ encarregado, basicamente, da realização periódica de procedimentos de detecção de problemas de visão. No Ministério da Saúde, desde a definição do SUS, a saúde na escola não chegou a constituir-se em política, programa ou área claramente definida. Na prática, a escola continua sendo palco de disputa entre os diversos programas.

Segundo Valadão (2004), os debates realizados na academia e nas instâncias de participação da sociedade civil, assim como as inúmeras experiências realizadas nas instituições de educação e de prestação de serviços de saúde ainda não levaram à conformação de novas políticas estratégicas nos sistemas de ensino, em nível nacional. Hoje, a saúde na escola brasileira contempla uma mescla de antigas e novas idéias e práticas, de acordo com a realidade de cada estado e município.

Vale ressaltar que, as práticas educativas em saúde, de acordo com a perspectiva crítica e dialógica, constituem-se em ferramentas essenciais para a promoção da saúde do escolar, sendo de grande relevância para seu sucesso o envolvimento de todas as esferas governamentais e de todos profissionais, tanto da educação e quanto da saúde, que exercem atividades nesse âmbito. As atividades podem ser desenvolvidas através de estratégias diversificadas e de acordo com a realidade existente, como por exemplo: programas e projetos de promoção do bem estar e qualidade de vida, palestras, trabalhos com grupos e famílias, recursos áudio - visuais e pedagógicos e, o trabalho interdisciplinar entre os profissionais da educação e da saúde.

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS

De acordo com Lomônaco (2004), para se trabalhar os conteúdos relacionados à saúde em todas as áreas do conhecimento e, em especial, no campo educacional, é necessário que as fronteiras entre os diferentes conteúdos estejam permeáveis e as especializações de cada profissão, ao invés de fragmentar, sejam fatores que contribuam para a qualificação do trabalho coletivo, como propõe o conceito de interdisciplinaridade.

Na área da educação, em que a saúde é considerada como um tema transversal, sendo compreendida como um assunto de interesse social, aparece a idéia de interdisciplinaridade que deve ocorrer com a cooperação e a troca entre os profissionais envolvidos.

Segundo Stephan-Souza (1999), no processo do trabalho coletivo, a interseção entre os conceitos, significa estar disponível para compreender o discurso das outras disciplinas, assim como se “despojar de conceitos, técnicas e procedimentos que reproduzem conhecimentos, atitudes e metodologias quase sempre corporativas e refratárias a um tipo de convívio, no qual tem espaço a comunicação aberta e democrática” (Ibid, 1999, p.10).

Em especial no ambiente educacional que envolve a questão da saúde, o trabalho coletivo é necessário uma vez que as ações se constroem coletivamente, ou seja, envolvendo e reunindo os diversos profissionais em um mesmo projeto.

Assim, como já abordado, as práticas de Educação em Saúde, em sua perspectiva crítica e dialógica sejam elas desenvolvidas na área da educação ou da saúde, tornam-se instrumento potencializador para o trabalho coletivo, pois privilegiam a troca de saberes e experiências.

Neste sentido o NEACE/LESTE é um campo fértil para as práticas interdisciplinares, pois possui profissionais de diferentes áreas atuando. De acordo com Alves (2007, p. 170): “a interdisciplinaridade – processo de intercâmbio entre os diferentes saberes em torno de objetivos comuns torna-se, portanto, uma meta indispensável à evolução do trabalho em equipe”, tendo como base a comunicação, o vínculo, a troca de saberes e experiências em “prol de um trabalho comum”, visando oferecer um serviço de qualidade e que atenda às demandas do público alvo.

CONSTRUINDO NOVAS PRÁTICAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL: A EXPERIÊNCIA OBSERVADA NO NEACE/LESTE

Atualmente devido às constantes transformações em curso e aos sérios problemas de saúde pública, faz-se necessário a utilização de todos os espaços possíveis para a socialização de informações, visando a prevenção de doenças e a promoção da saúde, e a valorização do indivíduo enquanto agente capaz de ser sujeito do seu processo ensino/aprendizagem/cuidado. Assim, possibilita-se aos sujeitos condições de participar por completo e com total autonomia da vida social, em especial na área da educação.

Neste sentido, o objetivo da escola regular é transmitir o saber, educar para vida e formar cidadãos críticos e conscientes, e para tal, é necessário superar as dificuldades decorrentes desse processo, sejam elas físicas, psíquicas, mentais, econômicas e sociais. É de responsabilidade das instituições de ensino e do poder público favorecer o acesso e a permanência do aluno nesses espaços, bem como, estabelecer ações que promovam a efetivação desses direitos e a inclusão social.

Diante disso e, devido ao aumento significativo de solicitações para atendimentos neurológicos no SUS e encaminhamentos de alunos da rede municipal de ensino para atendimentos médicos¹⁷, no município de Juiz de Fora surgiu a necessidade de se criar um espaço com características pedagógicas diferenciadas para atender às demandas das escolas e programas sociais, capazes de desenvolver o pleno processo dos indivíduos, independente de suas especificidades.

Criado em 2001 o NEACE/LESTE¹⁸, estando vinculado à Secretária de Educação de Juiz de Fora, no Departamento de Apoio Pedagógico, na Divisão de Atenção à Educação na Diversidade, com a participação da Associação Municipal de Apoio Comunitário - AMAC e da Secretaria de Saúde, Saneamento e Desenvolvimento Ambiental, tendo, como finalidade:

[...] atender crianças e jovens vinculados à rede municipal de ensino e programas municipais de assistência social que enfrentam barreiras na aprendizagem, sejam elas de origem real ou circunstancial, bem como crianças de 0 a 3 anos que necessitam de estimulação essencial (OLIVEIRA et al, 2007, p.29)

O Núcleo tem como público alvo crianças e jovens com necessidades especiais permanentes (déficits reais)¹⁹ ou temporárias (déficits circunstanciais)²⁰ e suas famílias, que

são encaminhadas à Divisão de Atenção à Educação na Diversidade – SE/JF, a partir de relatórios enviados pelas escolas municipais e creches comunitárias da AMAC.

O NEACE/LESTE possui uma equipe interdisciplinar composta por profissionais das seguintes áreas: pedagogia, educação física, fonoaudiologia²¹, serviço social, além de uma estagiária do curso de Serviço Social da UFJF e uma auxiliar de serviços gerais. Quanto ao número de crianças e adolescentes atendidos na instituição no ano de 2006²², tem-se um total de 112 atendimentos especializados.

Segundo informações contidas no Relatório Anual NEACE/LESTE (2006), estas atividades constituem-se em: *Atendimentos Especializado* (atendimentos realizados pelos profissionais e seus respectivos setores existentes no núcleo), *Oficinas Pedagógicas* (coordenadas por quatro profissionais de pedagogia), *Atendimentos Psicoterápicos* (realizados pela profissional da psicologia), *Atendimentos Fonoaudiológicos* (realizados pela fonoaudióloga em conjunto com a profissional de Estimulação Essencial), *Reuniões de Pais* (realizadas através do “Projeto Sala de Pais”, coordenado pelo Serviço Social).

As atividades citadas são realizadas pela equipe técnica como um todo, de acordo com a disponibilidade dos profissionais e com as demandas existentes, evidenciando um trabalho em conjunto de promoção da saúde. Diante do conhecimento sobre as ações realizadas no NEACE/LESTE e a proximidade das mesmas com as práticas educativas em saúde em seu enfoque crítico, o ambiente educacional em questão revelou-se profícuo para se realizar o presente trabalho.

Procurando evidenciar as práticas educativas em saúde realizadas no âmbito Núcleo e que formam a equipe interdisciplinar. A coleta de dados foi realizada através de fontes secundárias: documentos, registros, informações e dados originais. O instrumento utilizado na pesquisa configurou-se na entrevista, em que se utilizou um formulário semi-estruturado.

A pesquisa objetivou a elaboração de um estudo acerca da interface entre Educação e Saúde no ambiente educacional, demonstrando a importância desta como uma estratégia de promoção em saúde nesse espaço e, ao mesmo tempo, sinalizando para a contribuição do

trabalho em equipe no alcance desse propósito, evidenciando as práticas educativas em saúde desenvolvidas no NEACE/LESTE.

Didaticamente, a abordagem contemplou sete eixos: Interface entre Educação e Saúde, Educação em Saúde, Práticas educativas no NEACE/LESTE, Promoção da Saúde, Interdisciplinaridade, Limites e possibilidades das práticas educativas no Núcleo e Efetividade das Políticas de Educação e de Saúde.

Ao se abordar sobre a interface entre a Educação e a Saúde, a mesma foi evidenciada ao se considerar os conceitos em sentido amplo, como fenômenos históricos e sociais, como um direito social universal e como componentes essenciais para o desenvolvimento e formação do indivíduo. A criação dos Núcleos de Atendimentos Especializados – NEACEs e as atividades desenvolvidas nesses locais representam a interface entre esses saberes, na medida em que estes núcleos objetivam a promoção da saúde e a inclusão social de crianças e jovens com necessidades especiais.

No que se refere à compreensão sobre a estratégia de Educação em Saúde constatou-se que há uma aproximação das ações dos profissionais com a perspectiva crítica. As afirmações coadunam com o conceito de Educação em Saúde, em seu enfoque crítico e dialógico, que defende a saúde em seu conceito ampliado, deixando de ser um processo de persuasão ou transferência de conhecimento para se tornar um processo de capacitação de indivíduos e grupos, visando o desenvolvimento da autonomia no cuidado com a saúde.

Pertinente a esta questão abordou-se sobre as ações que espelham a atuação profissional nesta perspectiva de Educação em Saúde. Foram citados como instrumentos de trabalho: entrevistas, atendimento individual e com a família do usuário, trabalho em grupo, visitas institucionais, palestras, oficinas e sala de pais.

Quando questionado se as práticas educativas em saúde desenvolvidas na instituição contribuem para a promoção da saúde, os profissionais, em sua maioria, responderam que a contribuição consiste na articulação entre a Educação e a Saúde, na informação e conscientização dos usuários, na prevenção de doenças, na inclusão social, nos trabalhos realizados na estimulação essencial e na oficina pedagógica que lidam com as deficiências reais e circunstanciais das crianças e jovens, nos atendimentos realizados pelo setor da psicologia e fonodialogia e nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social.

Quanto ao papel da interdisciplinaridade no desenvolvimento do trabalho, os profissionais novamente foram unânimes em relação a importância do trabalho em equipe. Apesar do núcleo ser dividido em setores, existe uma articulação efetiva entre os mesmos, uma troca de saberes, conhecimentos e experiências que favorece a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Observou-se que os entrevistados relatam a existência de uma articulação com outros profissionais (médicos especialistas) que atendem as crianças e jovens, com outras instituições (escolas, CRAS, CAPS²³), com os programas sociais que atendem as famílias e com a rede municipal de serviços, o que segundo eles, é uma forma de trabalho interdisciplinar.

No que tange a capacitação da equipe, foi apontado que esta ocorre através da Secretaria de Educação do município, que oferece cursos para os profissionais da Educação como um todo. A equipe do NEACE/LESTE, muitas vezes, participa também na organização e desenvolvimento dos mesmos.

Foi relatado que os cursos são voltados mais especificamente para a área da Pedagogia, com isso as demais áreas, como o Serviço Social e Psicologia participam dos mesmos, mas sentem necessidade de algo mais específico para sua formação. Uma outra afirmação refere-se a necessidade da intensificação dessa capacitação para os profissionais atuarem dentro da diversidade e das necessidades especiais do público atendido.

Ainda que com limites – operacionais e/ou capacitação profissional – os profissionais avaliaram as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de forma positiva, relatando que desde a implantação do mesmo a instituição vem construindo um trabalho sólido, com qualidade e com respeito aos usuários, principalmente por se tratar de um órgão público comprometido com a prestação de bons serviços à comunidade.

Refletindo sobre as ponderações feitas pelos profissionais, observou-se que os NEACEs atualmente, constituem-se como centros de referência de atendimento especializado às crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Como comentado em uma das abordagens, os núcleos aparecem como “modelos” para as outras cidades da região, já que os

mesmos recebem visitantes de várias localidades interessados em conhecer o trabalho desenvolvido.

As possibilidades não foram descritas de forma objetiva, o que se pôde observar durante a abordagem, através do acompanhamento da dinâmica cotidiana da instituição e, com embasamento na pesquisa realizada nos documentos disponibilizados pelo núcleo, é que as mesmas consistem na ampliação do número de vagas para os atendimentos ao público alvo, na reestruturação do serviço de fonodialogia, na contratação de um número maior de profissionais, na capacitação mais ampla da equipe em conformidade com as áreas de atuação de cada profissional, em uma maior articulação com a rede de serviços do município e em uma divulgação mais ampla do trabalho desenvolvido pelo NEACE.

Em relação aos limites, pode-se constatar que a questão da demanda por serviços ser maior que a oferta dos mesmos é algo que preocupa os profissionais, pois muitas vezes é necessário priorizar os atendimentos nos casos mais urgentes e os demais acabam sendo encaminhados para uma lista de espera.

Como relatado, existe o limite na compreensão do trabalho do NEACE junto às escolas e as demais instâncias da área da educação, compreendendo-a como uma instituição de atendimento especializado a crianças e adolescentes com necessidades especiais e não como uma referência da política de assistência. O que existe na prática é uma articulação com os programas da área da educação, saúde e assistência social.

Observou-se na abordagem que existe uma carência da equipe profissional junto à rede de serviços do município, necessitando de uma articulação mais efetiva e ampla, para assim, otimizar os encaminhamentos e garantir qualidade na realização das atividades.

Outro ponto a destacar refere-se à necessidade de ampliação de investimentos e recursos para a obtenção e renovação dos materiais utilizados nas atividades desenvolvidas com as crianças e jovens atendidos pelo núcleo. Como relatado e observado, a grande parte do que se tem na instituição, no que diz respeito a brinquedos; materiais educativos; jogos; materiais utilizados na estimulação essencial; são doados pela equipe ou foram elaborados de acordo com a criatividade dos profissionais.

A própria questão da diversidade aparece com um limite, no que tange ao grande número de escolas atendidas, cada uma vivenciando uma realidade diferente e seguindo diretrizes pedagógicas diversificadas. Essa condição exige que NEACE estabeleça um contato

contínuo com as instituições, com o objetivo de compreender a realidade do ambiente escolar vivida pela criança, orientando sobre a conduta com esse aluno, para assim, garantir a articulação com a escola e conseguir progressos nos atendimentos realizados.

As refrações da questão social também aparecem como um limite, já que a maioria das famílias atendidas pelo núcleo está em condição de vulnerabilidade social, o que muitas vezes acarreta dificuldades no processo de desenvolvimento e recuperação das crianças e adolescentes atendidos. Daí a importância de uma articulação com a rede de serviços, pois em muitos casos a família é atendida por outros programas sociais ou faz-se necessário o encaminhamento aos demais projetos existentes.

Ao se abordar sobre a efetividade das políticas de Educação e de Saúde, os profissionais tiveram como consenso que as mesmas não atendem as necessidades do público alvo, reconhecem que houve avanços, mas que essas políticas ainda não atendem a todos. Segundo os profissionais, há uma necessidade de implementação e de uma efetivação da rede que compõe essas políticas, para assim ampliar e qualificar os serviços prestados. Pode-se citar como um dos avanços a criação dos NEACEs no município.

As ponderações dos profissionais coadunam com a realidade vivenciada pela sociedade brasileira, ou seja, fortemente marcada pelo neoliberalismo e suas conseqüências. As Políticas de Educação e Saúde estão fortemente imbricadas pelo ideário neoliberal que, muitas vezes, como aponta Laurell (1995) caracterizam-se por apresentarem um caráter assistencialista e com imposição governamental, associando sua concessão à comprovação de indigência, o que reduz o conceito de direitos sociais a benemerência do Estado e, o que na prática infringe à universalidade, a igualdade e gratuidade dos serviços sociais.

Lançando um olhar sobre os eixos abordados, pode-se depreender que há uma interface entre a Educação e a Saúde e que práticas educativas em saúde no ambiente escolar são profícuas para o processo saúde-cuidado. Entretanto, muito ainda há por avançar, já que ainda o NEACE/LESTE consiga realizar suas atividades com qualidade, muitos limites cercam os serviços públicos dada a conjuntura econômica-política e social do Estado brasileiro.

A abordagem aos profissionais revelou que o ambiente educacional em questão desenvolve práticas educativas que realmente contribuem para a promoção da saúde e qualidade de vida dos usuários.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica e dos relatos da equipe profissional do NEACE/LESTE, no decorrer deste trabalho, foi possível contemplar o objeto do estudo: O desenvolvimento da Educação em Saúde nas ações do Núcleo de Atendimento a Criança Escolar – NEACE/LESTE – JF, bem como, possibilitou várias reflexões que serão expostas a seguir.

Conjugando o arcabouço teórico com a experiência vivenciada pelos profissionais alvos da pesquisa, pode-se depreender que a interface entre a Educação e a Saúde é compreendida como de grande relevância para a prestação de serviços de qualidade pelo Núcleo, pois ambas são consideradas essenciais para a formação do indivíduo em seu aspecto social, emocional, físico e mental e enquanto sujeito de direitos.

Outro fato relevante configura-se nas práticas educativas desenvolvidas pela instituição, que estão diretamente relacionadas com perspectiva da Educação em Saúde crítica, e que de fato contribuem na promoção da saúde e da qualidade de vida do público atendido. Pelo que se pôde observar, a equipe profissional tem a compreensão clara do que sejam essas práticas em seu cunho dialógico, que propõe a informação e conscientização de indivíduos e grupos, e sua importância para o processo saúde-doença-cuidado.

É possível afirmar que, o trabalho realizado pela equipe do NEACE/LESTE apresenta como foco a interdisciplinaridade. Na prática, apesar do Núcleo estar dividido em setores, as ações são realizadas em conjunto e com a troca de saberes e experiências. Pode-se verificar a unidade, o respeito, a confiança na equipe de trabalho e como os profissionais valorizam e prática interdisciplinar, o que acaba por garantir a qualidade dos serviços oferecidos.

Cabe ressaltar que as possibilidades de trabalho são muitas quando se trata da interface entre a educação e a saúde especialmente nas práticas educativas em saúde pautadas no diálogo constante entre profissional/usuário/família, na criação de vínculos, na confiança e na promoção do cuidado.

Quanto aos limites, a grande maioria deles foge ao domínio da equipe de trabalho e esbarram em questões como: a seletividade, a burocracia dos serviços públicos, a falta de recursos e investimentos, o desconhecimento sobre os conceitos de inclusão social,

diversidade e sua aplicabilidade no cotidiano, fatos esses que caracterizam as políticas públicas embasadas no ideário neoliberal. Apesar das limitações pode-se dizer que os serviços oferecidos pelo NEACE/LESTE aos seus usuários são de excelência e de qualidade, sendo resultado da dedicação, amadurecimento e de aplicabilidade de conceitos como o de Educação em Saúde e interdisciplinaridade, que contribuem positivamente na realização das atividades.

Cabe destacar que os Núcleos Especializados de Atendimentos à Criança Escolar - NEACEs são considerados como centros de referência, representando a interface entre a Educação e Saúde, ao mesmo tempo em que contribuem para a promoção da saúde, da qualidade de vida e a inclusão social de crianças e jovens com necessidades especiais.

No estudo realizado, percebeu-se também a importância do trabalho realizado pelo Serviço Social junto às famílias dos usuários, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento e estímulo das crianças e jovens, bem como na melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

Salienta-se a importância para futuros estudos do objeto ora tratado, pois a presente temática é de grande relevância para o agir profissional dos trabalhadores da educação e da saúde, em especial para o Assistente Social, visto que este profissional está cada vez mais sendo solicitado para atuar em ambas as áreas, onde poderá utilizar a Educação em Saúde como estratégia de trabalho, visando assim, a promoção do indivíduo.

ABSTRACT

Having the study entitled: "The Development of Health Education in the actions of the Specialized Nucleus for School Children Assistance – NEACE/LESTE – JF" as the object of analysis, this paper discusses the Educational and Health Policies developed in the Brazilian context and the interface between the two fields of knowledge. The main objective is to achieve a critical reflection on Health Education and its contribution to promote health in the educational environment.

Keywords: Education. Health. Health Education. School Health. Interdisciplinarity.

Notas:

¹ Texto extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de Serviço Social – UFJF como requisito obrigatório ao título de Assistente Social.

² A Reforma Francisco Campos foi um marco no sistema educacional brasileiro, pois organizou o sistema de ensino secundário e universitário. Criou o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais, instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Aprofundamento: www.brasilecola.com/educação/educaçãoobrasil.

³ Lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942 que regulamenta o ensino industrial. Lei nº 4.481 de 16 de julho de 1942 que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais matricularem um total de 8% correspondente

ao número de operários nas escolas do SENAI. Lei nº 4.984 de 21 de novembro de 1942, compelindo as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes (Texto original: OLIVEIRA, 2007, p.14).

⁴ Maior aprofundamento ver texto original (OLIVEIRA, 2007, p.16-17).

⁵ O Projeto de Lei da LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elisio em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage envia a Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elisio. Maior aprofundamento: www.brasilecola.com/educação/educaçãonobrasil.

⁶ Os demais princípios são: preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; igualdade da assistência à saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário; utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática; participação da comunidade; descentralização político-administrativa; integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos (BRASIL, Lei nº 8.080/90, 2005, p. 80).

⁷ Valorização do aspecto biológico das doenças sem considerar os aspectos sociais. Praticada nos consultórios particulares, nos hospitais e nos grandes ambulatórios da Previdência Social (Ibid).

⁸ Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. No início da década de 1960 montou, no estado de Pernambuco, um plano de alfabetização de adultos que serviu como base ao desenvolvimento do que se denominou de Método Paulo Freire de alfabetização popular, reconhecido internacionalmente. Paulo Freire delineou uma pedagogia da libertação, intimamente relacionada com a visão do terceiro mundo e das classes oprimidas na tentativa de elucidá-las e conscientizá-las politicamente. As suas maiores contribuições foram no campo da educação popular para jovens e adultos, no entanto, sua obra ultrapassa esse espaço e atinge toda a educação, sempre com o conceito básico de que não existe uma educação neutra: segundo sua visão, toda educação é, em si, política. (BRASIL, Instituto Paulo Freire, disponível em www.paulofreire.org/)

⁹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p.16-17).

¹⁰ A expressão “saúde na escola” é utilizada para designar o campo que compreende concepções, diretrizes, programas, projetos e ações relacionadas à saúde que acontecem no cenário da escola, sejam elas de natureza educativa, preventiva ou assistencial (VALADÃO, 2004, p.15).

¹¹ Realizavam-se exames auditivos (audição perfeita ou não) e visuais (necessidade ou não do uso de óculos) com o objetivo de sanar possíveis problemas que comprometessem a atenção e o rendimento escolar do aluno (Ibid, p.16)

¹² A urgência no enfrentamento de doenças emergentes, como a aids, impulsionou a implantação de novos projetos educativos relacionados à saúde e à sexualidade. A abordagem desses temas envolvia dimensões afetivas e sociais, assim como conteúdos e métodos que não aceitavam a biologia como nicho. (LERVOLINO, 2000, p. 25)

¹³ Refere-se ao processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988. (LERVOLINO, 2000, p. 25)

¹⁴ Segundo Valadão (2004), existem práticas educativas em saúde realizadas em vários espaços educacionais em todo país, onde se desenvolvem programas e projetos abordando temas como: a saúde bucal, sexualidade, drogas, violência, dentre outros.

¹⁵ Os referenciais curriculares adotados podem ser obtidos mediante consulta direta às Secretarias de Educação ou via internet no endereço: www.mec.gov.br/seb/index

¹⁶ Criado em 1984, o Programa Nacional de Saúde do Escolar, concede aos municípios apoio financeiro, em caráter suplementar, para a realização de consultas oftalmológicas, aquisição e distribuição de óculos para os alunos com problemas visuais, matriculados na 1ª série do ensino fundamental público das redes municipais e estaduais de ensino. Maior aprofundamento ver www.mec.gov.br.

¹⁷ Dados identificados nos cadastros realizados pelo Serviço Social de educação Especial/GEB, nos anos de 1994 e 1999 (OLIVEIRA, et all. 2007, p. 28).

¹⁸ Localizado na Rua Diva Garcia S/N, Linhares, Juiz de Fora – MG. Telefone: 3690-7700

¹⁹ Pessoas que possuem deficiências permanentes; mentais, físicas, sensoriais e múltiplas (Ibid, p. 04)

²⁰ Pessoas que possuem deficiências que temporariamente necessitam de apoio especializado, sejam por estarem em situações de risco pessoal e social ou por apresentarem problemas emocionais, de conduta, dificuldades de aprendizagem, etc (Ibid, 2006, p. 04).

²¹ O setor era formado por duas profissionais da área, uma foi afastada do cargo por questões administrativas, a outra pediu demissão por razões pessoais, como ainda não houve substituições o serviço foi suspenso temporariamente.

²² As informações foram retiradas do Relatório Anual da Instituição do ano de 2006 já que, o desse ano - 2007- está em fase de construção, pois o mesmo é entregue a Secretaria de Educação de Juiz de Fora ao termino de cada ano.

²³ CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; CAPS – Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Anna Cláudia Rodrigues. *Reflexões sobre o processo de trabalho na área da saúde: o cotidiano das profissões na realidade do Hospital Universitário de Juiz de Fora*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2007.

ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de Educação em Saúde para o Programa da Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. In: *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. [S.I].v.9, n.16.set. 2004/fev.2005. p. 39-52.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 49-59.

BRASIL, Lei nº 8.080/90 de 19 de setembro de 1990. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 77-95.

BRASIL, Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. In: *Coletânea de Leis*. 4 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2005. p. 296-319.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Legislação Educação Especial*. Resolução nº 2. MEC/SEESP, 2005.

BRASIL, Portaria nº749 de 13 de maio de 2005. *Ministério da Saúde*. 2005.

BRAVO, Maria Inês Souza. Principais marcos e características da atenção à saúde nos países centrais. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 13, p.117-140. 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e reforma*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CYRINO, EG. Reflexões sobre uma proposta de integração saúde-escola: o projeto saúde e educação de Botucatu. In: *Cadernos de Saúde Pública*, nº 15, suppl. 02. Rio de Janeiro. 1999. p. 39-44.

EDUCAÇÃO no Brasil. *A História da educação no Brasil*. Disponível em: www.brasilecola.com/educacao/educacaonobrasil.htm. Acesso: 30 de agosto de 2007.

FLEURY, S. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1994

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: *Revista Temporalis*. [S.I.]. ABEPSS, n.3. 2001. p. 09-31.

INSTITUTO Paulo Freire. Disponível em: < www.paulofreire.org/ >. Acesso: 12 de setembro de 2007.

LAUREL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (org). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 151-178.

LERVOLINO, Solange Abrocesi. *Escola Promotora da Saúde: um projeto de qualidade de vida*. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública. USP. 2000.

LOMÔNACO, Aparecida de Fátima Soane. Concepções de Saúde e Cotidiano Escolar: o viés do saber e da prática. In: *Educação Popular*. [S. I.]:UFU, n. 6, p. 01-16.2004.

MEYER D. Educação, saúde e prescrição de "formas de ser e habitar": uma relação a ser ressignificada na contemporaneidade. In: FONSECA T. (org). *Formas de ser e de habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS. 1998. p. 71-80.

OLIVEIRA, Daniely Alvim de. et all. *Relatório de Estágio*. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

OLIVEIRA, Daniely Alvim de. *Quando a Educação alia-se à Saúde: o desenvolvimento da Estratégia de Educação em Saúde nas ações do Núcleo de Atendimento à Criança Escolar – NEACE/LESTE*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

RELATÓRIO ANUAL NEACE/LESTE. Secretaria de Educação de Juiz de Fora. 2006.

SANTOS, Paulo Sergio, et all. *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 4 ed. [S.I.]:Bertrand. 2000.

SMEKE, E.L.M., OLIVEIRA, N.L.S. Educação em Saúde e concepções de sujeito. In: VASCONCELOS, E.M. (org). *A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde*. São Paulo: HUCITEC. 2001. p. 115-136.

SETPHAN-SOUZA, A . A interdisciplinaridade e o Trabalho Coletivo em Saúde. In: *Revista APS. NATES/UFJF*. Ano 2, nº 2, março a junho de 1999.

SILVA, Cassiane Garcia B. ; NASCIMENTO, Juliana Zagnoli do; VALE, Viviane Pereira do. *A Contribuição da Educação em Saúde Frente aos Desafios da Humanização da Saúde*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social – UFJF. 2007

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas*. Petrópolis: Vozes. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Caminhos e descaminhos da política de saúde no Brasil. *Revista Inscrita*. [S. I.]:CEFESS, n. 1, p. 15-20.1997.

VASCONCELOS, Eymar M. Os centros de saúde como espaços educativos. In: *Apostila do curso introdutório para a saúde da família – 1ª etapa*. Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde – UFJF. 2002. p. 17-20.

VALADÃO, Marina Marcos. *Saúde na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersectorial*. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Faculdade de Saúde Pública. USP. 2004.

A LEGALIZAÇÃO DE QUILOMBOS: REFLEXÕES ACERCA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA AOS NEGROS

Isis Silva*

RESUMO

O presente artigo pretende trazer para o debate apontamentos reflexivos sobre o Decreto Nacional que garante legalmente a titulação da propriedade da terra onde vivem remanescentes de quilombos. Será apresentado o contexto político de implantação do Decreto, marcado por ações de caráter neoliberal, com desresponsabilização do Estado pelo social. Ressaltam-se os dois pilares de sustentação do Decreto, os quais explicito, identidade e território.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombo; identidade; território.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2003 é aprovado o Decreto N° 4887, que regulamenta os procedimentos para “a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombo”. Este Decreto é contemplado na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na qual fica reconhecido que os quase quatro séculos de escravidão, somados à omissão histórica do governo em relação à questão racial, geraram não somente discriminação e preconceito, mas também desigualdade de direitos devido à falta de oportunidades. O presente artigo é desenvolvido levando-se em consideração os limites e avanços deste Decreto.

Inicialmente, é necessário resgatar o significado dos termos “quilombo” e “remanescentes de quilombo” para, em seguida, discutir especificadamente sobre o Decreto supracitado.

Os quilombos eram comunidades construídas por escravos fugidos, mas que, nem sempre eram isoladas, já que normalmente interagiam com a sociedade (grupos indígenas, comerciantes, pequenos agricultores...) principalmente através do comércio. Existiram em quase todo o país e variavam no tamanho e na forma de organização.

Segundo definição do Rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino¹, datada de 02 de dezembro de 1740, quilombo era “toda habitação de negros

* Mestranda em Serviço Social pela UFJF.

fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (apud MOURA, 1987:11)

Com o fim da escravidão, os quilombos passaram a ser encarados como passado. Somente no final da década de 70, momento de efervescência dos movimentos sociais, os remanescentes de quilombo voltaram à cena política a partir da luta do campesinato brasileiro e de entidades negras organizadas.

Diante deste movimento, iniciou-se um debate teórico acerca do conceito de quilombo (não se restringindo às fugas dos escravos) e conseqüentemente do conceito de remanescentes de quilombo, assim classificado por Schimitt (at al, 2002:03):

...incluem as fugas com ocupações de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras em que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata, quanto após sua extinção.

A identidade social e étnica somada à antiguidade de permanência no mesmo território e à reprodução de um modo de vida característico passaram a ser fatores de identificação de remanescentes de quilombos, o que é seguido pelo Decreto N° 4887, o qual define remanescentes de quilombos como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Levando-se em consideração estes apontamentos introdutórios, pretendo discutir, a partir da análise de documentos e levantamento teórico, num primeiro momento, o contexto nacional de criação do Decreto N° 4887 para, em seguida, tratar dos dois pilares de sustentação do mesmo: identidade e território.

MOMENTO HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Durante a década de 80, o Brasil vivenciou um processo de abertura política com o fim de vinte anos de ditadura militar, momento em que houve importantes manifestações políticas e ampliação da luta pela garantia de direitos sociais. A Constituição Federal de 88 foi

considerada a materialização desta luta, através da extensão dos direitos sociais, que apontam para a criação de políticas sociais universalizantes.

Na contramão deste discurso favorável aos direitos sociais, um novo paradigma, diferente do apresentado pela Carta Magna, ganhou espaço no cenário nacional ainda na década de 90: o projeto neoliberal, que defende a idéia de desmonte do Estado com forte redução de investimentos na área social.

Com a justificativa de falta de recursos públicos para garantir a universalização dos serviços sociais, programas sociais focalizados passaram a ser o alvo do governo para minimizar a pobreza das vítimas do ajuste estrutural que não possuem as mínimas condições de se manterem.

Outra característica destes programas é o caráter transitório e sem continuidade, o que reduz o seu impacto social e sua efetividade, gerando uma instabilidade na vida dos beneficiários. O direito de cidadania garantido constitucionalmente, que se reflete na defesa de políticas sociais universais, perde espaço para o mercado, principalmente em um país onde a grande maioria da população não possui condições financeiras para satisfazer suas necessidades básicas através do mercado.

O exercício de ações baseadas no favor, no clientelismo e paternalismo dificulta a criação de políticas sociais sérias e universais. Marilena Chauí caracteriza a sociedade brasileira como autoritária e violenta, justificando pelas “relações sociais hierárquicas; relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais; profundas desigualdades sociais e econômicas, que reproduzem carências e privilégios; e uma sociedade em que a lei não é percebida como expressão de uma vontade social.” (apud OLIVEIRA, 2005:38)

Este tipo de relação está presente na gestão pública, na qual verificamos, muitas vezes, a escolha daqueles que exercem cargos de confiança de acordo com o grau de amizade, e não com as habilidades para exercer a função. Além disso, os interesses privados têm tido predominância em detrimento dos coletivos e os recursos públicos estão sendo utilizados para satisfazer necessidades pessoais.

A adesão ao neoliberalismo na América Latina, está diretamente ligada ao Consenso de Washington, resultado de um encontro entre funcionários do governo norte-americano e organismos internacionais, como o Banco Mundial, que definiu as diretrizes que deveriam ser adotadas pelos governos dos países latino-americanos segundo o ideário neoliberal. Nele, é

posta a necessidade de se eliminar a intervenção estatal na economia (exceto para favorecer setores da oligarquia financeira e grupos monopolistas) através das privatizações, redução dos gastos no social, criação de políticas sociais destinadas somente àqueles que não têm condições de atender suas demandas pelo mercado, flexibilização das relações trabalhistas e abertura externa.

Embasado neste paradigma, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso governou durante oito anos o Brasil. Já com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, o país acreditava na efetivação de um projeto construído coletivamente, de base popular, dado o histórico particular do presidente eleito bem como de seu partido:

Nasce, assim, em 1980, o Partido dos Trabalhadores (...). O PT ousava, portanto, ser mais que um partido de sindicatos, um partido representativo de todos os trabalhadores e assalariados do país. Além disso, o PT visava impulsionar os movimentos sociais, e, ao mesmo tempo, ser impulsionado por eles. Eis um forte aspecto da sua novidade. (SALES, 2006:51)

As alianças feitas com partidos de centro-esquerda e de direita, já no início do mandato, apontavam para outra direção. O “novo” governo manteve a mesma doutrina política e econômica do anterior, ou seja, de base neoliberal, com desmonte do Estado e primazia do capital. Apesar disso, apresenta importantes conquistas populares, seja como estratégia eleitoral ou como herança política. É importante observar que têm ocorrido fortes investimentos na área da assistência através da criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social. Este “novo” governo ainda mantém um diálogo relativo com os movimentos sociais, que, por sua vez, têm reivindicado a efetivação dos direitos constitucionais.

Neste contexto, as ações afirmativas destinadas à população negra, estão sendo criadas. O Governo Federal assume a responsabilidade de promoção da igualdade racial, levando-se em consideração o período de escravidão vivenciado pelos negros, mas, principalmente, a omissão estatal frente aos problemas enfrentados por esta população, findado o trabalho cativo.

Assim, dia 20 de novembro de 2003 é assinado o Decreto N° 4887, o qual regulamenta a titulação da propriedade da terra onde vivem remanescentes de quilombo, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Acredito que tal Decreto, como parte de um esforço por reparação histórica, é de grande relevância, não só para a população negra, mas também como um avanço democrático para todo o país. É preciso considerar que, durante toda a história brasileira, os negros não tiveram as mesmas condições de emancipação em relação à população branca. Embora tenham sido integrados à sociedade, isso sempre ocorreu de forma subalterna e marginalizada e que mesmo com o desenvolvimento de uma classe média negra, a permanência das disparidades econômicas e sociais em relação aos brancos não deixou de existir. Esse grupo racial é encarado como reserva de mão-de-obra, podendo assim, ser submetido a precárias condições de vida e trabalho.

Considerar, enfim, as necessidades das minorias étnicas constitui um importante avanço no governo atual, porém, esbarramos em posicionamentos de caráter neoliberal, afinal, esta não deixa de ser uma medida focalizada, que atende a um pequeno grupo, em detrimento a políticas universais. A presença do estado-mínimo se concretiza neste governo, ao mesmo tempo em que absorvem reivindicações dos movimentos negros e se mantém uma política econômica desvinculada dos interesses populares.

CLASSES SOCIAIS E IDENTIDADE RACIAL

Passo a fazer uma análise reflexiva sobre identidade racial no Brasil, na perspectiva de um grupo que se diferencia pela cor da pele e que pertence a uma classe social determinada.

Este item se justifica na medida em que o fator identitário se apresenta como alicerce da política de legalização dos remanescentes de quilombo. Afinal, ficam definidos no Decreto N° 4887, a auto-atribuição quilombola, a trajetória histórica própria e a ancestralidade negra como alguns dos critérios para reconhecimento, por parte do governo, como remanescentes de quilombos.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre aspectos relacionados à estruturação da sociedade em classes sociais para, em seguida, tratar sobre o tema relativo à identidade, especialmente no que tange à identidade negra no Brasil.

O debate atual sobre as classes sociais tem levantado questões cruciais para o entendimento da realidade na qual estamos inseridos. O sociólogo francês Bouffartigue (2007) aponta para a necessidade e complexidade de se pensar o enraizamento das dinâmicas não-igualitárias no antagonismo de classe e o recuo da noção de classe como mecanismo de identificação social e de mobilização política.

Na mesma perspectiva, Oliveira (2003) afirma que não há uma desapareção das classes sociais nem das ideologias e que a consciência de classe precisa ser construída coletivamente, o que só é possível no âmbito da política. A infra-estrutura é importante, mas o campo político não pode mais ser considerado consequência.

O que se percebe é, cada vez mais, uma perda da noção de pertencimento a uma determinada classe social. Conseqüentemente, a classe tem perdido o seu lugar como motor de organizações coletivas e o povo é desvinculado do seu papel de sujeito político.

Apesar do conflito entre capital e trabalho estar cada vez mais universalizado, movimentos como o de globalização, internacionalização do capital e perda da autonomia dos Estados-nação acabam por minimizar a percepção popular de exploração e, ao mesmo tempo, desconfigura o modelo tradicional de classes no capitalismo, que divide a sociedade em burgueses e proletários.

Neste contexto, a desigualdade entre países, regiões e pessoas se acentua, o individualismo propagado contribui para o aumento do racismo e da xenofobia e as lutas coletivas por melhores condições de vida são vistas como um crime. Estas são questões a serem enfrentadas, mas que cada vez mais ganham espaço numa sociedade marcada pelo enfraquecimento do pertencimento de classe, mesmo ainda sendo determinante nesta sociedade. A identidade, que dava ao indivíduo um lugar no mundo social, está sendo deslocada.

Se em outros momentos do capitalismo, as identidades se formavam em detrimento da inserção no mundo do trabalho, de forma a conferir o modo de vida das pessoas, e assim, possibilitar aos sujeitos reconhecerem suas identidades de forma mais coerente, em tempos recentes, essa possibilidade de identificação vai se perdendo.

A classe social não pode ser considerada fator uno de identificação das pessoas, na qual todos os interesses possam ser conciliados. Novas identidades são criadas,

principalmente através de movimentos sociais de base cultural, como o movimento negro, feminista e ecológico.

Percebe-se que não é só a identidade de classe que está perdendo sua força. Os indivíduos se importam menos com as tradições estáveis que acompanhavam gerações. A identidade, que se configura em um processo em constante adaptação, tem se construído sob a instabilidade do mundo atual.

De acordo com Hall (apud PARENTE, 2005:157) as identidades não são dadas nem herdadas, mas fazem parte de uma construção social, que envolve luta e resistência. A identidade é sempre um processo em construção, aberto e parcial, que dialoga com a diferença como elemento formador da cultura.

Outro conceito chave ao tratar deste tema, refere-se à noção de representação cultural, que está relacionado ao que há de palpável, visível do conhecimento. “A representação é um sistema de significação que dá inteligibilidade ao mundo e é composta no interior das relações de poder, que põem a funcionar ativamente aquilo que representam.” (PARENTE, 2005:157)

Muitas vezes, a representação acaba por classificar o outro e o lugar social que ele deve ocupar. Assim, cria-se um problema para a sociedade, na medida em que se define o olhar que determina quem é e como é o outro.

Faz-se necessário considerar que a sociedade brasileira, ao longo de sua história, tem se desenvolvido, sob um modelo concentrador e excludente. Percebe-se uma distribuição desigual da riqueza produzida no país, bem como de sua renda. Ao mesmo tempo, a maioria da população encontra-se à margem do poder político, sem participação nas decisões sobre as formas de organização desta sociedade.

Pensar a concentração econômica e a exclusão política nos remete ao processo de colonização, marcado pelo monopólio da propriedade de escravos, de terras e dos frutos da acumulação que se iniciava e posteriormente, pelo monopólio da indústria e dos serviços básicos atuais.

O processo de trabalho escravocrata, que nasceu da colonização, foi um regime que predominou no país, durante praticamente quatro séculos, sacrificando toda a cultura dos negros, incluindo religião, língua e modo de vida.

Não podemos, contudo, acreditar que manifestações das culturas africanas deixaram de existir e não influenciam nos costumes brasileiros; nem tratar o continente africano como

uno. As influências africanas fazem-se presentes em todo o país, não sendo possível, na atualidade, fazer uma separação entre cultura dos negros e cultura dos brancos.

Desconsiderando, porém, o negro como potencialmente capaz, bem como suas contribuições para a história do país, tem sido construída a identidade negra no Brasil e a percepção dos brancos sobre os negros. Estes, descendentes de escravos, são vistos como inferiores e sua posição social deve ser marcada pela subalternidade. Por sua vez, os negros vivem diante de um conflito racial, muitas vezes, negando sua própria identidade, na medida em que são identificados e discriminados pela cor da pele e por uma falsa inferioridade intelectual.

Há uma tendência de incorporação de noções liberais, até mesmo presente nas políticas públicas, que defende uma identidade universal dos negros, desconsiderando a forma como cada um deles incorpora dentro de si a realidade, bem como a diversidade existente no continente africano. Nesse sentido, o diferente é considerado ilegítimo, sem autenticidade.

A busca incessante, que tem ocorrido no Brasil, por uma verdadeira cultura negra e africana, tendo como ponto de partida a herança cultural, acaba por separar, diferenciar e estratificar o país em raças. É preciso que a história não seja tratada linearmente, como tem ocorrido através do resgate de elementos culturais que agora precisam ser vivenciados no presente.

Ao tratar especificamente sobre a legalização de comunidades quilombolas, no quesito identidade, é preciso estar atento a dois aspectos. Um deles se refere a auto-definição quilombola, levando-se em consideração que para muitas comunidades, especialmente aquelas que se urbanizaram, após um século de esquecimento, o ser remanescente não é algo mais bem definido. Porém, a dificuldade de acesso a serviços públicos básicos, que são direito de todos os brasileiros, faz com que as comunidades busquem resgatar, na ancestralidade negra, aspectos que as identifiquem como quilombolas.

O outro ponto é mais um desafio a ser superado na legalização de quilombos, ao considerar a identidade negra e escravocrata como critério para adesão a política pública. Esta identidade se mistura e se perde com o passar do tempo. Porém, o governo acaba por apontar para uma estratificação da sociedade em raças, mesmo sendo algo indesejável.

O TERRITÓRIO DESTINADO AOS QUILOMBOS

Além da identidade, o território é peça-chave no Decreto N° 4887, na medida em que este trata da legalização da propriedade definitiva das terras, onde vivem comunidades remanescentes de quilombos. É preciso, porém, não perder de vista que é o fato de o território ser entendido como algo individual, propriedade que só pode ser adquirida através da compra, faz com que seja necessário desenvolver uma política pública destinada à legalização das terras quilombolas; sendo o quilombo uma das mais antigas formas de prática social e espacial de comunidades negras no Brasil.

Durante a escravidão, a população negra escrava não constituía uma cidadania territorial. Nesse sentido, entendemos territorialidade também relacionada à condição de cidadania, de poder civil e base de direitos. A formação de quilombos constituiu nova territorialidade que permitiu a reconstrução de sobrevivência física e cultural dos escravos. (CARRIL, 2006:61)

A categoria território tem ganhado espaço no debate contemporâneo, ultrapassando os limites da geografia, sendo, cada vez mais, utilizada nas ciências sociais. Este debate propõe a idéia de um materialismo histórico espacializado, que traria uma nova forma de analisarmos as relações sociais, na medida em que o sujeito e o tempo não são mais suficientes como método de análise. A inserção da categoria espaço seria uma condição para conhecer a realidade.

A importância do materialismo histórico dialético de Marx somado à categoria espaço é colocada por Lefebvre, em Soja (1993:66):

Trata-se de uma dialética cada vez mais espacializada, de uma demanda insistente de uma mudança fundamental na maneira como pensamos sobre o espaço, o tempo e o ser; sobre a geografia, a história e a sociedade; sobre a produção do espaço, a construção da história e a constituição das relações sociais e da consciência prática.

Assim, a categoria território tem ganhado espaço, tanto no âmbito das ciências sociais, quanto no das políticas públicas. Os estudiosos Koga e Nakano (2006) afirmam que as políticas públicas apresentam como desafio a democratização do poder público e a

universalização de direitos sociais básicos. Para sua concretização, considerar a importância do território faz-se indispensável, na medida em que este é um dos agentes produtor de relações sociais.

Nesse sentido, a política pública destinada à legalização das terras, onde vivem os quilombolas é criada numa forte perspectiva territorial. Os negros sempre estiveram alijados do acesso à terra, afinal, com o fim do trabalho escravo, a ausência de uma reforma agrária que quebrasse com a distribuição desigual da terra fez com que não se alterasse o modelo de concentração fundiária presente no país.

A Lei de Terras, criada em 1850, já prevendo o fim da escravidão, teve um papel fundamental na mais completa mercadorização da terra e na manutenção do status quo, na medida em que “previa o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição daquelas públicas a não ser por compra (...) referendando-se o seu controle por parte dos grupos dominantes do país” (LINHARES, 1990:133).

Com a proibição da ocupação das terras devolutas, sendo a aquisição possível somente através da compra, a manutenção dos grandes latifúndios e a exclusão do acesso à terra pela população carente estavam garantidas:

O tipo de alienação de terras públicas introduzido pela Lei de Terras fixava um preço-terra suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários de terras. Esse preço excedia às vezes o preço de venda de terras particulares. (SERRA, 2003:238)

Além da ausência da reforma agrária, o país importou mão-de-obra para trabalhar nas indústrias por acreditar que o ex-escravo não teria capacidade para tais atividades. A utilização da força de trabalho negra em atividades inferiores na atualidade é uma nova roupagem das relações escravistas que ainda não se apagaram no Brasil.

Joaquim Nabuco (apud CARRIL 2006:231) apontava que, para construção de uma nação verdadeiramente democrática, após três séculos de escravidão, a única possibilidade seria a reforma agrária e a instituição da educação, de forma a superar a estratificação presente na sociedade.

A luta atual pela reforma agrária representa a necessidade de eliminar a pobreza e as desigualdades sociais tão acirradas no meio rural, através da distribuição de terras, do

direcionamento da produção de alimentos para o mercado interno, bem como possibilitar o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais.

Ao mesmo tempo em que a reforma agrária mantém-se como meta a ser alcançada pelos movimentos sociais, o governo realiza uma reforma agrária paralela, pautada no discurso de reparação histórica, através da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Dentre várias ações, aponta-se para a necessidade de garantir a legalização de terras de comunidades remanescentes de quilombos.

Se por um lado esta é uma grande vitória para a população negra, que cristaliza o território como uma responsabilidade pública e deve ser assumida como uma necessidade da sociedade, por outro, desconsidera a reforma agrária como necessidade nacional, de forma que a população rural possa ter condições mais dignas de vida.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a política pública nacional destinada à legalização das terras de comunidades remanescentes de quilombos tem apresentado avanços significativos no que condiz ao reconhecimento, por parte do poder público, de demandas relativas à população negra, que durante toda a história desse país, não teve acesso às mesmas condições de emancipação em relação à população branca, através de uma integração subalterna e marginalizada. Além disso, o governo reconhece o território quilombola como responsabilidade pública.

Os limites desta política, relativos ao contexto de sua implantação, impedem a efetivação de projetos construídos coletivamente, com perspectivas mais amplas e universais. Nesse sentido, uma reforma agrária nacional não é aprovada, mas a legalização de quilombolas só é possível pois não interfere na estrutura fundiária do país. O resgate identitário também precisa ser questionado, já que isso tem ocorrido de forma mecânica, desconsiderando a construção da identidade como algo dialético.

ABSTRACT

This article aims at reflecting on the Brazilian National Decree that legitimates the ownership of the land where *quilombo* remnants live. I discuss the political context of the introduction of the Decree, which was characterized by neoliberal actions and the escape of social responsibility by the State. I also explain the two pillars that sustain the Decree: identity and territory.

Keywords: *Quilombo* remnants; identity; territory.

Notas:

¹ O Conselho Ultramarino foi o órgão criado para ser responsável pela elaboração e execução da política colonial, além de funcionar como tribunal de alçada superior. Tratava-se de assuntos como impostos, a busca de ouro, saúde pública, a forma como os negros eram tratados, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUFFARTIGUE, Paul. Classes sociais em metamorfose: o caso Francês. *Outubro*: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Alameda, n° 15, 1° semestre 2007.

BRASIL. Decreto-lei n° 4887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 10 jun. 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

KOGA, Dirce. NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora. Ano XXVII, N° 85, mar. 2006.

LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. *Classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, Introdução.

OLIVEIRA, Íris Maria de. *Assistência social pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso*. Programa Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC/SP, São Paulo, 2005. p.25-54.

PARENTE, Regina Marques. *A invenção do cidadão negro. Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. Iolanda de Oliveira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Regina Pahim Pinto (orgs). São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

SALES, Mione Apolinário. *Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o governo Lula*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, Ano XXVII, N° 85, mar. 2006.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli. CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. *Ambiente e Sociedade*, Ano V, N°10, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993. p.57-77.

COMO PODE ISTO: TRABALHAR COMO ESCRAVO, PASSAR FOME NUM ESTADO RICO? SÓ NÃO MORRI, PORQUE AQUI E ACOLÁ, TEM ALGUÉM PRÁ AJUDAR*

André Luiz dos Santos Borin*
Camila de Moraes Ferreira Borin**

RESUMO

A incidência do trabalho escravo no território nacional, bem como em diversos outros países do globo, tem preocupado instâncias da sociedade civil, por exemplo, intelectuais, estudantes, ONG's de defesa dos Direitos Humanos, e órgãos públicos como, o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público, dentre outros. Mais preocupante do que a persistência da escravidão na contemporaneidade é quando tal prática percebe-se velada, sobretudo em países ou regiões ricas, onde prevalece a lógica da racionalização do lucro e mecanização dos meios de produção, sob a égide do desenvolvimento: puro engodo. A revelia dessa falsa compreensão, numa das regiões mais ricas do Brasil – a de Ribeirão Preto, especificamente no município de Sertãozinho, pôde-se observar trabalhadores em condições de escravidão. É sobre tais implicações de que trata o presente artigo.

Palavras-chave: Trabalho Escravo; Direitos Humanos; Ribeirão Preto.

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho é a chave para se desvendar o que realmente se pretende aqui. Em qualquer área do conhecimento é difícil admitir: como alguém, que saiu do sertão cearense, sendo pequeno proprietário de terra - portanto, um trabalhador livre - possa migrar para o estado paulista, onde há uma das maiores experiências de fiscalizações efetivas sobre condições de trabalho, grande riqueza, maior oferta de emprego, acesso a melhor qualidade na saúde, educação, moradia, enfim, como é possível que esse sujeito venha a tão “desenvolvido” local para - após mais de um século da abolição da escravatura –, sob a roupagem de trabalho livre, volante, tornar-se escravo? Conforme aludem alguns autores, como Georgenor de Souza Franco Filho, tanto no Brasil como nos demais países, o trabalho que implica em cerceamento de liberdade não é escravo, no máximo, pode ser considerado em condições análogas à de escravo (BRITO FILHO, 2004).

* Mestrando em Serviço Social pela Unesp - Franca.

** Assistente Social do Instituto João Falcão – Barretos.

Ora, a situação do sujeito que proferira a frase que dá título a este artigo – a revelia do que pensam os juristas citados -, na concepção de outros autores que estudam a temática, é um caso real de trabalho escravo. O vivido por este migrante cearense no interior

Paulista: fome; cerceamento de liberdade; ameaças; ausência de direitos trabalhistas; moradia precária - não é caso isolado. Ao contrário, inúmeros trabalhadores são submetidos à situação de escravidão na zona rural de todo o estado paulista, sobretudo nos canaviais.

O migrante citado fora arregimentado para trabalhar no distrito de Cruz das Posses, município de Sertãozinho, localizado na Região de Ribeirão Preto. Sua atividade? Cortador de cana. Suas condições? De escravidão.

A realidade deste rurícola, destarte, aos olhos de muitos, inclusive do Poder Público, não é enxergada. A existência de trabalho escravo nos canaviais da região está velada, camuflada por interesses econômico-lucrativos, em detrimento do respeito à humanidade e à justiça social.

Cabe elucidar que tais implicações provocam a consecução deste trabalho, bem como um caso específico percebido em 2005: a existência de irregularidades nas condições de trabalho e moradia de rurícolas, que chegou ao conhecimento da sociedade civil através de denúncias que eclodiram na mídia regional e nos órgãos de controle e fiscalização, como a Guarda Municipal do distrito de Cruz das Posses e Vigilância Sanitária de Sertãozinho. Tais denúncias apontaram oito alojamentos de rurícolas em condições subumanas de habitabilidade, donde amontoadas 79 pessoas, distribuídas nos mesmos. Dentre os alojados, aproximadamente 57 rurícolas trabalhavam no corte da cana, através de empresas terceirizadas de serviço para usinas da região. Estes cortadores de cana percebiam-se sem vínculo empregatício com as mesmas. Nesta amostragem, portanto, percebia-se o rurícola que profere a frase que dá título a este trabalho. Na propositura de deslindar sobre a existência de tais práticas é que surgiu essa empreita.

Para contemplar esse mote, é profícuo desvelar, mesmo que sumariamente, a gênese da escravidão, bem como seu histórico no município de Sertãozinho (local em que se realizou a pesquisa); a existência de trabalho escravo nos dias de hoje e a compreensão do conceito que norteia este trabalho, apontando a realidade vivenciada pelos rurícolas alojados no distrito de Cruz das Posses.

REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DO TRABALHO ESCRAVO E SUA INCIDÊNCIA NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZIHO

1. O início

Durante toda a história da humanidade verificou-se a incidência de trabalho escravo. Os mais antigos indícios remetem à escravidão do povo judeu ao domínio egípcio.

Na Grécia da Antiguidade, assim como em Roma, a escravidão estava enraizada ao cotidiano de ambas as civilizações. Aristóteles e Platão reconheciam o sistema escravagista, assim como a ele defendiam. O primeiro chegou a afirmar que o escravo, por natureza, nasce para servir, para obedecer ao que são mandados. Ainda exemplificando sobre o pensamento aristotélico a respeito desta prática, o filósofo defendia que para adquirir cultura era necessário ter riqueza e ser ocioso, características possibilitadas pela escravidão – enquanto os escravos trabalhavam, restava tempo ocioso ao homem político da *polis*. Não obstante, esse modo de produção era sustentáculo da economia grega e romana, tanto que, em Roma, conforme se diminuiu a arrematamento de escravos durante o Império, iniciou-se a falência do mesmo.

Na Idade Média, um tipo de escravidão mais amena entrou em cena: a servidão. Embora o servo não sofresse todos os augúrios sofridos pelo escravo, ele integrava o patrimônio do senhor feudal, não dispendo também de liberdade. Não obstante, algumas regiões da Europa, durante o feudalismo, mantinham escravos, sendo que estes :

Subsistiam nas faixas fronteiriças do leste, do norte (quando ainda pagãos) e no sul da Itália e da Espanha, relativamente aos muçulmanos. É sabido que a origem do termo escravo é do grego bizantino *sklábos*, através do latim médio *sclavu* (“eslavo”), com referências ao eslavo aprisionado. Na Idade Média, o lento surgimento da economia monetária não favoreceu o escravismo, porque encontrou regimes jurídicos e corpos sociais organizados, estes nas cidades, com base na liberdade pessoal (FONTES; RIBEIRO, 1988, p. 233).

Em Portugal esta prática também já era conhecida, sendo subjugado tanto o negro quanto o mouro.

As novas aberturas de rotas marítimas e a conseqüente colonização das Américas, bem como a exploração econômica lucrativa aberta verificada no continente, particularmente

nas atividades agrícolas, facilitaram o emprego da mão-de-obra escrava, haja vista que eram necessários muitos trabalhadores para a derrubada das árvores de pau-brasil, bem como na plantação e colheita da cana-de-açúcar.

Abre-se aqui um parêntese, a fim de clarificar ser inequívoco o entendimento que, geralmente, há sobre a escravidão, de a mesma estar situada em momentos históricos diferentes, pragmaticamente separados por uma linha espaço-temporal. A escravidão, desde seu advento, sempre esteve presente, seja como modo de produção único ou predominante em uma nação, bem como quando utilizada mão-de-obra escrava esporadicamente, como alternativa ao modo de produção vigente.

Karl Marx e Friedrich Engels, em *Ideologia Alemã*, a partir da divisão histórica das formas de propriedades existentes, ilustram sobre seus respectivos modos de produção, desvelando sobre os momentos em que fora utilizada mão-de-obra escrava no decorrer da história da humanidade (MARX; ENGELS, 2006).

A escravidão irá aparecer já num estágio avançado da primeira forma de propriedade, a *Stammeigentum* (propriedade tribal), ou seja, segundo os autores, “a escravidão latente na família só se desenvolve aos poucos com o crescimento da população e das necessidades, com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como do comércio.” (MARX & ENGELS, 2006, p. 46). Aqui, a família é força motriz da produção.

A segunda forma de propriedade, denominada propriedade comunal e estatal da Antiguidade, resulta da junção de várias tribos numa única cidade, através de contrato ou de conquista, donde subsiste a escravidão. Neste período, “a divisão do trabalho já está aí mais avançada. Já encontramos a oposição entre a cidade e o campo [...] As relações entre as classes dos cidadãos e escravos estão agora completamente constituídas.” (MARX & ENGELS, 2006, p. 47). Na propriedade comunal, prevalece o modo de produção engendrado pela própria comunidade ligada à propriedade privada coletiva. No que concerne à propriedade estatal da Antiguidade, o modo de produção é o escravista.

No terceiro tipo de propriedade, a feudal ou estamental – tipo de propriedade percebida somente na porção ocidental da Europa, o que será enfatizado pelos autores mencionados, posteriormente à obra em destaque, no livro *Formações econômicas pré-capitalistas* - retoma-se o trabalho comunitário, através dos pequenos camponeses servos da gleba. Em alguns países da Ásia e África, a escravidão continuava ativa (MARX, 1991).

Na propriedade privada nos moldes da burguesia - que irá se consolidar a partir do mercantilismo, fortalecendo-se no modo de produção pré-capitalista e, finalmente, atingindo seu ápice no capitalista - a escravidão reaparece intrinsecamente conectada com todas as suas forças, especialmente nas colônias americanas, sendo sustentáculo de sua economia, conforme elucidado anteriormente.

A escravidão legalizada, portanto, permanecerá até meados do século XIX. Com a apatia inglesa ao tráfico negreiro e as lutas abolicionistas em países que utilizavam trabalho escravo, se findou, formalmente, esta prática. A falta de oportunidades de emprego ao negro e mestiço alforriados nas cidades, não lhes conferia outra alternativa a não ser continuar

trabalhando com o que sabiam, donde poderiam permanecer, na maioria das vezes, explorados e maltratados como dantes, isto é, nas terras do senhor.

Malgrado a abolição da escravatura no Brasil – cabe aqui desvelarmos somente sobre o caso brasileiro - esta tão desumana prática ainda permanece.

Para muitos, a escravidão existe somente nos livros de história. Para os rurícolas que conhecemos no município de Sertãozinho, revivem aquilo que a sociedade pensa ter findado.

Enquanto os filhos da burguesia estudam em instituições particulares, os livros que contam sobre um passado já longínquo de escravidão, os filhos da miséria protagonizam este modo de produção nos dias de hoje.

2. Escravos em Sertãozinho – Parte I: “uma história já passada”

O município de Sertãozinho tem história impar e peculiar, cujos moldes de sua formação perpassam as características mesmas da própria formação econômica nacional, quando se situa no tempo a substituição da monocultura da cana-de-açúcar pela do café. O cito município nascia no último quartel do século XIX, a partir da Lei Estadual nº 463, sendo desmembrado do município de Ribeirão Preto.

Capela, Engenho Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho e Aparecida de Sertãozinho, são alguns dos nomes dados a este município que antecederam seu nome atual (ROSA, 1996). A princípio, a base econômica da cidadela era a agricultura – plantio de arroz, milho, soja e amendoim - e pecuária – gado - ambas de subsistência. Antes mesmo de ser desmembrado de Ribeirão Preto, Sertãozinho já transferia sua economia de base e

subsistência para plantações de cultura do café. Sua composição, portanto, coincide com a expansão dos cafezais no oeste paulista. Neste ínterim, decorre também o declínio do regime escravocrata e marca a ascensão do trabalho livre assalariado de imigrantes europeus,

principalmente italianos, sob o sistema de *colonato*. Quanto a este sistema de relação de trabalho, Otávio Ianni assevera: “Sob o regime de colonato, é a família que se engaja no trabalho produtivo. O contrato de trabalho naturalmente envolvia o fazendeiro e o (ou a) cabeça da família”. (IANNI, 1986, p. 26 apud Borin, 2005, p. 84).

Malgrado o sistema de *colonato* ser de destaque para o desenvolvimento local, fora evidente e comprobatória a existência de trabalhadores escravos em Sertãozinho. Conforme Borin,:

Destarte, as presenças do imigrante, e, posteriormente, a do colono, não significam, quanto à história sertanezina, a ausência da força de trabalho escrava. Tanto antes do café – nas fazendas de gado -, como no período da pujança cafeeira, houve indícios de que escravos advindos de outros locais do oeste paulista, de partes de Minas Gerais, como de outros locais, já formavam a massa de mão-de-obra que compunha a gleba local. (BORIN, 2005, p. 82).

Segundo outro autor, Henrique Dumont trouxera 80 escravos dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e alugou outros 150 que o Sr. Braz Arruda Barbosa trouxera de Bananal quando este viera para Ribeirão Preto em 1870, na qual inaugurou a Fazenda São José. (FURLAN JUNIOR, 1956, p. 71). Há também outras referências de escravos no município de Sertãozinho: em 1886, quando ainda pertencente a Ribeirão Preto, numa população de 10.420 habitantes, havia cerca de 1.379 escravos, dos quais dezoito instalados no meio urbano e 1.361 no meio rural. (CHAVES, 1888, p. 11-55 apud IANNI, 1984, p. 20).

Destas afirmativas, extraem-se três considerações plausíveis e centrais para compreender a realidade local nos dias de hoje.

Primeira, o município de Sertãozinho na composição de sua genealogia traz consigo cargas genéticas e culturais de um passado recente marcado pelo sistema

escravocrata. Não raro, a presença de senhores de escravo e da oligarquia agrária de outras épocas, como ocorrera em todo o país, fora mantida pela burguesia capitalista que emergira na região, com ranços escravistas e status de senhores das terras e de todos.

Como segunda consideração, ao contrário do que se concebe, o trânsito da escravidão para o colonato não aponta substanciais diferenças entre as condições de vida e de trabalho entre o escravo e o colono. O célebre autor já mencionado, Ianni, alegara em sua pesquisa sobre a região em questão que “[...] as condições sob as quais os imigrantes eram levados à fazenda e contratados os colocavam numa situação subalterna e espoliativa”. (IANNI, 1984, p. 25). Diferentemente dos escravos, os colonos são trabalhadores livres, mas, quanto à sua liberdade, pode-se inferir que era relativa e condicionada. Os escravos eram privados da liberdade sob a interceptação do chicote, do açoite, do tronco. Os colonos escolhiam se sujeitavam-se ou não ao trabalho na lavoura. Ademais suas condições no “Velho Mundo”, assolados por inúmeros tormentos e a pobreza que atingira àquela época parte da Europa, para estes, a vinda para as Américas, especialmente para o Brasil, significava um fio de luz que clareava sua esperança. Como apontou Leclerc, em puro engodo resultou sua imigração:

O imigrante chega desprovido quase por completo das coisas mais essenciais e lhe entregam uma pequena casa de tijolos, limpa e alegre, construída pelo fazendeiro do Oeste paulista. Este fornece-lhe os objetos de primeira necessidade e lhe abre um crédito. O colono não paga em verdade o aluguel de sua residência, mas já de início se acha endividado. A situação para o coitado parece de abundância, após a miséria, e ele saca sem contar contra o armazém da fazenda. Infelizmente alguns proprietários incitam os colonos a comprarem, a fim de segurá-los pelas suas dívidas que são forçosamente pagas em trabalho (LECRERC, 1942, p. 83).

O que se pode, portanto, concluir, é que a distinção crucial entre escravo e o imigrante colono, na esfera do trabalho, é que sob o regime de colonato a família está inserida no processo produtivo e há a celebração do contrato de trabalho entre o patrão e o cabeça da família. Esta família receberia o número de pés de café conforme sua possibilidade de tratá-los, o que variava de acordo com o número de pessoas que a compunham.

Como terceira consideração tem-se que o município estudado, em suma, passara por três etapas que lhe conferiram relevante importância econômica no cenário paulista e nacional, quais foram:

- a cultura cafeeira, que reinou até 1929, quando decaí com o *crash* da Bolsa de valores de Nova Iorque – período que marcara acentuada crise econômica mundial -, aliada a momentos anteriores como a geada de 1918 e as secas de 1924 e 1926 – sendo todos estes últimos acontecimentos, fatores coadjuvantes ao de 1929;
- a policultura, implementada após o ano de 1929 - representada pelas culturas do algodão, cítrica, da cana-de-açúcar, dentre outras, que somada ao advento de inúmeras unidades fabris e artesanais que acompanharam o desenvolvimento das referidas culturas, bem como a acelerada urbanização, marcaram o período que compreende o declínio da cafeicultura e o advento da cana-de-açúcar na década de 1930 nesta região;
- a cultura de cana-de-açúcar, que tivera, neste município, sua ascensão plena nos anos de 1944 – quando a área de cana plantada se sobrepõe à de café -, em 1951 – quando a área de cana cultivada ultrapassa à de algodão -, e em 1953 – quando a mesma sobrepuja as áreas de algodão e café juntas. Não obstante, o ápice desta cultura no Brasil dar-se-á, em esfera mundial, a partir da implementação do Proálcool, em 1975.

Com tudo isto, quer-se presumir que, passados os períodos em que fora empregado nas fazendas sertanezinhas mão-de-obra escrava (negros) e assalariada (colonos europeus brancos), hoje, estes se fundem. As duas formas pretéritas, no atual estágio de

crescimento econômico/produtivo protagonizado pela plantação e indústria canavieira, são metamorfoseadas na figura humana de composição multicolor e multicultural que seja o trabalhador rural migrante, ou, em outras denominações, o “peão”, “bóia-fria”, “volante”, “baiano”, “cortador”. Estas denominações, não obstante, são variáveis conforme a região para onde migram, a fim de laborar nos canaviais, ou mesmo de acordo com sua procedência, e, até mesmo, quanto ao seu período de estadia na região.

3. Escravos em Sertãozinho – Parte II: “uma história ainda presente”

O trabalho escravo nunca deixou de existir, nem aqui no Brasil, nem em outras partes do mundo, sobretudo naqueles países menos desenvolvidos. Deveras, esta prática não entrou em desuso.

Segundo estimativas globais da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005) 12,3 milhões de pessoas são vítimas do trabalho forçado em todo o mundo, na América Latina 1.320.000 pessoas estão nesta situação. Para a OIT o trabalho escravo é um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores, portanto, o mesmo que trabalho forçado. Esta atividade percebe-se como bastante lucrativa, rendendo US\$ 1,3 bilhões às citadas regiões do globo.

No Brasil, dados de 2003 - por Estado de ocorrência, a partir de denúncias recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e estatísticas da Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério do Trabalho e Emprego (SIT-MTE) - assustam: os estados do Rio de Janeiro, Roraima, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará, juntos, contabilizaram 223 denúncias, 7.623 trabalhadores envolvidos, 136 denúncias fiscalizadas e 4.256 trabalhadores resgatados. (PLASSAT, 2003).

A despeito do que muitos podem pensar, de que o trabalho escravo é uma realidade eminente apenas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, conforme informações de Leonardo Sakamoto, em entrevista ao IHU On-Line (2007) há estimativas

que, mais de 17 mil trabalhadores estão em situação de escravidão nos Estados Unidos, bem como, outros milhares na França, Alemanha, dentre outras potências mundiais. Isto posto, o emprego de mão-de-obra escrava é uma triste realidade que acomete todo o globo terrestre.

O que valerá aqui será descrever como reaparece o trabalho escravo na região de Ribeirão Preto, especialmente no município sertanezinho, sob uma nova roupagem: conforme dito a pouco, a partir da figura do trabalhador bóia-fria.

3.1 Bóia-fria ou escravo moderno

O chamado êxodo rural, ocorrido em larga escala após a década de 1960, em anos que foram o chão do nascimento de dois dispositivos legais que, legitimamente, enveredaram o fenômeno social há pouco asseverado, transformações substanciais foram percebidas, não

somente no campo, mas, em proporções visuais muito mais faraônicas nos grandes centros urbanos, como o inchaço populacional ali cristalizado. Os 10 anos entre 1960 e 1970 foram decisivos, tanto no aspecto do marco da modernização edificada pelos governos déspotas da ditadura militar, bem como, como consequência deste e em detrimento do campesinato, verificado na expropriação de trabalhadores oriundos, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e sertão da Bahia.

Neste ínterim, verifica-se massiva expropriação, partindo da tomada de terras à destruição de inúmeros camponeses. Tal violência, nos dizeres da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva,

[...] não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização em nossa região (SILVA, 1999, p. 27).

Especialmente no que tange ao processo de expropriação consubstanciado na região do Vale do Jequitinhonha – região analisada pela referida autora - há similitudes com o processo de acumulação primitiva, estudado por Marx na Inglaterra do século XIX. As terras usurpadas, os chamados *enclosures*, arrendamentos de terras por parte de rendeiros capitalistas, foram estes instrumentos efetivados por leis específicas confeccionadas pelo Estado, principalmente após a Revolução Gloriosa de 1688. As terras comuns, de uso dos camponeses, paulatinamente expropriadas, deram espaço, por empreitadas de violência, à grande propriedade, tudo ocorrendo “dentro da lei da ordem”, como assegura Moore (1983).

O produto das diversas leis engendradas pela ânsia da acumulação primitiva – e até mesmo pela lógica neoliberal presente nos dias atuais - é a existência de conflitos e ausência de consensos nas relações entre as classes envolvidas no processo em voga.

Transpondo-se novamente à realidade campesina no Brasil, cabe ressaltar aqui os dispositivos legais: Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30.11.1964, que encabeçou a modernização “arcaica” da zona rural, com vistas a maior produção e produtividade (estas pagas com a expulsão legitimada do pequeno proprietário de suas terras); e o Estatuto do

Trabalhador Rural, de 1963, o qual impingiu ao trabalhador rural a proibição de sua organização política, submetendo-o ao Estado, e permitiu ao empregador autonomia e dominação sobre o rurícola. O primeiro desencadeou a expulsão de camponeses das suas terras, para se tornarem, a posteriori do êxodo rural, trabalhadores em terras de outrem. Na mesma esteira de espoliação, reafirma-se a figura do trabalhador volante, o qual, ao contrário de ser resguardado pelo então Estatuto destinado ao trabalhador rural, vê-se negado por ele, isto é, sua situação enquanto tal, não fora regulamentada.

Isto representou a dimensão histórica e econômica da cartografia migratória percebida, sobremaneira, no Sudeste do país, haja vista tal região ter crescido economicamente em dimensões totalmente desproporcionais às demais, especialmente no aspecto da “modernização” do campo, com a implementação de maquinário e alta tecnologia vislumbrando grande produtividade.

Com o advento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool – Decreto nº 76.593, de 14.11.1975) - através do qual se verificou intenso incentivo estatal no plantio da cana-de-açúcar, que foi tomando, paulatinamente o espaço das outras culturas aliado à produção industrial do etano -, o latifúndio, profícuo para a produtividade em alta escala dessa cultura, permaneceu intacto e importante como nunca para a manutenção da acumulação capitalista no campo, trazendo a tona novamente a já desgastada “oligarquia agrária”.

Não sendo o maquinário utilizado necessário para atingir o lucro pretendido, deveras encarecer o produtor canavieiro, sendo a mão-de-obra barata dos recentes sem-terras e sem-empregos rurícolas expropriados, “casou-se” as duas formas de força de trabalho, dando origem ao que muitos autores denominaram de modernização arcaica.

Isto porque, antagonicamente à tecnologia de ponta empregada no campo, permaneceu-se o trabalhador rural espoliado, em condições insalubres de trabalho, com baixíssimas remunerações, aviltados em seus direitos trabalhistas e alojados precária e subumanamente em imóveis nas periferias das cidades e em “barracões” nos terrenos das usinas, sem a mínima infra-estrutura e dignidade.

Daí o que se pode concluir como um retrocesso histórico, quando se percebe recruder a tríade Latifúndio-Monocultura-Escravidão. A existência do primeiro elemento deste trio alimenta os demais, engendrando uma economia voltada para fora (exportações) sustentada por força de trabalho assalariada (mal paga).

Surge então, neste cenário, a figura lânguida, sôfrega e quase surreal do “bóia-fria”, denominação carregada de indelével preconceito para com o sujeito migrante, proveniente especialmente do Nordeste. Este trabalhador volante advindo de regiões donde a pobreza percebe-se mais absoluta do que relativa, expulso de suas terras e sem perspectivas de emprego e renda, em muitos casos já atingidos pelo flagelo da fome, migra para municípios

paulistas a fim de trabalhar principalmente, nas culturas da cana-de-açúcar, da laranja e do café. Sua lida nas lavouras, quase sempre longe de seus alojamentos ou casas, sujeito às exorbitantes jornadas de trabalho, impossibilitam-no de se ausentar da lavoura para almoçar, sendo a refeição feita ali mesmo, já fria, conferindo-lhe então a humilhante denominação.

Destarte, na esteira desta compreensão, é que reaparece a figura do trabalhador escravo na região, quando nos casos extremos de exploração e usurpação dos direitos fundamentais do rurícola assalariado, por intermédio de outrem.

4. Escravidão Contemporânea: uma amostragem verídica no distrito de Cruz das Posses

Sob a balize teórico-metodológica já suplantada, os fatores que, pari passo conduziram os rurícolas identificados no distrito apontado ao trabalho escravo, podem-se assim ser pontuados:

1º - arregimentação através do aliciamento: o rurícola, em meio à miséria que vive e as intempéries da natureza, como a seca do sertão nordestino, percebe-se compelido a acatar qualquer oferta de emprego. Neste contexto de insegurança e fome, aparece a intervenção dos “gatos” ou empreiteiros. A estes se incumbe à arregimentação de mão-de-obra barata para o trabalho rural.

Dentre os 79 rurícolas que foram identificados em alojamentos precários no distrito de Cruz das Posses, município de Sertãozinho, a maioria havia sido aliciada, sob falsas promessas de grandes remunerações, e todos os benefícios previdenciários. Pode-se crer, o que caracteriza estes trabalhadores aliciados e sujeitos à escravidão são “[...] a boa fé, nas condições de trabalho e assistência, num primeiro momento [...] o desespero, a fome e a falta de alternativa de trabalho os tornaram vítimas do sistema.” (MANIGLIA, 2002, p. 108).

2º - dívida em decorrência do aliciamento: o aliciador, de pronto, empresta uma pequena quantia em dinheiro ao trabalhador, para que o mesmo possa suprir algumas necessidades de sua família por curto período, antes mesmo de sua viagem ao local em que irá trabalhar.

O sociólogo José de Souza Martins, sustenta:

Especialmente aos jovens e solteiros, são oferecidas condições de trabalho melhores que as locais: assistência médica, contrato, bom salário, transporte. Promessas que não serão cumpridas. Um adiantamento é deixado para a subsistência da família. É o início do débito que os reduzirá à escravidão (MARTINS, 1986, p. 43).

Ademais, outra forma de aliciar os trabalhadores através da contração de dívidas, remete a quando o gato quita os débitos do rurícola para com os donos das pensões donde permanecem no período de entressafra, ou até mesmo, àquelas em que compram suas refeições. Não obstante, a dívida dantes alçada junto ao proprietário da pensão, exsurge num outro liame de sujeição deste trabalhador, cuja subordinação agora será ao empreiteiro.

Recrutados em terras longínquas, os rurícolas são transportados em caminhões, e até mesmo em ônibus rurais – pagando pela viagem, aproximadamente, R\$ 200,00, valor que será descontado de seu salário -, sempre em péssimas condições de conservação, os quais geralmente são utilizados para este mister há anos.

Interessante é o fato de que, o aliciador (o gato), muitas vezes tem também o papel de motorista do ônibus ou caminhão.

3º - dívida em decorrência do sistema de *truck-sistem* ou barracão: esteja o rurícola alojado em barracões nas fazendas da usina, ou mesmo em casebres nas periferias das cidades, quando este chega ao seu destino de labor, um preposto do empregador, geralmente o próprio “gato”, vende a estes trabalhadores os equipamentos que utilizarão na lida, como o facão, botas, tornozeleiras, chapéus, garrafão de água, etc.). Tais utensílios são comercializados a preços bem acima ao do mercado.

Estas formas de exploração ao trabalhador podem também ser percebidas quanto à venda de gêneros alimentícios, e outros indispensáveis, por preços exorbitantes, os quais, quando a mercearia pertence ao próprio empregador, são descontados do salário do rurícola ao final de cada mês. Nos casos de trabalhadores rurais alojados nas cidades, em imóveis que não são da propriedade do empregador, o obreiro rural também é ludibriado quando compra no mercado próximo donde alojado, que geralmente pertence ao “gato”, ou ao motorista, ou até mesmo ao proprietário do alojamento.

De qualquer forma, o trabalhador é vítima de um sistema monopolista de venda de produtos de primeira necessidade. Pode-se denominar esta prática como sistema de barracão ou *truck* sistem, comumente utilizada na Inglaterra, vitimando os operários de indústrias no século XIX.

Quando a mercearia é na periferia da cidade, aonde alojado o rurícola, e não mais na fazenda que trabalha, os donos podem ser, conforme comentado, outros também interessados em lucrar à custa do trabalhador.

Desta feita, a responsabilidade sobre a sujeição do trabalhador ao que seria uma forma mais “aprimorada” do *truck sistem*, não é mais do empregador rural. Cada vez mais este passa a se distanciar do rurícola, ao passo que se aproxima o gato, o qual mediará a rede que envolverá aquele, em tais aspectos: transporte rural; moradia; refeições (pensão); mercearia. Muitas vezes este preposto do usineiro, o “gato”, perfaz todas estas esferas – é o dono do alojamento, do transporte, da mercearia.

As compras dos produtos em mercearias de propriedade do “gato”, ou empreiteiro, por exemplo, vêm descontadas dos salários do trabalhador. Caso este venha a não comprar ali, poderá sofrer alguma agressão, arrocho do salário, retenção de CTPS, etc.

Os fatores que engendram, tanto o endividamento do obreiro rural no que tange ao empréstimo feito no início de sua nova jornada, como a compra de equipamentos de trabalho e através do sistema de *truck sistem*, não são anulados pelos dispositivos profícuos ao combate destes meandros da lei. Ante o desconhecimento dos rurícolas de seus direitos trabalhistas e sua necessidade de sobrevivência, os prepostos que aparecem na mediação dos contratos de trabalho, exercem papel *sine qua non* para que a lei, mais uma vez, não seja aplicada.

4º - condições aviltantes de trabalho: A jornada diária de trabalho inicia-se, quase sempre, bem cedo, às 5 horas da manhã. Os trajés, na maioria dos casos são improvisados: bonés ou chapéu, com lenços sobre os mesmos, cobrindo a cabeça e parte do rosto; roupas sobrepostas, camisa de manga comprida, luvas improvisadas com meias; meias sobrepondo as calças; botas ou mesmo tênis. O ônibus que os conduzem aos canaviais – sempre um veículo já em desuso, abandonado, dantes utilizado no perímetro urbano -, parte geralmente às 6 horas da manhã. Não obstante, são péssimas as condições destes veículos, nunca há manutenção e, os motoristas inexperientes para este fim, por vezes desabilitados.

Quando chegam ao local de destino, entre 7 horas e 9 horas da manhã – dependendo da distância do canavial -, a lida começa em ritmo frenético. Muitos almoçam na hora que chegam ao seu eito, donde trabalhará por todo o dia. Outros, após uma hora de trabalho, fazem a refeição. Alguns dividem o horário de sua refeição, comendo metade quando chega, e a outra, mais tarde, entre 11 horas e meio-dia. Ademais, alguns levam café no garrafão, o qual é dividido entre eles. A fraqueza decorrente do trabalho, às vezes é tão intensa que, a saída imediata pode estar em pedaços de cana que acabam por chupar. Durante todo o período de labor, estas são algumas das estratégias dos cortadores a fim de agüentarem as agruras que este trabalho lhes impinge.

Não obstante a tais problemáticas, há outros fatores que maltratam o obreiro rural. Na metade do dia, em se tratando da Região de Ribeirão Preto, a temperatura nos canaviais pode chegar aos 40°C. São, conforme pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 9.700 golpes de podão desferidos num dia, que representa aproximadamente 10 toneladas de cana cortada. Na referida região, essa média pode chegar a 15 toneladas. Uma minoria alcança a marca de 21 toneladas.

De uma forma geral, os trabalhadores são organizados em turmas de 30 a 40 pessoas. Mesmo distribuídos em turmas, o processo laborativo contempla três fases distintas (corte na base da cana, desponte do palmito e amontoamento), seguidas por todos os cortadores:

O corte na base da cana, que consiste na retirada da cana das touceiras, exige do trabalhador uma seqüência ritmada de movimentos corporais. Em geral, com um dos braços, o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana. Em seguida, curva-se para a frente e, com o podão seguro por uma de suas mãos, golpeia, com um ou mais movimentos a base dos colmos, o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um

movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortada, depositando-o em montes atrás de si (denominados "bandeiras"). O espaço entre uma "bandeira" e outra é de 2 metros. É neste espaço que o capataz mede a produção utilizando-se de um instrumento denominado compasso, quantificando quantos metros de cana o trabalhador cortou durante a jornada de trabalho. A transformação da medida em toneladas de cana cortada é feita multiplicando-se a metragem por um determinado fator. A atividade do corte se completa com o desponte do palmito (ponteiro) (NAVARRO; ALESSI, 1997).

No final do processo há o amontoamento, que consiste em ajuntar a cana cortada em montes à beira das ruas do canavial, pronta para serem colocadas no caminhão que as levará para a usina.

Deve-se ressaltar que, quando a cana é "deitada" ("rolão"), os colmos devem ser cortados individualmente, implicando em maior desgaste físico do trabalhador e menor produtividade.

Daí os dois "pontos nevrálgicos" que subjagam o rurícola a aviltantes situações de trabalho, ou seja, os problemas de saúde acarretados através do processo de trabalho intenso, bem como sua espoliação no que tange à produtividade real auferida, configuram-se também, como responsáveis pela escravidão a que submetido.

Ao que tange à produtividade deste rurícola, esta é mensurada pelo quantum de cana cortada por dia. Na região, a medição deste quantum refere-se aos metros de cana cortada, não à pesagem da mesma, como em outros locais. Para tal medição utiliza-se um instrumento denominado compasso. Quem realiza o procedimento é o feitor ou o baseador (ou entregador, responsável pela medição e queima da cana), que medem a quantidade de metros que o obreiro cortou no seu eito. Depois, na usina, a metragem de cana cortada é convertida, por meio de um fator, a toneladas cortadas. O cálculo desse fator é determinado pela qualidade da cana utilizada como amostra, a qual se obtém duma média auferida por, no mínimo, três amostragens/talhão cortados.

Embora o piso salarial estabelecido no Estado de São Paulo seja de R\$ 410,00, o trabalho por produção permite ao obreiro rural que corte 12 toneladas/dia – média regional -, alcançar um salário de aproximadamente 800,00 por mês. Quando a produtividade baseia-se por metros de cana cortada, para que o salário do rurícola alcance a quantia citada, é necessário que o mesmo corte entre duzentos e 300 metros de cana por dia. Os preços do metro de cana variam conforme a qualidade da cana (se é pesada ou leve), bem como o grau

de dificuldade que se tem ao cortá-la (cana “deitada”; cana crua ou na “palha”; cana “embaraçada”). Destarte, para alcançar o nível de produtividade mencionado, uma força sobre-humana deverá ser dispensada nos canaviais.

Elucidando sobre o trabalho por produção/metros, a cana colocada em montes em cada corredor é levada para a usina. Lá é feita a pesagem da cana, conforme já mencionado, longe dos olhos do trabalhador, num processo de total alienação do trabalho. Mesmo que recebam por metro de cana cortada, a pesagem desta determinará seu salário mensal. Em grande maioria, analfabetos, semi-analfabetos ou analfabetos funcionais, não conseguem entender ou mesmo acompanhar a metragem no canavial daquilo que cortaram. A pesagem na usina reduz ainda mais o ganho destes sujeitos. A pesagem - já que recebem por metro - poderia ser insignificante para o cortador, mas não é. Como mencionado, existe o fator “qualidade” da cana. Arbitrariamente, os encarregados ou feitores determinam os valores da cana de acordo com seu peso, grau de dificuldade do corte – já que, quando cortam a cana tombada, o tempo dispensado é maior do que em relação à cana em pé, ou seja, quanto mais tempo perdido no corte, isto é, menos cana cortada, menor o ganho sobre a produtividade.

Quanto mais tempo ganho no corte, quer dizer, mais cana cortada, maior o ganho sobre a produtividade. É a riqueza socialmente produzida e ampliada à custa do sobre-trabalho dos cortadores de cana, e canalizada pelo capitalista. Nas palavras de Yamamoto, ancorada no referencial teórico de Marx sobre Trabalho,

Esse incessante crescimento da riqueza dá-se via ampliação da jornada coletiva de trabalho (mais-valia absoluta) e/ou via elevação da produtividade do trabalho social, reduzindo o tempo de trabalho necessário e ampliando o tempo de trabalho excedente (mais-valia relativa) (IAMAMOTO, 2001, p. 74).

Ai se observa a importância para a usina, da pesagem das toneladas de cana cortada, e, a relevância da mais-valia quanto à exploração do trabalho dos cortadores. Para a usina, para o capitalista proprietário da mesma, quanto ao que fora dito, considerando-se o

tempo primordial na relação produtividade/lucratividade, “O tempo é tudo, o homem é nada, quando muito é a carcaça do tempo” (MARX, 1982, p. 58). Ainda desvelando sobre a superexploração do trabalhador através da taxa de mais-valia, segundo informações de um ex-

empreiteiro da região, a balança de uma usina geralmente pesava uma média diária de 24 a 30 toneladas de cana cortada por trabalhador, mas a usina indicava apenas 12 t ou menos.

Seja o pagamento baseado em toneladas ou metros cortados, o salário por produção, embora defendido por órgãos representativos da classe patronal – motivados por extrema lucratividade – e até mesmo pelos próprios cortadores – sob a égide de auferir maiores ganhos, amenizando sua situação de miserabilidade -, ainda configura-se como profícuo fator determinante da espoliação e exploração do obreiro rural, sujeito a acelerados ritmos de trabalho, impostos pelo feitor ou empreiteiro/”gato”, sendo o produto final deste fato, o acúmulo de riqueza do real empregador rural (usineiro, latifundiário, arrendatário), em detrimento da saúde e dignidade do rurícola.

Por fim, após um dia estafante de trabalho, por volta de 17 e 18 horas, este entra no já carcomido ônibus, sem qualquer segurança, chegando ao alojamento esgotado e embotado pela sanguessuga máquina de exploração capitalista.

5º - alojamentos insalubres: exauridos por completo ao final do dia, o rurícola não pode contar com o mínimo conforto e habitação digna. É profícuo apontar, então, as principais irregularidades apresentadas nestas moradias coletivas: superlotação; cômodos pequenos, de construções inacabadas, por vezes oferecendo riscos aos alojados – num alojamento, as pontas dos ferros que sustentam a construção, estavam expostas, bem como havia uma escada de metal que ligava o compartimento inferior da casa ao superior, colocada em corredor com grande fluxo dos moradores; banheiros coletivos – muitos desprovidos de chuveiro e vaso sanitário, sem as mínimas condições de uso, não havendo ligação direta com

caixa d’ água, ou até donde as instalações sanitárias são buracos sem peça; alguns locais sem fornecimento de energia elétrica e rede de água e esgoto e sem área de serviço; pias de cozinha sem condições de uso; infiltrações; inúmeras rachaduras; vazamentos no sistema hidráulico; fiações expostas e precárias; em vários cômodos, encontraram-se colchões de no máximo 5 cm de espessura, nos quais os rurícolas dormiam; alimentos armazenados em locais impróprios, sujeitos à umidade, próximos ao contra-piso; roupas jogadas pelo cômodo, sem haver ali compartimento específico para guardá-las; carência de ventilação natural e artificial; higiene e limpeza irregular. Os gastos mensais dos rurícolas com estas precárias moradias coletivas podem chegar a R\$ 100,00 para cada alojado.

Em certos alojamentos, a refeição do rurícola é feita ali mesmo, em fogão geralmente alugado, de propriedade do dono do imóvel coletivo. Outros pagam a chamada “pensão” para pessoas nas proximidades que se ocupam em fazer refeições (almoço e janta) a estes obreiros. Em média, pagam R\$ 150, 00 de “pensão”. Situação ainda mais aviltante é quando esta é fornecida pelo empreiteiro/ “gato”, especialmente quando proprietário do alojamento e/ou da mercearia.

Não obstante, os elementos expostos, no entendimento aqui enviesado, configuram a escravidão contemporânea, no que tange à sua presença nos canaviais paulistas, impregnando os rurícolas nas diversas nuances cotidianas.

CONCLUSÃO

Este artigo propõe o aprofundamento da discussão no que tange às “novas” formas de sujeição à prática do trabalho escravo, considerando-se ainda, que todos os métodos que formatam a escravidão contemporânea, geralmente, são acompanhados da coerção moral – como exemplo, a apreensão da carteira de trabalho do cortador de cana - e

coerção física – expressa em constantes ameaças, a fim de provocar a maior produtividade; se expressa também, como já exposto, na obrigatoriedade imposta a estes trabalhadores para adquirirem produtos em mercearias dos prepostos do usineiro ou empregador rural, bem como quando ocorre o endividamento do rurícola em relação ao “gato”. Contudo, o não pagamento da dívida poderá corroborar na agressão física e até mesmo a morte do trabalhador.

Não obstante, a despeito dos inúmeros tratados internacionais, a própria Constituição Federal, o Código Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho, propostas de emendas constitucionais, decretos e portarias que tratam a matéria Trabalho Forçado, Trabalho Degradante, Trabalho Escravo ou em Condições Análogas a de Escravo, enfim, embora seja vasta a lista de dispositivos legais que combatem tais práticas, no que tange à solução da problemática instalada no distrito de Cruz das Posses, em Sertãozinho / SP, apontada pela mencionada denúncia no ano de 2005, vale dizer que foram mínimas as intervenções do Poder Público.

Mensurando os resultados advindos de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, Delegacia Regional do Trabalho e Ministério Público, estes pressionaram algumas usinas envolvidas a cumprirem os direitos trabalhistas dos rurícolas e, em alguns dos casos, juntamente com a Vigilância Sanitária de Sertãozinho interditararam alojamentos; noutras vezes providenciaram o retorno das vítimas aos seus locais de origem.

Em linhas gerais, no auge da pesquisa que dá vida a este artigo, a maioria dos rurícolas continuava em precárias condições de trabalho e moradia. O discurso de alguns dos órgãos contatados no período, ou alegava que, embora tivessem identificado os fatos supra, estes não se configuravam como prática de escravidão – no caso do Ministério do Trabalho e da Delegacia do Trabalho; ou, quanto à Vigilância Sanitária, em dizeres tendenciosos defendiam a idéia de que, a presença massiva de migrantes safristas no município implica num déficit epidemiológico e sanitário, bem como sócio-cultural, devendo esses, na concepção do referido órgão, voltarem urgentemente às suas cidades natais, o que representaria a bonança local. O principal, para os sanitaristas sertanezinhos, seria o zelo e a manutenção da ordem, bem como a qualidade de vida de seus munícipes (de origem, ou pelo menos, paulistas). O direito à liberdade e à convivência igualitária dos migrantes nos diversos espaços ocupacionais, não estavam em jogo para as instâncias envolvidas.

Portanto, são estas implicações inerentes à escravidão contemporânea, grandes entraves no que tangem ao seu enfrentamento e erradicação. A dúvida que continuará pairando no ar é: embora persista o trabalho escravo - noutros moldes que outrora, na atualidade, numa região das mais ricas do Brasil, a de Ribeirão Preto - como conceber tal prática? E os Direitos Humanos básicos, como trabalho digno, não sujeição a outrem, ao direito de ir e vir, à liberdade da venda de sua força de trabalho, à moradia e alimentação de qualidade, dentre outros? Tais indagações ecoam pelo espaço, e a resposta parece estar longe na incerteza do tempo.

ABSTRACT

The incidence of slave labor in the national territory and in other countries is calling the attention of entities of the civil society, such as intellectuals, students, Human Rights NGOs, and public agencies such as the Ministry of Labor, the Public Prosecution Service and others. Even more alarming than the persistence of slave labor nowadays is when this practice is covert, especially in rich countries or regions, where the logic of profit rationalization and mechanization of means of production prevails under the auspices of development: pure decoy. By default of this false understanding, we learnt that

there are employees working under slave labor conditions in one of the richest regions of Brazil – around the city of Ribeirão Preto, more specifically in the city of Sertãozinho. The present article aims at discussing these implications.

Keywords: Slave labor; Human Rights; Ribeirão Preto.

Notas:

* Frase de um cortador de cana de Cruz das Posses, São Paulo, vítima de escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, N. P. & SCOPINHO, R. A., 1994. A saúde do trabalhador da cana de açúcar. In: *Saúde e Trabalho no Sistema Único de Saúde* (N. P. Alessi; A. Palocci Filho; S. A. Pinheiro; R. A. Scopinho & G. B. Silva, orgs.). pp. 121-151, São Paulo: Hucitec.

ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BORIN, A. *Trabalho, moradia e subsistência dos cortadores de cana-de-açúcar migrantes no município de Sertãozinho/SP*. 2005. 175 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Serviço Social). Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2005.

BRITO FILHO, J. C. M. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. *Revista Gênese*, Curitiba, n. 137, p. 673-682, mai. 2004.

FONTES, J. S. L.; RIBEIRO, W, S. O escravo e o trabalho – proteção ou desamparo. *Síntese Trabalhista*, Porto Alegre, v. 10, n. 118, p. 41-49, abr. 1988.

FURLAN JÚNIOR, A. *Documentário histórico de Sertãozinho: 1896-1956*. Sertãozinho: Estabelecimento Político, 1956.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira*. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LECLERC, M. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MANIGLIA, E. *O Trabalho Rural sob a Ótica do Direito Agrário: uma opção ao desemprego no Brasil*. 1. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2002. v. 1. 178 p.

MARTINS, J. de S. *A reforma agrária e os limites da democracia na 'Nova República'*. São Paulo: Hucitec, 1986.

- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOORE JÚNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Escritório do Brasil. *Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento: estatísticas de trabalho forçado*. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/trabalho_forcado/oit/relatorio/indicadores.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- PLASSAT, X. Denúncia de trabalho escravo resulta em novas ameaças contra agentes da CPT, trabalhadores e procurador da República. In: SYDOW, E., MENDONÇA, M. L. (Orgs.). *Direitos Humanos no Brasil 2003: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em colaboração com a Global Exchange*. 2003. p. 93-100.
- ROSA, R. C. *O serviço social na agroindústria canavieira no Município de Sertãozinho*. 1996. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1996.
- SAKAMOTO, L. *O trabalho escravo reinventado pelo capitalismo contemporâneo*. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11011>. Acesso em: 10 mar. 2008,
- SENTO SÉ, J. L. A. *Trabalho escravo no Brasil na atualidade*. São Paulo: LTR, 2000.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.